



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – CDS

UnB/CDS / UEFS / CRA / NEAMA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Linha de Pesquisa: Gestão em Desenvolvimento Sustentável

**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DENSIDADES HOTELEIRAS E SEUS EFEITOS
SOBRE A PAISAGEM NO LITORAL NORTE DO ESTADO DA BAHIA, TRECHO
FORTE-SAUÍPE**

Mestranda: Arq. Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira

Matricula nº 06/47811

Professora Orientadora: Dra. Lúcia Cony Faria Cidade

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Brasília - D.F., abril/2008

SANTOS PEREIRA, MARIA DAS GRAÇAS BORJA GONDIM DOS

Ordenamento do território, densidades hoteleiras e seus efeitos sobre a paisagem no Litoral Norte do estado da Bahia, trecho Forte-Sauípe. 310p, 33,5 mm (UNB – CDS, Mestre, Gestão em Desenvolvimento Sustentável, 2008).

Tese de Mestrado – Universidade de Brasília, Mestrado em Desenvolvimento Sustentável.

- | | |
|----------------------------|---------------------|
| 1. Ordenamento territorial | 2. Paisagem |
| 3. Densidades | 4. Sustentabilidade |
| I. UNB – CDS | II. Título |

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar e vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira



**ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, DENSIDADES HOTELEIRAS E SEUS EFEITOS
SOBRE A PAISAGEM NO LITORAL NORTE DO ESTADO DA BAHIA, TRECHO
FORTE-SAUÍPE**

Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Gestão em Desenvolvimento Sustentável.

Aprovado por : _____

Prof^a. Dr^a. Lúcia Cony Faria Cidade
(Orientador)

Prof^a. Dr^a. Glória Maria Vargas
(Examinador Interno)

Prof^o. Dr. Luís Pedro de Melo César
(Examinador Externo)

DEDICATÓRIA

Aos que se dedicam à produção do espaço e intentam resultados maiores que a própria obra, resultados que qualificam a urbe.

Aos que se mantêm encantados pela profissão da arquitetura e do urbanismo e buscam a incorporação permanente de novos conceitos renovando a sua prática.

AGRADECIMENTOS

À Dra. Lucia Cony Faria Cidade, pelo rigor e segurança na orientação desta dissertação.

Aos professores e coordenação do CDS pela renovação profissional possível e pela atualidade dos conhecimentos ministrados.

Aos colegas curiosos que aceitaram ouvir sobre densidade percebida desde os anos 80 quando primeiro indaguei sobre o que determina que a cidade produza homogeneidades associadas à tamanha diversidade.

Aos que compreenderam o envolvimento e proveram todo o suporte que viabilizou o tempo para a dedicação à conclusão desta tarefa: Chico, Silvia e Luisa.

Aos que inspiraram atitude e têmpera para encarar os desafios dos rumos da profissão e da vida: pais, familiares, professores e amigos.

Ao conspirador que favoreceu a minha inscrição neste mestrado sem que, ao menos, eu soubesse que tudo estava sendo providenciado.

Em toda ciência física não há coisa alguma que seja apenas coisa.

James Key

Toda realidade é unidade complexa.

A. N. Whitehead

RESUMO

A incorporação de novos territórios para realização da reprodução do capital internacional, na atual fase de integração de mercados, alcança o Estado da Bahia, especialmente, o seu Litoral Norte, por meio da atividade turística. Iniciada de maneira formal há aproximadamente três décadas, a implementação de infra-estrutura para o turismo tem se intensificado. Uma ocupação secular, de densidade rarefeita, conseguiu respeitar a exuberante paisagem local. Nos últimos anos, no entanto, verifica-se a multiplicação de edificações e, mais recentemente, de sofisticados complexos hoteleiros com uso intensivo e grande elevação de densidade de áreas costeiras. Embora as políticas públicas tragam um discurso de sustentabilidade, os efeitos desse processo incluem inegáveis modificações da paisagem. A intensificação da ocupação sugere o comprometimento dos valores natural e cultural da paisagem local. O processo não é original, reproduz características comuns com outras localidades que têm seu desenvolvimento pautado pelo turismo. Assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar as relações entre ordenamento do território, densidades hoteleiras e seus efeitos sobre a paisagem. Essa conexão se especifica quando se adota o conceito de densidade percebida. A abordagem situa esse processo de transformação, nas diversas escalas: no Brasil, na Região Nordeste e no Litoral Norte da Bahia. Nesta última, foco da pesquisa, a análise aborda o parâmetro densidade, aplicado em empreendimentos do Centro Turístico Forte-Sauípe e analisa os seus efeitos na paisagem. Os recursos foram: a pesquisa bibliográfica, o estudo da paisagem e da imagem que utilizou de técnicas de apreensão do espaço, dos mapas mentais, de esquemata, perfis fotográficos e vídeo, análise do tratamento da densidade e paisagem nos instrumentos regulatórios e pesquisa das densidades aplicadas nos complexos turísticos. Os resultados da análise, dentre outros aspectos importantes, ressaltam a grande permissividade dos parâmetros, dissociado das limitações ambientais, fator que estimula a pressão sobre os recursos naturais. Foram detectados dois novos índices urbanísticos, de Compacidade e de Saturação e muito a percorrer considerando a inserção dos grandes conjuntos edificados à revelia de um planejamento da paisagem, elemento estruturante, tanto para os processos de transformação de áreas rurais em urbanas, quanto para os processos de densificação de áreas urbanas onde a paisagem cultural e natural encerram multidimensões a serem asseguradas.

Palavras chaves:

1. Sustentabilidade; 2. Ordenamento territorial; 3. Densidade; 4. Paisagem.

ABSTRACT

The incorporation of new territories, in order to achieve the reproduction of international capital in the present phase of world integrated markets, reaches Bahia's Northern Coast, through the development of touristic activities. The implementation of urban infrastructure for tourism, began approximately three decades ago, and has been improving since. A secular occupation, with low density rates of urbanization, was able to maintain the values of local landscape; however, during the last years, urbanization has alarmingly intensified due to the new construction enterprises, including complexes of sophisticated resort hotels on the coast line. Although public policies claim to assist sustainable purposes, the effects of this process include certain changes in landscape. The intensification of land use is prejudicial to both natural and cultural values of local landscape. Furthermore, this process of land incorporation is already a trait found in any other places that have succumbed to tourism and its unstoppable development. As a result of this apprehension, the general aim of this dissertation is to analyze the relations between territories' organization, the density in which hotel complexes are built, and its effects on landscape. This connection fits when the concept of perceived density is adopted. The approach taken by this dissertation situates this process of land occupation and the transformation of its use in diverse scales: in the Brazilian Northeastern Region, and in Bahia's Northern Coast. The research's focus is Bahia's Northern Coast, speculating the intensity of endeavors held up by hotel companies at the Forte-Sauípe Tourist Center, and their effect on the landscape. The resources needed for this research were: the bibliographic research, photos, views from road maps, the study of landscape and its image which demanded the use of technical space apprehension and mental maps, analysis of density and landscape treatment in regulation documents, and research on the densities applied in tourist complexes. The results, besides other important aspects, show that the parameters allow much more construction potential in contradiction to environmental restrictions, a point of motivation that forces pressure over the natural resources. Some advances were detected such as two new urban parameters as well as the fact that a long path must still be followed when considering the insertion of great edified complexes without an appropriate plan for the landscape. Landscape is a structural element of the tourist activity, and is crucial for the process that transforms rural areas into urban ones, as well as it is crucial to processes that increase the density of urban areas where cultural and natural landscapes withhold multi-dimensions that must be guaranteed.

Key words:

1. Sustainability; 2. Territorial Management; 3. Density; 4. Landscape.

SUMÁRIO

	Pág.
LISTA DE FIGURAS GRÁFICOS E MAPAS	
LISTA DE TABELAS E QUADROS	
LISTA DE FOTOS	
LISTA DE SIGLAS	
INTRODUÇÃO	15
Aspectos gerais	15
Aspectos metodológicos	24
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	31
1.1 REFERENCIAL TEÓRICO	34
1.1.1 Sustentabilidade	34
1.1.2 Complexidade	37
1.1.3 Turismo	45
1.1.4 Ordenamento do Território	49
1.1.5 Densidade	61
1.1.6 Percepção	65
1.1.7 Paisagem	74
1.2 BASES ANALÍTICAS	81
1.2.1 Modelo Conceitual	82
1.2.2 Variáveis e Estrutura do Modelo Conceitual	83
1.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO	86
2 TERRITÓRIO E TURISMO, PAISAGEM E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL	87
2.1 ANTECEDENTES	88
2.2 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL (1956 – 1985)	89
2.2.1 Primeira Fase – Substituição de Importações (1956 – 1973)	90
2.2.2 Segunda Fase – Exportações Diversificadas (1973 – 1985)	94
2.3 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DE INTEGRAÇÃO DE MERCADOS NO BRASIL (1986 – 2007)	100
2.3.1 Contexto socioeconômico no período de integração de mercados no Brasil	101
2.3.2 Gestão do território e turismo no período de integração de mercados no Brasil	103

2.3.3 Efeitos sobre o ambiente e paisagem no período de integração de mercados no Brasil	105
2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO	108
3 TERRITÓRIO E TURISMO, PAISAGEM E SUSTENTABILIDADE NO NORDESTE E BAHIA	110
3.1 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DE INTEGRAÇÃO DE MERCADOS NO NORDESTE E BAHIA (1986 – 2007)	110
3.1.1 Contexto socioeconômico no período integração de mercados no Nordeste e Bahia	111
3.1.2 Gestão do território e turismo no período de integração de mercados no Nordeste e Bahia	112
3.1.3 Efeitos sobre o ambiente e paisagem no período de integração de mercados no Nordeste e Bahia	119
3.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO	121
4 TERRITÓRIO E TURISMO, PAISAGEM E SUSTENTABILIDADE NO LITORAL NORTE DA BAHIA (1956 – 1985)	123
4.1 ANTECEDENTES E QUADRO AMBIENTAL NO LITORAL NORTE DA BAHIA	123
4.1.1 Aspectos Ambientais: Paisagem Natural e Cultural	125
4.1.2 Aspectos Socioeconômicos	135
4.2 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA NO LITORAL NORTE DA BAHIA (1956 – 1985)	137
4.2.1 Contexto socioeconômico e ambiental no período desenvolvimentista no Litoral Norte da Bahia	137
4.2.2 Gestão do território e turismo no período desenvolvimentista no Litoral Norte da Bahia	139
4.2.3 Efeitos sobre o ambiente e paisagem no período desenvolvimentista no Litoral Norte da Bahia	142
4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO	144
5 TERRITÓRIO E TURISMO, PAISAGEM E SUSTENTABILIDADE NO LITORAL NORTE DA BAHIA (1986 – 2007)	146
5.1 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DE INTEGRAÇÃO DE MERCADOS NO LITORAL NORTE DA BAHIA (1986 – 2007)	146
5.1.1. Contexto socioeconômico e ambiental no período de integração de mercados no Litoral Norte da Bahia	146
5.1.2 Gestão do território e turismo no período de integração de mercados no Litoral Norte da Bahia	151
5.1.3 Efeitos sobre o ambiente e paisagem no período de integração de mercados no Litoral Norte da Bahia	158
5.2 AÇÕES ESPECÍFICAS DE REGULAÇÃO: ZEE e PDM de Mata de São João	162
5.2.1 Plano de Manejo e ZEE da APA do Litoral Norte	163
5.2.2 Plano Diretor Municipal de Mata de São João	172

5.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO	179
6 TERRITÓRIO E TURISMO, PAISAGEM E SUSTENTABILIDADE NO CENTRO TURÍSTICO FORTE-SAUÍPE (1986 – 2007)	181
6.1 ANTECEDENTES	181
6.2 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DE INTEGRAÇÃO DE MERCADOS NO LITORAL NORTE DA BAHIA (1986 – 2007)	184
6.2.1. Contexto socioeconômico e ambiental no período de integração de mercados no Centro Turístico Forte – Sauípe	184
6.2.2 Gestão do território e turismo no período de integração de mercados no Centro Turístico Forte – Sauípe	188
6.2.3 Efeitos sobre o ambiente e paisagem no período de integração de mercados no Centro Turístico Forte – Sauípe	192
6.3 ESTUDO DA PAISAGEM E DA IMAGEM DO CENTRO TURÍSTICO FORTE-SAUÍPE	197
6.3.1. Percepção da Paisagem	206
6.3.2 Análise da Paisagem	208
6.3.3 Avaliação da Imagem	212
6.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO	226
7 DENSIDADES E PAISAGEM NOS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS	227
7.1 ANÁLISE DAS DENSIDADES E DA PAISAGEM NO COMPLEXO HOTELEIRO RESERVA IMBASSAÍ	227
7.2 ANÁLISE DAS DENSIDADES E DA PAISAGEM NO COMPLEXO HOTELEIRO IBEROSTAR PRAIA DO FORTE	240
7.3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS COMPLEXOS HOTELEIROS, APA DO LN E PDM DE MATA DE S. JOÃO	247
7.4 NOVOS ÍNDICES URBANÍSTICOS: COMPACIDADE E SATURAÇÃO	250
7.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO	254
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	
REFERÊNCIAS	
DADOS BIOGRÁFICOS	
APÊNDICES A - D	
ANEXOS 1 - 8	

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS E MAPAS

Nº. de Ordem	FIGURAS		Pág.
Figura 1	Ideário Urbanístico Moderno e Virada paradigmática	Capítulo 1	33
Figura 2	Esquema do Processo Cognitivo	Capítulo 1	67
Figura 3	Percepção e Imaginação	Capítulo 1	69
Figura 4	Esquema das Qualidades da Percepção	Capítulo 1	70
Figura 5	Modelo Conceitual – Densidades Sustentáveis - Estrutura	Capítulo 1	84
Figura 6	Geografia Turística da Bahia	Capítulo 3	116
Figura 7	Modelo Sistêmico da Geomorfologia	Capítulo 4	128
Figura 8	Master Plan Complexo Hoteleiro Reserva Imbassaí	Capítulo 7	231
Figura 9	Planta Baixa do Complexo Hoteleiro Iberostar Praia do Forte	Capítulo 7	245
Figura 10	Ilustração do Índice de Compacidade	Capítulo 7	253
Figura 11	Ilustração do Índice de Saturação	Capítulo 7	253
Figura 12	Cronologia - Turismo e Políticas de OT	Conclusões	261
Figura 13	Modelo Conceitual – Densidades Sustentáveis - Proposição	Conclusões	277
GRÁFICOS			
Gráfico 1	Referenciais da Paisagem Segundo os Atores Sociais	Capítulo 6	213
Gráfico 2	Referenciais da Paisagem – Residentes	Capítulo 6	215
Gráfico 3	Referenciais da Paisagem – Empresários	Capítulo 6	216
Gráfico 4	Referenciais da Paisagem – Gestor Público	Capítulo 6	217
Gráfico 5	Referenciais da Paisagem – Planejador Urbano	Capítulo 6	218
MAPAS			
Mapa 1	Contexto Regional	Capítulo 4	124
Mapa 2	Município de Mata de São João	Anexo 1	305
Mapa 3	Empreendimentos na Costa dos Coqueiros	Capítulo 5	155
Mapa 4	ZEE da APA Litoral Norte	Anexo 2	306
Mapa 5	Distrito Turístico de Mata de São João	Anexo 3	307
Mapa 6	Distritos e Sede de Mata de São João	Anexo 4	308
Mapa 7	Centro Turístico trecho: Praia do Forte a Imbassaí	Anexo 5	309
Mapa 8	Centro Turístico trecho: Imbassaí a Sauípe	Anexo 6	310
Mapa 9	Esquemata da BA-099	Capítulo 6	205
Mapa 10	Principais Referenciais da Paisagem	Capítulo 6	225

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Nº. de Ordem	TABELAS		Pág.
Tabela 1	Evolução da Oferta Hoteleira na Costa dos Coqueiros	Capítulo 5	157
Tabela 2	Disponibilidade de Leitos nos Principais Destinos da Bahia	Capítulo 5	159
Tabela 3	Principais Investimentos Privados na Costa dos Coqueiros	Capítulo 5	160
Tabela 4	Densidades Líquidas nos Parâmetros da APA LN - ZT	Capítulo 5	171
Tabela 5	Densidades Líquidas nos Parâmetros da APA LN – ZT-E	Capítulo 5	171
Tabela 6	Densidades Líquidas nos Parâmetros da APA LN - ZOR	Capítulo 5	171
Tabela 7	Densidades Líquidas dos Parâmetros da APA LN – ZOR-E	Capítulo 5	171
Tabela 8	Densidades Líquidas dos Parâmetros PDM	Capítulo 5	176
Tabela 9	Densidades Líquidas dos Parâmetros PDM	Capítulo 5	176
Tabela 10	Densidades Líquidas dos Parâmetros PDM	Capítulo 5	176
Tabela 11	Densidades Líquidas dos Parâmetros PDM	Capítulo 5	176
Tabela 12	Projetos e Ações para o Município de MSJ - PDITS	Capítulo 6	188
QUADROS			
Quadro 1	Patrimônio Paisagístico e Cultural de MSJ	Capítulo 4	134
Quadro 2	Parâmetros Urbanísticos APA LN	Capítulo 5	167
Quadro 3	Índices Urbanísticos para a Rede Urbana Turística	Capítulo 5	175
Quadro 4	Síntese dos Elementos da Estrutura Visual em Lynch	Capítulo 6	220
Quadro 5	Pontuação dos Referenciais de Paisagem do LN – MSJ	Capítulo 6	224
Quadro 6	Recursos Naturais do Reserva Imbassaí	Capítulo 7	228
Quadro 7	Parâmetros Urbanísticos do Reserva Imbassaí	Capítulo 7	232
Quadro 8	Comparativo dos Parâmetros da UH e UR do Reserva Imbassaí	Capítulo 7	234
Quadro 9	Comparativo dos Parâmetros da UH e UR do Iberostar	Capítulo 7	242
Quadro 10	Parâmetros Urbanísticos do Iberostar	Capítulo 7	243
Quadro 11	Comparativo de Densidades - PRODETUR, Empreendimentos, APA do LN e PDM de MSJ	Capítulo 7	248

LISTA DE FOTOS

Nº. de Ordem	FOTOS		Página
Foto 1	Vista Aérea Orla de MSJ	Capítulo 4	126
Foto 2	Ambiente Cordões duna	Capítulo 4	131
Foto 3	Ambiente de Restinga Arbórea	Capítulo 4	131
Foto 4	Ambiente Manguezal	Capítulo 4	132
Foto 5	Ação Antrópica na Foz do rio Pojuca	Capítulo 4	133
Foto 6	Disposição de lixo às margens de corpo hídrico, Imbassaí	Capítulo 5	151
Foto 7	Reserva Imbassaí, travessia e ponte sobre área alagadiça	Capítulo 6	187
Foto 8	Arranjo espacial do Praia do Forte Ecoresort	Capítulo 6	195
Foto 9	Arranjo espacial do Iberostar Praia do Forte	Capítulo 6	195
Fotos 10	Arranjo espacial do Reserva Imbassaí	Capítulo 6	196
Foto 11	Arranjo espacial do Complexo Sauípe	Capítulo 6	196
Fotos 12	Perfis Fotográficos da BA-099	Capítulo 6	198
Foto 13	Aspectos dos Recursos Naturais - Reserva Imbassaí	Capítulo 7	229
Fotos 14 a-b	Visuais do Aclive – Reserva Imbassaí	Capítulo 7	236
Foto 15	Aspecto do coqueiral e cordões duna – Reserva Imbassaí	Capítulo 7	237
Foto 16	Interferência na implantação – Reserva Imbassaí	Capítulo 7	237
Foto 17	Aspecto do Reserva Imbassaí das visuais da BA-099	Capítulo 7	238
Foto 18	Vista Aérea da área do Iberostar	Capítulo 7	240
Foto 19	Visual do Interior da área do Iberostar	Capítulo 7	246
Foto 20	Vista aérea do Complexo hoteleiro a partir do mar	Capítulo 7	246
Foto 21	Visual do Coqueiral pós-implantação do Empreendimento	Capítulo 7	247
Foto 22	Vista da UR3 do Reserva Imbassaí	Capítulo 7	251

LISTA DE SIGLAS

SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BID	Banco Mundial
BN	Banco do Nordeste
CAR	Cia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado da Bahia
CEPRAM	Conselho de Meio Ambiente do Estado da Bahia
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONDER	Cia. de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
EIA - RIMA	Estudo de Impacto Ambiental – Rel. de Impacto Ambiental
LN	Litoral Norte
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MSJ	Mata de São João
NE	Nordeste
PDM	Plano Diretor Municipal
PRODESU	Programa de Desenvolvimento Sustentável para a APA do Litoral Norte
PRODETUR-BA	Plano de Desenvolvimento do Turismo da Bahia
PRODETUR-NE	Plano de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
PRODUR	Programa de Adm. Municipal e Desenvolvimento de Infraestrutura Urbana
PRUA	Plano de Referência Urbanístico Ambiental
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SEMARH	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
SUIVEST	Superintendência de Investimentos em pólos Turísticos
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

INTRODUÇÃO

ASPECTOS GERAIS

Parágrafo de abertura

O panorama mundial contemporâneo, ao privilegiar a integração de mercados e o desenvolvimento econômico, tende a equipar territórios e a organizá-los como arcabouço para essas prioridades. Uma das características da atualidade é a tendência a uma urbanização extensiva que articula atividades urbanas e rurais, numa lógica comum que suprime paulatinamente a dicotomia cidade-campo passando por diferentes estágios de integração. Um aspecto da questão é a redefinição de usos de áreas com um quadro natural diversificado e atividades tradicionais de ocupação rarefeita da terra, para atender a atividades urbanas de ocupação intensa, notadamente o turismo. Embora muitas vezes acompanhados de um discurso de sustentabilidade, projetos apoiados na exploração de recursos locais muitas vezes apresentam efeitos negativos sobre o quadro social e natural das localidades envolvidas, em particular sobre a paisagem. A ocupação da orla marítima por grandes empreendimentos turísticos é um exemplo de processo que envolve tensões. Entre as possíveis dificuldades estão conflitos entre a manutenção da paisagem original, que se constitui em potencial atrativo turístico, e a intensificação dos padrões de ocupação da terra, que visa à maximização de lucros, mas pode alterar negativamente a paisagem. Esses processos têm sido comuns na costa brasileira, em particular nas praias do Nordeste. No Litoral Norte do estado da Bahia, o Centro Turístico Forte-Sauípe é exemplar na caracterização deste processo de ordenamento e equipamento do território para fins turísticos. Com foco nessa área, esta pesquisa pretende analisar as relações entre ordenamento do território, densidades hoteleiras e os seus efeitos sobre a sustentabilidade, especificamente a paisagem.¹ Embora localizado, esse processo reflete uma dinâmica comum em outras partes do mundo e do Brasil.

Estado da arte: breve abordagem sobre território, turismo e ambiente na escala mundo

Diante de grandes modificações na vida das sociedades contemporâneas, em direção a uma intensificação do trabalho e a uma massificação do consumo, o turismo tem se

¹ Para fins desta dissertação, entende-se densidade hoteleira como a relação leitos /ha . Enquanto parâmetro urbanístico, a densidade pode ser enunciada como densidade populacional, densidade habitacional ou construtiva, e como densidade volumétrica. Entende-se paisagem como fenômeno que encerra uma totalidade que resulta da produção social do espaço no território.

apresentado como uma das alternativas de lazer das populações. Em sintonia com um interesse que se amplia, as atividades turísticas têm representado um dos ramos promissores da economia mundial (CIDADE, 1999, p. 110-111).

A organização do sistema turístico se estabelece sobre três elementos, conforme Fainstein e Judd: o turista, a indústria do turismo e as cidades, conformando um sistema ecológico complexo no qual as cidades se integram conscientemente modeladas para criar uma paisagem que os turistas desejem habitar (FAISNTEIN; JUDD, 1999, p.5).

O crescimento do turismo e sua expansão, com características urbanas, para áreas naturais têm provocado mudanças na organização do território e mudanças nos padrões de densidade existentes, com efeitos sobre a sustentabilidade socioambiental. Estes processos de transformação se apresentam como característica recorrente desta atividade e se verifica nas experiências de diversos destinos turísticos.

Analisando os exemplos da América Latina temos, no México, que os sistemas turísticos planejados focaram os impactos positivos da economia e, praticamente, ignoraram os impactos ambientais e sociais, negativos, apresentando dentre outras distorções: alterações da paisagem com a instalação de estruturas turísticas de grande escala; inchaço populacional, com desordenamento do crescimento do espaço de assentamento; e, alterações e desestruturação do meio de vida de algumas comunidades no entorno destes complexos, (RIVERA-ARIAGA; VILLALOBOS, 2001, apud LUNAS, 2006, p.74-76).

O caso do Equador tipifica a trajetória de um destino de turismo ecológico cujo planejamento previra uma capacidade para 12 mil turistas valorizando a preservação do patrimônio natural que, sobrepujado pelo interesse econômico, teve sua infra-estrutura preparada para receber 100mil turistas/ano (SCHLUTER, 2002, apud LUNAS, 2006, p.75).

Belize e Costa Rica exemplificam situações de crescimento vertiginoso, neste caso sem planejamento, embora significativas áreas do território estejam sob proteção ambiental. Em Belize são apontados conflitos que sintetizam os grandes desafios de ajuste da atividade turística a um padrão de sustentabilidade: alterações físicas, danos a ecossistemas e efeitos sociais negativos que o local e a comunidade sofrem; aumento do custo de vida, principalmente o imobiliário, criando áreas segregadas entre moradores e estrangeiros, estes ocupando os espaços mais privilegiados; muita aquisição de importados, mesmo na construção civil;

agricultura dissociada do setor, apenas pescados são valorizados pelo sistema turístico (McMINN; CARTER, 1998, apud LUNAS 2006, p.78).

Patrick Mullins afirma que a compreensão do papel do turismo internacional no desenvolvimento, na rápida urbanização das regiões e no crescimento das grandes cidades ainda está para ser avaliada. Reconhece as mudanças na organização do território como dois processos turísticos distintos: o turismo urbano, aquele processo que reestrutura cidades existentes, e, a urbanização turística, processos de construção de cidades inteiras que funcionam exclusivamente como centros de turismo. Em análise sobre o sudeste da Ásia, menciona a transformação social e física operada tanto pelo turismo urbano quanto pela urbanização turística que, de modo mais rudimentar e na forma de resorts, está emergindo no entorno do Golfo da Tailândia e se estendendo pela península de Singapura. (PATRICK MULLINS, 1999, p.253).

Ambos os processos trazem implícita a alteração no uso da terra, urbana ou rural, com incremento substantivo das densidades populacionais, com tendência à intensificação da ocupação, tendo em vista a correlação direta entre a produção de unidades habitacionais hoteleiras - UHH e a maximização dos lucros dos empreendimentos. As mudanças nas densidades tradicionalmente adotadas podem levar a repercussões sobre a sustentabilidade, em suas dimensões ecológica, espacial e territorial, diretamente, com implicações nas dimensões social, cultural, econômica e política. Isso foi apontado nos exemplos citados em diversos destinos turísticos, especialmente os efeitos perversos do crescimento desordenado na forma de exclusão social, especulação imobiliária, poluição ambiental e visual.

A paisagem e seus elementos estão entre os contextos mais significativos para o turismo, visto que a experiência turística é fundamentalmente dependente da experiência visual. Em consequência, as modificações na paisagem podem afetar os valores positivos de um dado ordenamento territorial e reorientar práticas socioespaciais. Urry fala da hegemonia da visão, do papel do sentido da visão para o desenvolvimento do turismo, além de outros sentidos, no consumo do lugar urbano. Ele argumenta que todos os sentidos são geográficos e cada um contribui para a orientação, para a consciência das relações espaciais e para a apreciação de qualidades particulares dos lugares (URRY, 1999, p.71).

A introdução de novos elementos num território, seja a infra-estrutura viária, sejam os empreendimentos turísticos, com a alteração de escalas e de porte das edificações, dentre outras alterações relacionadas tanto aos elementos físicos quanto aos simbólico-culturais,

ocorre incidentalmente e, como resultado, alteram-se padrões culturais e urbanísticos preexistentes. As alterações podem provocar mudanças que influam na percepção das populações residentes alterando o cotidiano e as práticas socioespaciais desses grupos.

De fato, a importância da paisagem para o turismo é inegável e se constitui em elemento estruturante da atividade turística. Diferentes formas de desenvolvimento turístico têm contribuído para introduzir variados graus de intervenção em paisagens locais, naturais e culturais, com resultados bastante negativos. Bueno ressalta como complicador a simultaneidade da ocorrência do turismo e da urbanização no espaço e no tempo como um potencializador de profundas alterações no território e na paisagem e, ainda, que

[a paisagem] enquanto apropriação cultural de recursos naturais é importante recurso patrimonial, com valores morfológicos [...] de fundamental importância na atividade turística, mas também na qualidade de vida dos residentes e na afirmação de valores de identidade local (BUENO, 2006, p. 27).

Outros autores, como Osek e Pelegrino, corroboram ressaltando a importância da paisagem para compreensão do fenômeno urbano (OSEK; PELEGRINO, 2004).

Os processos que envolvem turismo, território, densidades e paisagem adquirem particular relevância no caso brasileiro pelo grande potencial, para o turismo, do seu patrimônio natural e cultural, e pela intensificação da resposta de investidores internacionais ao esforço de divulgação e captação realizado por alguns estados brasileiros, que coloca esta questão na ordem do dia. Em diversas regiões, este processo de transformação do território já se instaurou e as perspectivas de criação e consolidação de empreendimentos e ocupação de novas áreas estão provisionadas por contratos de financiamento firmados com agências internacionais.

Sejam destinos turísticos formatados espontaneamente ou resultantes de um planejamento formalmente estabelecido nas instâncias institucionais, porém, quase sempre violado por pressões de maximização dos lucros, os resultados tendem a comprometer a paisagem, a sustentabilidade das áreas afetadas e, dessa forma, os próprios sistemas turísticos e também os valores da identidade e do modo de vida das populações tradicionais.

Esta breve revisão buscou relacionar processos territoriais, atividades voltadas para o turismo, particularmente as formas capitalizadas contemporâneas, e efeitos sobre a sustentabilidade e a paisagem em diferentes países. Processos semelhantes tendem a ocorrer no Brasil.

Justificativa

O conjunto de atributos naturais e culturais do Brasil e as condições de relativa preservação do seu patrimônio natural, aliados à extensão territorial que abriga significativos ecossistemas, à multiculturalidade da formação do povo, aos testemunhos da história que preserva, à rica produção cultural e a uma rede de cidades que abrange desde áreas urbanas de padrão cosmopolita até provincianas, são características que situam o país como um dos mais atraentes destinos turísticos.

A ênfase das políticas governamentais de promoção do turismo, refletida na valorização desta atividade com o status de Ministério de Estado, desde 2003, situa a disposição do governo brasileiro em incrementar a participação do país no mercado turístico nacional e internacional, bem na direção dos interesses do deslocamento do capital internacional no sentido Norte-Sul. Deslocamento este que corresponde ao mecanismo de superação da crise do regime fordista, da superacumulação, que se reorganiza no atual modo da acumulação flexível (HARVEY, 1980, p.173).

Os desequilíbrios regionais históricos no Brasil, com a concentração de recursos e de possibilidades de desenvolvimento diversificados na região Sul e Sudeste, associados às características da região, potencializam o Nordeste, ainda mais, para atividades do setor terciário, e para o desenvolvimento do turismo.

A estratégia que vem sendo formatada desde o início dos anos noventa está baseada na incorporação de novos espaços, contíguos às cidades, ao mercado turístico, alavancada por financiamentos internacionais contraídos pelo Estado², com a finalidade de prover infraestrutura, capacitação empresarial e profissional e equipamentos de apoio ao turismo, criando as condições para a implantação dos meios de hospedagem. Esta relação simbiótica entre estado e corporações, no Nordeste, é exemplar na caracterização tanto do deslocamento das corporações internacionais quanto do papel do Estado no atual modo de produção capitalista, conforme apontado por Gottdiener em estudo aplicado principalmente aos Estados Unidos, mas com aspectos relevantes para outros países (GOTTDIENER, 1998).

O Nordeste se destaca também como uma das regiões que reúne as condições mais favoráveis para o turismo, atributos de sol e praia em ambientes com elevada preservação

² Estes espaços no NE foram financiados pelo PRODETUR – NE, financiamento contratado junto ao BID/BN: 1º Contrato US\$ 400 milhões, (Bahia - 35%); 2º Contrato US\$ 240 milhões (Bahia 16,25%).

ambiental favorecendo inclusive o desenvolvimento do ecoturismo. Esta região tem sido focalizada por investidores internacionais, oriundos predominantemente da comunidade europeia, portugueses e espanhóis, que vêm adquirindo extensas glebas ao longo do litoral nordestino para implantação dos seus empreendimentos turísticos. Um caso no qual esses processos ocorrem com particular ênfase é o Litoral Norte da Bahia.

Definição do problema: breve abordagem sobre território, turismo e ambiente na escala Litoral Norte da Bahia

No Litoral Norte, a zona turística da Costa dos Coqueiros é uma dentre as sete zonas priorizadas pelo estado da Bahia, para o desenvolvimento do turismo.³ Sua paisagem natural apresenta uma composição que se repete na maior parte da extensão deste litoral, compreendendo a planície costeira com praias, cordões duna, lagoas e baixios alagadiços, terraços marinhos baixos e altos que atingem as cotas mais elevadas com a aproximação da formação Barreiras, mais ao interior, numa ascensão do relevo bastante suave. Predomina a vegetação de restinga semi-arbustiva e arbustiva. A paisagem cultural no trecho do Centro Turístico Forte-Sauípe, entre a foz do rio Pojuca e a foz do rio Sauípe, é composta por pastagens decorrentes de uma atividade pecuária extensiva e cultivos de coco-da-baía, praticadas por séculos, até o momento recente, de transformação da ocupação como centro turístico. Acima de Sauípe, mais ao norte nesse litoral, extensas áreas de cultivo de pinus e eucalipto já substituíram a cobertura vegetal com alteração completa da paisagem.

A região é privilegiada, mas apresenta fragilidades para uma ocupação que se situe na área da planície costeira, tendo em vista a grande intercomunicação dos fluxos hidrológicos dos baixios e lagunas e a grande exposição visual deste território, onde qualquer novo elemento se evidencia na paisagem. Manteve, ao longo da história, pequena população fixada em localidades interioranas e litorâneas, dentre as quais, a vila da Praia do Forte que capitaneou o turismo para essa região. Originalmente, um núcleo de pescadores que compunha com outros uma rede de localidades à beira-mar, com atividades de baixíssimo impacto, garantido pela escala da população e das práticas socioeconômicas, ainda que práticas extrativistas. Esta condição perdurou até a integração viária dessa região quando uma ocupação de veraneio foi se estabelecendo, introduzindo residências e pequenas pousadas, ainda num padrão de ocupação de baixíssima densidade, com arquitetura integrada aos ambientes pela proporção

³ Definidas no documento PRODETUR-BA, Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia: Zona Turística Costa dos Coqueiros e Costa do Descobrimento, Relatório Final, Dez 92.

das edificações e pela tipologia construtiva. A percepção era de um crescimento orgânico e adaptado, com paisagens onde predominavam elementos naturais, mesmo nos ambientes dos núcleos urbanos, dada à sua pequena dimensão.

A partir da década de oitenta, a vila passou a exercer a função de apoio urbano de comércio e serviços para visitantes excursionistas, além de alguma hospedagem. Posteriormente, a instalação do Praia do Forte Resort veio a se confirmar como um modelo de equipamento turístico bem sucedido, lançando essa região no mercado nacional e internacional, principalmente europeu, através dos vínculos de seu proprietário, empresário de origem alemã. A ocupação nessa fase ganha adesões importantes, que transformam o caráter de vila de pescadores para o de vila turística, com afluência de população oriunda de outros pontos do país e do exterior, viabilizando o crescimento dos serviços, bares, restaurantes e com ampliação da oferta de meios de hospedagem. As modificações introduzidas se concentram no entorno das vilas com a implantação de loteamentos, que são rapidamente ocupados, principalmente, nos arredores de Praia do Forte. Observa-se uma alteração no padrão construtivo dos imóveis que passa a reproduzir padrões urbanos e ganham proporções de outra escala, refletindo a valorização imobiliária da região. Esse processo transforma o *core* turístico e também as localidades, que passam a abrigar a população atraída pela ampliação de oportunidades de trabalho. Percebem-se os efeitos dessa fase na alteração da paisagem urbana e arredores, e pela inadequada ocupação dos cordões duna, assim como, pela introdução de estruturas, viárias principalmente, que sinalizam o adensamento da região, além de outros danos ambientais pontuais que afetam, principalmente, os recursos hídricos.

Na porção sul do Litoral Norte, há mais de 15 anos, vem sendo construído o Centro Turístico Forte-Sauípe. A implementação do Centro inicia com a realização da obra do eixo viário que estrutura a acessibilidade ao Litoral Norte – LN, a rodovia BA-099, e, em seqüência, com ações de ordenamento do território e gestão ambiental com a decretação da faixa litorânea com 10 km de largura ao longo do litoral como Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte – APA do LN. O quadro se complementa, com o esforço promocional que levou à participação do governo da Bahia nos maiores eventos turísticos internacionais realizados a partir da concepção do Programa de Desenvolvimento do Turismo da Bahia, PRODETUR – BA.

As políticas públicas de apoio ao turismo, com tratamentos distintos nas diversas esferas de governo, incluem incentivos fiscais, tributários, oferta de infra-estrutura urbana e suporte na mediação de obstáculos para viabilização dos empreendimentos. Nas últimas décadas, vários

empreendimentos têm se estabelecido na área, principalmente aqueles de pequeno e médio porte, nas vilas de Praia do Forte e Imbassaí. Dois grandes resorts, as âncoras norte e sul do Centro Turístico Forte-Sauípe, respectivamente Costa do Sauípe e o Praia do Forte Ecoresort⁴, foram os primeiros de grande porte a operar, seguidos pelo Iberostar, com a implantação de sua primeira etapa, e o Reserva Imbassaí que se encontra no aguardo de liberação do embargo por questionamento da ocupação em área de terraços marinhos baixos, definidas como Zona de Proteção Visual, ambos situados nas imediações da vila de Imbassaí, ao meio do Centro Turístico.

Se por um lado, a nova dinâmica traz um alento para esta área, que se manteve por séculos com o mesmo padrão rural de fraca economia, introduzindo alternativa de crescimento e desenvolvimento, por outro, a dinâmica baseada na economia do turismo ameaça as comunidades tradicionais, que, despreparadas para se engajar nas oportunidades de emprego que a economia do turismo oferece, também vêm ameaçadas as condições tradicionais de sobrevivência pelas restrições de acessibilidade às praias e a outros recursos ambientais, pelo aumento do custo de vida, além do processo de transformação cultural a que passam a ser submetidas com a convivência e a troca entre distintos modos de vida.

A intensidade de ocupação projetada já aponta para uma transformação inédita, bem representada pelo número de novas unidades habitacionais hoteleiras, registrado na SETUR⁵ para a Costa dos Coqueiros, de 19.000/novas UHH. Com a concretização destes empreendimentos a oferta de leitos no Litoral Norte se aproximará da quantidade disponível nos dois maiores destinos turísticos do estado: Porto Seguro e Salvador, juntos.

O porte desta transformação significa que existe uma ameaça efetiva de transfiguração da paisagem, inevitável, mas cujo resultado, pela ausência de uma arquitetura da paisagem projetada, significa descontrole sobre os efeitos na paisagem original. Saliente-se que a experiência turística está diretamente correlacionada com a imagem comercializada do destino, bem definida na expressão *“Been there, done it!”*

Com apenas dois empreendimentos parcialmente implantados, já se registra, no principal campo visual da estrada BA-099, conjunto de habitações de um destes complexos turísticos, anunciando que este destino, cujo elemento diferencial para atrair fluxos internacionais foi o grau de preservação do seu território, terá, em breve, se este processo não for reorientado,

⁴ Nova denominação do Praia do Forte Resort na fase de conformação do Centro Turístico Forte – Sauípe.

⁵ SETUR – Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

realizado muitos empreendimentos, mas com a depleção do elemento estruturante da atividade turística, a paisagem.

Questões de pesquisa

A discussão acima mostrou uma dinâmica geral cuja evolução apresenta aspectos relevantes na escala Brasil, vão se particularizando aos poucos, chega à escala local e leva às seguintes indagações:

1. Qual o papel das atividades voltadas para o turismo nas políticas públicas de ordenamento do território no Brasil, no Nordeste e no Litoral Norte da Bahia?
2. Como se insere o setor de turismo nas políticas públicas de ordenamento do território, nos instrumentos regulatórios e na sustentabilidade do Centro Turístico Forte-Sauípe?
3. Quais os efeitos das atividades voltadas para o turismo e das densidades hoteleiras na paisagem no Centro Turístico Forte-Sauípe?

Objetivos

As questões são orientadas pelo *objetivo geral* da dissertação de analisar as relações entre ordenamento do território, as densidades hoteleiras e os efeitos sobre a paisagem do Litoral Norte da Bahia, no trecho do Centro Turístico Forte-Sauípe. Esse se desdobra nos *objetivos específicos* de: a) compreender quais as bases deste processo de ordenamento do território, sob a influência do turismo, nas diversas escalas de aproximação: no Brasil, na região NE e no Litoral Norte da Bahia; b) avaliar em que medida o setor de turismo se articula às políticas públicas de ordenamento do território, aos instrumentos regulatórios e na sustentabilidade do Centro Turístico Forte-Sauípe; e c) compreender os efeitos das atividades voltadas para o turismo e das densidades hoteleiras na paisagem na área, objeto de estudo.

Hipóteses

O estudo parte do pressuposto que, não tendo o planejamento para o Centro Turístico utilizado exercícios arquitetônicos de modelagem de massas, específicos para a ocupação do Litoral Norte, a paisagem não está sendo suficientemente considerada, nem como parte integrante da identidade local, nem como elemento estruturador da atividade turística.

A segunda hipótese considera que dada uma densidade construtiva, diferentes arranjos espaciais e condições de inserção volumétrica, podem ocasionar diferentes percepções da paisagem.

A terceira hipótese considera possível com base na densidade, nos arranjos espaciais e na volumetria, formular diretrizes e estabelecer parâmetros para conjuntos edificados e para a ocupação do território que permita manter características essenciais da paisagem local.

Pressupõe-se, ainda, uma correlação entre densidade e paisagem, que se estabelece quando se compreende a identidade, densidade percebida como paisagem. A compreensão da densidade, enquanto percepção do espaço construído e enquanto parâmetro estratégico, permitiria desvelar níveis mais aprofundados de conhecimento que podem instrumentalizar o ordenamento do território e criar novos caminhos para o planejamento ambiental.

Com base na discussão conduzida até aqui e, para orientar a exploração das questões da pesquisa, segue uma breve abordagem sobre os Aspectos Metodológicos gerais da dissertação.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Como referência geral, pressupõe-se que o que ocorre em escalas territoriais mais amplas, como a do país, pode influenciar processos em escalas menos amplas, como a da região, ou mais específicas como a da localidade. Outra opção metodológica é a busca de uma compreensão da realidade por meio de suas mudanças e permanências, privilegiando-se, dessa forma, a divisão em períodos. Assim, a análise se apresenta na escala Brasil, Nordeste e Bahia – o Litoral Norte. Cada escala subdivide-se em períodos, a saber: na escala Brasil, a partir dos antecedentes da área, que está integrada à economia do Brasil Colônia desde os primórdios da ocupação portuguesa, chega-se à análise do território e à relação com o turismo no período desenvolvimentista, entre 1956 e 1985, e no período de integração de mercados mundial, entre 1986 – 2007; na escala da região Nordeste e Bahia, o território, o turismo, a paisagem e a sustentabilidade são analisados com ênfase no período mais recente de integração de mercados mundial, de 1986 a 2007; e, na escala específica, do local, no Litoral Norte da Bahia, envolvendo os dois períodos, o desenvolvimentismo de 1956 a 1985 e o período de integração de mercados mundial, de 1986 a 2007, com ênfase neste último e na grande transformação territorial em curso.

Para fins de orientar a estruturação do texto, adota-se o pressuposto de que o contexto socioeconômico, político, ideológico e o quadro ambiental condicionam a gestão do território, que pode incluir o planejamento e os instrumentos de regulação e, ainda, ações públicas e privadas efetivamente realizadas. Essas ações, por sua vez, expressam-se em efeitos sobre a sociedade e o ambiente, que podem interferir na construção de novos contextos, ações e resultados, em um processo de realimentações continuadas.

Delimitação do estudo

A área de referência para o estudo situa-se no Litoral Norte do Estado da Bahia, faz parte da Zona Turística Costa dos Coqueiros e localiza-se entre o rio Pojuca (limite sul) e o rio Sauípe (limite norte). Pertence integralmente ao município de Mata de São João, corresponde a todo o litoral deste município com aproximadamente 35 km de extensão de praias, dunas e coqueiros em toda a orla. Este trecho denominado Centro Turístico Forte-Sauípe, na sua concepção original, compreende três complexos turísticos: Praia do Forte, Velho Nambu e Sauípe⁶, a Vila de Praia do Forte e de Imbassaí, a aldeia de pescadores de Santo Antônio, situados a leste da BA-099, e integra as vilas de Açú da Torre, Malhada, Barro Branco e Sauípe de Dentro, situadas a oeste da BA-099, conhecida como Linha Verde. Quatro grandes resorts, foram implantados ou parcialmente implantados: O Ecoresort Praia do Forte, Costa do Sauípe (respectivamente nos limites sul e norte do Centro Turístico) e, mais ao centro desta área, os Complexos Iberostar e Reserva Imbassaí. O empreendimento Costa do Sauípe, já numa segunda etapa, está em fase de implementação de empreendimentos imobiliários, os demais planejam a complementação dos seus módulos hoteleiros e/ou imobiliários, todos, impondo restrições de acesso a extensos trechos do litoral.

Parte da APA Litoral Norte se sobrepõe à área de estudo e este segmento de litoral, ainda que disponha desse instrumento regulatório, transforma-se, alterando o perfil das áreas urbanas, integrando vilas de pescadores isoladas, explodindo com as novas iniciativas empresariais numa intensidade que justifica oportuna avaliação desse processo, neste momento que antecede à implantação de tantos empreendimentos em gestação. Trata-se, portanto, de área exemplar tanto para análise de territórios diferenciados para o turismo quanto para análise dos conflitos sobre o quadro social e natural das localidades envolvidas, em particular os que envolvem os efeitos da densidade sobre a paisagem. Ainda que este Centro

⁶ Governo da Bahia. PRODETUR-BA, Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, Dez 92, p.96.

Turístico tenha o mérito de ter sido idealizado e planejado com critérios de sustentabilidade, a revisão do plano e dos processos paralelos que surpreendem, motivam reflexões e justificam análises que possam reorientar rumos antes que as “obras saiam do papel”.

Plano de Pesquisa

Seguem elencados os recursos metodológicos que no conjunto permitiram repensar a questão das relações entre turismo, ordenamento territorial, densidade e paisagem: para responder à questão 1, que trata do papel das atividades voltadas para o turismo nas políticas públicas de ordenamento do território no Brasil, no Nordeste e no Litoral Norte da Bahia, utilizou-se a pesquisa bibliográfica; para responder à questão 2, que trata de compreender como se insere o setor de turismo nas políticas públicas de ordenamento do território, nos instrumentos regulatórios e na sustentabilidade do Centro Turístico Forte-Sauípe, utilizou-se de levantamento de mapas e imagens, pesquisa bibliográfica e documental nos instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo: o ZEE - Zoneamento Econômico Ecológico da APA Litoral Norte e o PDM - Plano Diretor Municipal de Mata de São João; e, para responder à questão 3, que busca analisar o papel das atividades voltadas para o turismo e das densidades hoteleiras na paisagem no Centro Turístico Forte-Sauípe, adotou-se vários recursos e procedimentos para conhecimento da área, das densidades e da paisagem. Com o objetivo de subsidiar uma aproximação quantitativa da densidade praticada no Centro Turístico Forte-Sauípe, utilizou-se de levantamento das densidades de dois empreendimentos: um, com a primeira etapa concluída, e outro, em fase de conclusão, a saber, o Iberostar e o Reserva Imbassaí do Grupo Reta Atlântico; com o objetivo de delinear uma visão qualitativa da densidade utilizou-se de: visitas técnicas, documentação e perfis fotográficos, recursos que subsidiaram um estudo da paisagem deste Centro Turístico; com o objetivo de detectar a imagem que tem esse espaço para os atores sociais, adotou-se a produção de leituras ambientais complementares: mapas mentais, para a identificação dos principais elementos paisagísticos que caracterizam a imagem da Costa dos Coqueiros, elaborados com a contribuição de distintos grupos sociais – residentes, empresários, gestores públicos e planejadores, membros das equipes técnicas que estiveram envolvidas na elaboração do Plano de Manejo da APA, na revisão do plano (PRODESU), e outros com atuação nessa área; para identificar as possibilidades de visualização do espaço a partir do principal acesso ao Centro Turístico, utilizou-se a construção da esquemata, que se constitui em registro das amplitudes visuais no deslocamento pela rodovia BA-099. As esquematas foram popularizadas por Appleyard e Lynch (1964) e se tornaram conhecidas por sua denominação em inglês, *View from the Road*.

Tratamento dos Dados

Os dados, estudos, levantamentos foram sistematizados de forma que: para a primeira questão, as informações obtidas na pesquisa bibliográfica foram reunidas num texto explicativo e elucidativo da indagação formulada; para a segunda questão, os registros da pesquisa bibliográfica e documental dos instrumentos de regulação do uso do solo, ZEE da APA do LN e PDM de Mata de São João, destacam as referências e avaliam o tratamento que estes instrumentos deram, tanto à paisagem quanto à densidade; para a terceira questão, as abordagens feitas visando compreender as densidades aplicadas e seus efeitos na paisagem revelaram os aspectos qualitativos e quantitativos deste parâmetro. Da abordagem quantitativa foi possível detectar a correspondência entre parâmetros urbanísticos do ZEE da APA do LN, do PDM de Mata de São João e densidades efetivamente praticadas nos complexos hoteleiros, o que permitiu também a confrontação com as densidades idealizadas no PRODETUR-BA; da abordagem qualitativa, baseada nas visitas técnicas, documentação e perfis fotográficos, foi possível a elaboração de um estudo da paisagem através do qual emergiu a compreensão da estrutura da paisagem, a identificação dos seus dados sensíveis na construção da imagem do Centro Turístico, o reconhecimento dos elementos de maior importância à manutenção da estrutura da paisagem, aqueles, portanto, que devem ser atentamente considerados quanto aos efeitos dos conjuntos edificados e às respectivas densidades na paisagem; da tradução da percepção deste espaço pelos atores sociais, foi obtido por meio de leituras complementares: a construção de um ranking dos elementos essenciais para a qualidade da arquitetura da paisagem, os principais marcos visuais; a esquemata da BA-099 como recurso de análise das possibilidades de visualização do espaço, representando, em mapa, o alcance das visuais a partir do deslocamento nesta rodovia que revelou o grande equívoco do traçado da rodovia e caracterizou a exclusão do componente paisagístico como um valor para o planejamento do espaço turístico do Litoral Norte.

Como reunir as análises e avaliações obtidas de modo a colmatá-las num arcabouço que confira um ordenamento ao conjunto de dados sensíveis à percepção do ambiente, correlacione-o à sua expressão numérica enquanto dado quantitativo e processe-o como um dado quantitativo/qualitativo que, em ambas as dimensões, se reflita num padrão de sustentabilidade do desenvolvimento?

Este é um desafio que integra em essência a paisagem ao método projetual, que reconhece a paisagem como termo da equação e também como o seu resultado. A analogia

matemática confunde e parece imprópria, mas expressa a condição de algo que é a parte de um sistema, numa dada situação, e que é a própria totalidade, numa outra situação. Isso nos coloca diante da complexidade, da totalidade, da paisagem em processo de transformação.

De modo precoce, pois que importantes avaliações são necessárias para se concluir por um método, como síntese possível neste momento, foi proposto um modelo que trata conceitualmente os vínculos teóricos que conectam Densidade e Paisagem, com o objetivo de criar este arcabouço que operacionalize a paisagem integrada ao método de projeto, tanto como parte quanto como totalidade.

O modelo conceitual desagrega o parâmetro densidade nos referenciais quantitativos e qualitativos, decompondo o numerador e o denominador desta relação, atualizando a forma da leitura e do ordenamento dos dados de projeto. Toma-se para sua construção as contribuições teóricas recentes que caracterizam a virada paradigmática – sustentabilidade, de modo objetivo e complexidade, como uma perspectiva futura – que enlaçam a produção do espaço urbano e permitem reinserir questões do urbanismo de composição, retomando percepção e imagem ambiental, realçando esses métodos com a adição dos conhecimentos recentes como contribuição ao planejamento ambiental e às práticas projetuais.

Sistematização dos dados

Os dados foram sistematizados em tabelas, desenhos, mapas, plantas e esquemas. Da documentação visual, sob a forma de recursos não impressos, foram extraídos apenas os registros que exemplificam as situações que houve interesse em caracterizar, sendo que a documentação integral acompanhará o documento final em mídia digital.

Buscou-se a construção de um encaminhamento lógico para o leitor/pesquisador de modo que fosse introduzido, de imediato, nas relações que o texto busca entender, possibilitando também o encadeamento e uma direção para o conteúdo e tratamento teórico que foram necessários para responder aos questionamentos desta pesquisa. Foi necessário, além de recorrer à literatura sobre a matéria, desenvolver estudos complementares de modo a interconectar conceitos e técnicas que serão confrontados com os instrumentos de regulação do ordenamento territorial. Espera-se iniciar um processo de ampliação e aprofundamento de conhecimento que oriente um percurso metodológico para o planejamento ambiental onde a paisagem, valor patrimonial da sociedade, não se constitua em mero resultado da produção

indiscriminada do espaço, especialmente naqueles ambientes que têm o turismo como a atividade econômica central.

Conteúdo de cada capítulo

O primeiro capítulo apresenta o referencial teórico, o sistema explicativo que dá suporte e que conecta o sistema de idéias na abordagem proposta. Essencialmente, apresenta os conceitos de turismo, ordenamento do território, densidade e paisagem, numa abordagem que os situa no foco da sustentabilidade, e os integra na visão sistêmica e no pensamento complexo, adentrando a questão da percepção e da apreensão do espaço como categorias importantes para construção de uma possibilidade de planejamento ambiental e de práticas projetuais, que incorporem mais fortemente a paisagem. O segundo capítulo trata das relações entre território, turismo, paisagem e sustentabilidade no período desenvolvimentista (1956 – 1985) e no período de integração de mercados mundial no Brasil (1986 – 2007). Essa parte revela processos econômicos e políticos configurando um macro cenário nacional que condiciona as políticas de turismo e o ordenamento do território. Adiante, o terceiro capítulo, como um desdobramento da macro formatação nacional, conduz à compreensão desta mesma dinâmica no território do Nordeste e da Bahia. O quarto capítulo, já na escala do Litoral Norte, apresenta maior detalhe: o quadro Ambiental e o modo de ocupação e apropriação do território no período do desenvolvimentismo. O quinto capítulo, na mesma escala, apresenta a dinâmica do Litoral Norte no atual período de integração de mercados e aprofunda na compreensão de ações específicas do ordenamento territorial, com a análise dos instrumentos ZEE - da APA do Litoral Norte e PDM de Mata de São João. O sexto capítulo, na escala do Centro Turístico, retoma a dinâmica atual e apresenta o Estudo da Paisagem e da Imagem da área de pesquisa. O sétimo capítulo analisa as densidades aplicadas em dois complexos turísticos o Reserva Imbassaí e o Iberostar que são confrontadas com as concebidas no PRODETUR-BA, e com as regulamentadas. O capítulo de Conclusões e Recomendações resgata as questões de pesquisa, comenta as hipóteses de trabalho e analisa os achados correspondentes, de forma integrada; mostra os avanços e as limitações da dissertação; inclui proposições para desdobramentos em estudos futuros, colocadas como uma contribuição à construção de uma aproximação do discurso da sustentabilidade à prática, e à reconciliação da relação Sociedade-Natureza. Na seqüência, são apresentados as Referências, os Dados Biográficos, os Apêndices e os Anexos.

Os objetivos do trabalho contêm um desafio metodológico, essencialmente, como uma possibilidade de retomada de importantes proposições de pensadores da questão urbana que, na guarida de teorias recentes, passam a dispor de uma complementaridade que as retira do campo predominante do formalismo para engajá-las na seara da produção social do espaço com compromisso social e ambiental. Mais detalhadamente a fundamentação teórica será tratada no capítulo que segue.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

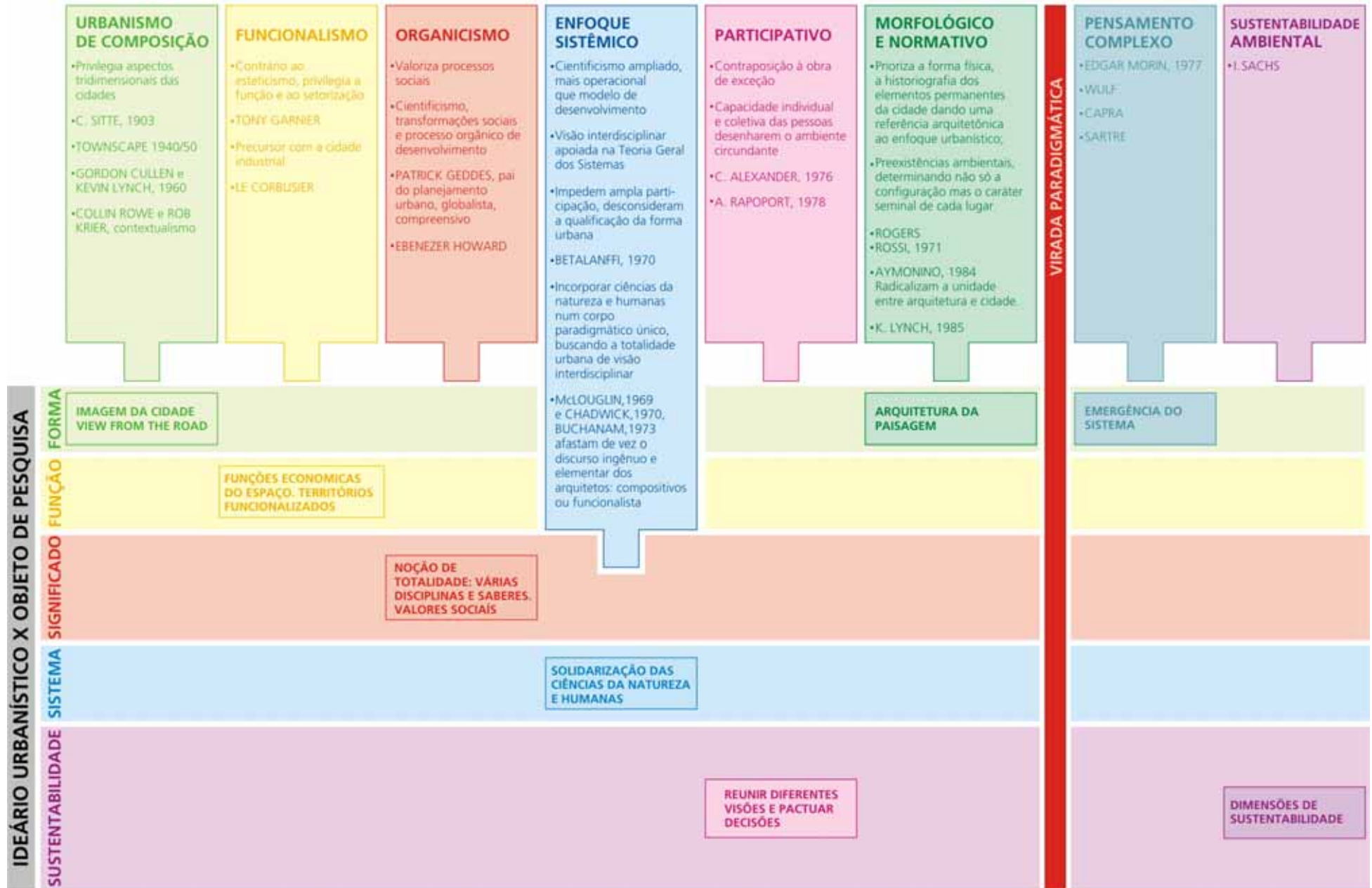
O sistema explicativo está composto por um Referencial Teórico, que corresponde ao lastro do conhecimento destacado para estruturar a abordagem e as conexões que contribuem para compreensão do objeto da pesquisa, e pelas Bases Analíticas que enunciam as variáveis e indicadores que comporão o quadro de referência da análise do parâmetro densidade, no ordenamento de territórios turísticos e sua conexão com a paisagem.

Tratando-se de temática interdisciplinar, ancorada no urbanismo e no desenho urbano, identifica-se a ligação do tema de pesquisa com diversas fases do ideário do urbanismo que, articulado com as produções teóricas recentes, mais significativas da grande virada paradigmática - sustentabilidade e complexidade -, criam possibilidade de renovação para as tradicionais abordagens da questão urbana. Em razão de estas novas concepções apresentarem distintos níveis de operacionalização, significativamente, foi possível transitar pelos temas que compõem este referencial teórico tratando-os quanto à sustentabilidade, entretanto, quanto à complexidade pôde-se apenas perceber pontos de aproximação do objeto de pesquisa com a teoria. Considerando que avançar no tratamento teórico desse objeto no universo da complexidade demandaria um nível de abstração que resultaria quase num caminho paralelo a esta dissertação, esses pontos de aproximação do objeto com o pensamento complexo foram mantidos, apenas como um registro dessa possibilidade de tratamento teórico.

A Figura 1 - Ideário do Urbanismo Moderno e Virada Paradigmática - recorre à classificação de Vergara-Gomez, (VERGARA-GOMEZ, apud SAMPAIO, 1999, p.365), acrescida da Teoria da Complexidade (MORIN, 1977) e da concepção de sustentabilidade (SACHS, 2004, 2006). A figura mostra a seqüência histórica do pensamento das correntes urbanísticas permitindo uma revisão das reflexões sobre o espaço urbano, situando a produção do conhecimento atual em relação a estas reflexões, reconhecendo a origem das nuances dos temas a que se recorreu na construção da fundamentação teórica. São categorias de análise que perpassam o urbanismo de composição, que privilegia os aspectos tridimensionais das cidades, do qual foram extraídas as contribuições específicas da Imagem da Cidade, Paisagem Urbana e View from the Road; o funcionalismo, que contrário ao esteticismo, privilegia a função e a setorização, com significado pela circunstância analisada de funcionalização do território para o turismo; o organicismo, com a valorização dos processos sociais, a serviço dos quais cada vez mais se especifica as ações de gestão do território; a visão globalista e a junção de

várias disciplinas e saberes, que antecipa nuances que se estabelecem posteriormente em outras correntes, na de sustentabilidade inclusive; o enfoque sistêmico, que traz a visão de totalidade urbana de caráter interdisciplinar e a solidarização das ciências da natureza e humanas restabelecendo o elo sociedade-natureza; a corrente participativa, que se apóia na capacidade individual e coletiva de organização e construção de pactos sociais cuja aprendizagem vem se aprimorando a cada dia; o grupo morfológico e normativo, que prioriza as permanências da forma física e radicaliza na unidade entre arquitetura e cidade, na arquitetura da paisagem; o pensamento complexo, que amplia e aprofunda a visão sistêmica com novas conceituações como as emergências dos sistemas de que se utiliza para particularizar o conceito de densidade; e, por fim, o caminho da sustentabilidade, uma condição que abarca dimensões específicas que têm se expandido, especificando sucessivamente melhor este macro-padrão para o desenvolvimento da sociedade.

IDEÁRIO URBANÍSTICO MODERNO (Vergara-Gomez apud Sampaio: 1999) E VIRADA PARADIGMÁTICA



1.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre os conteúdos estratégicos para composição do sistema explicativo às questões propostas nesta dissertação, a Sustentabilidade se destaca como o grande conceito que permeia os conteúdos, antecedendo as temáticas específicas. A Complexidade, como explicado, integra o referencial como registro de uma possibilidade de tratamento teórico desse tema de dissertação, caracterizando conexões possíveis que solidarizam os temas sem, entretanto, outros desdobramentos no decurso da dissertação devido às limitações operacionais desta categoria de análise. As temáticas principais para tratar as questões da dissertação são: Turismo, Ordenamento territorial, Densidade, Percepção e Paisagem, tratadas isoladamente nas suas especificidades. Esses conteúdos teóricos constituem a opção mais condizente com a perspectiva da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade e mesmo da complexidade para produção de conhecimento e para alcançar o objetivo geral de analisar as relações entre ordenamento do território, as densidades hoteleiras e os efeitos sobre a paisagem.

1.1.1 Sustentabilidade

Histórico

Os economistas clássicos, conscientes da finitude dos recursos naturais, se colocaram favoráveis ao crescimento econômico, apostando na superação da escassez pelas conquistas tecnológicas. A idéia de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável evolui dos muitos discursos nos diversos eventos internacionais aonde o conceito vem sendo formatado desde a Conferência de Estocolmo, em 1972. A princípio, surge do conceito de eco-desenvolvimento enunciado por Ignacy Sachs, na década de 70, conjugando desenvolvimento econômico e preservação ambiental, cuja tensão passava pela instância da articulação política.

Nessa década os efeitos da poluição e de outros usos incorretos dos recursos ambientais contribuem para a crescente conscientização ecológica que faz perceber a insustentabilidade, no longo prazo, do modelo econômico calcado na lógica da maximização dos lucros e da acumulação continuada.

A partir da década de 1980, um sistema de gestão ambiental na esfera pública é constituído, composto por secretarias, ministério e outros órgãos. A Política Ambiental, nessa década, se caracteriza pelo cunho preventivo, baseado em avaliações de impacto ambiental.

Em 1987, o Relatório da Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum*, apresenta o conceito de desenvolvimento sustentável, que se consolida a partir da CNUMAD, Cúpula da Terra - Rio 92, quando se define a Agenda 21, pauta de compromissos sócio-ambientais firmados nessa Conferência.

O desenvolvimento sustentável, então, passa a ser o foco dos formuladores e gestores de políticas, dos movimentos ambientalistas e dos meios científico e acadêmico. Ainda nessa década, o recurso da taxação sobre o dano ambiental passa a ser praticado e as empresas, paulatinamente, saem da posição de “alvos” da política ambiental e partem para uma atitude de comprometimento com a questão ambiental ratificada pela adesão aos programas de certificação. Nas diferentes esferas de governo, o setor público e o privado assumem pouco a pouco o compromisso constitucional com o meio ambiente⁷ e passam a proliferar atuações conjuntas, nos mais diferentes arranjos de parceria.

Das Conferências que seguem, Rio +5 e Rio +10, reafirmam-se os compromissos e surgem aprofundamentos e ampliação de noções contidas no próprio conceito de desenvolvimento sustentável, resultantes do processo de implementação da Agenda 21 e de cenários de insegurança política e social internacional. O desenvolvimento sustentável incorpora o desafio da superação da pobreza no mundo, evidenciada pelas tensões no leste Europeu, e passa a considerar também a dimensão social na conceituação de sustentabilidade. Os critérios valorizados em Johannesburgo são: equidade social, erradicação da pobreza, participação popular criando nova instância de governança para a sociedade civil organizada.

Conceito

O desenvolvimento sustentável, segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas, é “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem suas próprias necessidades.”

O amadurecimento do conceito ressalta a “noção de indissociabilidade entre desenvolvimento e conservação do meio ambiente, que leve à mudança do padrão de crescimento econômico e, portanto, torne possível a idéia do direito ao desenvolvimento, especialmente para os países mais pobres, e do direito às condições ambientais adequadas para as futuras gerações.” <<http://www.rc.unesp.br/igce/ceurb/cidades20sustentaveis.htm>>.

⁷ Conforme estabelece o Artigo 225 da Constituição Federal.

O documento “Cidades Sustentáveis” (MMA, 2000) ressalta duas noções-chave que tomam forma a partir do conceito de desenvolvimento sustentável: sustentabilidade ampliada e sustentabilidade progressiva. A *sustentabilidade ampliada* aborda a sinergia entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento, do que decorre a necessidade de se enfrentar conjuntamente a pobreza e a degradação ambiental; e, a *sustentabilidade progressiva*, aborda a sustentabilidade como um processo pragmático de desenvolvimento sustentável, englobando a produção, a conservação e a inclusão.

Desde 1993, Sachs aponta para diversos tipos de sustentabilidade: social, econômica, ecológica, e espacial. Posteriormente, amplia o elenco de dimensões de sustentabilidade que o conceito de desenvolvimento sustentável abarca, explicitando-as: a social, correspondendo ao pleno emprego, com qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais, razoável homogeneidade social; a cultural, relativa ao equilíbrio entre respeito à tradição e à inovação, capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, autoconfiança e abertura para o mundo; a ecológica, referente à preservação de recursos renováveis, limitação do uso de recursos não renováveis; a ambiental, foca o respeito e ênfase da capacidade de autodepuração dos sistemas naturais; a territorial, trata da diminuição da assimetria na aplicação dos investimentos públicos entre áreas urbanas e rurais, conservação da biodiversidade; econômica, enfatiza o desenvolvimento econômico inter-setorial equilibrado, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; a política e internacional, abrange o desenvolvimento da capacidade do Estado de implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores, um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade (SACHS, 2002, p.85).

A contribuição de Sachs é fundamental como elucidação aprofundada da estrutura deste conceito de desenvolvimento sustentável e, nesse texto, dá suporte à fundamentação teórica dessa dissertação.

Cidades Sustentáveis

A importância das cidades ganha destaque pelo seu papel para o desenvolvimento sustentável. A ocupação e a gestão do espaço urbano, a partir de nova leitura dos modelos de urbanização existentes, devem passar a incluir o controle social e a valorização do capital humano local, possibilitando recriar as cidades como centros de criatividade econômica, social e, sobretudo, de reinterpretação de suas características culturais.

A qualidade de vida nas cidades retorna às discussões e é ressaltada a necessidade de dar transversalidade às questões ambientais, principalmente no âmbito das políticas públicas. Reconstruir as cidades com estratégias ecológicas e visão do entorno, tem sido colocado, tanto pelos ambientalistas - com as idéias de capacidade de suporte, pegada ecológica, equilíbrio energético, conforto ambiental, entre outras - quanto pelos urbanistas.

Texto da UNESP sobre cidades sustentáveis resume no que implica a assunção da sustentabilidade como novo paradigma do desenvolvimento urbano:

A busca por uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente saudável conduz ao esforço de compreensão das novas dinâmicas que regem o espaço urbano, que possibilitem a construção de políticas articuladas cujo objetivo seja a qualidade de vida, a produtividade, a preservação e a inclusão
<<http://www.rc.unesp.br/igce/ceurb/cidades20sustentaveis.htm>>.

Novas dinâmicas do espaço urbano constituem-se no objeto do ordenamento territorial. As dinâmicas globais se refletem nos espaços nacionais, estaduais e locais, que se encadeiam até alcançar o território. O turismo é uma atividade econômica na qual se percebe nitidamente o preenchimento desse encadeamento e tem se apresentado como um dos ramos promissores da economia mundial, em franca ampliação. Constitui-se num dos grandes movimentos globais, que vem conquistando novos territórios. Preparar esta atividade, num padrão de sustentabilidade, precipuamente, envolve um ordenamento que não comprometa o patrimônio natural e cultural que a viabiliza, além da aplicação de instrumentos de implementação do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento de abordagens que aproximem a conceituação de sustentabilidade da prática do planejamento e do desenho urbanos.

Os grandes episódios de desastres ambientais, efeitos de poluição e aquecimento global provocaram uma reação que vem sendo modelada mundialmente com a construção do novo paradigma da sustentabilidade. Em três décadas esse conceito evoluiu, do estágio de conciliação do crescimento econômico com a preservação ambiental, para o de incorporação de outras dimensões que qualificam esse padrão de desenvolvimento como sustentável.

1.1.2 Complexidade

Retomando a ressalva apresentada na Introdução sobre a limitação da operacionalização metodológica no universo teórico da complexidade, mas, considerando que para esse tema de dissertação este referencial teórico aponta uma possível ampliação da compreensão do objeto de pesquisa, opta-se por não descartá-lo. Opção que se confirma, porque é possível perceber

dentro deste universo da complexidade conexões entre as temáticas enlaçadas para compor o sistema explicativo dessa dissertação, além do que, registra-se essa possibilidade para futuro aprofundamento.

Nascimento apresenta o pensamento complexo de Morin e ressalta que o autor da Teoria da Complexidade radicaliza quando se posiciona “contra o império do conhecimento disciplinar, contra o reducionismo epistemológico” e, destaca a perspectiva de um pensar abarcante, de uma compreensão que ultrapassa a categoria da interdisciplinaridade, que “refuta tanto a lógica da conjunção quanto a da separação observador e observado”, que refuta a simplificação, trazendo a dimensão da complexidade, como uma nova forma de conhecimento e, assumindo a possibilidade de operacionalizar o princípio da complexidade, viabiliza a compreensão de fenômenos diversos e em especial aqueles que têm dimensão de totalidades, como a paisagem (NASCIMENTO, In: PENA-VEGA, 2003, p. 9).

Para adentrar o pensamento de Morin é necessário recorrer à extração direcionada de pequenos trechos devido à dificuldade de construir paráfrases de conteúdo expresso de forma tão sintética e essencial.

Totalidade, ou sistema, na teoria de Edgard Morin (1977) ⁸ é conceituado como “... uma unidade global, organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos”, cuja distinção de outras definições está na introdução da organização na definição de sistema, que compreende como sendo:

... o agenciamento de relações entre componentes ou indivíduos que produz uma unidade complexa ou sistema, dotado de qualidades desconhecidas ao nível dos componentes e indivíduos. A organização liga de modo inter-relacionado os elementos ou eventos componentes de um todo. Ela assegura solidariedade e solidez relativa a estas ligações, logo assegura ao sistema uma certa possibilidade de duração a despeito de perturbações aleatórias. A organização então: transforma, produz, liga e mantém (MORIN, 2005, p.133).

Quando se pretende realizar produção de conhecimento na dimensão da complexidade, a abrangência é uma característica intrínseca. Inferências se evidenciam associando os temas que buscamos compreender numa rede de inter-relações muito vascularizada, um caminho inverso à compartimentação dos conteúdos que se quer estudar.

⁸ MORIN, Edgar. *La Methode: la Nature de la Nature*, Seuil, France, 1977.

Por essa razão, na abordagem da Complexidade, serão tratadas as variáveis-chave desta dissertação: o Ordenamento territorial, a Densidade e a Paisagem, evidenciando as conexões possíveis, até aqui percebidas, no âmbito dessa teoria.

Ordenamento Territorial no Pensamento Complexo

No atual estágio do conhecimento, quando categorias teóricas do pensar complexo, da Teoria Geral do Sistema, podem dar suporte à análise e ao estudo de totalidades, compreendida a sua integralidade, algumas articulações novas passam a ser factíveis e, são possíveis, então, estudos e aprofundamentos que efetivem encaminhamentos propositivos para questões ainda não enfrentadas no ordenamento territorial sustentável.

Operacionalizar os conceitos da complexidade é uma tarefa em evolução. A recorrência à teoria da complexidade vem da percepção de que a paisagem tem, exatamente, a característica maior de ser uma totalidade, e, portanto, passível de associação direta aos conceitos desenvolvidos por Morin: de sistema, de inter-relação, de organização; pois, se constitui, por excelência, como uma unidade complexa.

As definições de organização e de sistema, acima apresentadas, nos remetem à correspondência com o ordenamento territorial e o sistema urbano, situação que oportuniza a transposição da teoria à prática. A transferência direta das funções da organização para o ordenamento territorial ressalta o alcance da organização quando referido ao espaço, revelando a sua condição essencial: a capacidade transformadora, a possibilidade de produzir novas circunstâncias para o desenvolvimento por meio de conexões que se estabelecem e perduram no tempo.

Transferindo as propriedades da organização, como definido por Morin, para o ordenamento territorial como um modo de organização, de produção do espaço e da paisagem, passa-se a ter clareza do caráter geracional da função do conjunto de recursos para do ordenamento territorial enquanto instância organizativa do sistema urbano. Desagregando organização / ordenamento temos as quatro funções da organização assim caracterizadas:

A capacidade do ordenamento territorial de *transformar*, de dar novo sentido ao espaço definindo acessibilidades, hierarquizando, alterando usos e condições de ocupação, enfim, de criar e renovar sistemas, é de entendimento direto; uma revelação essencial porque reposiciona conceitos nos seus devidos lugares.

Quando se diz do ordenamento que ele *produz*, significa que a transformação ocorre em profundidade tal que gera formação. Morin fala que a organização é ao mesmo tempo transformação e formação, “a organização opera uma mudança de forma: ela forma (um todo) a partir da transformação (dos elementos)” (MORIN, 2005, p.164).

O ordenamento que pode combinar de modo variado os elementos estabelece relações, conecta elementos sob uma ordem específica. O ordenamento/organização *liga* elementos constituintes criando vinculações que criam o todo e peculiariza as qualidades deste.

Conforme Morin a permanência no tempo é uma particularidade da organização / ordenamento: “A organização *mantém* a permanência do sistema em sua forma, sua existência, sua identidade.” São dois os níveis da permanência: o nível estrutural e gerador/produz, das regras organizacionais; o nível fenomenal, em que o todo mantém a constância de suas formas e de suas qualidades apesar dos acasos, agressões e perturbações, por meio, eventualmente, de flutuações corrigidas por regulações, concluindo que, “... todo o sistema é também uma organização contra a antiorganização” (MORIN, 2005, p.165).

No nível estrutural, das regras organizacionais do sistema urbano, situam-se os índices urbanísticos que estabelecem as relações entre elementos, dentre estes a densidade, dado geratriz para os demais parâmetros, ficando a paisagem como resultante no nível fenomenal. A conexão densidade e paisagem, na visão sistêmica do pensamento complexo, é o passo seguinte para compreender a interconexão do nível estrutural e fenomenal da organização, do ordenamento territorial.

Paisagem e Densidade: Conexão na visão sistêmica

Antes de adentrar a conexão densidade e paisagem no pensamento complexo, vale salientar que essa conexão encontra ressonância também em teorias que contêm uma mesma visão abarcante do mundo, sistêmica, como encontramos na teia de relações de Capra quando coloca que

... as relações entre elementos da natureza e elementos construídos como itens em articulação de mútua e múltipla referência, que além do mais, se retroalimentam e com o seu observador, influenciando e sendo influenciado mutuamente (CAPRA, 1986).

Ou, ainda, importantes reflexões sobre a dialética da totalidade, de caráter explicativo da paisagem como menciona Sartre e Kosik, “(a cidade, por analogia a paisagem) implica numa

espécie de *totalidade-incompleta* que está sempre buscando totalizar-se.” (SARTRE; KOSIK, 1967, apud SAMPAIO 1999, p.21), e, para Santos,

... caracteriza-se por uma *'inércia dinâmica'*, as formas são tanto um resultado como uma condição para processos. A estrutura espacial não é passiva, mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais instâncias sociais (SANTOS 1978, apud SAMPAIO, 1999, p.21).

Densidade no pensamento complexo

Retornando à Morin, para compreender a relação Paisagem e Densidade, temos que, na escala do urbano, os elementos se interrelacionam sob um dado modo de organização. Constrói-se um sistema com as regras organizacionais e parâmetros que, à exemplo do parâmetro densidade, como parâmetro manifesto no espaço - a densidade percebida -, surge como uma qualidade nova, nos termos do autor, como uma *propriedade emergente* do sistema que se consubstancia na paisagem.

Continuando com o raciocínio de Morin, adentrando no domínio das emergências e retrações do sistema para compreender a natureza das propriedades emergentes, temos que:

... qualidades ou propriedades de um sistema que apresentam um caráter de novidade com relação às qualidades ou propriedades dos componentes considerados isoladamente. [...] A emergência é uma qualidade nova com relação aos constituintes do sistema [...] ela tem o caráter de irredutibilidade: é uma qualidade que não se deixa decompor, que não se pode deduzir dos elementos anteriores - irredutível, fenomenalmente e indedutível logicamente. O que significa que a emergência se impõe como fato, dado fenomenológico que o conhecimento deve constatar. [...] A emergência constitui um salto lógico e abre no nosso entendimento a brecha por onde penetra a irredutibilidade do real... (MORIN, 2005, p.136-142).

Embora o autor também afirme que, “... fruto do conjunto organizacional/sistêmico, elas (emergências) podem, algumas serem decompostas em seus elementos constitutivos”, elementos estes, que encontramos destacados em Rapoport, quando define os elementos atinentes à densidade percebida (RAPOPORT, 1978, p.192).

Estamos diante da possibilidade de alguma decomposição do real e buscando a ampliação do conhecimento para criar novas possibilidades para o diálogo entre os atores sociais deste processo de produção do espaço, essencialmente necessário para ser aplicado em unidades especiais de conservação. O conceito de organização em Morin inclui as

condições do modo organizacional tal como proposto no conceito de sustentabilidade, especialmente, a durabilidade temporal que permeia a ambos os conceitos e nos permite encontrar, na Teoria da Complexidade, um denominador comum para abrigar as categorias de conhecimento envolvidas no desenvolvimento deste trabalho de investigação.

Paisagem no pensamento complexo

As paisagens edificadas resultam dos processos organizativos que se impõem para criar melhor estrutura para as constantes demandas sócio-econômicas. A partir da metade do séc. XX, uma nova abordagem, mais ecológica, visando à integração da paisagem no planejamento vem sendo desenvolvida. Desde os anos 1980, a retomada do foco na ecologia das paisagens, com ênfase na sua dimensão holística vem ganhando adeptos e se consolidando, assim como, a transdisciplinaridade passa a integrar a pesquisa aplicada e a política de implementação como condição objetiva fundamental. Nessa virada de séc. - XX / XXI -, a concepção de paisagem como herança ressurge, assim como se conscientiza sobre a ameaça da globalização, para a manutenção da identidade local e da diversidade regional.

Para caracterizar a relação entre paisagem e densidade na visão sistêmica, no pensamento complexo, sem correr o risco de equívocos, e para que o leitor se aperceba da riqueza desta construção teórica, será necessário adentrar o pensamento de Morin, através de Pena-Vega, o que já significa trilhar o caminho com alguma segurança, muito embora não dispense a seqüência de vários extratos do seu texto.

À paisagem pode-se transferir as reflexões acerca da ecologia, como um seu elemento constitutivo. “O princípio fundamental da ecologia é baseado na interação, na interdependência”, donde ecossistema, e também paisagem, constituem uma “totalidade complexa auto-organizada e auto-organizante”, sendo “o ecossistema co-organizador e co-programador do sistema vivo que nele se encontra integrado”. Tanto assim que, numa perspectiva globalizante, há que se admitir a confluência entre ambiente social e a biosfera (PENA-VEGA, 2003, p.31).

Evidencia-se a imbricação ecossistema-paisagem, mais claramente na escala de alguns fenômenos, como o fenômeno urbano dada à própria “condição do ser vivo que se alimenta tanto de organização complexa quanto de informação”. Essa afirmação ressalta a importância de ser valorizada a inter-relação entre os domínios das ciências do homem e da natureza e,

neste sentido, a paisagem promove a consciência das condições bio-antropológicas, sócio-culturais ou nosológicas do conhecimento. (PENA-VEGA, 2003, p.32).

Pena-Vega, ainda, afirma que “a complexidade, a irreversibilidade, a desordem e a autoecoorganização constituem as categorias de um novo paradigma da ecologia”, da paisagem (PENA-VEGA, 2003, p.43).

O paradigma da complexidade está na associação da idéia de unidade e de diversidade: Um sistema é uma unidade global, não elementar, já que é constituído de partes diversas inter-relacionadas. O conceito de unidade complexa “ganhará densidade se presentirmos que não podemos reduzir o todo às partes nem as partes ao todo” (PENA-VEGA, 2003, p.64).

O meio ambiente e a paisagem, por evidência, não podem ser vistos como “ordem e coação (determinismo, condicionamento do meio), não mais apenas como desordem (destruição, devastação, risco), mas também, como uma organização que, como toda organização complexa, sofre, comporta e produz a desordem e a ordem”. O conceito de organização “... organização de si, da produção de si, da desorganização/reorganização permanente, que é a dos seres-máquinas naturais, é a mesma da eco-organização.” (PENA-VEGA, 2003, p.67).

Na abordagem complexa preponderam as noções de desordem e ordem, destruição, antagonismos, entropia/neguentropia permanente. Todos esses fenômenos de destruição e desorganização não apenas são compensados por nascimentos e regenerações, mas trazem em si *virtudes organizacionais*. “A partir do tetragrama *ordem / interação / desordem / organização* é que se pode conceber plenamente a complexidade da eco-organização.” (PENA-VEGA, 2003, p. 68-69).

Continuando a explanação, acrescenta:

A abordagem simplista da ciência da ecologia recusou uma modelização complexa homem/natureza e ignorou a presença do conceito de adaptação, condição primeira e geral de toda existência [...] o jogo da adaptação não se situa no nível de indivíduos ou de espécies conhecidas isoladamente em relação a um meio ambiente rígido e invariável. Ele se situa num jogo complexo entre auto-organização e eco-organização (PENA-VEGA, 2003, p.70).

Conforme Morin, “... o homem está na natureza e a natureza está no homem.” Trata-se de uma reversão paradigmática. A consciência ecológica irá considerar o fato de que temos um habitat que nos é consubstancial. Não se trata mais de obedecer a um princípio de disjunção

que durante muito tempo dominou a tradição científica ocidental, fundamentalmente, entre o homem e o mundo físico ou natural: “o homem tinha um status insular na natureza”. Trata-se de ligar a partir de um princípio de complexidade o que está disjunto.

Ainda, conforme Morin,

O novo lugar que ocupa a condição humana abre uma dialógica entre a realidade antro-po-social e a realidade natural, esforço de compreensão multidimensional, de pensar com singularidade, com a localidade, com a temporalidade, não mais esquecer a totalidade integrativa.

Adiante, Pena-Vega afirma que “a dimensão ecológica enfatiza o papel ativo das unidades de interações entre espécies e grupos sócio-econômicos num sistema ecocomplexo” (PENA-VEGA, 2003, p.72-73, 81).

Continuando, diz que o caráter indissociável da relação homem/natureza só pode ser inteligível se nos basearmos em um novo paradigma. A visão de equilíbrio da natureza pertence a uma visão mecanicista do mundo na medida em que ignora a *irreversibilidade*. Um desafio seria integrar a relação objeto/sujeito aos novos fundamentos: temporalidade humana, temporalidade da biosfera e temporalidade ética, basear a análise do desenvolvimento sustentável numa atitude diferente em relação ao tempo histórico. A idéia mais importante é a da coexistência entre incerteza e irreversibilidade, pois que agrega valor à preservação ambiental. No entanto, esta mensagem qualitativa deve ainda ser traduzida por medidas precisas e critérios de decisão (PENA-VEGA, 2003, p.104).

No ambiente do pensamento complexo compreende-se as imbricações entre ordenamento do território, densidade e paisagem, além do que, são identificadas assertivas enunciadas pelos autores que constituem verdadeiros filões de conteúdos a serem ajustados e aprofundados para que se aproximem da possibilidade de operacionalização, como é o caso da dimensão temporal da irreversibilidade que se aproxima do conceito de impermanência, um desafio ainda maior para a civilização ocidental.

Associar densidade ao fenômeno paisagístico é um elemento conceitual e metodológico novo que aproxima a questão ambiental das lógicas da racionalidade técnica e econômica. A possibilidade de trabalhar, ou retrabalhar, conhecimentos e práticas na dimensão da complexidade é especialmente interessante para a análise das relações de causalidade que movem o ciclo contínuo *ações / interferências / novas ações* que caracteriza a participação do elemento paisagem nas práticas sócio-econômicas e sócio-espaciais.

1.1.3 Turismo

Na contemporaneidade, o Turismo tem início efetivo com as conquistas tecnológicas que viabilizam o desenvolvimento de uma infra-estrutura viária e de transportes, nos diversos modais, e com a conseqüente dinamização econômica, que gera excedentes de recursos, associada à liberalização do tempo com a evolução das relações trabalhistas. Essas condições tornam factível a intensificação de viagens, fortemente motivadas pela contemplação de sítios excepcionais, belas e pitorescas paisagens, em período posterior à segunda guerra mundial.

Os números da OMT caracterizam um fluxo internacional vertiginosamente ascendente de 25 milhões de turistas em 1950 para 457 milhões em 2.000, projetado para 1.047 bilhões em 2010, sendo que as taxas de crescimento, entre as décadas de 50 e 70, mantêm-se como as mais elevadas nessa trajetória.

Essencialmente, o turismo tem no ambiente natural ou cultural, sua base motivacional. Toma-se como precípua a essa atividade, a proteção e a preservação do patrimônio que lhe confere o status de região turística, sítio turístico, e, por essa razão, é atividade, recorrentemente, elencada como opção de desenvolvimento de regiões com formações naturais singulares ou frágeis. O dinamismo econômico que proporciona à sua cadeia produtiva é outro fator que coloca este setor como solução para a crise de cidades de baixa dinâmica sócio-econômica.

Este setor tem a peculiaridade de comercializar produtos por antecipação ao consumo efetivo, o que, além da alta competitividade e o atual processo de globalização da economia, exige homogeneização e diferenciação dos lugares, ressaltando a importância do papel da imagem, como destaca Leandro:

Neste contexto, as transformações da imagem na sociedade de consumo de massa devem-se ao desenvolvimento e aplicação de técnicas de marketing difundidas pela mídia de uma forma geral, veiculando imagens que extrapolam fronteiras e lugares. O mundo transforma-se cada vez mais em imagem e esta em produto (LEANDRO, 1997 apud CIDADE, 1999 a, p. 4).

A parte da composição da imagem que associa a configuração do lugar, seus atributos naturais e culturais com o conjunto de valores da sociedade geram um caráter próprio e intransferível ao espaço, a identidade, que Castells entende como:

Processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(os) qual(ais)

prevalece(m) sobre outras fontes de significado (CASTELLS, 1999 apud CIDADE, 1999 a, p.5).

A individualização da cidade e localidades, o fortalecimento da identidade, passa a integrar a pauta do ordenamento territorial visando à manutenção do caráter de distinção, essencial ao processo de estabelecimento do turismo, em qualquer condição, e, em especial, como alavancador de economias de cidades em crise, como muitas se encontram.

Turismo Sustentável

A importância do conceito de desenvolvimento sustentável, assimilada mediante as ocorrências que sinalizavam o desgaste ambiental do planeta, cuja conscientização tem marco com a publicação *Silent Spring*⁹, vai reverberando e criando as condições de repensar atitudes e compromissos, a princípio motivados pela questão ambiental. No âmbito do turismo se destaca a Conferência de Manila, 1980, como o momento que marcou o reconhecimento do setor da importância do patrimônio natural e cultural para essa atividade.

Seguidos Fóruns e Conferências passam a tratar do padrão de sustentabilidade para o turismo. Lunas destaca: a Conferência Global 1990, Vancouver, Canadá, que define os princípios que devem permear as atividades de ecoturismo, com destaque para o caráter educacional, a inclusão social, a preservação ambiental, a participação na gestão e nos benefícios indiretos, além do aprimoramento dos transportes; a Conferência Mundial sobre Turismo Sustentável, Ilhas Canárias, 1995, que valoriza a proteção e recuperação dos recursos naturais, a qualidade de vida das comunidades locais, a satisfação das necessidades dos turistas e o respeito à cultura local; a Conferência Internacional de Ministros do Ambiente sobre Biodiversidade e Turismo, 1997, em Berlim, que compromete todos os atores com a responsabilidade sobre as dimensões ambiental, econômica, social e cultural (LUNAS, 2006, p.35).

Em síntese, esse padrão de desenvolvimento preconiza a implantação e gestão dos sistemas turísticos com eficiência econômica, com preservação/conservação ambiental, inclusão social, amparado num ambiente político institucional que assegure participação dos atores sociais e a ética. Objetivamente, turismo sustentável consiste numa mudança de foco do binômio crescimento econômico - desenvolvimento para a geração de oportunidades de

⁹ CARSON, Rachel. *Silent Spring*, 1962.

emprego, renda, melhoria da qualidade de vida da população local com a garantia da manutenção dos valores culturais e ambientais (INSKEEP, 1991, p. 461).

Verificam-se, no processo de consolidação de regiões, cidades ou localidades turísticas, conflitos com a preservação das condições originais de realização dessa atividade, introduzindo impactos sobre o ambiente, a sociedade, a cultura e muitas outras dificuldades de gestão. São testemunhos as cidades balneárias, atraentes para o turismo de sol e mar, outras cidades/localidades que desenvolvem distintas tipologias de turismo, inclusive aquelas relacionadas ao ecoturismo, demonstrando que não se trata de conflitos de uma segmentação turística específica. Os conflitos têm origem nos processos de mudança que se instalam nas localidades receptoras com um conjunto de ações e intervenções que interferem, com maior ou menor impacto, na comunidade, no meio ambiente natural e cultural. A constatação de que existe um processo inerente à atividade turística de deterioração do espaço conduz, necessariamente, essa atividade para adequar-se ao modelo de desenvolvimento sustentável, de turismo sustentável, por transitividade.

Segundo Lunas "... na medida em que um sistema turístico amadurece aumentam os riscos de maiores impactos sobre o patrimônio ambiental e cultural o que torna imperativo pensar sobre as medidas para mitigar os danos advindos desta atividade econômica." (LUNAS, 2006, p.24). O que se observa no ciclo dos destinos turísticos são fases com temporalidades distintas em cada caso, mas que podem ser generalizadas: a fase inicial, de turismo incipiente de ocorrência espontânea, decorre essencialmente dos atributos do lugar; o segundo momento, quando se avolumam os empreendimentos e surgem os conflitos que demandam a mediação do Estado. Esta mediação refere-se à requisição de melhorias de infra-estrutura, pontuais ou orquestradas como um grande programa de desenvolvimento como no caso em estudo do Centro Turístico Forte-Sauípe. A promoção dos destinos e a perspectiva de crescimento mantêm as expectativas acesas e, até essa fase, existe um consenso sobre a oportunidade da grande transformação que se avizinha. A fase de implantação dos grandes complexos turísticos chega com a consciência da segregação e das mutilações territoriais e espaciais, do baixo aproveitamento da mão de obra, da impossibilidade de agregar negócios de base artesanal aos ritmos e padrões comerciais dos grandes complexos turísticos, dos efeitos de migração de populações e fluxo turísticos intensificados. Essa conjuntura culmina por conformar conflitos que comprometem os destinos turísticos, ameaçando ou até antecipando seu esgotamento, com um quadro de efeitos negativos em todas as dimensões: econômica, sócio-cultural, ecológica, político, institucional, espacial e territorial.

Tendo como inerentes e, portanto, inevitáveis as transformações decorrentes do processo de equipar territórios para o desenvolvimento do turismo, Luscarin destaca a dimensão política, a questão da regulação como crucial devido à complexidade de inter-relações e a diversidade de atores (LUSCARIN, 1999, apud LUNAS, 2006), posição reforçada por Ruschmann quando declara que a implementação desse novo padrão de desenvolvimento, principalmente nos países em desenvolvimento e em especial para a atividade turística, depende de forte participação do setor público (RUSCHMANN, 1997, apud MENDONÇA JÚNIOR et al. 2000).

Experiências internacionais como Cancun, Las Vegas e Disney demonstram uma forte regulação, sim, mas exercida por atores diferenciados. Cancun se estabeleceu com forte planejamento estatal, Las Vegas cresceu como produto de ação de atores privados e Disney, o maior dos casos de sucesso e também a experiência mais radical do ponto de vista da regulação, pois, Disney é um caso de completa desregulação estatal. O grupo se estabelece na Flórida impondo tanto ajuste na infra-estrutura viária pública quanto assume a gestão territorial de toda sua propriedade, controlando diretamente todos, usufruindo de poderes regulatórios reservados por lei a governos popularmente eleitos, inclusive lhes é transferido o direito de taxar a população pelos serviços como uma instância governamental, um Estado, situação similar ao Vaticano (JUDD; FAINSTEIN, 1999).

Independente do quadro institucional que lidera a atividade turística, esta pressupõe forte regulação, seja exclusivamente privada, governamental ou mista. Conforme Foglesong o sucesso do poder centralizado está em permitir incorporar as amenidades positivas, mas também ratear o ônus do custo do desenvolvimento, da assimilação de externalidades positivas (FOGLESONG, 1999, p. 105).

À dimensão política da sustentabilidade somam-se as dimensões espacial e territorial elencadas por Sachs, pelo significado estratégico para turismo, visto que, essas dimensões encontram-se no cerne da problemática do ordenamento território nessa atividade (SACHS, 1993, p.24; 2002, p.85). Yázigi reforça afirmando que:

...a dimensão espacial suscita reflexões sobre como se podem preservar as paisagens públicas próximas às cidades e promover a organização social para o desafio de contrapor o interesse individual do morador do entorno e o interesse coletivo da existência de lugares que sejam adequados ao desejo da coletividade na busca de prazer visual; o turismo depende do olhar [...] é preciso estabelecer regras – regras que sejam cumpridas por todos, ou assumimos que somos farsantes da democracia (YÁZIGI, 1999, p.159).

O turismo evoluiu do estágio de ocupação espontânea a atividade planejada, e mais, a atividade recorrente como opção de desenvolvimento sustentável para regiões com valores ambientais significativos e economia de baixa atividade. O turismo acentua a sua importância, na dinâmica econômica, quando é computada a sua capacidade de transformação e de produção de valor agregado que se incorpora ao patrimônio natural e cultural e à terra. A sustentabilidade do desenvolvimento turístico está na pauta de tantos eventos citados e se constitui num desafio efetivo. Dentre as grandes questões da sustentabilidade no turismo situa-se o ordenamento territorial que valorize e preserve este patrimônio ambiental, visto que a transformação, inevitável neste processo, traz latente o risco de comprometimento dos valores locais, especialmente da paisagem.

1.1.4 Ordenamento do Território

Será abordado o conceito de território como uma segmentação do espaço, o território turístico, e o ordenamento territorial, propriamente dito, dirigido à paisagem, com três focos específicos: Planejamento e Paisagem, Turismo e Valor da paisagem, e Instrumentos Legais e Paisagem.

O território

Na contemporaneidade, a necessidade de dar denominações diversas para o entendimento de que recorte do espaço está se tratando decorre da amplitude desse conceito. Recorrendo à Geografia, pode-se considerar o espaço como um conjunto articulado de sistemas de objetos e sistemas de ações num dado contexto histórico (SANTOS, 1996, p. 51). Com Michel Bassand temos que o espaço participa do sistema social segundo quatro modalidades: espaço-suporte, espaço-distância, espaço-solo e espaço-símbolo.

Espaço-solo: corresponde ao espaço geográfico, noção esvaziada de sua dimensão sócio-histórica, insuficiente para dar conta de diferenças nas trajetórias de desenvolvimento entre locais, regiões e países.

Espaço-suporte: lugar das múltiplas formas de produção, consumo e gestão, traduz as diferenciações das transformações culturais e tem valor de uso distinto.

Espaço-distância: espaço obstáculo à comunicação e à troca. Marx usou esse conceito como impedimento à aproximação social, ao cooperativismo, à formação de classes sociais.

Para algumas formas de agregação social, a tecnologia da informação e da comunicação, hoje, superou o espaço-distância. Em turismo, o espaço-distância tem influência na distribuição dos fluxos internacionais e mesmo nos regionais. Influi na composição de mercados em função da posição privilegiada dos grandes centros emissores.

O espaço - signo e símbolo: substrato material da sociedade, ou seja, a forma que assumem ao estabelecer-se no solo, o volume e a densidade da população, a maneira como ela se distribui assim como o conjunto das coisas que servem de sede à vida coletiva: o lugar. Construção concreta e simbólica, fundamento da inteligibilidade de uma dada comunidade para indivíduos estrangeiros. O lugar antropológico caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constituiu. (BASSAND, apud SANTOS, 1986, p.134).

Santos, enfaticamente, diz que o território não é uma categoria de análise da Geografia, e explicita:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p.8).

Loyola retoma a relação espaço e território e o sentido histórico afirmando que:

O espaço é território. Os territórios mudam no tempo e no espaço. Isto é, eles desempenham o papel de acumuladores da história, assim como são modelados pela ação de seus sujeitos históricos mediada pela combinação de forças internas e externas. O território deve ser compreendido como locus de ação social e parte de uma totalidade espacial (LOYOLA, 2004, p.825).

O território, assim entendido, resulta da apropriação coletiva do espaço por um grupo. Associada à idéia de território está a idéia de controle, controle das condições da vida social, mas também a idéia de soberania e de pertencimento. Brunet diz:

O território diz respeito à projeção sobre um espaço determinado de estruturas específicas de um grupo humano, que inclui a maneira de repartição e gestão, o ordenamento desse espaço (BRUNET et al., 1992 apud CLAVAL, 1999, p. 9).

Segundo Claval, a compreensão da dimensão simbólica do território é um dos temas mais atuais na Geografia, desenvolvem-se pesquisas sobre o espaço vivido desde os anos 70,

focalizando o *sentido de lugar*, e retoma-se a análise da personalidade das construções geográficas. Sobre território, Claval diz:

... falar em território em vez de espaço é evidenciar que os lugares nos quais estão inscritas as existências humanas foram construídos pelos homens, ao mesmo tempo pela sua ação técnica e pelo discurso que mantinham sobre ela. As relações que os grupos mantêm com o seu meio não são somente materiais, são também de ordem simbólica, o que os torna reflexivos. Os homens concebem seu ambiente como se houvesse um espelho que, refletindo suas imagens, os ajuda a tomar consciência daquilo que eles partilham (CLAVAL, 1999, p.8-9).

O sentido de lugar e pertencimento está associado à memória, e os lugares especiais, que têm função no fortalecimento da imagem, são lugares de memória. Brunet complementa dizendo que:

... seu valor simbólico é mais ou menos nobre, local, nacional, internacional, mundial, ou próprio a uma religião, a uma cultura; eles são freqüentemente fontes de identidade coletiva e também de atividades econômicas (BRUNET et al., 1992, apud CLAVAL, 1999, p. 10).

O aprofundamento do conceito de território e novas formas de construção / transformação do espaço refletem crises identitárias que fazem emergir nuances desse conceito, antes imperceptíveis, como a do não-lugar: aquele espaço que não tem um padrão de organização que lhe confira uma identidade, não estrutura relações e tampouco contém as marcas da história.

Sobre a mudança da realidade do espaço, Claval suscita o questionamento quanto às identidades: “elas devem ser reformuladas ou reconstruídas sobre novas bases” (CLAVAL, 1999, p.16).

Segundo Bassand o espaço “não é residual nem secundário”, tem caráter interdisciplinar e é inadmissível refletir sobre questões espaciais, inclusive políticas públicas desconectadas da realidade espacial vista a evidência da interdependência setorial: lócus da economia, da sociologia, da política, e demais subsistemas (BASSAND, apud SANTOS, 1986, p.134).

O espaço da atividade turística é considerado por Santos como “frações funcionais do espaço”, a exemplo das porções do espaço funcionalizadas pelo turismo: o território turístico (SANTOS, apud CRUZ, 2001, p.17).

O território turístico

A atividade turística, via de regra, se instala no território utilizando da infra-estrutura urbana das localidades. Na atual inserção político-econômica constitui-se numa das mais importantes fontes de reprodução e acumulação de capital, passando da condição de usuário das infra-estruturas urbanas a estruturador de espaços e orientando a alocação de recursos de infra-estrutura em sintonia com prioridades definidas nas políticas públicas desse setor. ¹⁰

Como dito por Cruz a “atividade deixa, paulatinamente, de ser uma usuária passiva dos territórios para tornar-se mais um agente condicionador do seu (re)ordenamento” ou ainda, “a importância do turismo reside menos nas estatísticas que mostram, parcialmente, seu significado e mais na sua incontestável capacidade de organizar territórios para sua realização” (CRUZ, 2001, p.8).

O turismo tem a peculiaridade de ser a “única entre as atividades econômicas modernas que consome elementarmente espaço,” seja o seu produto – o atrativo turístico -: (Sanchez, 1991; Urry, 1996; Bertonecello, 1998, apud: Cruz, 2001:8), sejam as instalações dos meios de hospedagem e outras que lhe são complementares.

A preparação dos espaços para promover essa atividade pressupõe sua diferenciação. Os investimentos necessários são de tal ordem que a concretização fica dependente de determinações no nível de políticas públicas. O avanço do capital internacional sobre as cidades e localidades onde escolhem para se estabelecer impõe alterações o quadro sócio-econômico e ambiental, como diz Santos:

A finança tornada internacional como norma contraria as estruturas vigentes e impõe outras. E quando têm uma existência autônoma, isto é, não precisa consultar ninguém para se instalar, ela funciona a despeito dos outros atores e acarreta para o lugar uma existência sem autonomia. Há certamente anteparos a essa ação do dinheiro em estado puro, maneiras de reorganizar o território [...] outro dado que resiste à ação cega do dinheiro é a cidadania (SANTOS, 1999, p.13).

Este processo de preparação dos territórios turísticos acontece, também, com a parceria corporações-Estado, como se verifica nas experiências internacionais exemplificadas por Faisntein, cidades como parques temáticos: Las Vegas, Disney World, Cancun ou como

¹⁰ O PRODETRU-NE é exemplo de infra-estruturação de espaço para formação ou consolidação de territórios turísticos.

destinos menos artificiais que se apóiam nos patrimônios naturais e culturais existentes, mas que dependem de grandes inversões para transformá-los em destinos turísticos. (FAINSTEIN; JUDD, 1999).

A comparação entre essas duas condições de destinos turísticos é importante para se perceber que o valor concorrencial de um território turístico nem sempre é dependente da viabilidade de manutenção do seu patrimônio paisagístico ambiental ou cultural, visto que, se presidido pela racionalidade de mercado, este se estabelece com ou sem a preservação de valores culturais (elementos do espaço símbolo). Evidentemente esse padrão não se encaixa na categoria de turismo sustentável. Em turismo, a força do mercado é tão determinante que se torna viável a criação de espaços turísticos indiferentes aos territórios onde implantados (o não-lugar), onde tudo funciona e acontece conforme uma artificialidade projetada, imposta pelo capital.

A indústria turística, freqüentemente associada à possibilidade de desenvolvimento com preservação de valores naturais e culturais, deixa a suspeição de que a fidelidade aos atributos do local tem o significado do benefício direto, que usufrui na sua conveniência, pois, o mercado aceita que a fidelidade a esses princípios seja bastante frágil. Registre-se que essa condição também passa por um processo de conscientização do mercado consumidor que, paulatinamente, vem se adequando e despertando para o interesse em experiências autênticas, mais significativamente representado pelo segmento do ecoturismo.

A condição de sustentabilidade do turismo, no ordenamento do território, está dependente de políticas públicas comprometidas com esse fim e com a atitude da sociedade receptora, nem sempre ciente das transformações em toda a sua extensão. Como a força do mercado de entretenimento e lazer é cada vez mais crescente, pois que essa é uma nova condição da sociedade pós-moderna, garantir a prática de um modelo de desenvolvimento sustentável, via de regra, significa um esforço permanente de mobilização da sociedade. Os princípios de sustentabilidade, conforme explicitado por Santos, dependem da criação de mecanismos sociais de resistência como um meio de reação “à ação cega ao dinheiro” (SANTOS, 1999).

Ordenamento do Território: Planejamento e Paisagem

A atitude de projeto/planejamento, ante o ato propositivo e de criação, é resultante do ideário técnico que oscila entre duas claras vertentes: na primeira, predomina a razão técnica que lida com a natureza como matéria-prima a serviço do desenvolvimentismo; na segunda, a

razão está orientada pela finitude dos recursos naturais e assume limites para o desenvolvimento baseado na conservação da base natural.

Diante da subordinação às políticas econômicas globais, preponderaram atitudes projetuais enquadradas na primeira vertente, e, não por auto deliberação, mas por pressões decorrentes do comprometimento dos recursos naturais num nível crítico, a formulação de novos paradigmas, mais próximos do conservadorismo, passa então a ser cogitado, buscando uma formulação que seja conciliatória da relação Sociedade - Natureza.

O processo de maturação da questão ambiental desloca o foco do *ecologismo* para o conceito mais abrangente de *desenvolvimento sustentável* que origina um novo formato para o planejamento identificado como planejamento ambiental ou planejamento da paisagem, ou ainda, arquitetura da paisagem, entendida como uma produção da coletividade sob modelagem técnica, mas construída com referenciais da própria comunidade¹¹.

A paisagem, cujo conceito, para esta análise, pressupõe o sujeito observador, não apenas se constitui em objeto de contemplação, mas, na escala da região e na escala local, é condicionadora de práticas sócio-espaciais. Intervenções com impactos negativos na paisagem promovem, diretamente, desarranjos no modo de organização e produção social, cujos efeitos são claramente perceptíveis nos territórios turísticos, onde, efeitos negativos atingem um dos elementos estruturantes da atividade, assim como, e principalmente, afetam os referenciais de orientabilidade e identidade, tanto quanto maculam elementos do referencial simbólico. Desse modo, se identifica como uma das grandes questões do ordenamento do território turístico, a exclusão metodológica da paisagem, produzida ou natural, como produtora e indutora de práticas sociais, de potencial uso no planejamento urbano e regional, mas, historicamente ignorada na gestão dos territórios.

A reconstrução da relação Sociedade – Natureza impõe novas formas alternativas de projeto que relacionem e incluam a paisagem, em suas diversas escalas, como elemento determinante e também determinado por toda a produção do espaço para que essa produção possa ser dita ambientalmente sustentável.

A desconsideração da inserção paisagística, a prática de criação do espaço, da cidade, do ambiente, desprezando a compreensão da totalidade, resulta na quebra de referenciais e na

¹¹ Segundo assertiva do Prof. Heliodoro (SAMPAIO, A.H.L. 1999:16) "... a forma plástica se assenta na chamada 'vontade artística' de um indivíduo e difere muito da noção de expressão estética de uma coletividade", mas decorre, essencialmente, da regulamentação do uso do espaço, da ação de regulação do Estado.

perda de atributos que conduzem à apreensão do espaço com impactos que vão, desde a falta de orientação referencial ou legibilidade, a outros, inclusive de ordem psicológica: sensação de pertencimento e de apropriação do lugar.

A anulação do espaço livre, a alienação ambiental, a impossibilidade de pensar o espaço, a cidade e o ambiente como totalidades abertas, o vazio de referências arquitetônicas e urbanísticas são as carências e o desafio na modernização da produção do espaço, incorporando valores para um desenho ambientalmente sustentável.

Oseki e Pellegrino questionam:

Qual o grau de complexidade que os projetos devem possuir para atingir uma compreensão da paisagem como uma rede de relações sociais e naturais em permanente movimento e sugerir modelos capazes de ampliar a percepção ambiental dos usuários, concorrendo para que assumam sua real condição de cidadania ambiental? (OSEKI, PELLEGRINO 2004, p. 500).

Reformulações conceituais a serem introduzidas nas práticas de projeto/planejamento, novos métodos para definir padrões para um sistema de espaços livres, questões relativas à paisagem e sua dimensão ambiental, entendimento das relações cultura-natureza, e do lugar da natureza na produção do espaço social urbano, são demandas para produção de um espaço que configure um “ambiente que enriqueça a vida cultural, redefina a ligação com a natureza e represente outro modo de conceber os espaços livres, como um processo de socialização de espaços naturais e de re-naturação de espaços sociais.” (OSEKI, PELLEGRINO 2004, p. 500).

De fato, o planejamento do ordenamento do território turístico ainda não controla as suas variáveis-chave e peculiaridades. Processos simultâneos à implantação do planejamento do espaço turístico são observados: a ocorrência de ocupação não planejada e a formação da “bolha turística”, dentre outros.

Atrelado ao centro turístico e, em razão das oportunidades que a ele estão associadas, se estabelece, à revelia do planejamento, uma ocupação descontrolada. Fainstein e Judd apresentam os casos de: Cancun, que começou exclusivamente como ação de empresa pública, mas que nos arredores gerou uma urbanização adjacente onde se misturam atividades indígenas; Las Vegas, que cresceu como produto de múltiplos atores privados e constituiu a oportunidade de propulsão de uma diversidade de setores econômicos que se instala nos arredores da cidade; Disney, que assim como Cancun, desenvolveu uma área não controlada que toma conta dos arredores do empreendimento (FAINSTEIN; JUDD 1999, p.263).

A peculiaridade da forma de efetivação da ocupação do território turístico tem caracterizado a formação de espaços segregados que, intencional ou despropositadamente, conformam a “bolha turística” referida por Urry :

... Em muitas cidades um perímetro bem definido separa o espaço turístico do espaço do resto da cidade. Onde crime, pobreza e decadência urbana fazem parte de uma cidade não-hospitaleira para visitantes, áreas especializadas são estabelecidas como reservas virtuais para o turista (URRY,1990, apud JUDD, 1999, p. 53).

Em síntese, sem desconhecer as limitações do ordenamento do território ante as graves questões sociais, mas compreendendo também a sua potencialidade para assegurar a inclusão territorial, pode-se concluir que existe uma evidente carência de metodologia que integre os sistemas de espaços abertos, a identidade, a paisagem e a arquitetura paisagística, como possibilidade de interrelacionar elementos e superar a contradição entre usos sociais, radicalizados na ocupação desordenada, na “bolha turística” e na proteção ambiental, de modo a reunir a cidade, seu ambiente, na paisagem.

Ordenamento do Território: Turismo e Valor Econômico da Paisagem

Para o turismo o elemento paisagístico é dos mais relevantes, seja uma paisagem diferenciada pelos atributos naturais ou culturais, tanto para destinos já consolidados quanto para destinos a serem formatados como áreas turísticas novas. Embora pareça de difícil mensuração, dado a aspectos intangíveis associados a esse recurso, especificamente, os relativos à dimensão cultural e simbólica, uma apropriação do valor econômico da paisagem é factível.

A dinâmica do turismo é mensurada sobre o extrato dos negócios, empregos gerados, renda auferida, nos moldes da contabilidade da economia neoclássica. Constanza afirma que, “a participação do turismo no PIB, na versão atual que ignora a contribuição da natureza para a produção, [...] leva muitas vezes a estranhos resultados” (CONSTANZA, 1994, p.126).

A economia ecológica está ancorada no enfoque sistêmico onde sistemas econômicos e ecológicos estão inter-relacionados e são mutuamente ingerentes. Ainda, conforme Constanza, “a economia ecológica é um novo campo de estudo transdisciplinar que se dirige às relações entre os ecossistemas e os sistemas econômicos em seu sentido mais amplo” (CONSTANZA, 1994, p.112).

No turismo, quando a atividade é predominantemente suportada pelo capital natural ou cultural de uma região, o importante é o “caráter estacionário do sistema” (MOTA 2001, p.16), ou seja, a preservação das condições de largada do esforço mercadológico e de infraestruturação para formatação do destino turístico. Essa assertiva correlaciona a ocupação do território ao conceito de capacidade de suporte. Colocados à parte os processos funcionais dos ecossistemas de uma região, a paisagem, a sua manutenção, responde a um processo equivalente ao de homeostase, podemos dizer um processo artificial homeostase, obtido através dos instrumentos regulatórios do uso e ocupação do solo. Para o espaço produzido, a correlação de forças, o equilíbrio entre ecossistemas (mesmo a sua dimensão estético/simbólica) e sistemas econômicos, “somente é possível se os recursos naturais forem geridos com o apoio de subsistemas que contemplem as instituições públicas e privadas: regulações, instrumentos e ferramentas de gestão ambiental” (MOTA 2001, p.16).

Esse equilíbrio entre ecossistemas e sistemas econômicos é ancorado nos recursos da gestão ambiental, especialmente os regulatórios, que através dos parâmetros urbanísticos, no âmbito do ordenamento do uso e ocupação do solo, visam à calibragem das interações entre a atividade econômica de produção do espaço construído e o ambiente natural.

A nova abordagem da economia ecológica requer a revisão, a releitura, a reestruturação dos mecanismos de modo a integrar todas as dimensões da sustentabilidade nos processos decisórios e de produção/implantação dos empreendimentos:

Devemos considerar a tarefa, avaliar as capacidades que têm as ferramentas existentes para fazer o serviço e projetar outras, caso aquelas de que dispomos sejam comprovadamente ineficazes. [...] Poderá surgir a necessidade de novos modelos e novas ferramentas intelectuais nas ocasiões em que não for possível fazer-se a junção entre economia e ecologia mediante as ferramentas existentes (CONSTANZA, 1994, p. 112).

Perceber que ferramentas têm o alcance e a função estratégica de manejar a variável que desencadeia as interferências indesejadas é o primeiro desafio. Desenvolver ou criar novos mecanismos ou metodologias para manejá-las é o desafio potencializado.

Ordenamento do Território: Documentos Legais e Paisagem

Duas abordagens são apresentadas, a primeira apresenta a origem e forma de aplicação dos termos ordenamento territorial e ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico; a segunda apresenta outros documentos legais e as menções respectivas à paisagem, permitindo uma

visão geral do arcabouço legal seus limites e possibilidades de garantir a proteção à paisagem no ordenamento territorial.

Ordenamento do território e ZEE

O elenco de instrumentos de gestão ambiental abrange desde o disciplinamento do uso e ocupação do solo até instrumentos jurídicos, econômicos que podem ser orquestrados conjuntamente de modo a controlar e induzir o ordenamento territorial. O ordenamento territorial e o zoneamento ecológico econômico, como são referidos às vezes de forma indiferenciada, vale trazer à tona a origem dos termos, como apresentado por Benatti.

... na literatura internacional a categoria utilizada é ordenamento territorial; no Brasil, desde a década de 1980, a burocracia estatal utiliza a expressão zoneamento ecológico econômico, que se consolidou na década seguinte como designação oficial <[http:// www.esmpu.gov.br/publicacoes/meioambiente](http://www.esmpu.gov.br/publicacoes/meioambiente)>.

Depreende-se dos documentos legais a seguinte aplicação dos termos:

- A Constituição Federal, Art. 21, IX, fala em “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”.
- O Estatuto da Terra (Lei n. 4.540/64), em seu art. 43, determina que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária promoverá a realização de estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária...”
- A Lei de 8.171, de 17 de Janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola, trata em seu artigo 19, sobre o zoneamento agro-ecológico.
- O decreto n. 4.297, de 10 de julho de 2002, que regulamenta o artigo 9º, II, da Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, estabelece os critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil - ZEE.
- A Lei n. 6.938 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação; o ZEE é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.

Benatti, ainda, ressalta que:

...no final da década de 1990, os documentos oficiais passam a fazer uma distinção entre ordenamento territorial e zoneamento ecológico econômico, apresentando este como um instrumento técnico e político para tomada de decisão e aquele como plano mais geral para disciplinar a ocupação do solo e dos recursos naturais <[http:// www.esmpu.gov.br/publicacoes/meioambiente](http://www.esmpu.gov.br/publicacoes/meioambiente)>.

Documentos Legais e Paisagem

Adiante são destacados os trechos dos documentos legais que fazem menção à paisagem:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Artigo 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as **paisagens notáveis** e os sítios arqueológicos;

Artigo 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar corretamente sobre:

VII - proteção ao patrimônio histórico, cultural, turístico e **paisagístico**;
VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e **paisagístico**.

Artigo 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os **bens de natureza material e imaterial**, tomados individualmente ou em conjunto, **portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira**, nos quais se incluem: ...

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, **paisagístico**, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

LEI 6.938/81 QUE DISPÕE SOBRE POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Prevê expressamente em seus princípios a proteção e recuperação das áreas ameaçadas de degradação. Define o meio ambiente, a degradação e a poluição de modo geral, fazendo inserir a **estética** além do bem estar e saúde, na proteção à degradação (art. 3º, III, alínea d).

A introdução da estética, de algum modo, já aponta a valorização da paisagem, mesmo que, adiante, na Lei 7.347/1985 o valor paisagístico se apresente como distinto do valor estético.

LEI 7.347 DE 24 DE JULHO DE 1985

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e **paisagístico** (Vetado) e dá outras providências.

A ação civil por danos aos jazigos que contenham fósseis pode ser realizada pelo Ministério Público, pela União, pelos Estados e Municípios, autarquia, empresa pública, fundação, sociedade de economia mista, associação constituída há pelo menos um ano (nos termos da lei civil) ou associação que

inclua entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, ao patrimônio artístico, **estético**, histórico e **turístico**.

Nessa lei dentre os valores arrolados o paisagístico não está relacionado, objeto de veto, embora a Constituição nos artigos 23, 24 e 216 aponte o valor paisagístico como patrimônio brasileiro. Paradoxalmente, na mesma lei, justifica-se o acolhimento de ação civil pública de entidade que atue em prol de finalidade estética e turística, onde a paisagem pode ser incluída.

LEI 9.985 DE 2000 – Institui o SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza

Atende aos “objetivos nacionais de conservação da natureza, cria o sistema nacional de unidades de conservação, estabelece medidas de preservação da diversidade biológica e dispõe sobre responsabilidades institucionais, implantação de áreas”.

O SNUC define a Unidade de conservação de Monumento Natural: unidade territorial de conservação ambiental e cultural, que tem por objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. Essa é uma unidade de Conservação que trata de elementos paisagísticos, primordialmente.

O tratamento dado à paisagem nos principais textos legais, portanto, é de caráter patrimonialista e entende a paisagem como um elemento estático, de valor cênico apenas. Novos textos vêm sendo construídos, como o Decreto 24.189 de 12 de Maio de 2004, que cria a Comissão de Proteção da Paisagem Urbana da Cidade do Rio de Janeiro, onde se destaca o reconhecimento da importância da paisagem natural tanto quanto da paisagem edificada, assim como, da necessidade de definição de critérios para analisar as intervenções, objetivando, neste caso, apenas as inserções artísticas na paisagem. Pode-se considerar como uma evolução que aponta para uma necessidade e uma tendência à maior compreensão da paisagem como elemento estruturante, condicionador do desenvolvimento sócio-econômico, além de integrante do elenco do patrimônio nacional.

Preparar o território para o desenvolvimento sustentável depende do aprimoramento do processo de planejamento, ferramentas e mecanismos que possam superar: a segregação intrínseca que a atividade promove, a intensificação dos padrões de ocupação da terra por empreendimentos que visam à maximização de lucros, mas que podem alterar negativamente a paisagem e o quadro ambiental, a mutação cultural, dentre muitos conflitos que podem ser listados.

Os instrumentos de regulação para o ordenamento vigente, inclusive dos territórios turísticos são: Planos Diretores Municipais e ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico, que carecem de metodologias que valorizem e incorporem a paisagem. O estudo da densidade aponta para um novo caminho para o planejamento ambiental onde a arquitetura da paisagem passa a ser valorizada. Evidente que as limitações da legislação para conter processos de ocupação que tragam em suas propostas o comprometimento da paisagem não apenas reside na inexistência de planejamento e mecanismos de controle, mas também se encontra na fragilidade das estruturas municipais, vulneráveis ante o quadro de pressões que cercam as esferas de licenciamento.

1.1.5 Densidade

Conceito

Como conceito geral, densidade diz respeito à intensidade de uma ocorrência em relação a um meio. Como parâmetro de uso do espaço, densidade se expressa através da relação entre elementos por unidade de área, hectares. No âmbito da Geografia e do Urbanismo, correntemente, se expressa como uma relação entre habitantes por unidade de área, densidades populacionais. No âmbito mais estrito do urbanismo outras relações de densidade, que não as populacionais, são importantes: a relação da quantidade de área construída e o território – densidades habitacionais ou densidade construtiva; a relação entre os volumes edificados e o território - densidade volumétrica.

Ambos os termos da relação, numerador e denominador, têm significados particulares, em cada situação, o que pode traduzir distorções exponenciais no seu valor. Que pessoas? Que tipologia construtiva? Que entidade volumétrica? Que características territoriais? Todos os condicionantes físicos entram nessa relação e são diferenciados os significados da densidade em função dos atributos dos elementos que concorrem.

Rapoport afirma que o conceito de densidade é muito mais complexo e que a densidade quantitativa para seres humanos, e mesmo animais, é um parâmetro insuficiente, pois são as relações sociais que importam (RAPOPORT, 1978, p.192).

Densidade, concretamente, se manifesta como o resultado de outro conjunto de elementos que diz respeito ao domínio da arquitetura e do urbanismo: formas, volumes, desenho urbanístico, modos de produção, tecnologias. Esse parâmetro se decompõe em outros

da modelagem espacial: recuos, taxa de conforto, índices de utilização e de ocupação. Como expressão dos valores de uma dada comunidade está correlacionada também a padrões culturais de produção do espaço, estes, assim como aqueles valores simbólicos que constroem o caráter do lugar, sua identidade, constituem a essência do que Santos sintetiza como o “sistema de objetos e ações” do território, elementos que devem assumir a dimensão de balizas para o ordenamento do território (SANTOS, 1996, p. 51).

Amos Rapoport evidencia a falta de correspondência entre o referencial quantitativo da densidade e a espacialização desse referencial, mediatizado pelo desenho. O autor distingue duas categorias de densidades: a objetiva e a percebida.

A densidade objetiva se refere à relação quantitativa, utilizada predominantemente para balizar o dimensionamento de redes de infra-estrutura urbana, o custo de produção do espaço, o cálculo de projeções populacionais e outras especulações. Está associada diretamente à dimensão econômica: a avaliações de rentabilidade da produção, sejam imóveis, sejam unidades habitacionais hoteleiras, expressam o potencial de uso de uma gleba, constitui-se em indicador de rentabilidade de investimentos.

Introduzindo o conceito de densidade percebida, Rapoport ressalta que:

... a densidade percebida não pode criar-se somente a partir de um desenho visual deixando à parte os demais sentidos, ou bem esquecendo a realidade social (BARKER; WICKER, 1973, apud RAPOPORT, 1982, p.192).

Frisa, ainda, que os aspectos sociais são os mais importantes, colocando-a como uma possibilidade de confrontação das normas, pois que, a densidade percebida traz à tona os aspectos qualitativos dessa relação entre elementos e unidade de área. A especificidade dos elementos expressos como dado quantitativo levam a distorções na sua compreensão de ordem tão variada quanto podem ser as diferenças culturais entre indivíduos, ou quanto podem ser diferentes os aspectos de um território.

O conceito de densidade percebida, destacado por Rapoport (1978) é retomado na publicação *Vizualizing Density* que, assim como esse autor, evidencia a possibilidade de correlacionar esse indicador estratégico com os resultados da produção do espaço que, em última instância se consubstanciam na paisagem (CAMPOLI, 2007).

Indicador Estratégico

A *densidade*, por outro lado, tem sido elevada à categoria de indicador estratégico para a eficiência e a sustentabilidade de modelos de desenvolvimento e é apontado o desafio da falta de informação sistemática sobre a aparência do desenvolvimento em diferentes densidades, diz Ingram, (INGRAM, 2007).

As discussões sobre a tendência à compacidade das cidades, visando à minimização da ocupação do espaço livre, têm se constituído num filão para pesquisas sobre esse parâmetro e outras correlações vêm sendo buscadas. Campoli comenta que livros do Smart Growth e New Urbanism destacam a importância e as possibilidades inexploradas desse parâmetro, mas que este não se refere, especificamente, à questão da densidade quantitativa e da densidade percebida, e, identifica o design como elemento de mediação entre a densidade objetiva e percebida (CAMPOLI, 2007).

No planejamento territorial e na regulação da produção do espaço, a densidade se situa como o elemento “sensor”, entre o sistema econômico e o ambiental, balizando o nível de conservação e intensidade da ocupação tal como enunciado por Mota (MOTA, 2001, p.17). Na condição de parâmetro regulador da ocupação territorial, na relação de densidade concorrem as dimensões da sustentabilidade, que jogam seu papel na produção do espaço: ambiental, econômica, social, política, institucional, cultural, espacial (SACHS, 2002).

Aprofundar o entendimento sobre a densidade representa a possibilidade de tratar a produção do espaço em fina sintonia com a economia ecológica que, conforme Constanza, “difere da economia convencional tanto em termos da amplitude da percepção do problema, quanto na importância que atribui à interação meio ambiente-economia” (CONSTANZA, 1994, p.113). Focalizando a economia ecológica, o ordenamento do território, a produção do espaço, com o objetivo da sustentabilidade, considerando a capacidade de suporte de um dado ambiente, deve refletir nos seus parâmetros e critérios a garantia de não degradar os estoques de capital, inclusive os de capital natural.

Aplicabilidade

O aprofundamento do conhecimento sobre a densidade na sua dimensão qualitativa / percebida passa pela identificação das categorias de elementos envolvidos. Rapoport chega a listar as categorias das características do meio ambiente que podem afetar a densidade

percebida: “características perceptivas, características simbólico-associativas, aspectos temporais, características sócio-físicas e características sócio-culturais”. (RAPOPORT, 1978, p.190-192).

Barker e Wicker referem-se às possibilidades estratégicas de manejo das densidades percebidas em função da organização do sistema, ou seja, por meio das relações entre elementos e sistemas: as ruas e espaços abertos, os assentamentos e suas atividades, os níveis de manipulação espacial (BARKER; WICKER, 1973, apud RAPOPORT, 1982, p.192). A percepção detecta diferentes níveis informativos que variam segundo a cultura, o contexto e o nível de adaptação dos indivíduos, o que é muito importante para compreender os níveis de tolerância dos efeitos da densidade urbana. Uma perspectiva instrumental ampliada para a densidade então é visualizada.

A aplicabilidade desse conceito está em superar as limitações do dado quantitativo e transpor a discussão para a dimensão qualitativa da densidade, como esta se manifesta nos elementos da paisagem. Sem descartar, seja o aspecto quantitativo seja o aspecto qualitativo desse parâmetro, pode-se então questionar cada uma das dimensões de sustentabilidade na sua composição e, por fim, traduzi-lo, numa dimensão quantitativa calibrada, em estratégias de manejo da densidade como referido por Barker e Wicker, acima, e como fluxos informativos que serão captados pelos processos perceptivos na leitura da paisagem. A densidade como geratriz do fato urbanístico¹² construído vincula-se à paisagem na sua fenomenologia.

Saliente-se que a cristalização do parâmetro densidade na paisagem não significa que apenas a dimensão visual e estética seja o alvo do incremento do planejamento ambiental almejado quando se focaliza a densidade como indicador estratégico. Conhecimentos sobre as *determinações econômicas*, o contexto do processo do ordenamento do território e os recursos da produção do espaço são essenciais para construção de novas ferramentas que instrumentem o planejamento ambiental, pois que, como afirma Sampaio,

... a forma física, se restrita ao visual, estará centrada nos atributos superficiais da forma, necessitando, pois de outros de instrumentos adicionais imprescindíveis ao desvelamento daqueles conteúdos não explícitos. Assim como, o alcance da atuação do técnico sobre o processo de ordenamento do território não deve ser desconsiderada (SAMPAIO, 1999, p. 336).

Os princípios para o *ordenamento territorial sustentável* estão postos. A baixa eficácia dos instrumentos de ordenamento do território resulta na imprevisibilidade constante dos resultados.

12 De modo direto ou indireto a densidade implica nos demais parâmetros urbanísticos.

O ritmo, que imprime a lógica da crescente densificação urbana ou da incorporação de novos territórios, orienta para a necessidade de novos procedimentos metodológicos, ou, como afirma Flint (2005), de novas ferramentas para o desenho de projetos de desenvolvimento que contemple a densidade.

O parâmetro densidade que calibra a intensidade de ocupação e o nível de conservação da qualidade ambiental do território, desagregado nos seus aspectos qualitativos – densidade percebida -, se constitui num recurso do técnico para expor o embate das ideologias que concorrem no ordenamento territorial e clarificar questões do diálogo entre atores sociais, técnicos, políticos e empresários.

1.1.6 Percepção

A percepção objetiva-se numa análise espacial que tire o máximo de partido de dados perceptíveis, sem negar o caráter total da realidade. O texto de Kohlsdorf é referencial para compreensão da percepção, e, apoiado nele, o conhecimento sobre a percepção do espaço, paisagem e território, é trazido para o leitor, com muitas referências do texto, um resumo.

O espaço urbano e seus elementos perceptíveis

O espaço urbano é um fenômeno, necessariamente social, apreendido primeiramente pelas suas manifestações externas que envolvem situações cognitivas sucessivas. “Apreender as manifestações externas do espaço urbano é apenas uma etapa (paisagem), ao final da qual terão dados empíricos a serem trabalhados teoricamente (densidades)” (KOLSDORF, 1984).

O espaço urbano, objeto real, é uma totalidade complexa e multidimensional, sensivelmente representável, onde coexistem características empíricas (aquelas incapazes de revelar as determinações essenciais) e não empíricas (aquelas que são capazes de revelar as relações que aparecem à primeira vista mistificadas).

Os *dados sensíveis* do espaço, chave para descobrir a unidade ou a forma de organização dos elementos que servem para descrevê-lo, num primeiro momento, são: *a aparência, o uso e o significado*. (CASTELLS, 1974, apud KOHLSDORF, 1984, p.9). Constituem-se nas manifestações externas do fenômeno urbano, compreendidas a partir de instâncias analíticas que visam ao conhecimento do objeto real.

Essas três categorias se distinguem: na *aparência* predomina a forma ou configuração visual do espaço, mas concorrem na apreensão dessa característica os demais sentidos quanto ao uso e ao significado; o *uso* do espaço urbano corresponde às relações que se estabelecem entre as atividades sociais e os espaços físicos, uma análise que em geral se esgota em si mesma; o *significado* é uma característica mais complexa, entretanto, os dados são mais transparentes. Os significados são adquiridos historicamente, expressão da formação social em questão.

Os vínculos entre os dados sensíveis e a estrutura da formação social podem ser reduzidos a três instâncias básicas, porém complexas: os sistemas de relações econômicas, político-institucionais e ideológicas, as quais, assim como a formação espacial, são determinadas pelo sistema complexo das práticas econômicas que predomina sobre as instâncias políticas e ideológicas (CASTELLS, 1974 apud KOHLSDORF, 1984, p.14).

Apreensão e Processo Cognitivo

A apreensão se dá no momento inicial do processo cognitivo quando o sujeito se compromete com as manifestações externas do fenômeno que pretende conhecer. Nesse processo as relações entre o nível de conhecimento sensível (perceptivo) e o nível de conhecimento abstrato (teorizado), e, entre estes e o conhecimento como um todo, são essencialmente dialéticos. Por isso na apreensão comparecem também alguns conceitos anteriormente elaborados.

A Figura 2 mostra o percurso deste processo. Partindo das *aparências do objeto real*, passa-se a um *movimento de abstração* e ao retorno ao objeto, formulado teoricamente, objeto construído.

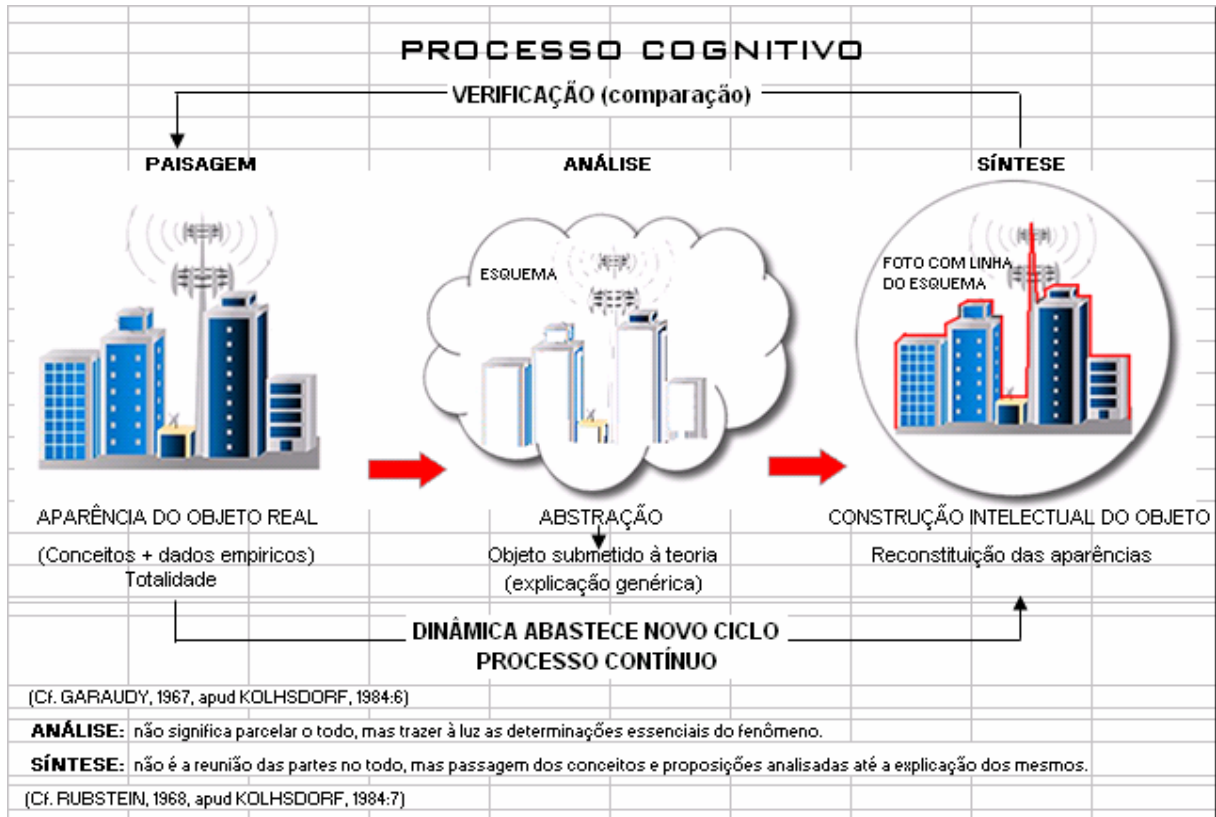


Figura 2: Esquema do Processo Cognitivo

Fonte: (GARAUDY, 1967/151, p.140, apud KOHLSDORF,1984, p.6), redesenhado pelo autor.

A apreensão é a atividade cognitiva primária que compreende atividades como *sensação*, *percepção*, *imaginação*, *intuição*, que concorrem para que se apreenda certo objeto real. De diferentes naturezas, estas atividades têm papéis diferenciados no processo cognitivo.

“As *sensações* são as responsáveis pela entrada em contato do indivíduo com o meio ambiente e se constitui na ligação mais próxima e imediata da consciência com a realidade objetiva”, (KOHLSDORF,1984, p.18).

Na *percepção* ocorre a reprodução da realidade onde, no caso do espaço real, os sistemas sensoriais e tátil-cinético têm importância primordial. A percepção deixa o campo sensorial e passa ao mundo visual. A percepção resulta geneticamente da sensação, mas não como uma cadeia de sensações isoladas, mas como uma nova qualidade do reflexo sensorial. Na percepção do espaço, em que pese a contribuição dos receptores visuais e tactil-cinéticos, não compõem apenas as características do objeto, mas toda a sua complexidade, ainda que de maneira subjetiva. É por isso que a percepção constitui-se, no processo do conhecimento

humano, a forma básica do reflexo sensorial, e não está intimamente ligada ao pensamento e às demais experiências anteriormente adquiridas, porque no córtex cerebral, ocorre uma síntese dos estímulos provenientes de todos os receptores, tanto os sensoriais (sinais primários) quanto os decodificadores (sinais secundários). Esta síntese confere à percepção um caráter de globalidade (KOHLSDORF, 1984, p.19).

A *imaginação* consiste na coordenação de imagens mentais, a partir de certo desenvolvimento cognitivo que lhe permite simbolizar. A imaginação estabelece a primeira grande diferença entre espaço percebido e imagem espacial. No espaço percebido o sujeito e o objeto estão na presença um do outro, na imagem espacial o sujeito prescinde da proximidade física do objeto. Além de ter percebido, a formação da imagem é fundamental à capacidade de representar, capacitação que se forma no desenvolvimento da inteligência. A imagem é, portanto, a imitação interior e simbólica de ações anteriormente executadas, cuja contribuição, para o conhecimento, limita-se ao caráter expressivo, ou representativo pelo qual ela desempenha um papel de significante ou de símbolo.

A *intuição*, lógica segundo a qual se afirma, mas não se demonstra, recorre aos sentidos, à percepção, à imaginação para efetuar a leitura dos objetos, mas não se restringe aí, exerce uma ação sobre estes. A intuição permite a inteligência necessária à organização de elementos no espaço, operações ditas infralógicas (PIAGET; INHELDER, 1972, apud KOHLSDORF, 1984). Formadores da noção de objeto por oposição aos conjuntos de objetos por onde se formam as noções espaciais fundamentais como vizinhança e ordem espacial.

A *apreensão*, movimento de objetivação a partir de atividades como sensação, percepção, imaginação e intuição, oferece elementos a serem submetidos a teorias. A apreensão trabalha com os três dados sensíveis, simultaneamente: forma, uso e significado, de maneira conjunta e inter-relacionada.

Efeitos da Percepção: Topológicos, Perspectivos e Semânticos

Na constituição da percepção do espaço concorrem, além da inteligência do indivíduo, os efeitos topológicos e perspectivos provenientes do espaço, que incorporando a relação do sujeito com o espaço resulta em efeitos semânticos que conclui com o plano analítico. A imaginação por sua vez, uma representação do objeto, é desenvolvida desde a percepção onde se agregam as informações e vivências anteriores.

Os efeitos topológicos resultam das primeiras experiências sensíveis, aqueles que se percebe com o deslocar-se. Os efeitos perspectivos estão relacionados com o dimensionamento e composição de ângulos e planos que marcam o direcionamento: linear, contínuo, deflexões, evidenciando o sentido e a direção. (KOHLSDORF, 1984, p. 47). Os efeitos semânticos estão baseados na socialização e estão relacionados com a segurança emocional, que se constrói a partir de processos de imitação, admisão e culturais, e, a afirmação emocional, associado à identificação com o meio, compreensão e aceitação dos valores (PARSONS, 1951 apud KOHLSDORF, 1984).

Os efeitos semânticos que emanam dos arranjos espaciais urbanos são essenciais e constituem-se em metas do desenho urbano a serem perseguidas ou asseguradas quando de novas intervenções, alcançáveis pela *orientabilidade, identidade, capacidade de estímulo e estética*.

A Figura 3 esquematiza os passos de constituição da percepção do espaço onde concorrem além da inteligência do indivíduo, os efeitos topológicos e perspectivos provenientes do espaço que, incorporando a relação do sujeito com o espaço, resulta em efeitos semânticos e conclui com o plano analítico. A imaginação por sua vez, uma representação do objeto, é desenvolvida desde a percepção onde se agregam as informações e vivências anteriores.

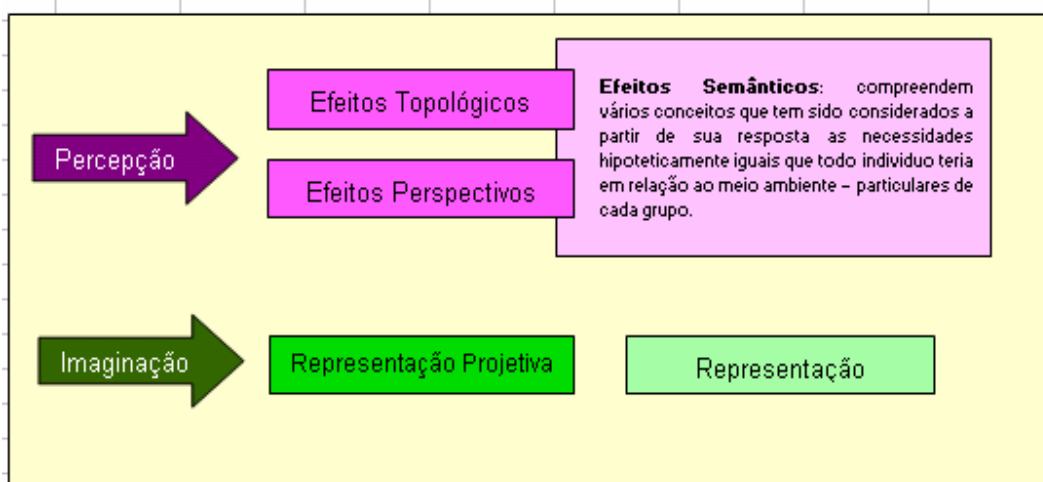


Figura 3 – Percepção e Imaginação
Fonte: (KOHLSDORF, 1984, p. 25)

Qualidades da Percepção

As qualidades da percepção quanto à aparência resultam dos efeitos vinculados à relação Sujeito / Objeto, que não são nem topológicos nem dimensionais, são percebidos como totalidades, são:

Os efeitos que dizem mais respeito ao sujeito respondem a necessidades psíquicas básicas do ser humano e os que dizem mais respeito ao objeto são ditos como qualidades da configuração, qualidades de aparência do espaço urbano. Investigar [...] faz sentido porque estes atributos da paisagem são chaves para a decodificação do espaço e podem conduzir à lei de formação do fenômeno físico-espacial urbano, daí porque a importância das técnicas a nível da percepção (KOHLSDORF, 1984, p. 50).

O esquema, representado na Figura 4: Esquema das Qualidades da Percepção demonstra a articulação das qualidades da percepção que concorrem para a segurança e afirmação emocional do sujeito. Identificam-se dois grupos: o primeiro, que se refere aos efeitos relacionados ao Sujeito, e o segundo, aos efeitos relacionados ao Objeto que concorrem na Orientabilidade, no Estímulo e na Identidade.

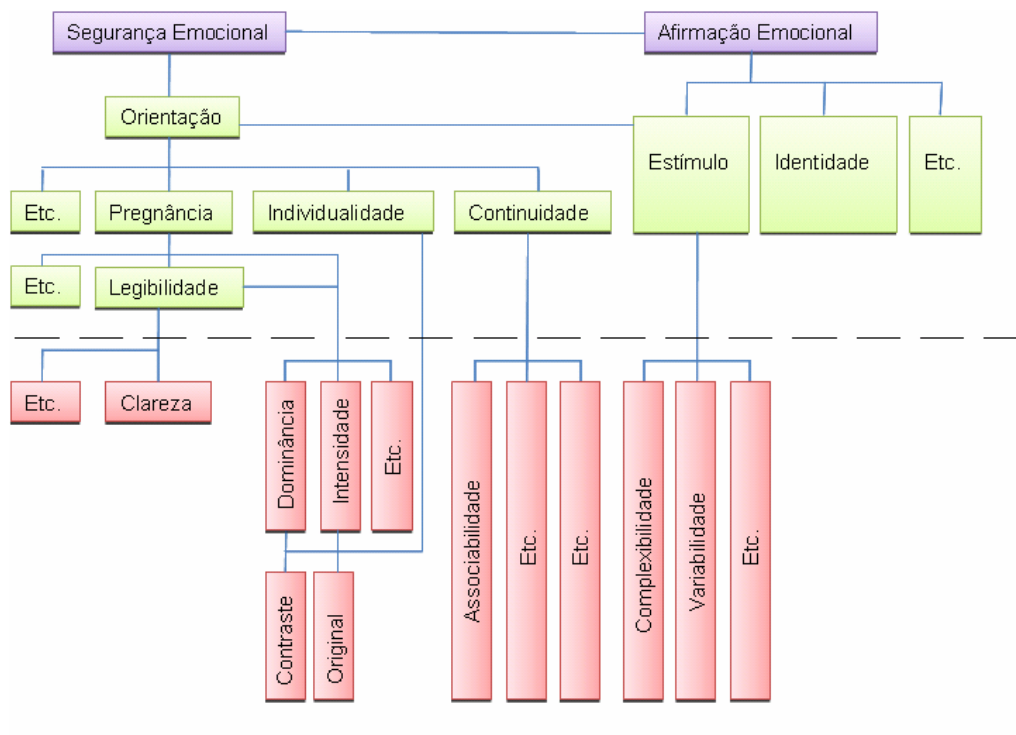


Figura 4: Esquema das Qualidades da Percepção
 Fonte: Manual de Técnicas de Apreensão do Espaço, (KOHLSDORF 1984, p. 55)

Na Orientabilidade concorrem os efeitos relacionados ao Sujeito: *Pregnância* – “o conjunto de elementos facilmente registráveis na memória”; a *Individualidade* - “maneira singular e inconfundível segundo a qual um determinado espaço urbano se apresenta”; a *Continuidade* - “a associação de partes de uma situação ou espaço urbano real em um sistema de elementos interdependentes. A continuidade espacial demonstra haver identidade e individualidade no espaço, através de um sistema estrutural claro”; *Legibilidade* - “a facilidade com que o indivíduo pode reconhecer e organizar as partes em uma situação concreta. Significa clareza manifesta na paisagem”; e, os efeitos relacionados ao Objeto onde comparecem: *Clareza* - “a nitidez da aparência”; *Dominância* - “a supremacia de uma porção do espaço ou de elementos sobre os outros”; *Intensidade* - “a força contida na informação sensivelmente apreendida”; *Contraste* - “diferenciação de elementos que permanecem estreitamente ligados”; *Originalidade* - “a maneira única de ser”; *Associatividade* - “a organização de um grupo ou seqüência de elementos”. (KOHLSDORF, 1984, p. 52-55).

Na qualidade de *Estímulo*, entendida como “... a capacidade de inovação que o espaço real pode oferecer, segundo a qual se elimina a monotonia e se concorre à orientação e à identificação”,¹³ “... jogo de trocas emocionais entre pessoas e o meio ambiente”¹⁴, comparecem efeitos relacionados ao Objeto: *Variabilidade* - “condição de transformação e adaptação”; *Complexidade* - “quando certos elementos são estruturados a partir de outros” (KOHLSDORF, 1984, p. 52-55).

A *Identidade*, quanto às qualidades da aparência:

“pode ser entendida como caráter próprio e intransferível de determinado espaço real, a partir do qual pode-se reconhecer e descrever o espaço real, por meio de predicados, bem como diferenciá-lo de outros espaços [e em outra interpretação, complementar]... como o desenvolvimento de interações pessoais entre indivíduos e espaço urbano para que haja uma identificação psíquica, positiva ou não.” (KOHLSDORF, 1984, p.52).

A paisagem do espaço urbano: forma, uso e significado

A característica geral da percepção é a abrangência da totalidade, das diversas facetas e qualidades do espaço urbano, formando uma unidade, onde se misturam dados aparentes e conceitos. Fazendo uso de informações mentais infralógicas, pode-se realizar neste momento certa ordenação de informações.

¹³ KOHLSDORF, 1984.

¹⁴ SEPLANTEC. A Região Turística de Salvador. Carta da CPE 29/94

No processo cognitivo paisagem é definida como sendo:

... a percepção do espaço urbano real, à partir do seu exterior, [que] fixa-se em geral à partir de relações entre espaço natural e espaço arquitetônico, numa apreensão chamada paisagem. Nesta ressaltam: relevo, formações paisagísticas, elementos hidrográficos, etc., e as características arquitetônicas, como grandes conjuntos contrapostos ao espaço natural (KOHLSDORF, 1984, p. 42).

A paisagem está no primeiro nível da atividade perceptiva, quando sujeito e objetos estão um em presença do outro e se forma:

...um retrato claro da realidade objetiva, onde estão abrangidos não apenas as manifestações externas, as relações superficiais/.../mas também as conexões internas importantes, genéricas e essenciais (WOERTERBUCH, apud KOHLSDORF, 1984, p.8).

A percepção a partir do interior é cinética e progressiva, se apreende o espaço pelo encadeamento sucessivo de suas partes que são percebidas conforme o percurso que faz na cidade/espaço. Ou seja, ocorre pelos caminhos pelos quais o indivíduo se desloca. (KOHLSDORF, 1984, p.42).

O espaço urbano, quanto à *forma*, é percebido segundo suas relações qualitativas e topológicas, essas, estão relacionadas com o deslocamento que o corpo humano sofre, e funciona no sentido do espaço ser extensão do próprio corpo (PIAGET; INHELDER, 1972, apud KOHLSDORF, 1984, p.28). São relações espaciais qualitativas: proximidade, envolvimento, afastamento, vizinhança, relações exploradas por diversos autores.

Quanto ao *uso* caracteriza-se como um espaço de ação e de vivência, onde a vida social se expressa através de certos usos e complexos de usos. Na percepção, o uso do espaço urbano real é apreendido, predominantemente, de uma relação entre usuários e complexo de atividades; o espaço onde eles estão e onde elas ocorrem. Noções de suficiência e eficiência entre espaços e usos.

No aspecto *significado* o espaço urbano é percebido através dos seus signos, algo que se coloca para o outro com a função de representar determinado objeto e que é entendido e interpretado por aquele sujeito (BENSE e WALTER, 1973, apud KOHLSDORF, 1984, p.28): ícones (similaridade), índice (contigüidade) ou símbolos (conceitos/convenção). O sentido de percepção dos signos se refere a objetos evocados pelo espaço urbano e também permite os

processos de construção significativa do existente, onde o espaço urbano comparece como significado.

A imagem do espaço urbano: forma, uso e significado

A imagem é uma representação do espaço percebido, quando o espaço e o sujeito não estão próximos. Por isso, a imagem depende dos elementos que qualificaram a ação perceptiva sobre o espaço urbano: tanto das qualidades do meio ambiente que permitiram o conjunto de efeitos sensoriais, quanto do complexo de informações que o indivíduo tem a respeito do espaço urbano observado. A imagem pressupõe a capacidade de representar do indivíduo e depende da capacidade cognitiva. As qualidades espaciais contribuem para a formação de uma imagem mais efetiva. A operação da representação do percebido e sua exteriorização através de instrumento verbal ou gráfico têm potencialidades operacionais, como os obtidos através dos mapas mentais. Uma representação topológica da *configuração* evolui para uma representação onde aparecem efeitos projetivos. A imagem do espaço urbano real depende de quem o apreende, do grau de desenvolvimento da inteligência, mas a imagem possibilita uma intuição sobre a estrutura espacial real.

Relativamente aos *usos*, a imagem representa o que foi percebido de maneira ordenada e relacionada a categorias gerais de uso. É possível uma primeira análise funcional onde se vinculam certas categorias de uso: compatíveis, ou não, público, residencial, outros. Avaliam-se as relações entre incidência de atividades e espaços físicos correspondentes, em aproximações quantitativas de equipamentos, volumes e usuários e como qualificações de tais características.

Quanto ao significado na imagem vêm-se relacionados os signos icônicos, os índices e os símbolos a seus significados, e são evocados objetos reais representados.

Estas dimensões, forma, uso e significado, orientarão a análise do objeto e a categorização dos dados secundários quando reunidos nas bases analíticas.

A paisagem é uma categoria apreendida por meio do processo cognitivo para o qual concorre o processo de formação sócio-cultural, a capacidade individual, associado aos dados sensíveis do objeto: forma, uso e significado. Por meio destes, é possível sintetizar os aspectos mais relevantes da paisagem e da imagem, compreender seus desdobramentos e, a partir dessa compreensão, então, é possível a adoção de ações preventivas, preservadoras, que qualifiquem os processos urbanos e de produção do espaço.

Separar os dados sensíveis em três conjuntos deve ser visto como um artifício mental para otimizar os resultados da identificação dos elementos do espaço que se evidenciam na composição da percepção e imagem visando ao planejamento ambiental. Esse recurso mostra-se necessário considerando que o espaço urbano vai ser apreendido, não como um espaço físico, mas, como um todo complexo, onde o físico é um dos aspectos passíveis de análise (KOHLSDORF, 1984, p.25).

1.1.7 Paisagem

Evolução do Conceito

Uma das categorias mais estudadas da Geografia, o conceito de paisagem passa por seqüenciadas definições mantendo-se como matéria de renovado interesse. O conceito de paisagem evolui nas dimensões privilegiadas por varias matrizes epistemológicas: morfológica, funcional, histórica, espacial e simbólica (CORRÊA & ROSENDAHL, 1998, apud CASTRO, 2004). Na sua origem é definido por cientistas alemães como um conjunto de fatores naturais e humanos, como uma face material do mundo onde se imprimiam as atividades humanas. Nessa fase o conceito está apenas relacionado com os objetos materiais, focalizando apenas os aspectos morfológicos da paisagem, cujo autor que mais expressa essa abordagem morfológica é Carl Sauer para o qual:

... por definição, a paisagem possui uma identidade que está sustentada em uma constituição reconhecível, limites, e uma relação com outras paisagens para constituir um sistema geral. [...] Pode ser definida como uma área composta por uma associação distintiva de formas, tanto físicas como culturais (SAUER 1925, p. 6).

Na conceituação de Sauer, que privilegia os aspectos morfológicos, encontra-se a noção de unidades de paisagem, largamente utilizada para as caracterizações dos habitat, eminentemente os habitat humanos, haja vista o caráter antropocêntrico da geografia com foco no valor de uso da terra para o homem. Neste sentido, a expressão cultural da paisagem para Sauer, e como ele entende ser para a geografia, é de impressão dos trabalhos do homem sobre a área (região, paisagem), sendo “a cultura uma expressão geográfica, composta de formas que fazem parte da fenomenologia geográfica. [Sauer entende] que não existe espaço para o dualismo (natural/cultural) da paisagem.” Afirma que “... a paisagem cultural é criada por um grupo cultural a partir de uma paisagem natural. A cultura é o agente, a área natural é o meio e, a paisagem cultural o resultado.” Afirma que pode haver uma sucessão de paisagens correspondentes a uma sucessão de culturas. Em cada caso deriva da paisagem natural, o

homem como um agente distintivo da sua modificação (SAUER, 1925, p. 9). Dessa forma, os aspectos subjetivos da paisagem não eram considerados parte do contexto científico, pois não poderiam ser classificados ou ponderados.

Com a formatação da Geografia Humana o conceito de paisagem se expande tanto no entendimento da paisagem como uma totalidade quanto na valorização da relação do sujeito-observador, na forma de apreensão da paisagem, de uma forma holística. Nesse sentido, todo o ambiente que envolve o homem, seja físico, social ou imaginário, influencia a sua conduta. A paisagem percebida não corresponde à soma de objetos classificáveis, mas objetos apreendidos, simultaneamente, numa percepção ambiental. Valoriza-se o significado na relação do homem com o meio ambiente a partir de um sistema de crenças e valores, passando-se a destacar as relações entre as populações e o meio ambiente visando à gestão adequada de lugares e paisagens. Os métodos também se especificam para trabalhar esta dimensão perceptual, sendo as técnicas de investigação mais utilizadas: os mapas mentais, testes projetivos, e os questionários abertos, de modo a detectar a formação das imagens sobre o ambiente, pois que, as distintas percepções dos grupos sobre a paisagem podem caracterizar conflitos de interesses, resultado de diferentes maneiras de ver a paisagem (MELO 2005, p. 9149).

As críticas que se estabelecem à abordagem da paisagem na Geografia Humana/cultural, externada na década de 80, refletem a carência de tratamento a referenciais do contexto social e ao histórico das relações humanas de produção, entre pessoas e o mundo que habitam (COSGROVE, 1978; JACKSON, 1992, apud 2005, p. 9151). Com efeito, a partir desta década, a integração mundial de mercados, o desenvolvimento dos transportes e meios de comunicação, a circulação de mercadorias e capitais, fez com que os fundamentos locais da paisagem fossem fragilizados ante o determinismo da economia globalizada e sua simbologia universalizante, imprimindo efeitos da sua lógica a partir dos centros mundiais de decisão modificando a paisagem local situada a milhares de quilômetros (YÁZIGI, 2002, p.19).

Estas críticas têm expressão mais contundente na elaboração de Cosgrove e Jackson, pensadores do conceito da Nova Geografia Cultural que atualiza o conceito de paisagem, passando a ter como forte diferencial a incorporação da simbologia da paisagem. Novos e também tradicionais conteúdos passam a ser agregados ou retomados com maior vigor como: percepção, representação, imaginação e simbolismo. Os autores ressaltam a maneira dual de ser da paisagem: ao mesmo tempo real e representação. Com a valorização da dimensão

cultural da paisagem, em novas bases, esta pode ser ampliada para o contexto do debate científico em outros âmbitos, como afirmam:

A paisagem deve ser analisada como resultante da forma como a sociedade a organiza a partir do modo de produção, dotando-a de significado. [...] cuja história tem que ser entendida em relação à aproximação material da terra (COSGROVE; JACKSON, 2000, apud MELO, 2005, p. 9154).

Chega-se então a Berque, segundo o qual a paisagem é simultaneamente uma marca, impressa pela sociedade na superfície terrestre, e ao mesmo tempo estas marcas são matrizes, que constituem a condição para a existência e para a ação humana. O autor ressalta a condição da paisagem e do sujeito serem plurimodais: passivos-ativos-potenciais, e atuarem co-integrados numa interação complexa entre paisagem e sujeito. (BERQUE, 1995 apud SILVA 2007, p.200). Sendo o pesquisador um interprete especial da paisagem sob seu ponto de vista e daqueles que produzem, e transformam a paisagem (DUNCAN, 1990 apud MELO, 2005, 9151).

Claval fala da paisagem como matriz da cultura apurando o já enunciado por Berque:

Ela constitui o quadro em relação ao qual aprendemos a nos orientar; ela fala da sociedade na qual se vive e das relações que as pessoas aí estabelecem com a natureza (CLAVAL, 1999, apud SILVA, 2007, p, 203).

A paisagem, portanto, é ao mesmo tempo concreta-objetiva e imaginária-subjetiva, marca e matriz, tempo e cultura formatando o espaço, impregnado de diversos símbolos, reveladora de relações de poder.

Considerando a condição de interação complexa entre sujeito e paisagem na conceituação da Nova Geografia Cultural e a necessidade do método de captura dos processos simbólicos do sujeito, aprendidos por manifestações culturais diversas, individualizadas, fogem ao escopo da pesquisa proposta também porque inviáveis de realização para este trabalho. Embora se reconheça os avanços conceituais de Berque (1995), o instrumental para trabalhar interações complexas ainda está para ser desenvolvido. Opta-se, então, para efeito desta dissertação, pela conceituação de paisagem da Geografia Humana, na sua segmentação Cultural, com os específicos procedimentos metodológicos de análise. As deficiências apontadas dessa conceituação centradas nos referenciais do contexto social e no histórico das relações humanas de produção serão contornadas com a pesquisa teórica sobre a área objeto de estudo enfatizando a sua compreensão enquanto resultado dos efeitos do contexto sócio-econômico e ambiental e seus efeitos na paisagem. Reforça a adoção do conceito da Geografia

Cultural a utilidade da compreensão do significado da paisagem para a prática do urbanismo que tem sentido na apreensão dos elementos referenciais coletivos, apropriados por grupo social, caracterizando os interesses de grupos, seus valores e crenças tendo em vista a impossibilidade de lidar com a riqueza das categorias simbólicas individuais, no atual momento.

Variantes conceituais de Paisagem

As definições de paisagem como totalidades merecem especial destaque, dentre as quais conceituações como a de Antrop: “Paisagem é natureza, não no detalhe, mas na sua totalidade” (ANTROP, 2005, p. 21) ou como a de Santos, “... a natureza é continente e conteúdo do homem, incluindo os objetos, as ações, as crenças, os desejos, a realidade esmagadora e as perspectivas” (SANTOS, 1994, apud RUA, 2007, p.14).

Milton Santos preserva distinções entre paisagem e espaço: paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço é constituído por essas formas, mais a vida que o anima no presente (SANTOS, 1996, apud RUA, 2007, p.13). Observa-se a valorização do aspecto temporal nesta definição. As relações de um tempo anterior, que geraram formas, que se submetem “à vida que os anima” e que produz novas alterações, num processo de transformação contínuo.

Claval se refere à paisagem como um produto não qualificado da ação humana, pois que na maioria das vezes trata-se de um produto que não foi presidido por nenhuma concepção estética global e constitui o quadro em relação ao qual aprendemos a nos orientar, ela fala da sociedade da qual se vive, e das relações que as pessoas aí estabelecem com a natureza (CLAVAL, 1999, apud SILVA, 2007, p.203).

A falta de intencionalidade na construção da paisagem consiste num dos grandes desafios para o urbanismo visando à manutenção ou potencialização do valor da paisagem, pois, como fala Brunet, a paisagem também se caracteriza e justifica atenção quanto ao valor de uso e de mercado, do valor de conservação e ainda um valor de integração (BRUNET, 1992, p. 337 apud Silva 2007, p.211).

Morin, fala da dificuldade de tratar separadamente, lugar e paisagem ou território e paisagem, isto porque, são categorias efetivamente imbricadas e são confirmações da

evidência da complexidade que é falar da paisagem, assim como da complexidade da própria geografia, ciência complexa por princípio (MORIN, 2000 apud Silva, p. 213).

A contemporaneidade do estudo da paisagem está exatamente na característica de relação sujeito-objeto em recíproca convivência, atribuindo significado e alimentando as representações sociais na realização dos modos de vida, conseqüentemente se refletindo nas projeções da humanidade.

Rua assume um conceito de paisagem que ressalta a sua dimensão ecológica e por conseqüência a condição de caráter único, que remete à condição de totalidade:

... resultado da combinação de fatores geomorfológicos e hidrológicos que constituem seu potencial ecológico, e resultado sobre uma certa porção do espaço da combinação instável, porque dinâmica, de elementos físicos, biológicos, e antrópicos que interatuam fazendo da mesma um conjunto único e indissociável em contínua evolução (RUA, 2007, p. 18).

Em síntese, os conceitos apresentados colaboram para a compreensão da paisagem como uma totalidade, matriz da existência, um ambiente ecológico, de construção dinâmica e continuada, afetada pelo tempo histórico e que ganha significado através da percepção.

Paisagem Cultural e Paisagem Natural

A evolução do conceito de paisagem como visto incorpora paulatinamente a cultura e mais aprofundadamente a dimensão simbólica coletiva e individual. Sauer, inclusive, ressalta a indissociabilidade natural/cultural, como mencionado no texto acima. Entretanto maior participação de elementos naturais ou culturais na composição paisagística acaba por manter a divisão entre paisagem natural e cultural como denominações recorrentes. As paisagens culturais resultam dos processos organizativos que se impõem para criar melhor estrutura para as constantes demandas sociais. De modo genérico, temos que a diferenciação entre paisagem natural e cultural reflete a correspondência do grau de antropização do ambiente num determinado momento do seu processo evolutivo, identificadas com diversas denominações, também correntes: paisagem modificada, artificial, urbana, edificada, humanizada, dentre muitas.

No seio das ações de preservação do patrimônio cultural, se especifica a paisagem cultural, de acordo com a Convenção da UNESCO de 1972, a saber, como o patrimônio que ocorre numa fração territorial, de convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e

ocupados, os modos de produção e as atividades sociais e culturais, que alimentam a necessidade de caracterizar esse conjunto de elementos bem como de preservar a relação que guardam entre si estabelecendo uma identidade que não pode ser obtida por nenhum dos elementos isoladamente. Do ponto de vista do patrimônio não basta preservar o monumento. É necessário que os modos de fazer e viver se constituam em um sistema normatizado e pactuado, capaz de estabelecer um padrão de qualidade que seja reconhecido interna e externamente.

Embora a especificidade do conceito para o patrimônio – paisagem cultural – pois que se refere ao território associado à memória de espaços construídos sob proteção, esta denominação será também a adotada neste texto para se referir aos ambientes construídos inseridos na paisagem natural.

Paisagem e Planejamento

Três períodos de dinâmicas de paisagem são apontados: as paisagens tradicionais, as paisagens, antes de importantes mudanças que começaram no Século XVII, as paisagens dos anos da revolução, entre os séculos XIX e XX, e as novas paisagens pós-modernas. Cada período combina diferentemente os efeitos das grandes diretrizes da estruturação da paisagem: a acessibilidade, a urbanização, a globalização, e o impacto de eventuais calamidades. Assim como cada período afeta a natureza com seu ritmo próprio de mudanças, modifica a percepção que as pessoas têm sobre a paisagem. Os valores mudam e assim também a maneira de formatar a paisagem (ANTROP, 2005, p.2590).

O European Landscape Convention, organização internacional que tem como foco a paisagem, atenta tanto para as paisagens comuns quanto para sítios especiais, focaliza também as paisagens naturais, rurais, urbanas e peri-urbanas, as terras, as áreas úmidas e as áreas de marinha. Valoriza tanto os aspectos estéticos quanto os econômicos e ecológicos. Este Conselho compreende paisagem como uma herança e estuda particularmente a conexão entre paisagens do futuro com as paisagens do passado, “embora não seja especificado como conseguir isso” (Council of Europe, 2000, apud ANTROP, 2005).

A paisagem é objeto de políticas públicas, geralmente sob importante pressão e requer um planejamento adequado e um manejo adaptado. Dentre os macro objetivos a serem alcançados com manejo das paisagens temos: assegurar diversidade e identidade de paisagens culturais; estabelecer coerência entre os elementos, pois que estes constroem inter-

relações importantes para a legibilidade da paisagem, para constituição da memória e da história do lugar; reforçar e incrementar a identidade ampliando as qualidades como uma composição que contém um valor a comunicar. Antrop ainda reforça que o entendimento da paisagem, como um sistema de comunicação, oferece critério para inventariar paisagens, o que é necessário para definir futuros manejos de desenvolvimento sustentável. Reconhece que planejar e manejar paisagens futuras continua sendo tarefa difícil, pois que persistem as incertezas dos resultados. Conclui dizendo que:

O processo e o manejo em paisagens tradicionais e o conjunto de relações que as pessoas têm em relação à percepção do ambiente e o significado simbólico que isto gera, oferece um conhecimento valioso para um planejamento mais sustentável e melhor manejo de futuras paisagens (ANTROP, 2005, p.21).

É recente a reversão do quadro de indiferença quanto aos resultados das intervenções sobre a paisagem. A percepção mudou e as alterações são vistas como uma involução. Compreende-se hoje o significado de diversidade, coerência e identidade, mas até que se tenha melhor domínio dos mecanismos e técnicas que subsidiem a regulação da ocupação do território, toda nova intervenção se apresenta como uma ameaça à perda de diversidade, de coerência e de identidade de tradicionais paisagens naturais e culturais, que rapidamente vêm sendo comprometidas e até desaparecendo.

Segundo Osek e Pellegrino, a paisagem se destaca como importante elemento de compreensão do fenômeno urbano por ser:

...revelador particular da relação entre seres humanos e ecossistemas, pois corresponde a uma dimensão humana na natureza e, ao mesmo tempo, a uma dimensão natural na sociedade. Nesse sentido, pode servir de mediação para se apreender a natureza externa e interna ao homem, compreender a relação entre sociedade e o ambiente (por meio de sua mediância), desvendar possibilidades e sentidos sociais contidos no meio ambiente e, por isso mesmo, tornar-se objeto de representação do projeto comum do homem com a natureza (OSEK; PELLEGRINO, 2004).

O desafio do planejamento da paisagem está condicionado à maturação do reconhecimento pela sociedade dos valores da paisagem, para que possam ser absorvidos novos padrões de regulação. O Brasil experimenta uma nova ordem urbanística viabilizada a partir do Estatuto da Cidade. O movimento que permitiu essas transformações da reforma urbana pode chegar a alcançar novas conquistas como o reconhecimento e proteção às paisagens e, mais, à consolidação do direito à paisagem.

Pelas variações conceituais sobre paisagem vistas, temos que paisagem é um conceito em construção e que o reconhecimento da sua importância está em processo de propagação. A evolução dos instrumentos de planejamento e de regulação será uma consequência que se vislumbra seja assimilada, rapidamente, tendo em vista o campo fértil para proliferação de novas idéias criado com o salto da reforma urbana, em implementação.

1.2 BASES ANALÍTICAS

A apreensão traz a possibilidade de descoberta das leis de formação do fenômeno espacial em dois níveis de abordagem, a macro visão, de caráter regional e a do sítio físico que tem caráter essencialmente cinético. A percepção e a imagem são fases de um processo ininterrupto sendo que a percepção tem caráter mais sintético e a imagem caráter mais analítico.

Na percepção os dados sensíveis *forma e uso*, são preferenciais, pelo seu caráter objetivo, para caracterizar o espaço apreendido por meio de informações, qualitativas e quantitativas: representação geométrica do espaço, de modo gráfico e modelos, plantas, baixas, cortes, perspectivas, várias representações em escalas variadas, topografia, aero-fotos, foto-interpretação, outros. Neste sentido, a estruturação objetiva do espaço urbano como *forma* não deve implicar em uma redução de informações, mas em uma definitiva seleção das mesmas, tendo em vista uma posterior condução à essência do fenômeno.

Quanto ao *uso*, estrutura-se como um sistema de relações funcionais no tecido urbano baseado na quantificação dos usos do solo e uma análise quantitativa entre atividades, usuários e espaços que se expressa por índices e relações de áreas, volumes de fluxos. O espaço urbano então deve aparecer na dinâmica de seu uso cotidiano e do seu processo funcional.

Quanto ao *significado*, definem-se as relações entre signo, significantes e objetos. O significado do espaço urbano coloca em evidência elementos e relações que possibilitam a uma aproximação ao regime de determinações objetivas que fazem o real ser significativo.

O *deslocamento* traz a análise para a situação como vivenciada, para as condições objetivas em que os elementos que integram o espaço estão relacionados e podem ser percebidos, são: pontos focais, marcos visuais, seqüências visuais privilegiadas, todos os

elementos como percebidos em movimento e, ainda, aquelas situações de restrições ao próprio deslocamento e à fluência dos fluxos

O *tempo*, a percepção dos aspectos temporais, tanto o estágio de desenvolvimento ou decadência, quanto rotinas e ritmos que são perceptíveis, inclusive aqueles influenciados pelo clima ou mesmo a leitura histórica registrada nas impressões cunhadas no território e que se constituem em irreversibilidades são aspectos que compõem a análise da densidade percebida para construir um parâmetro no padrão de sustentabilidade.

1.2.1 Modelo Conceitual

O marco origem deste Modelo é o entendimento do conceito de densidade como ambivalente: densidade quantitativa-objetiva e densidade percebida-qualitativa, ou seja, densidade como fato urbanístico real percebido e, portanto, possível a conexão entre a densidade e a paisagem. O parâmetro urbanístico densidade, como tradicionalmente empregado e do exposto neste texto, estabelece, a diretriz da modelagem do espaço construído do ponto de vista *quantitativo*. Os aspectos quantitativos são relevantes para aquilatar demandas, apropriar relações de custo de produção do espaço, estabelecer as bases para ocupação do território, fixar o grau de utilização do território, dentre outros. De fato, esse dado numérico se manifesta com arranjos espaciais variados, cuja percepção é sensível às características topológicas, perspectivas e semânticas, como visto no referencial teórico. A densidade, enquanto dado quantitativo, não transmite informações sobre outros tantos elementos de natureza qualitativa que resultam nas qualidades da percepção e nas metas do desenho, embora seja, até aqui, o parâmetro que predomina na determinação da modelagem do espaço, decorrendo deste os demais índices urbanísticos, direta ou indiretamente. Modelagem esta que, pautada em relações numéricas, resulta em conjuntos edificados com inserções paisagísticas que surpreendem, na maioria das vezes negativamente.

A densidade objetiva / quantitativa e a densidade percebida / qualitativa são relações que devem ser vistas como complementares. Consistem num único indicador com dimensões outras que se revelam na paisagem, passíveis de algum manejo através da sua decodificação nos elementos sensíveis da paisagem: forma, uso e significado. A conjunção das dimensões quantitativa e qualitativa pode conduzir à construção deste parâmetro como um indicador para um padrão de sustentabilidade: as densidades sustentáveis.

A dimensão *qualitativa*, que o dado quantitativo encerra, não é considerada, hoje, como recurso nem como requisito de projeto, até mesmo para sua própria quantificação. A falta dessa compreensão tem deixado como secundário, ou mesmo desconsiderado o planejamento da paisagem. O domínio, o controle, sobre como esse parâmetro é percebido depende de variáveis e indicadores que fazem parte do universo de estudos sobre a percepção do espaço, necessários para a construção do Modelo Conceitual que vai subsidiar a análise.

1.2.2 Variáveis e Estrutura do Modelo Conceitual

Este Modelo Conceitual distingue, busca revelar, os aspectos qualitativos dos termos relacionados na densidade, na sua expressão paisagístico-ambiental. Todos os termos, seja população, seja área construída, seja volume, estão relacionados à unidade de espaço, e, mesmo esta unidade de espaço, tem que superar a dimensão quantitativa e ser apreciada como uma dada unidade de paisagem ou situação paisagístico-ambiental.

Propõe-se a leitura dos termos da relação densidade como elementos de algumas categorias que interferem na percepção da paisagem, os dados sensíveis do espaço: forma, uso e significado, conforme discutido no item teórico e no Manual de Técnicas de Apreensão do Espaço Urbano (KOHLSDORF, 1984); e, outros elementos que influem na percepção: o movimento de deslocamento no espaço, (APPLEYARD, View from the Road), que tem como pressuposto que a percepção do espaço acontece através dos principais canais de deslocamento e o tempo, tanto a percepção temporal dos elementos da paisagem (CAPRA, A flecha do tempo), (T.G Sistemas-Entropia), quanto a percepção dos ritmos e rotinas que marcam o tempo naquele espaço.

A Figura 5 mostra a estrutura do Modelo Conceitual – Densidades Sustentáveis que se subdivide em duas partes: a primeira trata da densidade objetiva/quantitativa, a segunda da densidade percebida/qualitativa.

MODELO CONCEITUAL - DENSIDADES SUSTENTÁVEIS

DENSIDADE OBJETIVA (Rapoport): QUANTITATIVA

	POPULAÇÃO: LEITOS (PESSOAS) / HÁ	ÁREA CONSTRUÇÃO: M ² / HÁ	VOLUME: M ³ / HA
EXPRESSÃO NUMÉRICA RELAÇÃO DE DUAS VARIÁVEIS	Correlacionada à eficácia da infraestrutura e ao dimensionamento de equipamentos e serviços públicos	Correlacionada ao potencial de uso do lote, associada a gabarito, recuos, índice de utilização e tx de ocupação	Correlacionada com quantitativos, pouca utilidade para definição de parâmetros

DENSIDADE PERCEBIDA (Rapoport): SISTÊMICA / COMPLEXA (E.Morin) = Emergência do sistema

PERCEPÇÃO	Como as pessoas afetam e são afetadas pelo espaço?	Como a área de construção afeta a percepção do espaço?	Como a volumetria afeta a percepção do espaço?
ELEMENTOS DA ESTRUTURA URBANA QUE INTERFEREM NA DENSIDADE PERCEBIDA			

Elementos do numerador do parâmetro densidade: População, Área Construída, Volume construído	Elementos da estrutura urbana perceptíveis na paisagem (E. Kohlsdorf)	FORMA			
		FUNÇÃO (USO)			
		SIGNIFICADO			
	Percepção Tátil- Cinética (Plandurb)	DESLOCAMENTO ESPACIAL			
	Percepção Temporal (T.G. Sistemás- Entropia)	TEMPO			
NUMERADOR		LEITOS	M²	M³	
DENOMINADOR		HÁ			
Elementos do denominador do parâmetro densidade: atributos do espaço suporte (m. santos, 200)	Elementos da estrutura urbana perceptíveis na paisagem (E. Kohlsdorf)	FORMA			
		FUNÇÃO (USO)			
		SIGNIFICADO			
	Percepção Tátil- Cinética (Plandurb)	DESLOCAMENTO ESPACIAL			
	Percepção Temporal (T.G. Sistemás- Entropia)	TEMPO			

A densidade objetiva é considerada nas três relações mais frequentes: habitantes ou leitos por superfície, correlacionada à eficácia da infra-estrutura e ao dimensionamento de equipamentos de serviços públicos; área construída por superfície, correlacionada ao potencial de uso do lote associada a gabaritos, recuos, índices de utilização e de ocupação; e, volume por superfície, correlacionado a avaliações quantitativas de materiais de construção de pouca utilidade para definição de parâmetros. A densidade quantitativa/objetiva, transposta para um padrão de sustentabilidade responde, especialmente, com dados que situam o comprometimento da ocupação com a dimensão econômica da sustentabilidade facultando análises de distributividade e equidade dos sistemas urbanos, assim como responde à intensidade e extensividade da ocupação do solo.

A densidade percebida trata dos elementos que podem ser percebidos através dos dados sensíveis: forma, uso, significado, além do deslocamento e do tempo, analisados em ambos os termos da relação, numerador: habitantes, área construída, volume e o denominador: unidade de superfície.

Qualificar este parâmetro para um padrão de sustentabilidade impõe também maior conhecimento sobre cada elemento relacionado. Para que o ordenamento do território trilhe o caminho da sustentabilidade, este indicador estratégico deve responder a quatro questões, três relativas ao numerador: Como as pessoas afetam e são afetadas pelo espaço? Como a área de construção afeta a percepção do espaço? Como a volumetria afeta percepção do espaço? E, uma relativa ao denominador: Que espaço vai abrigar uma dada densidade?

Todas as respostas devem focalizar os dados sensíveis da percepção assim como o deslocamento e o tempo, analisando como interagem nesta percepção. Para cada categoria que influi na percepção cabe a construção de indagações que devem percorrer as dimensões de sustentabilidade enunciadas por Sachs já referida neste texto (SACHS, 2002). Na complementaridade da densidade quantitativa e percebida a condição de sustentabilidade ambiental do ordenamento do território poderá então ser apreciada e encaminhada, seja a econômica: baseada nos dados quantitativos, associados à rentabilidade, economias para sistemas de infra-estrutura, a equidade na participação e distribuição; a ambiental: baseada na análise da função dos ecossistemas que compõem o espaço, uma dada unidade de paisagem; a social e cultural: baseada na ponderação dos valores simbólicos das comunidades usuárias, as interferências, concorrências inversões hierárquicas na composição paisagística; política institucional: baseada na compatibilidade da regulamentação urbana e os valores sociais

revelados na análise junto aos usuários; espacial e territorial: baseada na análise da forma e, nos elementos da estética e sua correspondência com os valores da coletividade.

O passo seguinte é de desenvolver ou identificar indicadores, entretanto, considera-se, extremamente precoce para uma proposição que estréia muitas e novas conexões. Oportunamente, estes devem ser construídos visando à apropriação dos aspectos qualitativos reunidos ao final da coleta das respostas às indagações formuladas. Assim, pode-se pretender chegar a um instrumento analítico, que abranja os processos atinentes ao ordenamento do território oferecendo percurso completo para a compreensão daqueles essenciais, à exceção dos processos de cunho político.

1.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Os principais temas que compõem o sistema explicativo definem o referencial teórico para o desenvolvimento da pesquisa. Dois temas abrangentes, Sustentabilidade e Complexidade: o primeiro, como a grande adjetivação para o desenvolvimento, permeia todos os temas específicos e estabelece a direção para a pesquisa; e, a Complexidade, também uma concepção de nível mais geral, de difícil operacionalização, que, entretanto, abre novas perspectivas para compreensão do objeto de pesquisa, por isso, mantêm-se como item do referencial teórico, embora o trato metodológico do objeto não esteja referenciado nesta teoria; Os temas específicos: Turismo, Ordenamento do Território, Densidade, Percepção e Paisagem constituem os conteúdos essenciais para elaboração da pesquisa, cujos vínculos, a princípio intuídos, fortalecem-se com as peculiaridades que vão enlaçando os pontos de contato entre os temas, num encadeamento que forma o lastro para prosseguir no estudo das relações entre ordenamento do território turístico, densidades e paisagem.

A compreensão das circunstâncias históricas que formataram o objeto sob foco nesta pesquisa, assunto dos capítulos 2, 3 e 4, visa responder à primeira questão de pesquisa, caracterizando o processo de desenvolvimento onde se insere o território e a temática em estudo, desde uma abordagem na macro escala do Brasil até alcançar o território do Litoral Norte da Bahia.

2 TERRITÓRIO, TURISMO, PAISAGEM E SUSTENTABILIDADE NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo responder à primeira questão de pesquisa, que trata do papel das atividades voltadas para o turismo nas políticas públicas de ordenamento do território, na parte relativa à escala Brasil. O pressuposto básico é de que a contextualização histórica, nas diversas escalas de aproximação com o Litoral Norte e o Centro Turístico Forte-Sauípe, é essencial para uma compreensão adequada da dinâmica espaço-temporal que se expressa nas questões locais. Serão pesquisadas as dinâmicas nos dois períodos: o desenvolvimentismo e o atual período de integração mundial de mercados.

As análises da natureza e das causas de mudanças na paisagem, nos últimos séculos, mostram que as três grandes forças motrizes que agem, simultaneamente, com variações de importância, são: a acessibilidade, a urbanização e a globalização. (ANTROP, 2005, p.2590). O processo de alteração da paisagem da escala Brasil até a escala do Litoral Norte e do Centro Turístico Forte-Sauípe vai, certamente, bem caracterizar esta assertiva.

As interferências desses dois modos de organização do capital, no território e na paisagem, podem ser explicitadas, essencialmente, pela ação das três forças motrizes citadas por Antrop. São questões de acessibilidade que ora limitam e ora determinam a integração territorial, são os processos de urbanização que deslançam em concomitância com a acessibilidade e, são as determinações da economia globalizada que, com processos diferenciados, se acercam do lócus da sua reprodução com mecanismos distintos: o deslocamento geográfico de suas bases produtivas no desenvolvimentismo, e promovendo uma transformação via processos de urbanização intensivos e via integração a estratégias globalizadas de transferência de recursos, de alta concentração de capital, no atual momento de integração mundial de mercados.

A aceleração da dependência global e a decrescente autonomia local tendem a resultar na criação de paisagens completamente novas com rápida deterioração de paisagens anteriores, tanto as paisagens naturais, na transformação rural-urbana, quanto as paisagens culturais pelos processos de densificação urbana. A compreensão da história se constitui em importante ferramenta para identificar o que é significativo, assegurar nos processos locais de alterações de paisagens.

Os processos sócio-econômicos respondem sobre as principais impressões deixadas no território e, num olhar histórico sobre o espaço, podemos detectar a sua progressiva apropriação pela sociedade. As marcas dessa apropriação resultam da ação e da interação de fatores naturais e humanos. Assim, a compreensão da participação do turismo no ordenamento territorial está dependente da caracterização do contexto sócio-econômico, político e ambiental e da espacialização resultante nos distintos momentos do ordenamento econômico ao longo da história.

A priori, sabe-se que a intensificação da atividade turística é viabilizada no Brasil com a integração nacional por meio da expansão de rodovias e ferrovias no início da segunda metade do Século XX, a partir de quando o turismo se impõe como atividade influente no ordenamento territorial, assim como são influentes, para o turismo, as marcas da história no território.

2.1 ANTECEDENTES

No longo período em que predominou o modelo primário exportador, (1500 a 1956), a base territorial brasileira esteve circunscrita às cidades que, pelo vínculo comercial com o mercado externo e em função dos meios de circulação disponíveis, estavam localizadas no litoral. Havia também ligações restritas dos centros de produção cafeeiro, açucareiro ou algodoeiro, com povoados nas suas imediações, configurando ilhas econômicas, do mesmo padrão de ocupação territorial dos demais países latino americanos (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Estas grandes áreas de monocultura e a atividade extrativista de minérios e ferro que constituíam a base da economia nos séculos XVII e XVIII, devido ao próprio modelo de organização, foram responsáveis por significativos impactos ambientais neste período.

No meado do século XIX até o final da primeira metade do Século XX, os excedentes da cafeicultura proporcionam uma indústria incipiente no Sudeste. Em vários domínios da sociedade ocorrem extraordinárias transformações: na cultura, no modo de vida, na mentalidade, em relação à terra e ao ambiente. Mesma fase em que surge o turismo que, “àquele tempo, utilizava-se, integralmente de infra-estruturas criadas em razão de outros usos do território” (CRUZ, 2001, p. 4) ¹⁵. No Nordeste a história é a do contra fluxo do ocorrido nas regiões Sul e Sudeste: investimentos restritos em infra-estrutura de circulação e de energia¹⁶ e

¹⁵ Outros autores tomam outras datas para marcar o início do turismo.

¹⁶ Entre 1900 e 1935 iniciaram as operações de 5 portos fluviais e marítimos e entre 1901 e 1910 apenas Pernambuco foi alvo de investimento em energia elétrica.

o deslocamento populacional para o Sudeste (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.39). Do começo do séc. XX à década de 40 se estabelece uma rede brasileira de cidades, com a hegemonia de São Paulo. Efetiva-se a integração nacional. (CRUZ, 2001, p.37).

Entre 45 e 50, a necessidade de ampliação de mercado e de reprodução do capital acumulado na região de São Paulo foi crucial para expansão do parque industrial brasileiro. Com esta condição, a integração econômica de outras regiões do país, potenciais mercados para multiplicação deste capital, é viabilizada. Altera-se a hierarquia de cidades, minimizando o status das cidades litorâneas e fortalecendo aquelas de melhor conexão com a grande metrópole nacional que, no conjunto, configuram a Região Concentrada (Sul e Sudeste) (Id., 2001, p. 39).

A fase do pós-guerra marca efetivamente o início do turismo com a ampliação da rede aeroviária e dos transportes em função dos avanços tecnológicos. Até então, o turismo respondia, essencialmente, a motivações terapêuticas: balneários, estações termais, clínicas de recuperação, e mesmo jogos.

Registros culturais do período agrário exportador, monumentos e memórias, vão tecendo peculiaridades no território e marcam a paisagem com os testemunhos das atividades econômicas, sociais e culturais de cada período que, adiante, representarão diferenciações importantes para a atividade turística: sítios históricos, conjuntos edificados representativos de cada época, manifestações culturais, enfim, toda sorte de registros que podem ser preparados como produtos turísticos. A característica do turismo de realizar-se com o deslocamento do consumidor para o território onde os testemunhos da história ou sítios naturais relevantes, ou qualquer que seja o diferencial que motive a viagem se encontra, sugere Cruz a refletir que esta peculiaridade, a “fixidez do produto turístico constitui um dos vetores que orientam a lógica da organização espacial requerida pela atividade” (Idem, 2001, p.8).

2.2 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA NO BRASIL (1956 – 1985)

O período do fordismo¹⁷ ou desenvolvimentismo foi marcado por vigorosa ideologia nacional-desenvolvimentista, que respondia ao interesse de abrir a economia do país ao capital estrangeiro. Processo que já havia se instalado em países da Europa e da Ásia, alcançou os

¹⁷ A denominação tem origem no Plano New Deal, pós depressão dos anos 30 e alia idéias de Henry Ford e Keynes e pressupõe forte intervenção do Estado para rechaçar a crise de demanda, criando um círculo virtuoso de dinamismo da economia.

países do Terceiro Mundo ampliando a hegemonia do capital americano. A produção e o consumo de massa promovem a grande mudança que caracteriza este período da economia capitalista. Como explica Harvey, o fordismo consiste num,

... novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista, populista [...] um novo tipo de trabalhador, um novo tipo de homem. Os novos métodos de trabalho são inseparáveis de um modo específico de viver e de pensar e sentir a vida (HARVEY, 1996, p. 121).

Conforme Aglietta, o fordismo se caracteriza pelo o regime de acumulação intensiva com direta articulação entre produção e o modo de consumo, estabelecendo a produção de massa como fator de proliferação do trabalho assalariado (AGLIETTA, 1979, apud CIDADE, 1999). O desenvolvimentismo apóia-se na crença da superação da pobreza, mas constrói alta taxa de crescimento com alta concentração de renda.

2.2.1 Primeira Fase – Substituição de Importações (1956 – 1973)

O início desta fase coincide com o primeiro mandato do presidente Juscelino Kubitschek, 1956 a 1969, e com o aprofundamento da substituição de importações, até 1973, base da implementação de um projeto desenvolvimentista para o país em contraposição ao declinante desempenho da atividade agrícola. A segunda fase que se estende até 1973, se caracteriza pelas exportações diversificadas de 1974 a 1985.

Contexto socioeconômico na fase de substituição de importações no Brasil

Aspectos políticos e econômicos

A primeira fase é marcada por forte participação do Estado que, de um lado, está associado ao capital proporcionando infra-estrutura e subsídios à produção e, por outro, promove benefícios sociais à massa de trabalhadores, ambas as iniciativas visando ao fomento da produção e da formação de mercado interno de consumo, pré-requisito para o modelo fordista de produção.

Juscelino encarna o papel do estadista que conduziria o país do passado colonial agrícola para o desenvolvimento, que para ele significava crescimento econômico, realizado através da industrialização da produção brasileira com foco na superação do subdesenvolvimento. A

ideologia nacional desenvolvimentista instalada por Juscelino perdura até o período do neoliberalismo.

Com aprofundamento da substituição de importações e a integração do país ao modelo fordista, a partir de 1964, verifica-se franco crescimento econômico com fundamental participação do setor industrial cuja ascensão está baseada em tecnologias já consolidadas: carros, navios, equipamentos de transporte, aço, produtos petroquímicos eletrodomésticos, construções, e outros, que se tornam propulsores do crescimento econômico e introduzem novas atividades: bancos, seguros, hotéis, aeroportos e o turismo, além de novos papéis e funções para o Estado e trabalhadores com equilíbrio de forças entre si.

Aspectos sociais e populacionais

A desestruturação da atividade agrícola desorganiza as relações no campo e gera movimentos migratórios massivos de populações rurais para os centros urbanos onde se encontravam as oportunidades de emprego, na indústria, na construção civil e nos serviços. O adensamento urbano depende da especialização e atualização dos serviços para prover o funcionamento das cidades que rapidamente atingem elevados patamares das taxas de urbanização. As capitais, em especial, iniciam ou têm seus processos de metropolização acelerados.

Nesta fase importantes mudanças preparam o país para um novo momento histórico. O modelo fordista com forte recurso internacional quebra o modo de produção da economia tradicional, agrária, estabelecendo um processo de transformação econômica e social definitivo, de longa duração.

Gestão do território e turismo na fase de substituição de importações no Brasil

Políticas governamentais

O Plano de Metas de JK é o grande instrumento da política governamental, sintonizado perfeitamente com a ideologia desenvolvimentista, preconiza o crescimento de cinquenta anos em cinco, os da sua gestão.

Planejamento

O planejamento do território adequando-se à demanda da industrialização em curso, neste mesmo período, promoveu a integração territorial com a extensão da malha rodoviária e investimentos em setores chave: siderurgia, energia, mineração. São criadas as condições para implantação de projetos de grande escala. A fase do desenvolvimentismo promove a grande expansão da base territorial da economia nacional, crescimento e modernização da agricultura, grandes projetos de infra-estrutura, atração de investimentos e migração da população para novas fronteiras agrícolas. Esta expansão da economia tem explicação indireta na acumulação intensiva na escala global (JATOBÁ, 2006).

A nova ordem socioeconômica do modelo fordista exigia novas formas de organização do território para atender à conjunção industrialização e urbanização. O planejamento territorial se consolida como forma de controlar o uso para determinados fins do desenvolvimento.

Conforme explica Cidade,

O planejamento urbano, na fase fordista, privilegiou o zoneamento com separação de funções, a substituição da paisagem natural por uma paisagem construída e a forçosa adequação das necessidades humanas a essa racionalidade, que se apoiava na autoridade da ciência e da técnica (CIDADE, 1999, p.7).

Proliferam os planos de desenvolvimento regional buscando atender às novas necessidades e buscando obter algum êxito no ordenamento do solo que passa a incorporar a preocupação com a poluição ambiental, o desmatamento, novos efeitos de uma economia em marcha de crescimento.

Neste período, dá-se o início do turismo como uma atividade econômica em desenvolvimento. Desde a década de 60 o aparelho institucional para o turismo foi instaurado. As bases de comunicação e circulação estavam instaladas e os excedentes da indústria já viabilizavam as ocupações de espaços litorâneos de segunda residência assim como já se formava uma oferta técnica¹⁸ do turismo. “A atividade deixa, paulatinamente, de ser uma usuária passiva dos territórios para tornar-se mais um agente condicionador do seu (re)ordenamento” (CRUZ, 2001, p.7). Ainda, Cruz afirma que devido à ausência de políticas nacionais de turismo, políticas e planos de turismo à escala regional, estadual e municipal ignoraram a possibilidade de concatenação entre si e com outras políticas setoriais.

¹⁸ Oferta técnica: conjunto da infra-estrutura turística - meios de hospedagem, serviços de apoio ao turismo.

Alguns estados, pioneiramente, como a Bahia, se organizam para empenhar-se na estruturação desta atividade. Este esforço inicial se direcionou para o provimento do mínimo de estrutura para esta atividade. Em grande parte o próprio Estado investiu, diretamente, em meios de hospedagem e eventos, promovendo localidades e despertando futuros destinos turísticos, sem, entretanto, uma visão de desenvolvimento integrado. Os governos lançaram programas de financiamento com vantagens financeiras para iniciativas relacionadas às atividades voltadas para o turismo que viessem a somar à oferta técnica instalada. Desde os anos 70 são estimuladas: a construção de meios de hospedagem, serviços de receptivo, organização de frota de transportes turísticos, dentre outros financiáveis. O Estado se encarrega dos Centros de Convenções, essenciais para minorar os efeitos da sazonalidade na gestão da atividade turística.

Ações efetivas de gestão do território

O processo econômico faz convergir investimentos fortemente direcionados para a região Sudeste e Sul conformando a propulsora Região Concentrada, assim denominada por Santos e Silveira (2001), determinando a sua hegemonia e a conseqüente concentração populacional proveniente de forte migração nacional e imigração, que para esta Região aflui, conformando os primeiros problemas urbanísticos relacionados a questões de densidade urbana. A resposta a esta densificação reproduz os padrões urbanísticos sanitaristas das cidades européias de intervenções urbanas.

Com o intuito de busca do equilíbrio entre regiões e com outros argumentos como o de domínio sobre o território nacional, constrói-se Brasília e cria-se a SUDENE, em busca da interiorização do poder e do resgate do equilíbrio interregional.

Ações privadas

Não só o setor industrial sai fortalecido deste período. A construção civil e o setor imobiliário vivem momentos de excepcional florescimento. Os excedentes de capital viabilizam uma renovação urbana que se caracteriza pela substituição do tecido urbano composto de imóveis unidomiliares pela tipologia pluridomiciliar, nas grandes cidades e capitais, incorporando vantagens e prejuízos às cidades.

O turismo passa a ser reconhecido como fato econômico, mas ainda nesta fase está calcado no mercado regional, no veraneio, na segunda residência. No território, busca se

implantar preferencialmente na zona costeira, ocupando linearmente o litoral, e, em sítios com privilegiado patrimônio natural ou cultural.

Efeitos sobre o ambiente e a paisagem na fase de substituição de importações no Brasil

As paisagens eram percebidas como razoavelmente estáveis e com distinta identidade, formando a base do desenvolvimento social. As mudanças, deste período de expansão da industrialização e das cidades, promovem uma radical alteração na paisagem tradicional, novas paisagens se impõem sobre as tradicionais, em muitas situações extirpando-as integralmente.

A urbanização intensificada é uma das razões da alteração das paisagens com a adoção de novas tipologias construtivas para as áreas urbanas, para o atendimento à demanda por habitações e espaços administrativos, assim como, ao novo padrão exigido pelo “novo homem e pelo novo estilo de vida” do ideário fordista. Tanto as áreas urbanas quanto as localidades de veraneio são transformadas com o adensamento e com a incorporação de novos espaços.

Em função da dinâmica do turismo, principalmente as zonas costeiras são impactadas pelo surto econômico dessa fase, difundindo-se o turismo como prática regional e nacional. Este processo se ocupa da produção de residências de veraneio e tem sido impulsionado, desde então, pela indústria imobiliária. Os loteamentos, implantados o mais próximo possível da linha de praia, estendem-se ocupando as faixas do litoral, interferindo na paisagem, em grandes extensões. Os núcleos tradicionais sofrem com o adensamento e são comuns os transtornos e momentos de completa desordem funcional nos picos de férias e feriados.

A primeira fase do desenvolvimentismo já foi suficiente para retirar o país do ritmo que o modo de produção do modelo agrário-exportador imprimia ao desenvolvimento econômico e social. Mas, este salto, apenas no seu primeiro impulso, ainda não deixava antever a escala das grandes transformações que o modelo fordista viria a conformar, essencialmente a integração regional, a industrialização viabilizada com forte aporte de capital internacional, em projetos específicos de grande porte, instalando altas taxas de urbanização, forças que transformaram a sociedade, o ambiente e a paisagem.

2.2.2 Segunda Fase – Exportações diversificadas (1973 – 1985)

Esta segunda fase é marcada pela trajetória do autoritarismo, ascensão e queda, pela crise do petróleo, pelo modelo industrial-exportador vigoroso que aumenta e diversifica

exportações, e, pela manutenção do ritmo de crescimento e da política territorial, apesar de que, bancada por empréstimos de fontes internacionais que levam à crise inflacionária da década de 80 – a década perdida.

Contexto sócio-econômico na fase de exportações diversificadas no Brasil

No cenário internacional a crise de hiperacumulação é contida com o deslocamento espacial e temporal dos investimentos que determina a transferência das bases industriais de corporações internacionais e transnacionais imprimindo a nova ordem da divisão internacional do trabalho. Os Estados-nação perdem o protagonismo econômico, mas mantêm-se como unidades fundamentais no processo de reestruturação da economia mundial.

Aspectos políticos e econômicos

O regime militar, instalado a partir de 1964, mantém as estratégias identificadas como de modernização conservadora, assumindo novos contornos nesta segunda fase quando se registra a instalação de significativos processos políticos e econômicos: a Revolução Verde que altera o panorama da atividade agrícola com a apropriação do espaço rural pela agroindústria, a Reforma de Base que estabelece o controle da remessa de lucros das multinacionais; a Reforma Universitária, que, no conjunto, aceleram o crescimento caracterizando o “milagre brasileiro”.

O modelo do fordismo era rígido, predatório e excludente. Crescer a qualquer custo para depois distribuir foi a tônica das políticas governamentais do regime militar, mantidas nas décadas seguintes, de acordo com a perspectiva evolucionista do crescimento econômico. Quando os países centrais anunciaram a sua reestruturação produtiva, o fordismo sucumbiu em todo o mundo, instaurando uma crise a partir da queda do investimento, crise fiscal, crise de desemprego.

O modelo da reestruturação econômica e reajustamento social e político das décadas de 70 e 80 foi o toyotismo, com a instalação de grandes multinacionais e a obtenção de inúmeros empréstimos dos organismos multilaterais, como o FMI e vários bancos privados, o que, em contrapartida, implica em “arrocho” salarial e repressão às lutas dos trabalhadores para assegurar o lucro do capital.

A deterioração do quadro macroeconômico, nos anos seguintes, impôs constantes mudanças na política econômica, com impacto negativo em todos os integrantes da economia. As crises do petróleo, de 1973 e 1979, reorientaram a estratégia definindo por criar uma indústria do petróleo no Brasil, visando à autonomia.

Aspectos sociais e populacionais

A ditadura militar no Brasil reprimiu os movimentos sociais e sindicais, para não comprometer o projeto do grande capital para o país. O desemprego coloca a massa trabalhadora em desvantagem nos processos de recrutamento e com relação a acordos nas relações de trabalho: arrocho salarial e repressão brutal. O proletariado industrial metalúrgico do ABC paulista insurge-se a favor de melhorias salariais, liberdade política, liberdade e autonomia sindical, conquistas efetivadas, passo a passo, com grandes greves. Os Complexos Agroindustriais marginalizaram os agricultores familiares e persistiu o movimento de migração direcionado para as cidades médias.

O processo inflacionário, do final dessa fase, foi o mais árduo para o país, especialmente para a classe média que acessou o patamar do consumismo e em seguida entrou em período de desemprego estrutural. Os transtornos da macroeconomia e o cenário político nacional orientaram as políticas governamentais.

Gestão do território e turismo na fase de exportações diversificadas no Brasil

A centralização que marca este período tem o sentido de estar ancorada na ideologia de segurança e desenvolvimento nacionais e na racionalidade administrativa. O Estado prosseguiu, orientando o capitalismo nacional, ampliando fronteiras de trabalho e adotando uma estratégia do planejamento global com grande participação de capital estrangeiro.

Planejamento

Na época do “Brasil Grande” os maiores investimentos foram uma imposição de revisão da matriz energética para atendimento aos pólos de crescimento definidos para compor a drástica redução de investimentos públicos: Itaipu, Tucuruí, o Programa Nuclear e o Pro Álcool, são os grandes feitos no setor da energia. Outras grandes obras como a ponte Rio-Niterói, o Metrô nas capitais, a rodovia Transamazônica, a Ferrovia do Aço, simbolizam o empenho para a construção de extraordinário crescimento econômico. Grandes investimentos, tão necessários

para a indústria e o capital, e grandes campanhas ufanistas enaltecem o esporte, promoveram a imagem da nação, empanando a grave situação de endividamento do país.

As taxas de urbanização são incrementadas e as cidades crescem respondendo com as externalidades que favorecem ao processo econômico baseado na industrialização. A nova perspectiva criada com a implantação dos pólos de crescimento desloca o fluxo migratório que, direcionado para as cidades médias, reduz as pressões sobre o espaço urbano das grandes cidades.

O planejamento pautado apenas no ideário técnico busca compreender o ordenamento territorial em modelos teóricos que não se encaixam nem explicam a lógica do ordenamento, a não ser sob a ótica do desenvolvimentismo.

Ações efetivas de gestão do território

O governo concentra vigor nos espaços privilegiados de acumulação capitalista – os pólos de crescimento -, interligando-os aos circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e mercantis. Essa política de desenvolvimento de caráter regional, com a atração de empresas para as regiões periféricas, promove a expansão de regiões mais atrasadas, mas as diferenças regionais são confirmadas por ritmos diferenciados de acumulação da riqueza e da geração de renda (BECKER, EGLER, 1992, apud, JATOBA 2006, p. 92).

Desse modo, os fluxos migratórios se deslocam para as cidades médias, com forte significado para o dinamismo geográfico dessas cidades que, certamente, alavancaram o desenvolvimento de muitas delas, fora da área de influência das regiões metropolitanas. Brasília, inclusive, que também atraiu população para o Centro-Oeste por força da centralidade do poder político. (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1997, apud HILÁRIO, 2004).

Em paralelo ao novo padrão locacional da indústria outros fatores influem nas cidades médias: as transformações mais visíveis no movimento migratório nacional; o fenômeno da periferização das metrópoles; a política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas, a peculiar expansão de nossas fronteiras agrícolas e de extração de recursos minerais; melhorias nas redes de infra-estrutura urbana e a própria dinâmica urbana, configurando o rompimento do padrão da rede de cidades nacionais (HILÁRIO, 2004, p. 66).

Ações privadas

Resulta desta estratégia o deslocamento geográfico do capital para financiamento de grandes investimentos: exportação de celulose, aço, ferro e alumínio; *joint ventures* entre Estado, corporações transnacionais e capital privado nacional que viabilizam: o Projeto Grande Carajás, o Pólo Petroquímico de Camaçari, o Complexo de Fertilizantes do NE, o III Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, dentre outros.

Efeitos sobre o ambiente e a paisagem na fase de exportações diversificadas no Brasil

O ordenamento do modelo desenvolvimentista gerou resultados positivos e negativos de mesma intensidade. As transformações desse período levam uma nação agrária para o estágio de sociedade industrial, urbana e mercantil, mas o Estado conduziu esse processo em sintonia com o macro ordenamento econômico internacional.

Efeitos sócioeconômicos

Os resultados se cristalizam na transformação da produção manufatureira, na criação do parque industrial de bens de consumo duráveis e intermediários. Aprofundaram-se as desigualdades sociais, resultado da predominância dos interesses da acumulação sobre os sociais ou ambientais. O ritmo de crescimento não consegue ser mantido devido a fatores externos, como a emergência da Terceira Revolução Industrial, que apontou novos rumos para o capital.

Efeitos ambientais

No decorrer de cinco séculos o Brasil destruiu quase toda a Mata Atlântica, reduziu acentuadamente a biodiversidade do cerrado com a agricultura mecanizada e a Amazônia é degradada ao ritmo intenso de 17 km²/ano (SACHS, 2007, p. 395). A Revolução Verde opera com mecanização pesada, agrotóxicos e tecnologia química e biológica, implicando em grande degradação ambiental, inclusive com supressão de cultivos tradicionais de milho, feijão e mandioca.

Em três décadas, o Brasil sai do patamar urbano para o de urbanização acelerada transferindo pobres rurais para pobres urbanos, resultando no reordenamento hierárquico das cidades e no crescimento das taxas de urbanização. Com o crescimento das cidades, as questões ambientais urbanas emergem. O grande feito econômico do período traz esse saldo

de forte degradação ambiental e o aprofundamento das desigualdades sociais também em decorrência das altas taxas de urbanização. Uma nova crise de hiperacumulação apurada, nos centros fordistas periféricos, vai redirecionar o ordenamento econômico com rebatimento direto na política territorial e ambiental, imprimindo a marca da fase que segue, de integração mundial de mercados.

Efeitos territoriais

Os problemas da urbanização de territórios turísticos revelam-se com um mesmo padrão em quase todas as localidades: congestionamentos nas estradas de acesso, deterioração urbana pela incapacidade de gestão do território municipal (resíduos sólidos, expansão da área de urbanização e densificação continuada, suprimentos, serviços, segurança, comunicação e outros), fruto das limitações de políticas e do planejamento do turismo levadas a cabo no desenvolvimento do país e da falta substancial de desenvolvimento social (YÁZIGI, 1988, apud CRUZ, 2001, p.10).

A conquista de vôos internacionais para outras capitais que não o Rio de Janeiro e São Paulo, por volta do final da década de 70, inseriu estas cidades no circuito turístico internacional e manifestaram-se os primeiros sinais de uma transformação do uso do solo urbano em função desta possibilidade de acolhimento de fluxo internacional.

Efeitos sobre a paisagem

A degradação ambiental e da paisagem é conseqüência direta deste quadro de mega empreendimentos e do ritmo de crescimento urbano. O crescimento dessas cidades litorâneas e localidades, associadas ao turismo, foi alterando a categoria das habitações: de segunda residência para residência de uso principal, assim como, o adensamento, em muitas situações, transformou cidades em áreas conurbadas.

O desenvolvimentismo que envolve a fase do milagre brasileiro transforma a nação integrando-a ao rol dos países em desenvolvimento. A grande segregação social também marca o período de modo, até então, irreversível. O Nordeste, pelo descompasso nesse processo relativamente à região Sul e Sudeste e devido a outros atributos naturais, tende a grande centro de serviços com ênfase ao desenvolvimento do turismo. As bases institucionais e físicas foram estabelecidas nessas três décadas, mas, apenas a partir da década de 90 a valorização desta atividade acontece. No período em foco, o turismo torna-se atraente e passa

a ter o reconhecimento como importante atividade econômica em decorrência da variedade de segmentos da economia que mobiliza, formatando abrangente cadeia produtiva. A concentração de meios de hospedagem, nas áreas urbanas, configura especializações do espaço urbano com efeitos no uso do solo nas imediações. O grande efeito ambiental, relativo ao turismo, está na expansão da ocupação das franjas litorâneas por projetos imobiliários com efeitos diretos na paisagem.

No balanço dos resultados do desenvolvimentismo temos o agravamento de desigualdades sociais e regionais e as degradações ambientais. O ideário fordista instalado perdurou e, ainda hoje, está fortemente arraigado na sociedade brasileira. A expectativa de reversão do subdesenvolvimento foi frustrada, verificou-se uma forte concentração da riqueza repetindo a divisão internacional do trabalho.

2.3 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DE INTEGRAÇÃO DE MERCADOS NO BRASIL (1986 – 2007)

Com a extinção do bipolarismo ideológico, e o esgotamento do sistema fordista gerou-se um novo modelo, caracterizado pelo regime de acumulação flexível. A economia passa a ser pautada como economia global. Uma nova ordem internacional se estabelece baseada na interdependência global, no predomínio da tecnologia, da pesquisa tecnológica, na valorização ambiental e no desarmamento nuclear. Neste período, são fortalecidas as concepções neoliberais de redução do Estado e valoriza-se maior eficiência nas vantagens comparativas.

No Brasil, este é um período marcado pelos Planos de Estabilização da economia que buscam reverter o grave problema brasileiro - a inflação - que chegou a níveis de hiperinflação, distorcendo o valor da produção, relativamente aos ganhos de capital baseado na especulação financeira. Com o estrangulamento da economia, baseada na poupança externa e crise econômica generalizada, com histórico de longa recessão e inflação galopante, finda o modelo fordista.

Sob o comando do neoliberalismo se instala o culto ao mercado como via de resolução dos problemas da economia brasileira e, inclusive, de regulação das relações entre capital e trabalho.

2.3.1 Contexto socioeconômico no período de integração de mercados no Brasil

Aspectos políticos econômicos

Esgotada a solução da crise de hiperacumulação através do deslocamento geográfico das bases industriais, a condição nessa fase é de rivalidade espacial entre corporações, com a concentração da produção especializada em áreas específicas que se distribuem em territórios diferenciados, os tecnopolos. A tendência de redução dos laços de dependência de fatores territoriais descola os setores produtivos dos vínculos territoriais, e passam a localizar suas operações nas mais diversas regiões do globo, tirando partido de vantagens comparativas locais, visando maior lucratividade e também oportunidades. Por outro lado, na direção inversa, as cidades e regiões passam a se capacitar a um desenvolvimento a partir de condições próprias articulando-se ao sistema de integração competitiva (CIDADE, 1999).

Medidas de flexibilização são implementadas: jornadas de trabalho extensas, redução dos salários reais, migração para regiões de baixos salários, mudanças organizativas e tecnológicas. Predomina a produção de bens de rotação instantânea, eventos, inovação institucional, produtiva e tecnológica, valorização do acesso à informação e ao conhecimento.

Compõe o quadro, a desregulamentação do sistema financeiro: mercado mundial unificado, moeda e crédito; o deslocamento do capital no tempo e no espaço, vulnerabilidade e volatilidade; os Estados-nação perdem o controle sobre o sistema financeiro; ressurgem o trabalho informal, doméstico, familiar; fusões, monopolizações, diversificação e mobilidade de empresas; maior poder das corporações financeiras que das produtivas; nova configuração da produção industrial mundial: países desenvolvidos passam a ser os maiores importadores, de credores passam a devedores na relação comercial; Tóquio passa a ser mais importante centro financeiro que Nova York.

As grandes áreas econômicas são: a América, a União Européia e a Ásia, todos no hemisfério Norte. Acentuam-se as desigualdades entre Norte/Sul. O Brasil, potência regional, está condicionado à maior integração com o mercado mundial, mas internamente, a transição democrática – a Nova República -, o pluripartidarismo, a Constituição de 88, as crises econômicas que intensificam desigualdades e impulsionam a organização de movimentos sociais compõem o panorama da virada do Século XX / XXI e criam tensões que dificultam a inserção no mercado mundial.

A crise do petróleo e a alta internacional dos juros desaceleram a expansão industrial. O encaminhamento da enorme crise recessiva e dos altos compromissos da dívida externa contraída segue por uma estratégia de ajustes da política cambial e monetária para geração de divisas, para o pagamento do serviço da dívida e conter a demanda: recessão e inflação marcam o início do período de integração de mercados. Com novas premissas, a política econômica passa a praticar o culto ao mercado, inclusive para regular as relações capital-trabalho.

A ideologia neoliberal modela a inserção competitiva no mercado global via desregulamentação da economia, redução do Estado e da sua participação nas atividades econômicas, quebra do monopólio estatal: nas telecomunicações, energia, siderurgia, mineração, e, viabiliza a entrada e o estabelecimento do capital internacional com o fim da discriminação constitucional das empresas de capital estrangeiro. Na política, onda conservadora dá uma guinada à direita, assim como a orientação liberal se torna mais desenvolvimentista.

Aspectos sociais e populacionais

Mudanças culturais e sociais ditas pós-modernas valorizam o empreendedorismo e o individualismo, a competição entre trabalhadores e a redução do sindicalismo e do coletivismo. O modelo capitalista internacional se impõe ao setor público e invade outras áreas: a mídia, o ensino, a vida religiosa, a profissionalização, as relações de trabalho e cria as condições para intensificação de outras atividades, como é o caso do turismo. A flexibilização acentua a qualidade do novo, do efêmero, a diversificação e o ecletismo. A insegurança econômica acende valores estáveis, da autoridade, da família, da religião, do Estado. O processo inflacionário leva à ampliação da pobreza. Verifica-se extraordinário aumento de produtividade, e o aumento dos índices de desemprego, devido ao estágio tecnológico poupador de mão de obra.

Verifica-se reversão no fluxo migratório rural-urbano nos anos 90, com menor atração das cidades para as populações agrícolas, retendo maior contingente nas áreas rurais configurando maior pressão dos trabalhadores sobre a terra, resultando no fortalecimento dos movimentos sociais que atuam nesse sentido.

O período de acumulação flexível traz configurado todo um sistema de valores e conceitos que têm a dimensão de uma nova ordem que se instala calcada na flexibilização dos

processos e se apóia na inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 1996, p.140).

2.3.2 Gestão do território e turismo no período de integração de mercados no Brasil

Políticas governamentais

A política governamental desenhada no programa de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, Avança Brasil, propunha outra geografia econômica e social baseada nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. Trata-se de um programa de desenvolvimento regional que visava tanto atrelar o investimento privado ao investimento público, potencializando a aceleração do desenvolvimento, quanto visava aos aspectos sociais e tecnológicos, atraindo o investimento para acelerar o crescimento nas regiões estratégicas. Esse programa, considerado como a melhor contribuição conceitual à inovação da gestão pública, inova quando se apóia no conceito territorial ultrapassando a conceituação setorial.

Planejamento

Seguidos planos econômicos buscam o equilíbrio econômico-financeiro da nação. Em 94 é implementado o Plano Real com forte valorização da moeda frente ao dólar. Intensa competição entre produção nacional e mercadorias importadas resulta na modernização do sistema produtivo nacional, mas a economia moderna é poupadora de mão de obra: crescimento com desemprego.

A estratégia de investimento do Programa Avança Brasil apoiada na dimensão territorial e tendo a economia como variável estruturante do território esbarra na lógica de investimento da nova liderança: a corporação multinacional.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional busca o desenvolvimento integrado e sustentável de Macro e Mesorregiões, com base na valorização de recursos locais e visa superar as desigualdades regionais, ativar potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras e melhorar a distribuição das atividades produtivas no território. Essa política é construída com a participação das forças sociais, dos entes federados e do setor produtivo, sob a direção de um referencial nacional comum. Resultam dela os Planos da Amazônia Sustentável - PAS, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - PNDE, dentre outros.

O Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, como instrumento de planejamento e gerencial, é valorizado e está em elaboração, em diversas escalas: nacional, estadual e no nível do território das unidades de conservação quando funciona, também, como instrumento de disciplinamento do uso e ocupação do solo. O alcance desse instrumento de planejamento, no nível do território, é diretamente proporcional à quantidade de unidades de território protegido instituídos.

Desde 1994 tem início o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR–NE, envolvendo os nove estados nordestinos, o Espírito Santo e o norte de Minas Gerais. Consiste num contrato de financiamento firmado com o BID para criar, tanto condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas. A princípio concebido para esta região é ampliado para a região Sul. Com a implementação do PRODETUR/NE, busca-se lançar as bases para o desenvolvimento organizado e contínuo da atividade turística na Região, assim como, o Programa Nordeste Competitivo (PNC) visa subsidiar as atividades turísticas da iniciativa privada.

O Plano Nacional de Turismo, 2003 – 2007 valoriza e está calcado em programas que estimularão o aumento do fluxo de turistas estrangeiros no país por meio da implementação dos programas de: Roteiros Integrados Nacional, Qualificação Profissional, Promoção, Apoio à Comercialização dos Produtos Turísticos e o Programa Nacional de Financiamento.

Os processos urbanos na cidade formal, por meio de mecanismos de solo criado, seguem adensando áreas, sobrecarregando a infra-estrutura urbana instalada. O movimento interno de migração do centro – periferia, das populações de baixa renda, ocorre predominantemente se sobrepondo ao espaço construído existente porquanto há interesse da maior proximidade possível da cidade formal. Observa-se, em área de ocupação subnormal, uma verticalização que já alcança, em algumas cidades, a média de 5 pavimentos, onde o risco social pela insegurança das construções salta às vistas.

Ações efetivas de gestão do território

A valorização dos instrumentos de gestão ambiental com o aprofundamento do conceito de desenvolvimento sustentável e a sua propagação passam a predominar na formulação das políticas públicas. Essa condição de sustentabilidade começa a ser identificada e é particularmente influente nas posturas gerenciais para o território, ainda que, predominem nos

textos que reúnem as intenções de planos e projetos e, em ações de fiscalização, em reação à lógica da maximização dos lucros.

Neste período se observa menores deslocamentos populacionais, mesmo para as médias cidades, provavelmente em função dos programas sociais que, atendendo minimamente com melhoria nas condições de sobrevivência, desmotiva o fluxo migratório massivo. A afluência de população concentra-se em empreendimentos que criam novas sinergias, de caráter pontual. Observa-se nas áreas urbanas a migração interna nas cidades no sentido centro - periferia, com precarização das moradias.

Ações Privadas

Os processos de privatização de empresas nacionais atraíram capital internacional que, consorciado ou isoladamente, assume posições estratégicas nas áreas de energia, telefonia, aço. Decorrente da presença local, as empresas passam a participar em outros ramos de negócios e a detectar novas oportunidades de investimento.

No ramo do turismo, grupos econômicos internacionais começam a investir, com a aquisição de propriedades em espaços privilegiados para esta atividade, e alguns já se estabeleceram ou desenvolvem projetos a serem implantados, numa composição que decorre, preponderantemente, do novo ordenamento internacional. São corporações européias, principalmente originárias da Península Ibérica.

Alterações radicais são conformadas envolvendo o papel do Estado, a reorganização do sistema de poder, a relação capital - trabalho, e o sistema de valores é modelado pela mídia e a acessibilidade virtual. O ordenamento do território reflete os desejos da nova liderança e o Estado busca compreender seu papel nas novas regras do jogo.

2.3.3 Efeitos sobre o ambiente e paisagem no período de integração de mercados no Brasil

Efeitos sócioeconômicos

Os resultados são: a desarticulação da produção e do consumo, a preocupação em atrair investimentos para o crescimento econômico que se reflete nas cidades, com o crescimento desordenado, índices elevados de habitações precárias, a periferização das populações nas metrópoles.

A ideologia neoliberal camuflou a superconcentração do poder econômico, político e até cultural e acentuou a divisão, a pobreza e a desigualdade. O programa político Avança Brasil se enreda em dificuldades que têm origem nos equívocos destacados: equívocos de concepção, quando pensam em desenvolvimento regional sem considerar a visão federativa dos estados, quando visam o atrelamento do investimento privado aos investimentos públicos e quando ampliam o foco econômico, visando tocar aspectos sociais e tecnológicos simultaneamente, construindo um imbróglio de gestão institucional <www.bresserpereira.org.br>.

Os programas sociais do governo PT, a partir de 2003, com a ascensão do governo Lula, rebatem-se no território aliviando as pressões de migração rural-urbana, mas fortalecendo a disputa pela terra rural por meio de movimentos sindicais.

Efeitos ambientais

A mudança do paradigma do desenvolvimento, orientado pela economia para o do desenvolvimento sustentável, é uma construção que depende da superação do conflito da lógica da produção versus a lógica do uso não utilitarista dos recursos naturais. Com a realização da Conferência Rio 92, a política ambiental é fortalecida e a ampliação do aparato institucional ambiental se consolida numa perspectiva permanente.

A busca do lucro, no entanto, permanece como o grande referencial: o avanço das fronteiras agrícolas sobre a Amazônia e o desmatamento no seu interior, as práticas econômicas sem padrão de sustentabilidade. Persiste o descaso com as questões ambientais demandando meios coercitivos e de controle que as instituições não são capazes de exercer, mantendo-se o quadro de grandes perdas para o meio ambiente.

Efeitos territoriais

O turismo desponta como atividade organizadora de territórios. Predomina, neste período, o turismo que busca espaços de 'natureza intocada' que consegue mobilizar o fluxo internacional. Com investimentos de monta, predominam os grandes resorts para os quais é direcionada a infra-estrutura regional. Pequenos e médios empreendimentos, direcionados para o ecoturismo vêm na franja desse movimento mais significativo. Autores concordam que, sem que hajam pesquisas realizadas com esse objetivo, nesse período, "a importância do turismo reside menos nas estatísticas que mostram parcialmente seu significado e mais na sua incontestável capacidade de organizar territórios" CRUZ (2001, p. 8).

A aquisição por grupos estrangeiros de grandes glebas no litoral brasileiro, principalmente no Nordeste do país, em zonas próximas a centros urbanos, com infra-estrutura aeroviária, e também, em áreas mais isoladas, caracteriza um movimento de privatização do acesso a grandes extensões de praia. Os novos territórios turísticos criam, com a implantação de unidades fechadas ao longo do litoral, um padrão de ocupação extensivo, que não caracteriza centralidades, um modelo bem distinto dos tradicionais centros de turismo de veraneio ancorados em cidades ou localidades urbanas.

Efeitos sobre a paisagem

A marca do desenvolvimento transforma paisagens urbanas e rurais. A incorporação de territórios rurais a urbanos transfigura o território de modo surpreendente, pois que, de modo autônomo, cada novo empreendimento se insere na paisagem à revelia de um planejamento ambiental. Espaços privilegiados não impactados por este processo de desfiguração da paisagem incorporam um valor mercadológico antes não cotado. Passam à condição de bem econômico, de capital natural, um diferencial para o desenvolvimento do turismo. Priorizados pelas corporações internacionais, que já não dispõem desse bem nos territórios de origem, passam a compor a pauta de investimentos no setor turismo amplificando o circuito dessa atividade econômica, criando possibilidades de integração ao circuito internacional desse mercado.

O paradigma do desenvolvimento sustentável traz a possibilidade de mediação entre o utilitarismo e o preservacionismo. Esta perspectiva de equilíbrio permeia as ações e cria-se a perspectiva de dosagem das interferências sobre o território. Na prática, no entanto, o que se verifica é uma ocupação que compromete o quadro ambiental com adensamento populacional, com a intensificação do uso do solo, sem contrapartida para a sociedade e em especial para a comunidade do entorno e na vizinhança, restrição da acessibilidade por interdição de acesso e conseqüente privação do direito à paisagem.

O Brasil na sua posição de democracia plena, estabilidade econômica, reduto de grandes espaços naturais "intocados" é território de interesse para corporações internacionais que se organizam no modo de acumulação da fase de integração de mercado. A competitividade de territórios para atração de investimentos se reproduz no nível nacional. O paradigma do desenvolvimento sustentável passa a orientar a mediação empresa/estado/sociedade. No caso das atividades turísticas, estas se caracterizam como um novo padrão de turismo, baseado na

construção de resorts no modelo de enclave, com pequena troca comercial ou social com o destino turístico em que se insere. Um dos principais efeitos que se antevê à implantação de tantos empreendimentos projetados é o da depleção do patrimônio ambiental, em especial a transfiguração da paisagem. Mecanismos que permitam efetividade na organização e participação da sociedade podem dar suporte a ações de planejamento que visem assegurar os valores urbano-ambientais e sócio-culturais, que se encontram reféns do potencial transformador desse processo de incorporação de territórios para reprodução do capital na atual fase de integração de mercados.

2.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo buscou responder à primeira questão de pesquisa, que trata do papel das atividades voltadas para o turismo nas políticas públicas de ordenamento do território, na parte relativa à escala Brasil. Apresenta o histórico do modo de produção e de organização da sociedade no período do desenvolvimentismo e de integração mundial de mercados, caracterizando as decisões, as intervenções, que viabilizaram a instalação do setor turismo, a princípio com muita fragilidade e apoiado em infra-estrutura de outros setores econômicos, até o reconhecimento como atividade propulsora da economia quando passa a integrar, e até a pautar, as políticas públicas de investimentos de infra-estrutura territorial.

Pode-se observar, comprovando o enunciado sobre a três forças motrizes que são responsáveis pelas alterações na paisagem que no desenvolvimentismo, nessa escala, sejam os mega projetos da primeira fase de substituição de exportações, sejam os pólos de crescimento da fase de exportações diversificadas, a integração da malha rodoviária nacional, o desenvolvimento do setor de transportes, criam acessibilidade entre distintas regiões viabilizando o deslocamento dos excedentes do capital e a conquista de novos mercados nacionais para a indústria nacional sediada na região S-SE. Os desequilíbrios regionais e entre campo-cidade, promovem forte migração com intensiva urbanização e densificação das cidades e áreas litorâneas, alterando radicalmente as paisagens, antes percebidas como razoavelmente estáveis e com distinta identidade. Instaura-se uma nova dinâmica para o turismo que passa a ser reconhecido como importante fato econômico.

Os efeitos na paisagem, da acessibilidade, da urbanização e da globalização no período de integração mundial de mercados, distinguem-se do período anterior pela grande alteração na condição da acessibilidade. Esta, tanto relativa à ampliação da capilaridade da rede viária, mas,

principalmente, referente à acessibilidade virtual e à interligação por redes digitais, propiciando a integração dos mercados mundiais, viabilizando o encaminhamento de solução para a atual fase de hiperacumulação via incorporação de novos territórios, dentre estes, os territórios favoráveis ao desenvolvimento do turismo. O turismo alcança a dimensão de atividade que pauta as políticas públicas relativas ao ordenamento do território, mas com radical transfiguração das paisagens, urbanas e rurais, e forte interferência sócio-ambiental.

A extensa costa brasileira é campo fértil para expansão das atividades turísticas, mas o Nordeste e, especialmente a Bahia, que sempre estiveram nas rotas de interesses, têm maior significado nesta atual fase de integração mundial de mercados, como apresentado no capítulo a seguir.

3 TERRITÓRIO E TURISMO, PAISAGEM E SUSTENTABILIDADE NO NORDESTE E BAHIA¹⁹

Este capítulo tem como objetivo responder à primeira questão de pesquisa, que trata do papel das atividades voltadas para o turismo nas políticas públicas de ordenamento do território, na parte relativa à escala Nordeste, com atenção particular à Bahia.

Os grandes processos econômicos de integração globalizada dos mercados alcançam o Nordeste do Brasil. Períodos anteriores de baixa dinâmica econômica mantiveram trechos desse território relativamente bem conservados. Sítios ditos “intocados” passam à categoria de bem econômico, extremamente valorizados, e são alvo das oportunidades de reprodução do capital nacional e internacional, principalmente. Ameaças ao padrão de sustentabilidade é o desafio a ser enfrentado pelo desenvolvimento territorial de uma atividade consumidora de espaço por grupos oriundos de territórios ambientalmente arrasados.

3.1. TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DE INTEGRAÇÃO DE MERCADOS NO NORDESTE E BAHIA (1986 – 2007)

Do intervalo de séculos, do descobrimento ao início deste período, a economia, fosse incipiente ou próspera, pautava-se pelos critérios exclusivos da lucratividade, que tudo justificou. Nesse período de vinte anos apenas, constrói-se a grande mudança conceitual que poderá vir a assegurar o respeito a valores sociais e ambientais como requisito para o desenvolvimento econômico, que passa a ser adjetivado como desenvolvimento sustentável. No turismo, o Nordeste se uniu para implementar uma política de desenvolvimento referenciada no novo conceito de sustentabilidade, até porque, para esta atividade, a dimensão ambiental e os valores sócio-culturais têm status de bem econômico. A aplicação prática desses princípios, no entanto, sofreu limitações advindas de interesses em jogo. Enquanto ações governamentais estabeleciam os termos de ocupação sustentável do território, a dinâmica econômica e política se encarregava de ajustá-los aos interesses empresariais, seja para intensificação do uso ou para assegurar melhor vantagem locacional com perdas substantivas da qualidade das avaliações do licenciamento, em situações onde o jogo de interesses foi claramente percebido. Na Bahia esta postura de afrontamento às normas e de encaminhamentos duvidosos já motivou o Ministério Público a instalar duas Comissões Interinstitucionais para apuração de procedimentos.

¹⁹ Nesta escala, Nordeste e Bahia, considerou-se que o período do desenvolvimentismo esta coberto pela análise na escala Brasil.

3.1.1 Contexto socioeconômico no período integração de mercados no Nordeste e Bahia

No Nordeste não foi diferente a reação da economia diante dos sucessivos planos para sua estabilização. A seqüência de quebra de expectativa de alcance da estabilidade da moeda refluí investimentos em todos os segmentos da economia. Na Bahia foi desconcertante assistir ao deslocamento dos centros decisórios das maiores empresas privadas no ramo de construção civil, assim como a migração de muitos executivos buscando inserção no mercado de trabalho nas regiões Sul e Sudeste.

Aspectos políticos e econômicos

A competitividade de territórios para atração de investimentos no nível nacional se reproduz no Nordeste e entre regiões. A guerra fiscal, na competição entre os Estados, é fator de mudanças na locação de indústrias, bem caracterizada nas corporações automobilísticas. A volatilidade da valorização de territórios passa a ser uma marca da indústria de alta tecnologia. O acirramento da guerra do espaço faz o Estado fornecer vantagens que vão de incentivos à infra-estrutura, a capital de giro, num verdadeiro leilão de cidades. A oferta de condições favoráveis se estende a benesses complementares, sobrecarregando ainda mais o ônus da sociedade que alimenta uma vinculação com a corporação multinacional e também nacional numa relação de perspectiva incerta, pois que o capital movimenta-se em função de condições favoráveis a sua multiplicação.

Santos e Silveira referem-se a esta competição afirmando que “corporações vinculadas ao turismo e empresas do setor têxtil e confecções, graças a incentivos fiscais, localizam-se em várias cidades nordestinas.” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.110).

Reflexos da conferência Rio 92, as políticas públicas, em especial a de turismo, se apresentam com os compromissos de planejamento e prática sustentável, buscando descobrir como encaminhar estes novos propósitos e relações, especialmente a instalação de instâncias de participação comunitária, um desafio tanto por parte dos governos quanto por parte da comunidade.

Na década de 90, os estados do Nordeste alavancam o Programa PRODETUR-NE, junto ao BID, com a finalidade maior de lançar bases para o desenvolvimento organizado e contínuo da atividade turística na Região. O Programa atua especializando territórios para o turismo, aquelas cidades/localidades e áreas peri-urbanas onde já exista algum fluxo turístico e já

disponha de alguma infra-estrutura e serviços, especialmente, aeroporto a uma distância máxima de 100 km. Além de infra-estrutura (saneamento ambiental, transportes, urbanização, sinalização e outros), esse programa financia projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios.

O esforço dos Estados nordestinos está estreitamente sintonizado com a lógica do capital internacional que contabiliza vantagens para decisão locacional dos empreendimentos.

Aspectos sociais e populacionais

As áreas de natureza preservada resistiram pela baixa atividade econômica regional e apresentam um quadro social de populações tradicionais com atividades extrativistas e de baixo impacto dado à escala e intensidade da sua dinâmica. São populações vulneráveis às pressões econômicas que tendem a deslocá-las ou desmantelá-las.

As áreas litorâneas do Nordeste se caracterizam pela presença de comunidades tradicionais com atividades relacionadas com a pesca, mariscagem, cultivos de subsistência e trabalhos artesanais. Este é o cenário da faixa litorânea da Bahia e pode ser generalizada para toda a costa nordestina.

Pelas condições climáticas, pelo estado de território predominantemente “intocado”, pela oferta de praias e de fortes registros culturais: na culinária, no patrimônio histórico, no folclore, pelas pitorescas paisagens, e, essencialmente, por tratar-se de território mais aproximado do continente europeu, o Nordeste é focalizado pelas corporações internacionais como especial lócus para implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento da atividade turística, espaço de concretização da reprodução do capital na atual onda de hiperacumulação do capital.

3.1.2 Gestão do território e turismo no período de integração de mercados no Nordeste e na Bahia

Políticas governamentais

Este período que nasce sob o neoliberalismo, na virada das últimas eleições no ano 2006, reverte a composição das forças políticas na Região, com a consolidação de uma base eleitoral de apoio ao governo Lula, e de sustentação das políticas governamentais. Neste quadro que poderia assegurar ao Nordeste uma situação privilegiada na obtenção de

decisões de interesse regional, entretanto, infelizmente, não se observam movimentos articulados no sentido de tratar os problemas regionais, dentro do enfoque sub-regional. < <http://www.inad.com.br>>.

O projeto de recriação da SUDENE deverá preencher essa necessidade, visto que a instituição passará a articular os aspectos políticos, institucionais, técnicos e administrativos da Região, com uma grande vantagem de contar na sua estrutura com a participação do poder político, representado pelos governadores, no Conselho Deliberativo. Ainda, passará contar com o suporte técnico da Secretaria Executiva da SUDENE, que assessorará os governadores quanto às melhores alternativas para os problemas sub-regionais do Nordeste.

Planejamento

No nível federal, na atual gestão do governo Lula (2007-2010), o Ministério do Meio Ambiente - MMA em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União - SPU, esta, motivada pelos objetivos de atualização das áreas de patrimônio da união, implementam uma ação direta de ordenamento territorial. Recorrendo ao Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, criam o Projeto Orla, no âmbito do qual o PNGC sai do papel. Na Bahia, Projetos Orla foram elaborados em vários municípios dentre os quais o Município de Mata de São João, onde se situa o Centro Turístico Forte-Sauípe.

No âmbito estadual, conduzir o Planejamento da atividade turística no início da década 90 demandou uma revisão geral das iniciativas em curso e a atualização da compreensão dessa atividade nesse novo momento, a partir de três marcos: a releitura da oferta técnica e potencial, a valoração da infra-estrutura pública como elemento-chave de transformação e de acesso ao mercado turístico internacional e a assunção da dimensão ambiental como essencial ao planejamento do turismo.

Da releitura da oferta técnica e potencial vem a confirmação do Estado da Bahia como possuidor de atrativos potenciais, comparáveis aos de pólos turísticos de maior afluência de público no mundo, especialmente no atual contexto de valorização do patrimônio natural como capital estrutural para o turismo, associado aos demais aspectos e potencialidades já trabalhadas: a cultura, o folclore, o patrimônio arquitetônico, dentre outros; por meio das ações de infra-estrutura redefine-se uma estratégia para deflagração do processo de inserção em patamar mais elevado no mercado turístico internacional, cabendo ao Estado dotar de infra-estrutura, catalisar negócios turísticos e promover mercadologicamente a atividade; e, a partir

da incorporação da dimensão ambiental, reconhece-se o turismo como atividade impactante, recorre-se ao SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação para proteger os territórios eleitos como de interesse para o turismo. Em particular, utilizou-se das unidades de conservação do tipo APA - Áreas de Proteção Ambiental, transformando o turismo em atividade econômica mais comprometida com os impactos sócio-econômicos tanto quanto com os impactos ambientais.

Os primeiros estudos do PRODETUR – Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, Dezembro 1991, se caracterizam como um amplo exercício de reflexão sobre mercados turísticos e a construção de uma concepção estratégica de aproximação com esse mercado externo identificado. Define-se um modelo de desenvolvimento turístico que se traduz, principalmente, numa proposta de caráter regional com a definição de “nova geografia turística” do Estado, concebida a partir de critérios objetivos visando à composição de destinos turísticos sintonizados com a demanda, caracterizada a partir dos principais mercados emissores, estruturada com ênfase na promoção sócio-econômica destas áreas.

Nesse primeiro momento são identificadas sete áreas turísticas prioritárias denominadas: Costa dos Coqueiros, do Dendê, do Cacau, do Descobrimento, das Baleias, Baía de Todos os Santos e Chapada Diamantina, privilegiadas as áreas litorâneas, exceção para a Chapada Diamantina. Esta seleção de áreas visa à consolidação e incorporação de novos espaços, ambientalmente bem preservados e integrados às características culturais locais, dotando-os da infra-estrutura básica, da infra-estruturação dos serviços públicos que dão suporte à atividade, da qualificação dos recursos humanos, além da promoção turística e do incentivo ao setor privado. Fase anterior à Conferência Rio 92, o conceito de sustentabilidade não participava do vocabulário técnico, embora o meio ambiente tenha sido incorporado ao Programa como variável chave com a criação de Áreas de Proteção Ambiental – APAs. Estas se superpõem às áreas dos complexos turísticos projetados, nas sete zonas turísticas, com os objetivos inerentes a esta categoria de proteção ambiental e também de disciplinamento do uso e ocupação do solo na ausência de estudos e planos na escala urbanística.

Definida a contratação do financiamento PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – PRODETUR NE I (1994 - 1995), portanto recursos para infra-estrutura assegurados, os instrumentos de planejamento que poderiam garantir que o poder de estruturação/desestruturação proporcionado pela infra-estrutura implantada resultasse em valores positivos para o turismo, assumem a dianteira das prioridades.

A partir deste momento, definitivamente, supera-se a fase incrementalista de planejar em turismo. A tônica passa a ser a concatenação de esforços e a articulação entre os meios / instrumentos de gestão de modo a manejar, com algum nível de confiabilidade a complexidade de aspectos envolvidos na questão turística. Não mais cabem iniciativas isoladas sejam de conscientização turística, estímulos diversos a produtos e eventos ou de ordem mercadológica.

Dez anos de desenvolvimento desse Programa, numa atualização em 2002, e, dez anos de propagação do conceito de desenvolvimento sustentável, na Estratégia Turística da Bahia, encontram-se os termos do compromisso do PRODETUR-NE II, referido da seguinte forma:

O novo modelo proposto está ancorado em princípios que levam em consideração a eficiência econômica, a equidade social e o respeito ao meio ambiente e aos bens culturais – materiais e imateriais.²⁰

Visando à 2ª Etapa do PRODETUR-NE, áreas interioranas do Estado foram promovidas como áreas especiais de interesse turístico sendo ampliadas para onze as zonas turísticas, alvo do planejamento e do investimento do Estado, que nesta etapa já incorpora, explicitamente, o conceito de desenvolvimento sustentável. A Figura 6 mostra a regionalização do espaço turístico do Estado.

As estratégias destas duas fases mais recentes das políticas públicas de turismo do Estado refletem uma intencionalidade espacial, com definição clara do lócus alvo da diferenciação espacial necessária ao desenvolvimento da atividade e da alocação dos investimentos. As oportunidades que cada uma dessas zonas contém, potencialmente, são identificadas e se refletem na sua logomarca, destacando os recortes turísticos do potencial do Estado.

Os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS, para as sete primeiras zonas turísticas, foram concebidos num padrão de participação social e visando à sustentabilidade da atividade, ainda que, muitas dimensões, especialmente a da inclusão social, estejam por ser construídas. Não se pode negar que, se a distorção da visão espacial de certo modo foi superada na política pública de turismo estadual, a visão dos atores locais ainda é concorrencial e não de complementaridade, mesmo intra-zona / região / destino turístico, o que reduz a possibilidade de criação de oportunidades de conformação de uma integração inter-regional, inter-zonas, para a operação desses destinos turísticos. A comercialização ocorre de

²⁰ Bahia. Governo do Estado. Secretaria da Cultura e Turismo. Século XXI – Consolidação do Turismo: Estratégia Turística da Bahia 2003-2020. Salvador, 2005.

modo fragmentado, embora haja o esforço estadual de construir estas alianças através dos Conselhos Regionais de Turismo.



Figura 6: Geografia Turística da Bahia
Fonte: Mídia eletrônica < <http://www.setur.ba.gov.br>>

Nesse planejamento estadual é delineado o modelo estratégico de ocupação territorial, aplicável às diversas zonas turísticas. O modelo constitui-se na definição de áreas do território que reúnem especiais condições para o desenvolvimento do turismo, denominadas Centro Turístico, podendo, cada Centro Turístico, conter um ou mais Complexos Turísticos (PRODETUR-BA, 1992, p.92).

A concepção do Complexo consiste basicamente num *mix* de meio de hospedagem de grande porte e unidades imobiliárias vinculadas às estruturas turísticas, envolvidas e permeadas por espaços de grande valor ambiental e paisagístico, entremeados por vilas

turísticas onde micro e pequenos empresários poderiam se agregar ao Complexo. Concepção inspirada na exitosa experiência do Praia do Forte Ecoresort.

Além das APAs que davam conta do disciplinamento do espaço na escala regional, recorreu-se a um segundo instrumento de planejamento, os PRUAs - Planos de Referência Urbanístico Ambiental, que se anteciparam à elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, estabelecendo as diretrizes espaciais para o crescimento das cidades e localidades integrantes destas zonas turísticas, com definições que posteriormente deveriam ser absorvidas aos respectivos Planos Diretores Municipais.

Os Planos de Manejo das APAs estabelecem os parâmetros de ocupação do solo, elegendo, num esforço inovador, variáveis ambientais como referenciais: taxa de permeabilidade e gabaritos das edificações referenciados nos elementos do entorno. As densidades, ditas no PRODETUR-BA de 10 a 15 leitos/ha, para balizar com destinos na Coréia e Bali, são transpostas como parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo para o Plano de Manejo e ZEE da APA LN. Nesse PRODETUR-BA, ainda, admitiu-se como capacidade de carga para o uso da faixa de praia dos Complexos Turísticos litorâneos o parâmetro de 6 m²/pessoa (PRODETUR-BA, 1992, p. 92-93).

Ações efetivas de gestão do território

A gestão do território foi bem focalizada, primeiramente com a elaboração maciça dos Planos Diretores Urbanos, na Bahia financiados pelo Programa PRODUR. A conquista do Estatuto da Cidade, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, que define o Plano Diretor como instrumento de alcance municipal, motivou a revisão dos Planos, portanto, a maioria destes não só foi elaborada como foi revisada.

A implementação de práticas participativas trouxe a gestão territorial para o domínio do cidadão com a criação de múltiplas instâncias de participação: o Conselho das Cidades, Conselho de Turismo, Conselho de Meio Ambiente, Conselho Gestor de APAs, o Fórum Estadual de Turismo com a participação por meio das Câmaras Técnicas, e muitos outros, caracterizando a grande transformação no planejamento e gestão de territórios. Esta ascensão da participação popular é uma conquista que renova toda a prática de planejamento e gestão, e encontra-se em vias de consolidação. Os processos participativos são meios para o fortalecimento da cidadania, sendo esta uma das maneiras de prover anteparos à ação do

dinheiro em estado puro, com possibilidade de ingerir no modo de reorganizar o território (SANTOS, 1999).

A participação da comunidade é uma condição para elegibilidade de projetos para financiamento com os recursos do PRODETUR-NE. O envolvimento da comunidade e a construção de uma agenda de reuniões para discussão de projetos locais e para constituição de conselhos gestores foram colocados em prática. No processo participativo a efetividade da participação pode ser questionada, mas representa concreto avanço nas relações Estado, empresas, comunidade.

Ações privadas

A movimentação empresarial nos destinos turísticos do Nordeste e, em especial na Bahia, é grande. A costa nordestina é intensamente visitada por interessados em identificar áreas para o desenvolvimento de projetos turísticos. Atraídos pela tradicional participação da Bahia na liderança da promoção do turismo e pelo planejamento que este Estado concebeu para este setor, aliado à implantação de grandes itens de infra-estrutura, passa a exercer, de imediato, uma atratividade para o investidor, e, de fato, vem polarizando grande número de iniciativas empresariais, predominando iniciativas oriundas de Portugal e Espanha como uma nova onda de colonização, agora dos remanescentes do litoral nordestino.

A atração de investidores é um longo processo, como já colocado. Difícil é estabelecer, até onde resulta de uma estratégia do Estado, ou, a partir de quando, o Estado responde a esta conjuntura de integração de mercados mundial, numa parceria que se estabelece transformando os territórios turísticos no novo lócus de reprodução do capital internacional.

Nos outros setores da economia, a concorrência entre cidades e Estados para captação das oportunidades é acirrada com a disputa para a instalação do complexo industrial da FORD. O Nordeste sai favorecido com a decisão para implantação na Bahia, em Camaçari, da cadeia de indústrias associadas ao complexo da FORD, que resulta em significativa dinamização da economia regional.

Diferenciações espaciais obtidas com significativos investimentos do Estado dão suporte à competitividade empresarial favorecendo à maximização da rentabilidade dos investimentos / empreendimentos, um forte diferencial para o Estado da Bahia que apostou, pioneiramente, na

atividade turística. Os processos territoriais associados a essa estratégia ameaçam e podem vir a comprometer significativamente o patrimônio natural com perda de qualidade da paisagem.

3.1.3 Efeitos sobre o ambiente e paisagem no período de integração de mercados no Nordeste e Bahia

Efeitos socioeconômicos

O PRODETUR foi realizado com sucesso e já se encontra na realização do segundo contrato e em vias de preparação de uma terceira fase de investimentos. Na Bahia a expectativa é de que, para cada dólar investido pelo Estado, 2,6 dólares sejam aplicados pela iniciativa privada < www.setur.ba.gov.br/estrategia_turistica.asp>.

Efeitos ambientais

A ampliação da consciência ecológica alcançada pela atuação de ONGs e o aprimoramento nas legislações ambientais com destaque para a Lei de Crimes Ambientais, Lei nº 9.605/98, objetivando a importância e a responsabilização do dano ambiental resulta na incorporação do viés de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social tanto nos compromissos do Estado quanto nos da iniciativa privada. Entretanto, os planos e projetos precisam se traduzir em ações correlatas ao discurso. Observa-se, com frequência, má realização de condicionantes ambientais, e desvios entre o discurso e a prática resultando em danos ambientais, apesar das intenções dos discursos.

A criação de espaços protegidos: APAs, Reservas Ecológicas, é também uma tônica deste período e registra-se um amadurecimento na elaboração de planos de manejo e de gestão desses territórios.

Efeitos territoriais

Por força do PRODETUR-NE, os Estados nordestinos traçam o planejamento para seus territórios turísticos. A nova geografia turística do Estado da Bahia elege os territórios que entrarão em processo de transformação. Com os investimentos orientados para a finalidade de desenvolvimento do turismo são iniciadas as obras de infra-estrutura focalizando: obras de saneamento, recuperação de áreas degradadas, rodovias, sinalização turística, urbanização, recuperação do patrimônio arquitetônico, outros. Posteriormente, as transformações chegam pelos empreendimentos âncora, e outros, que se inserem na hierarquia da economia, no

“cluster” do turismo. Os processos especulativos correm em paralelo ao planejamento, alterações no valor da terra além de iniciativas de parcelamento do solo são as manifestações iniciais que também reforçam a importância dos instrumentos de planejamento adotados para a regulação da ocupação do solo.

Efeitos sobre a paisagem

O quadro de pobreza ampliado, a migração interna centro-periferia aliado ao adensamento populacional transforma a fisionomia das cidades ampliando as áreas de habitação precárias que se pronunciam ainda mais na paisagem, visto que, esse processo de densificação está associado à verticalização dessas construções. A cidade formal, médias, grandes e as capitais têm lenta transformação da paisagem em função do período recessivo e da retração das atividades de construção civil do mercado imobiliário que, só mais recentemente, se recupera, ressurgindo com intenso ritmo de produção, trazendo transformações significativas como bem exemplifica a transformação da paisagem no grande eixo viário da cidade de Salvador, a Avenida Paralela. O adensamento nas áreas formais não apenas significa maior densidade populacional e preenchimento de vazios urbanos, mas a transformação paulatina da escala das edificações e da paisagem, apoiada em instrumentos de solo criado, como o mecanismo do TRANSCOM que se aplica na cidade do Salvador, traduzindo-se num incremento de verticalidade, em média, de 8 a 10 pavimentos maior.

O crescimento do turismo, como forte atividade econômica e com a atual característica de incorporação de novos territórios, áreas de grandes atributos naturais nas imediações de centros urbanos com serviços estruturados, constitui-se em grande vetor de transformação urbana e da paisagem. Os números já postos de empreendimentos em gestação surpreendem. Em razão do longo tempo de maturação, e porque são iniciativas modulares, ainda são poucos os empreendimentos implantados, o que não permite a constatação, mas a insinuação de uma transformação inédita em tempo e quantidade, que se avizinha. Estarrece que os instrumentos de planejamento, com alguns avanços, ainda não incluam a paisagem, metodologicamente, no ordenamento de territórios que serão equipados para uma atividade onde a paisagem é uma premência (BUENO, 2006).

Os projetos existentes já permitem antever alguns resultados. A tendência parece ser de uma organização do espaço que pretende manter na mídia o cenário que motiva a viagem na sua folheteria promocional, mas, no entanto, na prática, devido à necessidade de maximizar a

lucratividade, pressionam por maior possibilidade de produção de unidades habitacionais hoteleiras – UHH e estão em constante embate com as equipes de análise de licenciamento e monitoramento de condicionantes ambientais. Observam-se diferentes nuances na formatação desses empreendimentos dentre as quais a imposição de restrições de acesso a extensas áreas do litoral e da quebra de referenciais da paisagem local. Esses efeitos não são exclusivos do litoral de um Estado, mas se constitui em característica comum da modalidade em implantação em toda costa nordestina.

A fase de acumulação flexível e integração ao mercado mundial encontra na atividade turística, no Nordeste, campo fértil para sua realização. Todo este processo que se instaura tem um cunho inaugural: o complexo Regulamento Operativo do PRODETUR-NE - uma construção no curso da execução do programa -, e as relações do agente financeiro internacional (BID), o agente repassador (BN) e as unidades gestoras estaduais, a falta de experiência anterior dos quadros técnicos governamentais na elaboração dos Planos de Manejo das unidades de conservação e a inexistência de planos urbanísticos específicos na escala local, comprometidos, mas não realizados, ilustram o desafio de adequar o desenvolvimento, na sua manifestação, no território.

A estruturação de territórios para uma atividade que consome preponderantemente espaço, em volume e em extensão de iniciativas inéditos, portanto vulnerável a atitudes especulativas, visando melhor e maior aproveitamento dos espaços, ameaçam a modificação substantiva da paisagem, para essa atividade turística que tem esse elemento como um recurso estrutural.

O Nordeste, unido em um único bloco, assumiu as rédeas do desenvolvimento do turismo contratando o financiamento do PRODETUR-NE. Com essa iniciativa se prepara para o processo de seletividade locacional do capital internacional. Na Bahia os instrumentos de planejamento APA, PRUA e posteriormente o PDM, são acionados para conter as pressões por ocupação de espaços alvo investimentos em infra-estrutura concentrados. A visão de complementaridade se sobrepondo à visão concorrencial dos Estados constitui-se num avanço na compreensão do conceito de destino turístico.

3.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO

A região Nordeste, no período de integração de mercados, é palco da disputa de vantagens para atração de investimentos, com acirrada competitividade intra e inter-regional.

No Nordeste especialmente no setor turismo se experimenta o modo de organização característico desse período com a chegada dos grupos empresariais, espanhóis e portugueses, predominantemente, do setor imobiliário e do turismo.

Os valores ambientais são disseminados e verifica-se a incorporação do viés de sustentabilidade ambiental e de responsabilidade social tanto nos compromissos do Estado quanto nos da iniciativa privada. Entretanto os desvios entre o discurso e a prática resultam em danos ambientais, apesar das intenções dos discursos.

Extensas áreas peri-urbanas são incorporadas como território para o desenvolvimento do turismo com significativa alteração do padrão de ocupação com relação aos tradicionais, passando de padrão de ocupações rarefeitas ao padrão intensivo e extensivo de ocupação, com redefinição de usos, de porte e de escala. Não mais restrita à vizinhança de vilas e localidades, as novas ocupações se estendem por longa faixa do litoral.

A cidade informal altera-se e avança sobre as periferias. A cidade formal densifica-se por meio da substituição de tipologias e de alteração da escala das edificações com os mecanismos de solo criado. A paisagem urbana e das áreas peri-urbanas passam por grande transformação, estas, não mais integradas, são impostas à sociedade pela força do capital internacional, em duas feições distintas: o turismo e o mercado imobiliário, setores que se apresentam com estreita vinculação.

No Litoral Norte da Bahia concretizam-se os primeiros empreendimentos turísticos, exatamente na área objeto desta dissertação. Os instrumentos de regulação desenvolvidos, em etapa preparatória, são implementados em concomitância com a realização dessas primeiras iniciativas empresariais e carecem de análise e de avaliação, pois que as expectativas não encontram, em muitos aspectos, correspondência com o padrão de sustentabilidade desenhado e caracterizado nos discursos dos planos e projetos. O estudo do Litoral Norte é exemplar para caracterizar os processos de apropriação do território pelo turismo liderado pela corporação internacional, como demonstrado no capítulo que segue.

4 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA NO LITORAL NORTE DA BAHIA (1956 – 1985)

Este capítulo tem como objetivo responder à primeira questão de pesquisa, respectivamente, o papel das atividades voltadas para o turismo nas políticas públicas de ordenamento do território na escala do Litoral Norte da Bahia. Considerando ser esta a escala do território de maior aproximação da área de estudo, a abordagem será mais detalhada, razão pela qual, neste capítulo, trataremos apenas do período do desenvolvimentismo, 1956 a 1985. Ainda, considerando ser esta a melhor escala para compreender os compartimentos geomorfológicos que caracterizam a paisagem, o capítulo começa com alguns assuntos antecedentes à análise deste período e com a apresentação do Quadro Ambiental na escala do Litoral Norte.

4.1 ANTECEDENTES E QUADRO AMBIENTAL DO LITORAL NORTE DA BAHIA

O intervalo de tempo em análise, neste capítulo, focaliza as transformações sócio-econômicas e ambientais que representaram uma mudança no padrão agrário-exportador, que perdurou desde a ocupação da família Garcia d'Ávila, no Século XVI, até o ano de 1956. O desenvolvimentismo corresponde a três décadas de um modo de produção e organização social baseado na força de transformação que a industrialização promove, impactando radicalmente a ocupação do território. O rebatimento deste processo no Litoral Norte não corresponde às generalizações feitas ao desenvolvimentismo, para outras áreas no entorno de complexos industriais, em função das peculiaridades e circunstâncias em que o Litoral Norte esteve envolvido.

Considerando-se a importância da caracterização desse espaço para as análises do tratamento dado à densidade e à paisagem, o conhecimento dos diversos aspectos destacados no diagnóstico socioambiental da região, ainda que de modo sintético, é necessário que se apresente nesse texto. Com esse objetivo, recorreu-se aos diagnósticos do Plano de Manejo da APA do LN e à sua revisão, o PRODESU - Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia.

A região litorânea identificada como Litoral Norte compreende os municípios que integram a Área de Proteção Ambiental – APA do Litoral Norte: Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaira.²¹ Vide Mapa 1: Contexto Regional.



Mapa 1: Contexto Regional do Litoral Norte com destaque para o CT Forte-Sauípe
Fonte: Plano de Manejo da APA do Litoral Norte

²¹ Outros recortes territoriais abrangem os municípios de Camaçari e Lauro de Freitas como o zoneamento turístico que denomina esta região de Costa dos Coqueiros e como o GERCO – Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia que considera Litoral Norte os municípios de Lauro de Freitas, Dias d'Ávila, Camaçari, Pojuca, Catu, Araçás, Mata de São João, Itanagra, Cardeal da Silva, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaira, envolvendo municípios que não têm orla atlântica.

Nesse litoral, o Centro Turístico Forte-Sauípe está situado na parte sul, na orla do município de Mata de São João, entre as localidades de Praia do Forte e Porto Sauípe e os rios Pojuca e Sauípe, estes rios são, respectivamente, os limites sul e norte da área de pesquisa. *Vide Anexo 1 - Mapa 2: Município de Mata de São João, e, Foto 1: Vista aérea da Orla de Mata de São João.* A foto mostra o desenvolvimento da BA-099, a Linha Verde, e proporciona uma visualização geral do aspecto da ocupação, assim como de alguns ambientes naturais que estão bem caracterizados.

4.1.1 Aspectos Ambientais: Paisagem Natural e Cultural

A caracterização do meio físico, biótico e antrópico é aqui apresentada com ênfase especial nos elementos que constituem a paisagem natural e paisagem cultural, portanto, menor destaque foi dado ao meio biótico, embora haja o reconhecimento das inter-relações sistêmicas entre esses meios. Os elementos da paisagem natural referem-se ao Litoral Norte, ao conjunto dos municípios, caracterizando a região e seus compartimentos.

Paisagem Natural

A paisagem natural do Litoral Norte compõe-se de unidades ambientais de grande valor ecológico e ecossistemas ainda em boa qualidade ambiental e elevada vulnerabilidade. A preservação e a conservação destas unidades tornam-se importante para o desenvolvimento econômico balanceado e socialmente menos desigual por constituírem-se de bancos genéticos ainda pouco conhecidos e porque são as bases da própria diferenciação da paisagem local, um dos componentes de produtos turísticos diferenciados. Corresponde à composição do meio físico e da relação entre seus elementos constituintes, em permanente processo de interação e transformação, embora a temporalidade dos indivíduos a perceba como relativamente estável (PRODESU, 2001, p.78).



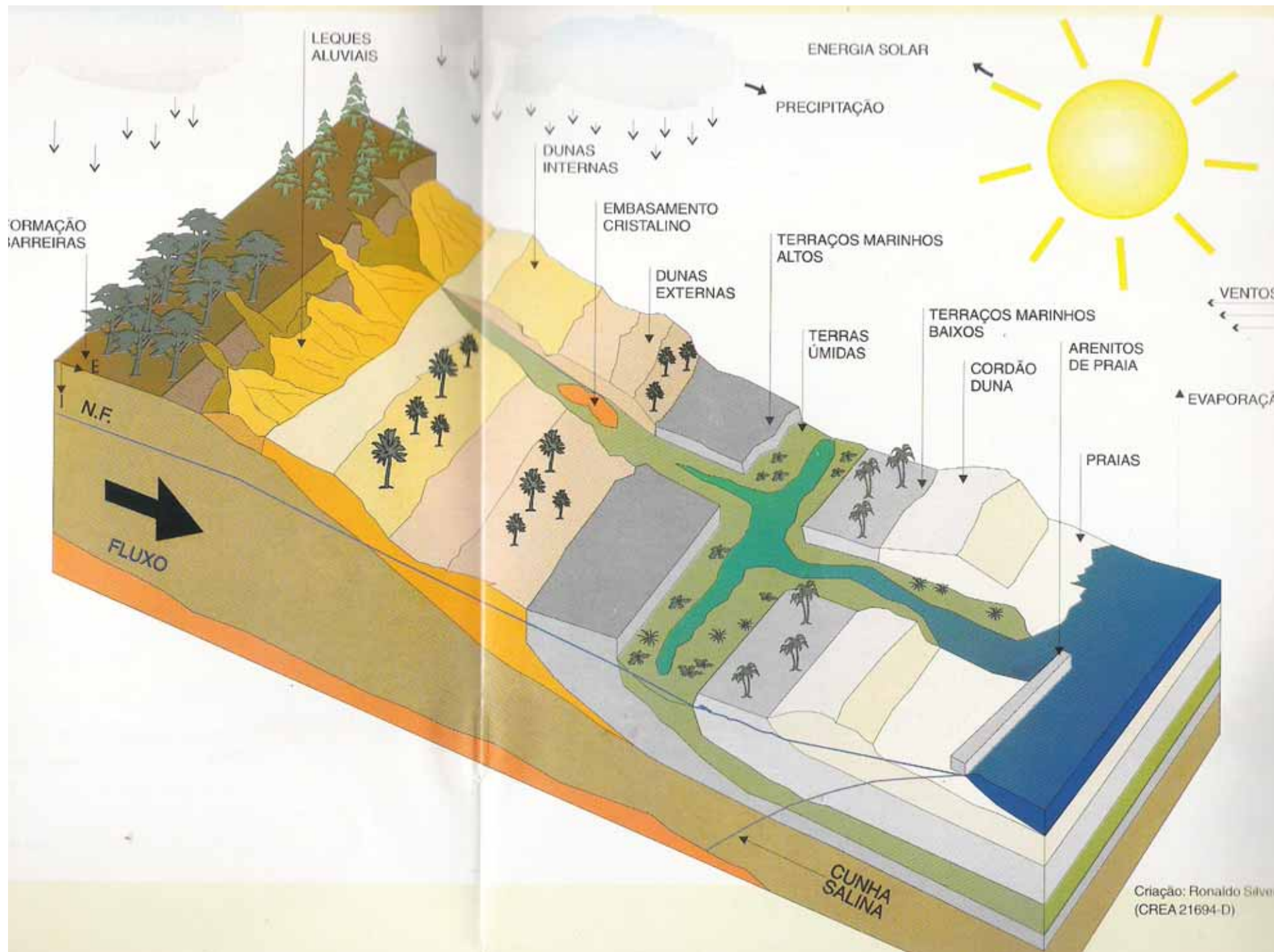
Foto1: Vista aérea da Orla de Mata de ao João

Fonte: Governo do Estado da Bahia

A caracterização do meio físico nos documentos de referência adota o conceito de Geologia Ambiental que considera que os aspectos geológicos constituem, com os elementos dos meios biótico e antrópico, uma relação sistêmica, pois que, ocorrem intimamente associados.

A compreensão deste sistema, de alta regularidade, que caracteriza a longa extensão deste litoral se resume à modelagem apresentada na Figura 7, cujos elementos destacados concorrem na formação da paisagem natural:

Os elementos que compõem esta seção representativa do Litoral Norte se apresentam conformando um relevo em suave declive. As maiores altitudes correspondem à Formação Barreiras, situada na área mais interiorana, a 2 km da preamar no município de Mata de São João, bem distinta da planície costeira, conforma os tabuleiros costeiros com cotas que variam em torno de 100m de altitude. Os leques aluviais, em cotas de 15 a 20 m, são depósitos arenosos quartzosos de elevada permeabilidade, reguladores do fluxo hídrico subterrâneo, distribuídos no sopé dos tabuleiros costeiros. O embasamento cristalino distribui-se ao longo dos vales dos rios com maiores afloramentos na região sul, nas imediações de Imbassaí. As dunas são depósitos arenosos formados por processos eólicos, identificadas em três gerações: as dunas internas, distribuídas ao longo da costa, recobrem alguns locais da formação Barreiras, em cotas de 10 a 30m; as dunas externas localizam-se na porção inferior das dunas internas, exercem controle sobre os cursos d'água formando lagoas pelo represamento d'água pelos seus sedimentos, muito permeáveis e vulneráveis a processos de ocupação; os cordões duna, constituem depósitos alongados que acompanham a linha de praia com cotas médias de 10m, que, na extremidade norte, em Mangue Seco se estendem adentrando o continente. Os terraços marinhos representam formas tabulares alongadas, acumuladores de água subterrânea que quando têm cota de 5 a 8m são ditos terraços marinhos altos e quando têm cota até 5m são denominados terraços marinhos baixos. As terras úmidas correspondem à planície de inundação dos rios e às áreas úmidas associadas, entre os terraços marinhos altos e baixos. As praias são constituídas de depósitos arenosos alongados, sofrem influência direta de processos marinhos amortecidos pela proteção dos corpos rochosos identificados como bancos de arenitos.



Criação: Ronaldo Silver
(CREA 21694-D)

Por critério de homogeneidade foram reunidas as unidades do sistema geoambiental em domínios que caracterizam a paisagem natural, os ecossistemas terrestres e aquáticos:

Ecossistemas terrestres

Domínio I – Florestas Ombrófilas

A área de domínio da *Mata Atlântica* encontra-se consideravelmente modificada pela intervenção humana: pastagens, atividades agrícolas, silvicultura (a partir de Sauípe). Os remanescentes inalterados, residuais, são de inestimável valor pelos indivíduos de grande porte encontrados e merecem iniciativas preservacionistas, pois que pouco restou em termos de fisionomia e composição florística originais.

As florestas ombrófilas se desenvolvem nas maiores altitudes, em solos da *Fm Barreiras*. No domínio da Mata Atlântica são encontradas três unidades associadas ao estágio de sucessão da cobertura vegetal: floresta em estágio avançado e mata ciliar, com alturas médias de superiores a 12m e grande diversidade de fauna; floresta em estágio de regeneração com alturas entre 5 e 12m; em estágio inicial de regeneração, de porte baixo, altura média inferior a 5 m e fauna de baixa diversidade.

Domínio II – Floresta de transição restinga encosta

Estão localizadas em ambientes de transição entre áreas de influência predominantemente marinha e áreas continentais, constituídas de unidades ecológicas: restinga arbórea e ciliar, de fisionomia arbórea aberta com árvores emergentes de até 8m e diâmetro de 10 cm, localizadas sobre áreas de recarga de mananciais hídricos superficiais e subterrâneos; restinga arbustiva e arbórea, situada na transição de floresta para restinga de encosta onde os substratos associados à Formação Barreiras proporcionam fertilidade que condiciona a vegetação arbustiva arbórea com 5 a 8m de altura e fauna representada por guarás, raposas, tamanduá mirim; a restinga arbustiva corresponde a estágios iniciais de regeneração da Floresta de Transição Restinga Encosta com forte atividade antrópica, apresenta altura de 5m e ampla distribuição territorial em áreas de recarga de mananciais hídricos superficiais e subterrâneos, ensejando cuidados especiais para manejo.

Domínio III – Restingas associadas a ambientes eólicos:

Formadas pela acumulação de areia transportada pelo vento, suscetíveis a processos erosivos, se apresentam como restingas em dunas externas e internas, apresentam mistura de tipologias: herbáceas, arbustivas e arbóreas, com elevada biodiversidade, alto valor ecológico

(pouso de aves migratórias), além de elevada permeabilidade associada à morfologia de morros arenosos potenciais de recargas de mananciais hídricos e subterrâneos que alimentam os sistemas de lagoas e brejos.

Domínio IV - Áreas modificadas pela ação humana

A agropecuária se utiliza da fertilidade da *Fm* Barreiras, concentrando as culturas que exigem mais nutrientes, com impactos no aumento do nível de erosão e progressivo assoreamento dos cursos d'água.

O coqueiral adaptado aos solos baixos arenosos e pouco férteis dos terraços marinhos tem distribuição espacial nítida, com impacto na destruição da cobertura vegetal de restinga, outrora abundante nos terraços marinhos. Está historicamente integrado à paisagem e à economia regional. Constitui elemento típico da costa do Litoral Norte, dada a sua importância como elemento da economia e da paisagem.

A silvicultura está representada por extensas áreas plantadas, com pinus e eucalipto, nas últimas três décadas. Promove significativa alteração ecológica com a eliminação de florestas impactando o equilíbrio hidrodinâmico pelo escoamento superficial de águas e conseqüente aumento do nível de erosão e de assoreamento dos cursos d'água.

A intensificação do uso urbano se apresenta com diversos padrões de organização do espaço: ocupações urbanas tradicionais, vilas de pescadores, ocupações com residências de veraneio, loteamentos ocupados e não ocupados, invasões em áreas de proteção ambiental e marginal à rodovia, ocupações de padrão turístico hoteleiro e residencial hoteleiro.

Domínio V – Restingas associadas a terraços marinhos arenosos e praias

Estão localizadas sobre os terraços marinhos arenosos e ambientes de pós-praia onde, em alguns locais, está presente o cordão duna, Foto 2. A unidade Escrube tem vegetação de restinga de fisionomia arbustiva formando moitas esparsas, com altura média de 3m, antropizada com cultivo de coco-da-baía. Os remanescentes encontrados justificam a preservação. A restinga de praia, faixa entre o nível da maré mais alta e o continente, incorpora a área dita pós-praia e o cordão duna, de pequena largura, é divisória entre ambientes marinhos e continentais. Área recoberta por plantas com algumas touceiras e arbustos eventuais.



Foto 2: Mostra a formação de cordões duna presente no Litoral Norte

Fonte: Foto de Nilton Souza, extraída do PDITS Pólo Salvador e Entorno

A Foto 3, abaixo, mostra a Restinga arbustiva e arbórea no Litoral Norte, indicada como área para ocupação rarefeita e projetos turísticos de baixa densidade, além da formação de dunas. Observa-se também a Linha Verde com as marcas de grandes cortes de morros resultantes de um traçado que desconhece o valor da paisagem para a manutenção da identidade local e para as atividades voltadas para o turismo,



Foto 3: Restinga arbustiva arbórea no Litoral Norte e a BA-099.

Fonte: Foto de Nilton Souza, extraída do PDITS Pólo Salvador e Entorno

Ecosistemas aquáticos

Domínio VI – Ecossistemas de água doce e salobra

Áreas temporariamente cobertas por água doce ou salgada a partir de exsudação de águas subterrâneas, revestidas por vegetação bem característica, nesse compartimento duas unidades associadas a águas doces e salinas: os brejos, áreas inundáveis das margens de rios ou entre terraços marinhos, sensíveis a alterações, podem vir a desaparecer ou substituição do recobrimento vegetal, de fundamental importância para a vida da ave-fauna e para rotas de espécies migratórias; os manguezais, localizados em áreas estuarinas e influenciadas pela maré, têm função estabilizadora na dinâmica das barras fluviais. A vegetação, de forma arbustiva e arbórea, atinge até 15m de altura. Distingue-se como um dos sistemas mais produtivos do mundo, embora apresente grande homogeneidade. Predomina no Litoral Norte o mangue vermelho com ocorrência de outras espécies características dessa unidade. Em função da transformação urbana que ocorre, o manguezal sofre pressão tanto para a conquista de espaço para expansão da mancha urbana quanto pela presença da população para extração de víveres. A Foto 4 mostra a invasão do manguezal pela ocupação urbana na extremidade norte do Centro Turístico, descaracterizando a APP – Área de Preservação Permanente.

Quatro bacias hidrográficas compõem o Litoral Norte: a Bacia do Recôncavo Norte, a Bacia do rio Inhambupe, do rio Itapicuru e do rio Real, sendo os principais rios: Real, Itapicuru, Itariri, Inhambupe, Subaúma, Sauípe, Imbassaí e Pojuca.



Foto 4: Ambiente de Manguezal sob pressão urbana.

Fonte: Mídia eletrônica, PRODESU 2001

Domínio VII - Ecossistemas Marinhos

Este ecossistema está inserido no Grande Ecossistema Marinho (GEM) da corrente do Brasil. Corresponde às águas costeiras desde a desembocadura dos rios até a margem da plataforma continental: praias e a zona marinha submersa.

As praias “compõem ambiente dinâmico, onde ondas, marés, ventos, tempestades e animais (incluindo o homem) agem construindo, destruindo ou remodelando a paisagem.” (PRODESU, 2001, p. 55). A praia no LN é retilínea contínua e arenosa com largura variando entre 9 e 55m, com declividade de 1 a 9 graus. Em função da presença de rochas são caracterizados cinco tipos de praias com destaque para aquelas que apresentam recifes de corais e algas que promovem uma proteção natural na linha de costa, reduzindo a ação das ondas, proporcionando banhos mais tranquilos. Os recifes de corais são altamente sensíveis ao caminhar, com efeitos que levam à quebra da estrutura e morte. A zona marinha submersa, para efeitos deste texto, concorre na composição paisagística com a grande massa de água que se contrapõe ao continente. A Foto 5 mostra a foz do rio Pojuca e a ocupação parcial de empreendimento na área de manguezal.



Foto 5: Ação antrópica no manguezal da foz do Pojuca

Fonte: Foto de Nilton Souza, extraída do PDITS Pólo Salvador e Entorno

Paisagem Cultural

A paisagem cultural da região começa a ser formada com a ocupação, no Séc. XVI, com a chegada de Garcia d'Ávila, junto com o 1º Governador Geral do Brasil, que se estabelece

nesta área implantando extensos cultivos de coco-da-baía e estabelecendo atividade agropecuária, marcando a paisagem desde então com a atividade agroexportadora. Construiu edificação das mais importantes, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, desde 1938, o Castelo da Torre de Garcia d'Ávila, de grande significado pela arquitetura, teve função estratégica no controle do acesso de navios inimigos que se aproximavam da costa. Representa o mais importante testemunho da história, nesta região e em Mata de São João (IPAC-BA, 1982).

O patrimônio paisagístico natural e cultural, relacionado no Plano de Manejo da APA do LN, identifica espaços especiais. Estão relacionados no Quadro 1 apenas aqueles identificados como significativos em Mata de São João, município onde está situado o Centro Turístico Forte-Sauípe.

Município	Povoações/Vilas	Classificação Povoações	Rios Principais	Patrimônio paisagístico
MATA DE SÃO JOÃO	Curralinho	#	Sauípe (divisa norte)	30 km de litoral
	Diogo	#		Mangue do rio Sauípe
	Santo Antônio de Dentro	#		Brejos do rio Imbassaí
	Santo Antônio	=		Foz do rio Imbassaí
	Sauípe de Dentro	#		Borda do Rio Pojuca
	Imbassaí	○	Imbassaí	Matas (próximas ao rio Pojuca/Reserva Sapiroanga)
	Açu da Torre	#	Açu	Dunas de Santo Antônio
	Malhadas	#		Mirante do Castelo G d'Ávila
	Campinas	#		Praia do Forte, Farol Igrejas, corais
	Praia do Forte	○	Pojuca (divisa sul)	Brejos velho Nhambu
				Lagoa Jauara
				Barragem lagoa (em loteamento)
				Projeto Tamar (sede)

Quadro 1: Patrimônio Paisagístico e Cultural de Mata de São João

Fonte: CONDER – Plano de Manejo da APA LN, (1995: p.23), adaptada pelo autor.

Povoações interioranas

^ Patrimônio histórico

= Núcleo litorâneo com urbanização incipiente

○ Núcleo Litorâneo em processo de desordenado crescimento

O Quadro 1 relaciona paisagens naturais e culturais de maior relevância, os rios como elementos sempre marcantes e as povoações, dentre estas, a vila de Santo Antônio, o melhor

exemplar representativo do arranjo urbanístico peculiar a comunidades que se estruturavam a partir da atividade da pesca.

Este patrimônio foi considerado no PRODESU como muito vulnerável a atividades que impliquem em desmatamentos e arruamentos, altamente desfiguradores da paisagem. De fato, como visto, anteriormente, a implantação da Linha Verde, Rodovia BA-099, no início da década de 90, interligando todos os municípios deste litoral, marca o início de um novo tempo e facilita a composição das forças motrizes que resultam em descaracterização acentuada da paisagem. Referidas por Antrop: a acessibilidade que intensifica o interesse sobre o território e o integra ao circuito turístico e imobiliário, favorece a urbanização com a implantação de condomínios, loteamentos e todo o conjunto de empreendimentos que forma o cluster do turismo, além da presença do capital internacional que chega transferindo modos de fazer, impondo suas práticas, completa o conjunto das forças motrizes, as três condições-chave, para a instalação de significativos processos de alteração de paisagens (ANTROP, 2005).

Dentre os elementos que conformam a paisagem natural se sobressaem aqueles que concorrem na formação da identidade da região: o coqueiral, associado aos terraços marinhos e aos cordões duna, estes, um dos mais peculiares elementos da composição paisagística desse litoral, criam ambientes protegidos de ventos, de acumulação de água, que resultam nos sistemas lagunares e áreas úmidas, típicos na maior parte da sua extensão.

Os efeitos do modo de organização dos processos sócio-econômicos e de produção do espaço, nos dois períodos de análise: o desenvolvimentismo e o atual período de integração de mercados, explicarão as alterações da paisagem natural e cultural caracterizada, ainda neste capítulo.

4.1.2 Aspectos Socioeconômicos

As informações que caracterizam o quadro sócio-econômico são sinteticamente comentadas, pinçadas pelo critério de relevância da atividade e da inserção paisagística, do documento do PRODESU e Plano de Manejo da APA Litoral Norte.

Uso da Terra

Agricultura e pastagens são as atividades predominantes. As pastagens, atividade permanente na região, ocupam 46% das terras, enquanto que as áreas agrícolas, apesar de

pequenas, ainda têm papel fundamental em função do processo de concentração da terra pelo florestamento que expulsa a população rural para as vilas e localidades. A produção do setor primário é de baixa diversidade e pouco expressiva: mandioca, milho, feijão, banana, coco-da-baía e laranja. Vem decaindo a produção de coco-da-baía no Litoral Norte, que contribuía substantivamente para o conjunto produtivo do Estado.

A pesca absorve parte da mão-de-obra local, mas o potencial pesqueiro é mediano, são poucos os portos, e ainda, verifica-se o fechamento da foz de vários rios o que não favorece o abrigo das embarcações. Rios e manguezais são hoje importantes recursos para a pesca. As dificuldades de porto no mar e de renovação de embarcações, a pesca predatória que reduz o recurso pesqueiro e a falta de organização dos pescadores levou à quase extinção da pesca marítima.

O setor da indústria é representado por micro e pequenas unidades nos centros urbanos: confeitarias, padarias, processadoras de leite. Faltam políticas públicas e crédito que apoiem a estruturação desse setor da indústria como também do setor de comércio e serviços, principalmente das atividades voltadas para o turismo.

O desenvolvimento do turismo registra evolução no número de leitos que multiplica 2,6 vezes no período de 1993 a 1998, marcado também pela melhoria da qualidade dos meios de hospedagem. Os fatores mais mencionados como significativos, em pesquisa de satisfação na visita à região foram: os atrativos naturais, seguidos de praia e hospitalidade. Os que mais desagradaram foram: a infra-estrutura, os serviços e a limpeza pública. De fato, as pendências dos serviços públicos se agravaram. Com o adensamento, afloram, além das tradicionais dificuldades com o manejo dos resíduos sólidos e carência de infra-estrutura urbana, as questões relacionadas com a segurança.

A ocupação da terra evoluiu do padrão rural, rarefeito, para o de urbanização intensificada com controle inadequado da ocupação territorial. A ausência de instrumentos adequados de prevenção contra a degradação da paisagem regional, por parte dos órgãos públicos e dos proprietários de terras, empresários e moradores acarreta: erosões ao longo da Linha Verde, queimadas para limpeza, abertura de pastagens e cultivo de pinus e eucalipto, assoreamento e poluição dos cursos d'água, até o avanço das construções sobre ecossistemas frágeis e/ou de elevado valor paisagístico. Esses efeitos reduzem, sensivelmente, a atratividade do lugar que, assim, perde competitividade com relação a outros destinos costeiros, da Bahia, do Brasil e do mundo.

4.2 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA NO LITORAL NORTE DA BAHIA (1956 – 1985)

O período do desenvolvimentismo, numa primeira fase, corresponde ao momento em que o turismo se apóia nas estruturas de outros setores ou motivadas por outros setores, funcionando como atividade potencializadora dessas estruturas, não especificamente realizadas para o fim do desenvolvimento do turismo. Passa de atividade passiva a ativa, já no início da segunda fase do desenvolvimentismo, quando as condições da estruturação do setor acabam por ser formatadas.

4.2.1 Contexto sócioeconômico e ambiental no período desenvolvimentista no Litoral Norte da Bahia

A fase de acumulação intensiva, correspondente ao modo de produção quando da primeira crise de hiperacumulação nos países centrais, tem desdobramento atípico no Litoral Norte, enquanto território de maior proximidade dos grandes empreendimentos industriais a norte da cidade do Salvador, mantendo-se resguardado até o início da atual fase de integração mundial de mercados.

Aspectos políticos e econômicos

A ocupação iniciada na segunda metade do Século XVI perdurou, com pequenas alterações, assentada na pecuária extensiva, na pequena agricultura e no extrativismo vegetal e animal até meados do Século XX. Com a descoberta do petróleo na década de 50, a PETROBRAS e as indústrias que lhe são atreladas se instalam na região em 1954, mas não chegam a impulsionar significativamente o crescimento econômico local. Os demais mega empreendimentos que caracterizam a primeira fase do desenvolvimentismo: o CIA - Centro Industrial de Aratu, 1966, e o COPEC - Pólo Petroquímico de Camaçari, 1978, se instalam, todos, ao norte da cidade do Salvador e encontram apoio na capital.

Ainda nessa década de 70, a Bahia se recoloca no cenário econômico nacional, também pelo surto agrícola da celulose, com a criação do Distrito Florestal do Litoral Norte - DFLN. Plantações de pinus e eucaliptos, implantados em terras do Litoral Norte do Estado, passam a substituir as culturas de subsistência, acentuando a concentração da propriedade da terra e a desorganização da ocupação tradicional, em quase todos os municípios do Litoral Norte.

Todos esses empreendimentos criam as bases para a segunda fase do desenvolvimentismo, dinamizam a economia e pressionam por uma ampliação na rede de

circulação viária, portos e terminais marítimos, bem como geram demandas para o setor imobiliário, de construção civil e infra-estrutura.

A diversificação do setor terciário e o suporte à logística da PETROBRÁS, CIA e COPEC, criaram uma demanda por infra-estrutura hoteleira de alto padrão que, simultaneamente à decisão de governo em apostar nessa atividade, favorece a deflagração do turismo na Bahia, à ampliação e modernização da oferta técnica de Salvador, refletindo na construção dos principais hotéis, os de melhor categoria, um impulso para o crescimento e estruturação do turismo na economia baiana.

Aspectos sociais e populacionais

A afluência de mão de obra especializada requerida para estes grandes empreendimentos orienta a migração de profissionais do Centro-Sul, com alto padrão de remuneração o que, em grande parte, é responsável pela dinamização do setor de serviços e pelas demandas por espaços de entretenimento e lazer, tanto quanto é influente no crescimento do mercado imobiliário de Salvador.

A implantação dos mega empreendimentos que caracterizam esse período, não influencia diretamente a dinâmica da população no Litoral Norte. Tradicionalmente, a população se manteve dispersa nas áreas rurais até a implantação do DFLN, a partir de quando os dados demográficos apontam tanto para o crescimento populacional quanto para o crescimento da população urbana. Este quadro se explica em função da alta concentração de propriedade do projeto de florestas homogêneas – DFLN -, que inaugura o processo de alteração da ocupação tradicional da região com a expulsão das famílias residentes nas áreas rurais, promovendo o desordenamento da ocupação, mas ainda num padrão de baixo impacto.

O crescimento populacional reflete o início da fase de descoberta da região para o turismo e também algum desdobramento das atividades imobiliárias e agrícolas. As localidades litorâneas do município de Camaçari, vizinho, já haviam se consolidado como espaço de veraneio e a expansão natural tende à ocupação mais ao norte, já no território do município de Mata de São João.

4.2.2 Gestão do território e turismo no período desenvolvimentista no Litoral Norte da Bahia

A política de interligação de espaços, integrando os centros produtivos, tem na construção da BR-116 o grande feito rodoviário. Na escala regional, essa rodovia reforça os laços com a capital viabilizando a interligação viária dos municípios, facilitando e intensificando os fluxos entre as cidades do interior e a capital. Em função da concentração de serviços públicos em Salvador, já estabelecida pela dependência da infra-estrutura de comércio e serviços: escolas de nível médio e superior, assistência de saúde, oportunidades de trabalho, outros, acentua-se ainda mais essa polarização na capital.

A ligação litorânea de Salvador com o Litoral Norte já se impunha como uma demanda para incorporação de novos espaços por pressão da própria dinamização da economia nesse período e do mercado imobiliário. Esta demanda foi intensificada pela peculiaridade do incremento de expressivo poder aquisitivo que significou a massa de profissionais, de nível técnico e superior, que migraram em função das oportunidades de emprego nos mega empreendimentos: PETROBRAS, CIA e COPEC, viabilizando a ampliação de empreendimentos imobiliários. As primeiras obras de infra-estrutura neste sentido têm início com a construção da ponte sobre o rio Pojuca em 1983.

Políticas governamentais

O órgão oficial de turismo, BAHIATURSA, foi criado em 1968 e, desde então, uma política para este setor foi sendo delineada visando impulsionar o desenvolvimento econômico e social da Bahia, atividade que ainda não existia formatada no restante do país. Tornou-se prioridade de governo e progressivamente importante fato econômico (BAHIATURSA, 1998).

Nesse período, a partir de 1971, definiram-se algumas estratégias, que passaram a orientar o turismo na Bahia no período do desenvolvimentismo. Foram criados, na estrutura da Secretaria de Estado de Indústria e Comércio: o Conselho Estadual de Turismo e a Coordenação de Fomento ao Turismo que, em conjunto com a BAHIATURSA - órgão executor da política -, coordenam as ações deste setor. (Ibidem, 1998).

Planejamento

A lei do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - GERCO objetiva o uso racional dos recursos, de modo a contribuir para melhorar a qualidade de vida de sua população, e a proteção do patrimônio natural, histórico, étnico e cultural. Determina que, dentro do PNGC, o zoneamento costeiro deve especificamente dar prioridade à conservação dos recursos naturais da zona costeira, em especial aos recursos naturais, renováveis e não renováveis: recifes, parcéis, bancos de algas, ilhas costeiras e oceânicas, sistemas fluviais, estuarinos e lagunares, baías e enseadas, praias, promontórios, costões e grutas marinhas, restingas e dunas, florestas litorâneas, manguezais e pradarias submersas; os sítios ecológicos de relevância cultural e demais unidades de preservação permanente; os monumentos que integrem o patrimônio natural, histórico, paleontológico, espeleológico, arqueológico, étnico, cultural e paisagístico. <www.seia.ba.gov.br/gerconovo/gerco.html>.

Muitos dos elementos que caracterizam o Litoral Norte estão relacionados com os objetivos de proteção e disciplinamento do PNGC. Embora tenha promovido um dos primeiros momentos de planejamento do Litoral Norte as ações encontram dificuldade de serem implementadas e não ganham efetividade no território, neste período.

No âmbito estadual, com a criação da BAHIAATURSA e o Conselho de Fomento ao Turismo, foi elaborado o Plano de Turismo do Recôncavo estabelecendo rumos para a atividade, voltada para o mercado interno nessa primeira fase. Nos seus objetivos, este Plano considerava: a preservação e valorização do patrimônio histórico, artístico, cultural e natural e a qualificação do produto turístico do Estado por meio do treinamento do setor de serviços e equipamentos turísticos, treinamento e formação de recursos humanos. Como parte desta política de desenvolvimento do turismo foi implantado o Centro de Convenções da Bahia, em 1977, equipamento estratégico na gestão desta atividade devido ao seu caráter sazonal (BAHIAATURSA, 1998).

A partir de 1979 um grande impulso no turismo projeta a Bahia, nacional e internacionalmente, quando se conquista que vôos internacionais passem a pousar em Salvador, resultado de ações tanto voltadas para o mercado interno quanto externo: Cone Sul, Europa e posteriormente Estados Unidos. Ainda nesta fase, foi elaborado um grande programa de interiorização do turismo – Caminhos da Bahia - conjugando ações de marketing, construção de hotéis e aperfeiçoamento de mão-de-obra (Ibidem, 1998).

Ações efetivas de gestão do território

A grande intervenção no território, com potencial de transformação das atividades econômicas, foi a execução da ponte sobre o rio Pojuca, integrando o território da porção litorânea norte do Estado à sua capital, Salvador, e também aos municípios do Recôncavo Norte, passando, efetivamente, a território de segunda residência e de turismo regional com algum incremento no uso do Litoral Norte, embora a carência de infra-estrutura tenha inviabilizado esta área como apoio urbano ao CIA e COPEC. Enquanto Salvador, com a polaridade que exerceu, e exerce, sobre o território, crescia absorvendo o forte êxodo rural que caracteriza o desenvolvimentismo, a ocupação do Litoral Norte permanece por todo esse período rarefeita, economicamente deprimida e com pequena população residente. A resposta à integração do litoral com a construção da ponte não se fez sentir de imediato. As muitas iniciativas de parcelamento da terra implementadas nesse período não resultaram em ocupação efetiva do território.

Os municípios integrantes da RMS situados no entorno dos grandes empreendimentos: Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Lauro de Freitas, Simões Filho, foram fracamente integrados por uma dinâmica urbana decorrente da proximidade da concentração industrial, dada a forte concentração de serviços, equipamentos e infra-estrutura em Salvador, ficando postergado o uso das terras do Litoral Norte como suporte urbano.

O poder público municipal de modo geral, em todos os municípios do Litoral Norte, encontra-se: despreparado, desequipado, dependente. A gestão municipal se concentrava nas sedes dos municípios, especialmente Mata de São João, situada em área interiorana, a mais de 50 km do litoral, onde o grande impacto da ocupação do território estar por se estabelecer.

Ações privadas

Em Salvador, entre 1971 e 1975, o parque hoteleiro é ampliado e passa a dispor de mais de 2000 leitos da categoria 5 estrelas. A política de expansão da oferta turística adentra o interior do Estado em cidades estratégicas para o turismo: Itaparica, Porto Seguro, Cachoeira, Barreiras, Juazeiro, entre outras. Ressalte-se que a viabilização do crescimento da oferta hoteleira tem origem na implantação do COPEC e CIA, cuja sinergia com o turismo potencializou o esforço empreendido pelo Estado.

O projeto de silvicultura que é implantado no Litoral Norte promove o grande impacto paisagístico de substituição de vegetação nativa por pinus e eucalipto em extensas áreas. A implantação da unidade processadora, fruto da reação de ONGs, foi inviabilizada e teria se constituído num impedimento ao uso turístico dessa região.

Algumas iniciativas empresariais de parcelamento, em função da perspectiva de que essa região viesse a se transformar em decorrência dos grandes empreendimentos industriais, foram licenciadas e uma parte destas chegou a ser parcialmente implantada, mas não ocupada.

A atividade turística ganha maior significado com a implantação do Resort Praia do Forte cujo sucesso do seu desempenho operacional sinaliza para a viabilidade deste espaço turístico, assim como, revela o padrão de empreendimento com receptividade para o público estrangeiro.

O Resort Praia do Forte foi inaugurado em 1982 por iniciativa do empresário Klaus Peter. O empreendimento concebido como arquitetura orgânica transpunha para o hóspede o clima da ocupação praiana, bem registrada na ausência de desníveis com o terreno nas imediações da construção, com varanda e elementos da arquitetura reconhecíveis nas habitações de construção vernacular. As áreas comuns compõem ambientes de especial interesse, pois elevam as técnicas de construção tradicional a situações em que são exploradas tecnicamente num grau de expressão de alto desafio técnico, criando não apenas o ambiente, mas a curiosidade e o contraste do que é simples e pode se transformar em estrutura espacialmente de proporções ampliada, templos de simplicidade a serviço do lazer.

Apesar da dinâmica geral e dos resultados econômicos, no período desenvolvimentista, o Litoral Norte permanece dissociado da dinâmica econômica, exceção para o Resort Praia do Forte e do negócio de silvicultura. Outras iniciativas não têm significado para esta análise.

4.2.3 Efeitos sobre o ambiente e paisagem no período desenvolvimentista no Litoral Norte da Bahia

Efeitos socioeconômicos

Os resultados econômicos no Litoral Norte foram tão pouco expressivos quanto foi a participação deste espaço. O projeto de silvicultura, localizado no litoral, apoiou-se na acessibilidade oferecida pelas rodovias BR 101 e BA 093, pouco ou nada favoreceu a economia das áreas litorâneas dos municípios. Os impactos sociais deste projeto, entretanto, são significativos para a população que deixa as fazendas em direção às vilas e localidades

buscando nova atividade que lhes propicie a subsistência, caracterizando o primeiro grande impacto no ordenamento socioeconômico da região com efeitos territoriais diretos.

As carências de infra-estrutura urbana não viabilizaram a consolidação dos loteamentos. Na sua maioria foi executada a terraplenagem, aberto o sistema viário, mas não foram ocupados. Estes loteamentos, praticamente abandonados, constituem espaços que na virada do Século XXI passam a ser visados para ocupação irregular.

Efeitos ambientais

Os impactos no ambiente provenientes do COPEC foram minimizados pela convergência dos efluentes deste Pólo à Central de Tratamento de Efluentes Líquidos (CETREL), lançados ao mar por emissário, sem registro de efeitos ambientais que alcance as áreas acima do Rio Pojuca.

Neste período, dois grandes impactos ambientais marcam definitivamente o Litoral Norte e por pouco não o inviabiliza para as atividades de turismo e lazer: a implantação da Tibrás, empresa instalada em 1971, hoje uma unidade da Millennium Chemicals, situada no trecho do litoral de Camaçari, município que antecede Mata de São João, na seqüência do acesso ao Litoral Norte pela BA-099, de convivência obrigatória por quem se desloca por este percurso, com emissões que comprometeram áreas de praia e o subsolo das imediações; a implantação do projeto de silvicultura do DFLN, abrangendo 763.000 ha, introduz vegetação exógena, pinus e eucalipto, alterando o sistema natural de drenagem impactando os fluxos hidrológicos, a drenagem natural com o deslocamento de material assoreando áreas úmidas, alterando o habitat da fauna e arrasando toda a flora na área do empreendimento. (PRODESU, 2002)

De modo geral o quadro favorável da economia, no desenvolvimentismo, pressiona o meio físico com os processos sócio-econômicos e urbano-industriais desencadeando conflitos: o fenômeno das segundas residências, a especulação imobiliária no litoral, as ocupações urbanas desordenadas provenientes dos processos migratórios. No Litoral Norte, especificamente, estes efeitos passam a ocorrer com uma defasagem temporal devido à fraca acessibilidade da região até o início da década de 80, ficando postergados os impactos decorrentes dos desdobramentos da economia propulsora do desenvolvimentismo.

Efeitos territoriais

Os efeitos ambientais acima caracterizados e sua abrangência territorial confirmam a inexistência de um planejamento regional que focalizasse o desenvolvimento regional do turismo no período do desenvolvimentismo. Do contrário a implantação de indústria poluente como a Millennium, assim como, do Distrito Florestal do Litoral Norte - DFLN, não seriam admissíveis concorrendo num mesmo território com a atividade turística, dada à impossibilidade de conciliação de interesses essencialmente conflitantes. O comprometimento do potencial dos territórios continua sendo um dos grandes preços que a sociedade paga pela desarticulação entre investimentos e planejamento num dos territórios turísticos mais atraentes da Bahia.

Efeitos sobre a paisagem

Quanto aos efeitos específicos na paisagem, nesse período, comprometeram-na definitivamente: o projeto de celulose pela substituição de vegetação original e monotonia própria de áreas de monocultura, parte em terras do município de Mata de São João, mas, principalmente, ocupando áreas dos municípios acima de Sauípe; a fábrica da Millennium que transpõe a localização interiorana dos outros empreendimentos industriais situando-se no campo visual principal, do lado do mar, com enorme prejuízo pela presença na paisagem; os empreendimentos imobiliários do Litoral Norte que não prosperaram, mas que, com a implantação dos loteamentos, efetiva-se o dano ambiental com efeitos na alteração da morfologia com a implantação de vias e supressão de faixa correspondente da cobertura vegetal.

4.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo chega-se à escala do Litoral Norte, caracterizando-se os aspectos ambientais e sócio-econômicos, organizados como elementos da paisagem natural e da paisagem cultural. Foi apresentado o modelo sistêmico da geomorfologia ambiental que esclarece sobre a sua composição, um padrão que caracteriza toda a extensão da costa.

A magnitude dos projetos que lançam novas bases ao desenvolvimento da Bahia gera desdobramentos territoriais diversos: o Litoral Norte passa a se integrar economicamente, só após a realização da ponte sobre o rio Pojuca, mantendo-se em relativo isolamento, em função da restrita acessibilidade. A dinâmica da Petrobras e COPEC induz o crescimento da oferta de meios de hospedagem em Salvador, base para o crescimento turístico dessa cidade. Esta

condição ecoa em outros territórios de interesse turístico no Estado, mas sem reflexos significativos no Litoral Norte que se mantém com ocupação esparsa e rarefeita, economicamente deprimido, à espera da sua incorporação, em novas bases, no período de integração de mercados quando os interesses de corporações internacionais o tem na sua mira. O Resort Paria do Forte se apresenta como primeiro sinal da transformação que está por vir. Os efeitos na paisagem, entretanto, imprimiram forte interferência na orla que antecede (Camaçari) e que sucede (Entre Rios) o município de Mata de São João.

No capítulo que segue será analisado o período atual, de integração mundial de mercados, e aprofundadas as análises dos instrumentos de planejamento e regulação que incidem sobre o território do Litoral Norte.

5 TERRITÓRIO E TURISMO PAISAGEM E SUSTENTABILIDADE NO LITORAL NORTE DA BAHIA (1986 – 2007)

Em resposta à primeira questão de pesquisa, neste capítulo, prossegue-se com a compreensão do papel do setor turismo nas políticas públicas de ordenamento do território à escala do Litoral Norte, no atual período de integração de mercados. Considerando que neste período, ações específicas de planejamento e gestão foram desenvolvidas, em resposta à segunda questão de pesquisa, será apresentada uma análise mais aprofundada de como se insere o setor turismo nos instrumentos regulatórios e na sustentabilidade, no que concerne ao território do Centro Turístico Forte-Sauípe. Esta análise específica, embora seja matéria das Ações de Gestão do Território, em função do nível de detalhamento, compõem um subitem deste capítulo, contendo uma avaliação do tratamento que esses instrumentos conferem à paisagem e à densidade.

5.1 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DE INTEGRAÇÃO DE MERCADOS NO LITORAL NORTE DA BAHIA

5.1.1. Contexto socioeconômico e ambiental no período de integração de mercados no Litoral Norte da Bahia

Aspectos políticos e econômicos

A Bahia vive nos primeiros quatro anos desse período uma regressão nas taxas, até então crescentes, do seu fluxo turístico. Fruto da conquista do governo de oposição, um intervalo político do grupo que se perpetuava no poder, há mais de duas décadas, e da conseqüente descontinuidade administrativa que nessas circunstâncias demandam tempo para recuperação da ordem político-institucional, agravado pela quebra de mandato nessa mesma gestão. Esta crise de gestão resultou em grande desarticulação político-empresarial-institucional no governo da Bahia, dentre outros setores, no ambiente da atividade turística, com efeitos em toda a cadeia produtiva, passando de segundo para o oitavo lugar no ranking nacional dos destinos turísticos. (BAHIATURSA, 1998).

Retomado o governo e a articulação do grupo político hegemônico, após esse intervalo de uma gestão administrativa fragmentada, outros arranjos políticos e econômicos, dessa fase que se inaugura, são modelares da nova relação que se estabelece no período de integração ao mercado mundial. Dentre outras regiões, a nova gestão focaliza o Litoral Norte, constituindo-se o desenvolvimento turístico deste território, em circunstância exemplar das relações político-econômicas do modo de acumulação capitalista com a apropriação de territórios, pelo capital

internacional, para concretização de uma nova oportunidade da sua multiplicação, numa parceria estreita entre Estado e corporações.

Na década de 90, a crescente importância da economia do turismo é causa e consequência de sua ampliada necessidade de intervenção espacial. O Litoral Norte e mais os municípios de Lauro de Freitas e Camaçari são definidos como a zona turística Costa dos Coqueiros no Plano de Desenvolvimento do Turismo da Bahia – PRODETUR-BA. A partir das gestões para implantar este Plano, fica marcada a grande capacidade do turismo para ordenar territórios, muito de acordo com a lógica de integração de mercados. Obras de infra-estrutura: viárias, de saneamento, urbanização e capacitação passam a ser definidas por critérios turísticos.

Nessa circunstância encontra-se também a explicação para as mais expressivas taxas de crescimento da construção civil do Litoral Norte estar nos Municípios de Mata de São João e de Entre Rios: estes municípios, que tradicionalmente desenvolveram um turismo de abrangência local e regional, passam a constar do rol de áreas privilegiadas para a atração do investidor internacional conforme recomenda do Programa PRODETUR-BA.

O sucesso hoteleiro do, agora denominado, Ecoresort Praia do Forte, cujo então proprietário, comercializa diretamente a venda do seu empreendimento na Europa, sem dúvida corroborou para a divulgação desse espaço turístico no mercado europeu, atraindo outras iniciativas que, no conjunto, pressionam por melhoria das vias de acesso e outras obras de infra-estrutura, assim como o povoado passa a se especializar nos diversos serviços de apoio ao turista.

Os reflexos do Plano Real trazendo a estabilidade econômica, os baixos custos de produção da construção civil, relativamente ao mercado internacional, incentivos fiscais e governamentais em energia elétrica e ICMS, e outros, negociados caso a caso, completam o rol de vantagens comparativas para atração de investidores. O conjunto de vantagens qualifica esse espaço como atraente, também numa avaliação competitiva entre territórios, na lógica da disputa de mercado mundial.

A convivência entre atividades tradicionais agrícolas e agropecuárias coexiste com as novas atividades relacionadas ao turismo, pois, mesmo nos municípios com predomínio de novas atividades, a sazonalidade dos serviços turísticos e a pequena absorção de mão-de-obra

das comunidades locais justificam a permanência de atividades de pequena produção familiar, a pesca, a mariscagem e as artesanais como uma complementação necessária.

Sintetizando com os termos do PRODESU,

Enfim, a realidade é de pluriatividade e coexistência de atividades tradicionais com atividades modernas, estruturadas no âmbito do mercado formal e vinculadas à indústria do turismo. Mata de São João e Entre Rios passam por processo de redefinição sócio-econômico e espacial baseado no desenvolvimento da atividade turística (PRODESU, 2001, p.28).

Essa realidade persiste, até esse momento, sem que perspectivas de um ordenamento econômico que garanta melhor inserção das atividades tradicionais no atual cenário das relações comerciais e econômicas da região sejam delineadas.

Aspectos sociais e populacionais

A região tem ocupação histórica de padrão rarefeito. Populações que estiveram à margem dos processos econômicos do Estado se mantiveram, e ainda se mantêm, com pequena interação com a atual dinâmica da economia, uma peculiaridade da região que tem resposta na composição do perfil social das comunidades tradicionais.

O Litoral Norte tem uma população pobre sendo que cerca de 53% das famílias se encontra na faixa de renda entre um e menos que dois salários mínimos. Em Mata de São João 38% das famílias percebem mais que três salários mínimos, o maior índice de rendimentos da região. A forma de relação direta com os recursos ambientais de modo a prover as necessidades evidencia a posição estratégica do meio ambiente para a sobrevivência o que significa o acesso a bens não monetarizados, afastando o quadro de miséria encontrado nos centros urbanos (PRODESU, 2001, p.34).

O processo de crescimento populacional local e urbano ocorre em todos os municípios da região, como reporta o documento:

Na evolução do quadro populacional, dos 32,3% da população que residia em áreas urbanas nos anos 70, esse índice passou para 50,8%, em 1980, passando a 59,3%, em 1991, e atinge 63,8% em 2000 (*Ibidem*, 2001).

A desaceleração das atividades de petróleo implica na perda de população do município de Mata de São João que apresenta reversão no início da década de 90, mantendo-se Entre Rios como município mais populoso no início do séc. XXI. A reversão populacional do município de Mata de São João e o crescimento populacional da região são efeitos também da implantação da Linha Verde e dos complexos hoteleiros e suas redes de infra-estrutura e

serviços, evidência também da mudança das atividades da população e da forma de uso dos recursos naturais.

Os dados estatísticos do PRODESU – Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia aponta a seguinte caracterização para o quadro populacional: considerando que as sedes dos municípios integrantes da APA se situam (à exceção de Conde) na porção interiorana dos municípios, em média, apenas 28,97% dos moradores se situam na faixa litorânea. No município de Mata de São João cuja sede se encontra a cerca de 50 km do litoral tinha apenas 17,2% da sua população na faixa territorial da APA do LN.

Na média, considerando os demais municípios integrantes da APA, a população é jovem, 50% com idade inferior a 20 anos, com registro de emigração da população em idade ativa. Existe equilíbrio de gênero e grande participação das mulheres com ocupação na atividade artesanal, produção e comercialização. A mulher é a principal responsável pelo orçamento familiar. Formas não monetárias complementam os rendimentos da população, mesmo da população ocupada sazonalmente no turismo.

A organização social no LN tem como base fundamental o exercício de atividades primárias de cultivo ou extração, de cunho familiar e baixa tecnologia o que contribui para que a ação do homem sobre o meio não tenha sido tão predatória fazendo prevalecer uma ambiência e estilo de vida sob muitos aspectos próprios de sociedade não tipicamente capitalista (PRODESU, 2001, p. 33).

A escolaridade é baixa com cerca de 2/3 do conjunto da população da APA com média de quatro anos de estudo, com índices de analfabetismo, em alguns povoados de superiores a 50%. Também é pobre - 53% percebem entre 1 e 2 salários mínimos; 25% percebem 3 ou mais salários mínimos; 4% recebem menos que 1 salário mínimo – e, pouco preparada para o enfrentamento de um processo de mudanças sócio-culturais e econômicas baseado na eficiência e na competitividade. São poucos e precários os estabelecimentos de ensino, mesmo em Mata de São João e Entre Rios, os dois municípios mais populosos (Ibidem, p. 33-35).

Dessa população 80% é autóctone com movimentos populacionais significativos em curso, tanto intra-regionais, inter-regionais e de retorno à área. Os movimentos inter-regionais são claramente do empresariado e do trabalhador relacionado com o turismo, vindos do sul e de outras regiões da Bahia, identificados, sobretudo em Mata de São João e Entre Rios, municípios que passam por profundas modificações sócio-espaciais. Os índices mostram queda

da faixa etária ativa que significa a saída de população da região para outras áreas de dinâmica econômica mais intensa. (PRODESU, 2001, p. 20).

Existe êxodo de moradores locais que se deslocam para as áreas interioranas, com muitos registros de litígios, em decorrência da especulação da terra e por impossibilidade de incorporação ao mercado pela falta de capacitação, além de restrições a atividades agropastoris pela integração cada vez maior de terra a usos associados ao turismo. O afluxo de pessoas externas à comunidade oriundas de outros pontos do país e do exterior transforma a vila da Praia do Forte. A ocupação nessa fase ganha adesões importantes, que transformam o caráter de vila de pescadores para o de vila turística, com o crescimento dos serviços, bares, restaurantes e com ampliação da oferta de meios de hospedagem. A população se ocupa em pluriatividades. 35,7% do pessoal ocupado trabalha em atividades agropecuárias: produção familiar, pesca, mariscagem e artesanais. A população engajada nas atividades turísticas, em razão da sazonalidade desta atividade, também se ocupa em atividades agropecuárias.

A população trabalha em micro e pequenos negócios com predominância de empreendimentos informais, exceto em Mata de São João, com maior participação do formal (30%) sobre o informal 26(%). Os negócios, em Mata, foram criados de 1990 a 1999, o que denota a dependência regional da economia do turismo. Registra-se, um quadro de acentuada disparidade revelando maior participação de empresários de outras partes da Bahia e do Brasil, com perfil de melhor nível de instrução, conduzindo empreendimentos mais preparados do ponto de vista gerencial, mais promissores, com maior oferta de postos de trabalho e melhores resultados (*Ibidem*, 2001).

Em síntese, a população tem crescido e a região agregou alternativas de ocupação, mas, tanto a baixa escolaridade não emprega maciçamente quanto a sazonalidade impõe a manutenção de atividades do setor primário que se move em torno das fazendas de coco-da-baía, da pecuária extensiva, do reflorestamento com eucalipto, da pequena produção e da pesca. A infra-estrutura de saneamento é precária com baixos índices de coleta de lixo o que torna ainda mais grave o fato de essas localidades já possuem atividade turística efetiva e um grande potencial de atratividade turística que poderá comprometer o desenvolvimento sustentável das localidades.



Foto 6: Disposição de lixo às margens do corpo hídrico, em Imbassaí
Fonte: Acervo gestor da APA do LN

5.1.2 Gestão do território e turismo no período de integração de mercados no Litoral Norte da Bahia

Políticas governamentais

A retomada do planejamento para reposicionar o Estado no topo do desempenho da atividade turística partiu de uma decisão estratégica que envolveu intersetorialmente toda a estrutura de governo. Previam-se ações de infra-estrutura, marketing e desenvolvimento dos recursos humanos. Entre 1991 e 1998 o investimento público ultrapassa US\$ 1,1 bilhão e o investimento privado, nas mesmas áreas, responde com US\$ 1,1 para cada dólar de investimento público. O horizonte do planejamento público para 2005 e investimentos privados que se agregam ao processo têm horizonte para 2012, elevando a proporção de participação da iniciativa privada para US\$ 2,6. A retomada do posto no ranking nacional foi conquistada, mas a meta expressa é a conquista da liderança nacional. (Estratégia Turística da Bahia, 2003-2012).

Planejamento

O Litoral Norte que vivia relativo isolamento dependia de infra-estrutura que lhe proporcionasse a acessibilidade. Foi então projetada e implantada, no início da década de 90, a rodovia BA – 099, denominada Linha Verde, integrando extensa área litorânea com belas praias, paisagens peculiares e uma história que remonta a chegada do primeiro Governador Geral do Brasil, ofertando-a ao desenvolvimento do setor turístico e imobiliário associado. Como precaução aos desdobramentos territoriais da implantação de elemento estruturador do espaço, foi decretada a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte – APA do LN, faixa de 10 km, na extensão de 140 km, ao longo do litoral.

Também no início da década de 90 o Governo da Bahia define as sete áreas prioritárias para o turismo dentre estas a Zona Turística Costa dos Coqueiros, que corresponde ao território do Litoral Norte acrescido dos municípios de Lauro de Freitas e Camaçari, integrantes da Região Metropolitana de Salvador. Esta definição de zonas turísticas visa ao planejamento dos investimentos em infra-estrutura para consolidar áreas onde já existe atividade turística de modo desordenado. Esses investimentos constituem o rol de programas, planos, projetos, obras e ações financiadas pelo Banco Mundial através do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR-NE I. No Litoral Norte, investiu-se pontualmente no saneamento de Praia do Forte e Sauípe.

Com a implantação da rodovia e com a veiculação na mídia do planejamento turístico, detectou-se a valorização radical do valor da terra, acentuou-se o seu parcelamento e a ocupação dos espaços urbanos com pressão sobre os recursos naturais e ambientes estuarinos.

O Estado apoiou os municípios na elaboração dos Planos Diretores Municipais contraindo empréstimo junto ao BN/BIRD, para o Programa PRODUR, gerenciado pela CAR/SEPLAN, passando, então, a contar com mais um instrumento que se alinha com o ordenamento do território, este, na escala municipal.

Esses instrumentos de ordenamento e regulação, ZEE – Zoneamento Ecológico e Econômico da APA do LN e PDMs, serão aprofundados numa análise mais detalhada no item 5.2 - Ações Específicas de Regulação: ZEE e PDM de Mata de São João, necessária para avaliar em que medida o setor de turismo se articula às políticas públicas de ordenamento do

território, aos instrumentos regulatórios e na sustentabilidade do Centro Turístico Forte-Sauípe, respondendo à segunda questão de pesquisa.

No início dos anos 2000 são iniciadas as negociações e o planejamento para o segundo contrato de financiamento o PRODETUR – NE II. Neste processo foi necessária a elaboração dos PDITS – Planos de Desenvolvimento Integrado para o Turismo Sustentável para todas as zonas turísticas, com o foco de complementação da infra-estrutura de modo distributivo no pólo turístico²², capacitação, desenvolvimento institucional, valorização dos recursos históricos, artísticos e culturais, e maior aprofundamento na questão ambiental.

Ações efetivas de gestão do território

Para gestão efetiva deste espaço, constata-se uma baixa incidência de Planos de Ação Setoriais para o Turismo, demonstrando uma gestão que toma decisões de maneira pouco planejada. As Secretarias de Turismo, de modo geral, contam com uma equipe reduzida, poucos equipamentos e baixo orçamento próprio (PDITS, 2004, p. 39).

A participação da comunidade no processo decisório é fraca, apenas Mata de São João, dentre os municípios do Litoral Norte, conta com legislação que obriga a participação da comunidade nas definições de investimentos.

As práticas participativas são intensificadas e grandes conquistas são registradas com a instalação de instâncias de gestão instauradas: o Conselho Municipal de Turismo como também o de Meio Ambiente; o Fórum Estadual de Turismo onde os municípios participam através do Conselho do Pólo Salvador e Entorno e das Câmaras Técnica de Turismo; o Conselho Gestor da APA do LN. Entretanto, as estruturas carecem de ser fortalecidas, de ferramentas de gestão, de planejamento para maior efetividade da gestão.

Maior associatividade e cooperação entre os agentes das atividades voltadas para o turismo poderiam agregar maior valor ao setor que, tradicionalmente opera de modo isolado, com baixo associativismo, com baixo profissionalismo, praticando políticas de menor preço, o que poderia reverter em melhores condições para o desenvolvimento da região como um todo.

De fato, progressos significativos nos mecanismos de participação e de gestão compartilhada têm sido implementados, dentre estes o Consórcio Intermunicipal do Litoral

22 A partir de então, as zonas turísticas Baía de Todos os Santos e Costa dos Coqueiros passam a integrar o Pólo Turístico Salvador e Entorno.

Norte, um dos primeiros a ser constituído no país após a regulamentação da Lei de Consórcios Públicos nº 11.107/2005 de 6/04/2005. Os municípios do Litoral Norte conformaram recente Consórcio para gestão do território instaurando nova instância de gestão territorial.

Ações privadas

A atividade primária encontra-se estruturada em torno dos fazendeiros de coco-da-baía, da pecuária extensiva, do reflorestamento, da pequena produção e da pesca com uma participação que vem se revertendo, no balanço, a favor, da maior participação do setor terciário na composição da economia local.

A gestação e início efetivo do atual processo de transformação do padrão de ocupação do Litoral Norte têm suas bases definidas no começo da década de 90, disciplinado pelo ZEE do Plano de Manejo da APA do LN a partir do qual ficam claras as condições de ocupação desse território e o Estado começa a contabilizar a chegada de investidores. A conclusão da obra do empreendimento Costa do Sauípe concretiza a primeira etapa deste processo, âncora Norte, junto com o Praia do Forte Ecoresort, âncora sul, fixam os limites do Centro Turístico Forte-Sauípe.

Os dados sobre o crescimento do número de leitos no Litoral Norte e sobre o fluxo turístico demonstram expressivo desenvolvimento das atividades deste setor econômico. Entre 1993 e 1998, as unidades habitacionais e os leitos regionais cresceram a expressivas taxas, sendo mais explosiva a taxa de 94,45% a.a. para o crescimento de leitos registrado em Entre Rios. Neste mesmo intervalo entre 1993-1998, na região, os meios de hospedagem cresceram 2,6 vezes, caracterizando uma etapa de transformações no Litoral Norte (PRODESU, 2001, p.13).

Um segundo momento de transformações está relacionado à aquisição de glebas por empresas européias, grupos espanhóis e portugueses que aceleram o processo de transformação, complementando o Centro Turístico Forte-Sauípe, consolidando e ampliando o espaço de implantação de empreendimentos para além do Rio Sauípe, adentrando o município de Entre Rios. Trata-se dos empreendimentos Reserva Imbassaí, Iberostar, Trussard e outros em estágios distintos de desenvolvimento. De concepção modular, via de regra, alguns já têm etapas implantadas, outros, em curso de licenciamento, e ainda, outros em projeto. Observar no Mapa 3: Empreendimentos na Costa dos Coqueiros, o Litoral Norte e o Centro Turístico Forte-Sauípe e todos os empreendimentos que tiveram registro na Secretaria de Turismo do Estado.



A Tabela 1 – Evolução da Oferta Hoteleira na Costa dos Coqueiros, mostra dados da evolução, desagregados em quantidade de meios de hospedagem, de UHH e de leitos. Também é muito elucidativa sobre a dinâmica da iniciativa privada e a distribuição dos meios de hospedagem por município. Embora esta Tabela contenha dados de toda a Costa dos Coqueiros, dela pode-se extrair, dentre outros, que a evolução dos leitos do Litoral Norte no período de 2001 a 2006 cresceu 54,5%, totalizando 12.998 leitos, e que do total de leitos do LN 63,7% estão em Mata de São João, 16,8% em Entre Rios, 12,5% em Conde, 4% em Jandaíra, 3% em Esplanada. Este crescimento justificou a duplicação da rodovia e a concessão de uso privado da Linha Verde, refletindo a demanda por melhores condições de acesso anunciando, como diz ANTROP (2005), que esta acessibilidade trará os desdobramentos já conhecidos de intensificação da urbanização além de despertar ou intensificar o interesse do capital internacional sobre este espaço do litoral do Estado da Bahia.

REGIÃO / MUNICÍPIOS	2001			2002			2003			2004			2005			2006		
	MH'S	UH'S	LEITOS	MH'S	UH'S	LEITOS	MH'S	UH'S	LEITOS	MH'S	UH'S	LEITOS	MH'S	UH'S	LEITOS	MH'S	UH'S	LEITOS
Salvador	292	10.472	22.516	294	11.098	23.592	309	12.172	26.225	308	12.034	25.950	309	12.345	26.566	387	14.566	33.261
COSTA DOS COQUEIROS				Ago/02						Set 04			set/05			out/06		
Camaçari	47	1.051	2.677	52	1.118	2.905	52	1.118	2.905	62	1.318	3.409	62	1.318	3.409	69	1.970	4.741
Conde	45	443	1.228	50	535	1.469	50	535	1.469	51	537	1.477	51	537	1.477	53	601	1.630
Entre Rios	33	375	913	43	619	1.623	43	619	1.623	47	660	1.772	47	660	1.772	61	840	2.196
Esplanada	8	93	203	8	96	201	8	96	201	11	130	282	11	130	282	12	174	371
Jandaíra	11	141	367	10	148	393	10	148	393	10	169	417	10	169	417	14	201	510
Lauro de Freitas	14	198	521	17	240	666	17	240	666	17	309	771	17	309	771	18	335	1.178
Mata de São João	78	2.512	5.702	80	2.697	6.261	80	2.697	6.261	88	2.844	6.638	88	2.844	6.638	93	3.625	8.291
TOTAL	236	4.813	11.611	260	5.453	13.518	260	5.453	13.518	286	5.967	14.766	286	5.967	14.766	320	7.746	18.917

Tabela 1: Evolução da Oferta Hoteleira da Costa dos Coqueiros, Bahia 2001 -2006

Fonte: Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Turismo

Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST

5.1.3 Efeitos sobre o ambiente e a paisagem no período de integração de mercados no Litoral Norte da Bahia

Efeitos ambientais

Os principais efeitos ambientais são decorrentes da ampliação do sistema viário em função da incorporação de novas áreas rurais, alteração de uso e do padrão dessa nova ocupação, seja ela uma ocupação formal ou informal.

A implantação da BA-099, Linha Verde, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista da qualificação dos ambientes e da alavancagem que poderia imprimir ao desenvolvimento do turismo, é um grande desastre. Implantada com um traçado que exigiu grandes cortes de morros, de alto grau de dificuldade de remediação, e com inserção geomorfológica de alto impacto, cujo equívoco fica evidenciado quando se analisa o modelo geoambiental sistêmico, apresentado no Capítulo 4. Percebe-se a situação a cavaleiro que ficaria o observador situado a cotas médias, aproximadamente de 40 m, com relação ao ambiente costeiro, cujas altitudes decrescentes permitiriam usufruir da condição de domínio visual sobre toda a área, como uma extensa arena linear a observar o mar e a faixa litorânea, tal como ocorre no trecho do município de Camaçari que o antecede. Nas condições da implantação dessa rodovia, entretanto, os registros fotográficos comprovam, em poucos trechos, esta situação de visuais de amplitude ocorre. Além do aspecto paisagístico que significa uma perda estratégica grave, as marcas deixadas no ambiente tornam imprópria a sua denominação, pois que a implantação não prioriza critérios ambientais, em especial os paisagísticos. Perfis Fotográficos foram registrados nos dois sentidos da rodovia BA-099 e ratificam estas afirmações. *Vide* Item 6.3 Estudo da Paisagem e da Imagem do Centro Turístico Forte-Sauípe.

Os processos de instalação de atividades voltadas para o turismo atraíram mão-de-obra para as oportunidades de emprego e renda na construção civil e no comércio de pequeno porte, sendo que, na região, permaneceram aqueles que se engajaram nos serviços e também os que não foram aproveitados nas obras e na operação dos empreendimentos e de outros negócios que compõem o *cluster* do turismo. Observa-se a formação de um contingente populacional, ainda em progressão, não incluso na economia, que se aloja ocupando áreas de preservação ambiental, inclusive, e especialmente, o manguezal, face ao seu potencial como fonte de renda, alimentação e lazer. Não apenas a ocupação informal concorre para os efeitos ambientais, a ocupação formal e a agroindústria, licenciada, também são geradores de dano ambiental.

Efeitos territoriais

Novas formas de apropriação do espaço se instalam baseadas no desenvolvimento do turismo. Acentuam-se o parcelamento do solo e a ocupação dos espaços urbanos. Criam-se conflitos quanto ao acesso aos recursos naturais, antes livremente acessíveis para atividades de extrativismo e agricultura. A riqueza gerada pelas novas atividades econômicas se constrói com graves mudanças de práticas sócio-espaciais, inclusive inviabilizando o acesso aos meios de produção e de comercialização, com alteração de circuitos de deslocamentos, exigindo o reordenamento de atividades, na pesca, na mariscagem, no comércio de coco-da-bahia, no comércio informal.

A magnitude da ofensiva empresarial para ocupação do território pode ser aquilatada pelos registros de empreendimentos, em fase de elaboração de projetos, na Secretaria de Turismo do Estado. Verifica-se que são 19.000 novas UHH - Unidades Habitacionais Hoteleiras, apenas em grandes complexos turísticos projetados para o Litoral Norte. A Tabela 2 mostra que, se adicionados os novos grandes projetos à disponibilidade de leitos existente, estes totalizarão, 70.661 leitos no LN, o que dobra a capacidade hoteleira da região, equivalendo à disponibilidade de Salvador e Porto Seguro, juntos.

Destino	Nº Leitos	Nº UHH	Posição em	UHH/leito
Salvador	33.261	14.566	ago/06	2.283
Porto Seguro	43.460	13.233	dez/06	3.284
LN – Costa dos Coqueiros	18.917	7.746	out/06	2.442
LN – CC - Novos Grandes*	43.453	19.000	dez/07	2.287
LN – Mata de S. João	8.291	3.625	out/06	2.287
LN - Total	70.661			
Total	147.382			

Tabela 2: Disponibilidade de leitos nos principais destinos da Bahia
Fonte: SETUR – BA, Projetos registrados na SETUR

A Tabela 3: Principais Investimentos Privados Previstos na Costa dos Coqueiros mostra a projeção total de leitos em fase de concepção de projetos e a distribuição dos novos leitos nos respectivos municípios.

Empreendimento	Descritivo / Características	Origem	Localização	Operadora	UHS	Previsão de abertura	Investimento estimado (US\$)	Situação	Empregos diretos
Costa dos Coqueiros					19.400		2.458.635.000		12.693
Hotel Comfort Aeroporto		Nacional	Lauro de Freitas	Atlântica Hotéis Comfort	132	set/2008	4.000.000	Planejamento	90
Complexo Sol Meliá - 1ª etapa (Gran Meliá + Condor Hotel)	área com 03 kms de praia + 01 hotel Gran Meliá com 300 UHS + 01 Condor Hotel com 150 UHS + área de eventos	Espanha	Genipabu/ Camaçari	Sol Meliá	450	set/2009	100.000.000	Planejamento	250
Complexo Sol Meliá - 2ª etapa (Meliá Alphaville)	hotéis + condomínios de 1ª e 2ª residência	Espanha	Genipabu/ Camaçari	Sol Meliá	550	dez/2009	150.000.000	Planejamento	500
Le Carlo / Les Terrasses	hotel com 114 UHS + apart-hotel com 77 UHS	França	Itacimirim / Camaçari		195	jul/2009	10.435.000	Planejamento	140
Iberostar Bahia (2ª etapa)	Centro de Entretenimento + Condomínio Residencial Service com 124 casas + Spa + 2º hotel	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João	Iberostar	540	ago/2008	100.000.000	Implantação	540
Iberostar Bahia (3ª etapa)	3º hotel + campo de golfe 09 buracos + 84 casas	Espanha	Praia do Forte / Mata de São João		250	ago/2009	20.000.000	Planejamento	400
Complexo Turístico em Praia do Forte 1ª ETAPA		Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM/ Nueva Condomina SL	600	dez/2008	80.000.000	Planejamento	2.500
Complexo Turístico em Praia do Forte 2ª ETAPA	9 hotéis + Vila + Golfe	Espanha	Praia do Forte/ Mata de São João	Grupo TRUSAM/ Nueva Condomina SL	7.000	jan/2014	1.270.000.000	Planejamento	5.000
Reserva Imbassaí All Inclusive (1ª Etapa)		Espanha	Imbassaí/ Mata de São João	Fiesta	350	jan/2008	35.700.000	Implantação	340
Reserva Imbassaí – Beach Resort (2ª Etapa)		Portugal	Imbassaí/ Mata de São João	A definir	250	jan/2009	30.000.000	Planejamento	200
Reserva Imbassaí (3ª Etapa)		Portugal	Imbassaí/ Mata de São João	A definir	200	jan/2012	20.000.000	Planejamento	200
Orissio Sul		Itália	Imbassaí/ Mata de São João	Orissio Investimentos	533	jan/2008	14.500.000	Planejamento	533
Orissio Norte		Itália	Imbassaí/ Mata de São João	Orissio Investimentos	1.500	jan/2010	104.000.000	Planejamento	1.500
Fazenda Costa Azul	área de 868 ha; 2,5 km de praia; 05 hotéis, 03 campos de golfe, centro hípico, condomínio e espaço para comércio e serviços	Espanha	Jandaíra	a definir	2.500	*	0	Planejamento	
Bahia dos Coqueiros	área com 104 hectares, 2,4 kms de praia, resortl com 350 UHS + 127 casas + vilagge com 162 apartamentos	Portugal	Jacuipe / Camaçari	a definir	350	dez/2009	220.000.000		500
Complexo Turístico- imobiliário GrupAce		Espanha	Esplanada - Baixios	*	4.000	dez/2009	300.000.000	planejamento	

Tabela 3: Principais Investimentos Privados Previstos para a Costa dos Coqueiros

Fonte: Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos - SUINVEST, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

Efeitos sobre a paisagem

O desastre de concepção do traçado da Linha Verde desmonta o que poderia ter sido a potencialização deste espaço enquanto paisagem como provedor de um valor identitário e de um diferencial para o turismo, a ser possibilitada com a condição do trânsito por uma estrada a cavaleiro com a percepção de amplas visuais, uma oportunidade desperdiçada. De modo contrário, cria-se um canal de tráfego a partir do corte de morros seqüenciados, sem tratamento de proteção do solo descoberto, hoje, com processos erosivos avançados.

A paisagem formada por elementos do meio físico, absolutamente singelos, é altamente vulnerável à ocupação. O movimento que se observa tanto da atividade formal quanto da informal promove grandes alterações que, ainda esparsas, já sinalizam o desencantamento que poderá advir com grande transformação da paisagem. Tendo em vista a incapacidade do Estado de trabalhar preventivamente, as ocupações originárias dos processos migratórios, explicados, constituem agrupamentos habitacionais em contradição com a lógica do turismo. São ocupações desordenadas com habitações precárias que tanto comprometem o recurso ambiental com a degradação por queimadas, desmatamentos, extração de areia e poluição dos mananciais hídricos quanto, para esta atividade, constitui-se em ocupações “não desejadas.”²³

A intensificação a curto prazo da ocupação sem infra-estrutura urbana e de serviços adequados para os atuais padrões de ocupação e, menos ainda, para o projetado, com suspeita de desvirtuamento da concepção turística inicial, tende a ampliar a dimensão dos conflitos já identificados, como: a obstrução de servidões de passagem desarticulando a trama de caminhos tradicionais de acesso às praias, às localidades, ao trabalho; degradação ambiental com a ocupação de manguezais, o aterro de áreas úmidas com contaminação por esgotos domésticos, impactos diversos nos rios e na biota; usos desordenados das praias que acabam comprometendo a qualidade estética e ambiental.

Conclui-se que a valorização de outras relações espaciais é necessária ao balizamento da produção do espaço, embora, seja inconteste que a transformação, com a intensificação da implantação de empreendimentos turístico-hoteleiros previstos para o Litoral Norte e os processos que lhe são atrelados, acontecerá.

²³ Expressão utilizada por Fainstein em *The Tourist City*.

5.2 AÇÕES ESPECÍFICAS DE REGULAÇÃO: ZEE e PDM de Mata de São João

Dado à necessidade de regulamentar e controlar as novas ocupações, o governo estadual vem utilizando diferentes instrumentos de planejamento que, embora não específicos para o turismo, têm cumprido um importante papel. Os dois instrumentos de ordenamento do território e de regulação da ocupação do Litoral Norte, que disciplinam a implantação das atividades voltadas para o turismo e aquelas que vêm associadas a este processo, são: ZEE da APA Litoral Norte e os Planos Diretores dos Municípios.

Este texto foi construído após análise minuciosa dos dois instrumentos. Os pontos considerados mais importantes foram agregados ao corpo do texto da dissertação como resposta à segunda questão de pesquisa que indaga sobre como se insere o setor de turismo nas políticas públicas de ordenamento do território, nos instrumentos regulatórios e na sustentabilidade do Centro Turístico Forte-Sauípe. O objetivo é verificar o tratamento dado ao turismo e como, no conjunto, os instrumentos de regulação valorizam os elementos que concorrem para um ordenamento do território afinado com os interesses deste setor e da sustentabilidade. A análise vai focalizar tanto a distribuição territorial das atividades voltadas para o turismo, quanto os parâmetros de zonas específicas para a implantação de complexos hoteleiros, os grandes conjuntos edificados que compõem a paisagem. Busca-se identificar o tratamento dado às variáveis, paisagem e densidade, no atual estágio, de modo a perceber a correlação entre estas e como foram tratadas nestes documentos.

Como referência para a análise destes instrumentos resgata-se os termos da concepção do PRODETUR-BA para o Centro Turístico Forte-Sauípe. Este Programa idealizou a implantação de um turismo de baixa densidade, tendo em vista a importância da vantagem desse padrão de densidade para a diferenciação em relação aos mercados concorrentes do México, Caribe e Polinésia. Propõe densidades de 10 a 15 leitos/ha; gabarito de altura, referenciado na altura da copa dos coqueiros, 14 m; fração do território para equipamentos hoteleiros de 30 a 40/ha, como adiante transcrito:

O conceito de complexo turístico ora adotado tem a vantagem perante os concorrentes internacionais da disponibilidade de grandes espaços ainda preservados, ambientalmente, que lhes dão um caráter de turismo ecológico, exigindo projeções de baixa densidade. Esta característica se configura como o grande diferencial de complexos de destinos tradicionais como o Caribe, México e Polinésia. Enquanto estes complexos apresentam densidades de 100 a 150 leitos/ha e são considerados como de "low density capacity", os complexos ora propostos podem oferecer densidades líquidas de 10 a 15 leitos/ha. O módulo

básico prevê uma gleba de 30 a 40ha para 200 unidades hoteleiras e 100 unidades de residencial service (PRODETUR-BA, 1992, p. 92).

A densidade, intrinsecamente relacionada à capacidade de suporte do ambiente, da forma como expressa - leitos/ha -, define, indiretamente, a quantidade de pessoas por hectare. Este parâmetro, transposto do PRODETUR para o ZEE da APA LN, contém uma expressão espacial que se traduz em m² de construção e uma expressão volumétrica traduzida em m³, dimensões estas que interagem com o ambiente natural, numa articulação não previsível nem aquilatada nestes planos: a arquitetura da paisagem.

Considerando a escala de análise desse capítulo ser a do Litoral Norte, a análise começa com o ZEE da APA do LN. Em seguida, faz-se um recorte territorial, do município, e será focalizado apenas o Plano Diretor Municipal de Mata de São João, visto que, o Centro Turístico Forte-Sauípe, área de estudo dessa pesquisa, se situa integralmente neste município. Saliente-se que ambos os documentos foram elaborados após a Conferência Rio 92, portanto, quando o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser assimilado e passa a balizar toda a produção, especialmente na esfera das políticas públicas. Àquela ocasião, o desenvolvimento sustentável era, apenas, uma referência conceitual, em processo de compreensão, e de transposição, dos textos da Agenda 21 para a incorporação aos textos recém-produzidos. Conceito que vem sendo absorvido, paulatinamente, pelas esferas de governo, pela sociedade e pelo mercado. O Plano de Manejo da APA foi concluído em 1995 e o PMD de Mata de São João foi elaborado em 2001 e, atualizado para o que determina o Estatuto da Cidade, em 2005.

5.2.1 Plano de Manejo e ZEE da APA do Litoral Norte

A estratégia de planejamento indica a categoria de unidade de conservação tipo APA como o instrumento de ordenamento do território mais adequado devido à peculiaridade das APAs de permitir a definição de restrições para o uso da terra sem a necessidade de desapropriação, consistindo numa condição extremamente favorável à gestão do território. Foram criadas APAs em superposição a todos os Centros Turísticos concebidos no PRODETUR-BA com a intenção de estancar os processos econômicos e sócioespaciais que ameaçavam se instaurar de modo desordenado em função da grande inversão de recursos em infra-estrutura direcionada para equipar esses territórios com a finalidade do desenvolvimento do turismo.

Instrumento de cunho mais geral, o ZEE da APA do LN, foi realizado no ano de 1995. Incorpora análises multisetoriais e ambientais e busca integrá-las dosando usos atuais e

potenciais, compatibilizando-os com as peculiaridades ambientais, estabelecendo as condições para o uso do solo numa escala regional. Outros estudos em escalas mais apropriadas para intervenções urbanísticas foram indicados, como condicionantes, para áreas específicas no interior da APAs, como é caso do Plano Urbanístico para o Centro Turístico Forte-Sauípe. Devido à morosidade no cumprimento dos condicionantes do Plano de Manejo e da falta de instrumento mais apropriado, o ZEE, na escala regional, tem sido utilizado para orientar ações específicas de turismo, no caso do Litoral Norte da Bahia e nos outros Centros Turísticos do Estado.

Dentre o conjunto de aspectos de que trata o ZEE, as densidades hoteleiras se apresentam como um parâmetro que merece ser especificamente detalhado. Para a Costa dos Coqueiros, a definição das densidades hoteleiras, por falta de estudos específicos, foi orientada pela concepção de Centros Turísticos definida no PRODETUR-BA, depreendida dos complexos turísticos internacionais de mercados concorrentes, Bali e Coréia²⁴. Nestas condições é tácito o reconhecimento das equipes técnicas da carência de estudos sobre o ordenamento do território que superem a falta de conhecimento mais aprofundado sobre as dinâmicas em questão. A necessidade de uma regulamentação mais específica demanda uma análise integrada dos diversos aspectos envolvidos, que sirva de subsídio para uma modelagem espacial que supere as limitações da metodologia de elaboração do ZEE, a primeira grande experiência de elaboração de Planos de Manejo para APAs no Estado.

O instrumento APA, Base Legal

A unidade de conservação APA – Área de Proteção Ambiental - é aplicável conforme a Lei 6.938/81,

... aos espaços onde a existência de características biológicas, ecológicas e **paisagísticas** recomenda proteção, concomitantemente com condições de ocupação humana ou de utilização, que impossibilitem o estabelecimento de outra categoria de unidade de conservação mais restritiva (SNUC/FUNATURA, 1989 apud Plano de Manejo APA do LN, 1995).

As condições para a elaboração do Plano de Manejo e do ZEE de Áreas de Proteção Ambiental foram fixadas na Resolução do CONAMA 10/88. A APA do Litoral Norte foi instituída por meio do Decreto nº. 1046 de 1992, quando da decisão de estender a BA-099, interligando a RMS ao Estado de Sergipe, cujo EIA-RIMA estabelece que seja elaborado um zoneamento

²⁴ Governo da Bahia. PRODETUR-BA, Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia, Dez 92, p.92.

ecológico-econômico para as regiões de influência direta da rodovia, enfatizando o turismo e o lazer como atividades chave deste planejamento. No texto da justificativa, destacam-se os seguintes valores a serem protegidos: harmonização de atividades com valores ambientais; o patrimônio natural representado pelos os ecossistemas: manguezais, áreas estuarinas, dunas, restingas e lagoas, além do seu apreciável valor paisagístico; o caráter ecológico e ambiental da "Linha Verde"; ordenamento do uso e ocupação do solo; o desenvolvimento de atividades sócio-econômicas, tais como o turismo, lazer, habitação, pesca, reflorestamento, fruticultura e outras, segundo as exigências do desenvolvimento sustentado.

A APA se estende por 140 km, tem 10 km de largura, situada entre o rio Pojuca e o rio Real. O segmento da APA focalizado neste estudo corresponde à porção desta, mais ao sul, localizada no Mapa 1: Contexto Regional. *Vide* Capítulo 4, Item 4.1.

Zoneamento Ecológico Econômico: Objetivos

Nos objetivos do ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico é enfatizado: a introdução da variável ambiental como elemento de planejamento, a importância de preservar o potencial natural, histórico, paisagístico e cultural, e a preocupação com a determinação da capacidade de uso dos principais ecossistemas quanto à qualidade paisagística. As condições da elaboração não permitiram grafar as zonas na escala compatível com a ação antrópica, uma pendência que, dentre outras, provoca solicitações freqüentes de rezoneamento.

O foco na sustentabilidade ambiental é perceptível em todo o documento, enquanto texto, entretanto, não se encontra os meios de afiançar sobre o resultado ambiental e a qualidade paisagística decorrente da aplicação dos parâmetros do ZEE, pois que estes careceram de estudos específicos de modelagem preditiva que registrasse a intencionalidade da inserção espacial da ocupação na paisagem.

ZEE: Zonas e Parâmetros

As zonas foram definidas tendo como “princípio metodológico a identificação de espaços homogêneos quanto às características ecológicas, potencialidade econômica e restrições ambientais” (Plano de Manejo, 1995, p.20). *Vide* Anexo 2 , Mapa 4: ZEE APA do LN. Este mapa mostra que foram definidas zonas específicas para as atividades voltadas para o turismo e que, estas zonas, nesse zoneamento, foram dispostas em conformidade com a concepção idealizada no PRODETUR-BA. A exceção encontra-se na Vila de Santo Antônio que preservou

o agrupamento de pescadores como uma Zona de Urbanização Restrita, naquele documento concebida como uma vila turística para receber empreendimentos turísticos de pequeno e médio porte.

Tratamento da densidade

O Plano de Manejo da APA do LN teve a intenção de transpor a proposta do Programa de Desenvolvimento do Turismo PRODETUR-BA, que definia uma ocupação com baixíssimas densidades. Este plano de turismo define ainda uma rede de localidades através das quais seriam criadas áreas de maior concentração urbana e, conseqüentemente, também, de uso de praias, assegurando ambientes mais e menos povoados, de modo a atender às expectativas de privacidade para viabilizar os padrões hoteleiros que se tinha em mente atrair. Tudo referenciado no modelo exitoso que o empreendimento Praia do Forte Ecoresort conseguiu viabilizar.

Dentre as zonas, as que têm possibilidade de implantação de empreendimentos hoteleiros são: ZT, ZT-E, ZOR, ZOR-E, cujos parâmetros estão adiante apresentados no Quadro 2: Parâmetros Urbanísticos APA - ZPV, ZT, ZT-E, ZOR, ZOR-E. Neste Quadro 2 encontram-se os usos permitidos e as exigências básicas: parâmetros urbanísticos, infraestrutura e requisitos de ordem geral. As áreas definidas como Zonas Turísticas e Zonas Turísticas Especiais correspondem às áreas definidas, no PRODETUR-BA, como áreas onde deveria ocorrer uma ocupação mais fragmentada. Ai se estabeleceriam os empreendimentos hoteleiros e outras atividades voltadas para o turismo, de menor porte, e, através das quais, o público convergiria como acesso preferencial, às praias, pela oferta de serviços, pelo dinamismo e pelo caráter de vila turística que se estabeleceria. Os complexos hoteleiros de maior porte se localizariam nos espaços entre as vilas turísticas que correspondem, predominantemente, às Zonas de Ocupação Rarefeita - ZOR e de Ocupação Rarefeita Especial - ZOR-E.

ZONAS	USOS PERMITIDOS	EXIGÊNCIAS BÁSICAS		
		PARÂMETROS URBANÍSTICOS	INFRA-ESTRUTURA	REQUISITOS DE ORDEM GERAL
ZPV	Turismo ecológico controlado			Os empreendimentos turístico-ecológicos deverão ser objeto de EPIA pelos órgãos ambientais
ZT	Equipamentos turísticos, comércio e serviços de apoio ao turismo, residencial uni e plurifamiliar	Lote mínimo: 2000 m ² ; IP: 0,5; Gabarito: 2 pavimentos	Saneamento Básico, Arruamento e energia	
ZT-E	Institucional, Comercial e Serviços, centros comerciais, restaurantes, bares, equipamentos turísticos e parques temáticos	Lote mínimo: 2000 m ² ; IP: 0,5; Gabarito: 14m; I _o : 0,3		
ZOR	Residencial unifamiliar e pluridomiciliar;	Residencial Unifamiliar e plurifamiliar: Lote mínimo: 5.000m ² (10.000m ² alagadiços); Gab.-2 pav.; IP:0,7. Turismo de baixa densidade: Lote mínimo 20.000m ² ; I _o : 0.10; I _p : 0.7; Gab.-2 pav.	Saneamento Básico, Vias de acesso	Todos os empreendimentos turísticos só poderão ser licenciados após Estudo Preliminar de Impacto ambiental - EPIA.
ZOR-E	Turismo de baixa densidade	Os mesmos da ZOR, admitindo-se, para equipamentos turísticos, Gabarito de 14m, Lote mínimo 20 ha para gab.> 2 pav. na faixa de 1000m da preamar máxima para o interior	Saneamento Básico, Vias de acesso	Obrigação de arborizar com espécies de porte maior que a altura das edificações.

Quadro 2: Parâmetros Urbanísticos APA - ZPV, ZT, ZT-E, ZOR, ZOR-E
Fonte: Extraído da Síntese do Plano de Manejo da APA LN

Analisando os parâmetros acima temos que: para a ZPV - manteve-se a possibilidade de ocupação, sem definição de parâmetros, mas condicionado a Estudos Preliminares de Impacto Ambiental, dispositivo que acende a pretensão de ocupação extensiva em toda a ZPV, como exemplificado no Complexo Hoteleiro Reserva Imbassaí, adiante sob análise; as zonas que levam o destaque de - especiais - são aquelas a que está facultado o gabarito de 14m, correspondente à copa dos coqueiros (ZT-E e ZOR-E) sendo que as zonas ZT e ZT-E permitem os usos turístico, residencial e comércio e serviços, com o objetivo de criar um espaço com atividade permanente, dando suporte ao entretenimento no Centro Turístico; enquanto que, as zonas ZOR e ZOR-E são exclusivas para o uso turístico e residencial, mais restritivo ao turismo na ZOR, e facultado o gabarito de 14m para a ZOR-E, na condição de glebas situadas a 100m da linha de preamar máxima e com áreas maiores que 20 ha. O zoneamento sem dúvida privilegia a ocupação voltada para o turismo. A flexibilidade para gabaritos na ZT e ZOR-E, principalmente, visou permitir espaços de maiores proporções aos ambientes hoteleiros: lobby,

restaurantes, espaços para shows, e outras estruturas de áreas comuns. Entretanto a legislação que não explicita todas as intenções acaba por permitir longos blocos das UHH-unidades habitacionais hoteleiras, firmando quatro pavimentos como padrão para a ocupação hoteleira que vem sendo implantada.

Os parâmetros cumprem um importante papel inicial para orientar a mobilização de investidores, de conter uma ocupação descontrolada, predatória dos recursos naturais, e marginal a uma rodovia que passa a integrar um território com muitos interesses e atrações. Os exercícios de modelagem dos primeiros empreendimentos implantados funcionam como pilotos, fazem atentar para uma desconexão entre parâmetros e a realidade do território.

Compreender o que representam estes parâmetros quanto à sua expressão volumétrica, à relação de m² consumidos por leito hoteleiro, e correlacioná-las com o território e suas características, são alguns dos indicadores que se pretende agregar à análise ampliada da densidade e da paisagem.

Os desdobramentos que as densidades populacional, construtiva e volumétrica têm no território, diretamente na gleba e sua vizinhança, e, no que repercutem no centro turístico como um todo, numa relação direta com os processos de ocupação espontânea, por exemplo, são abordagens que conduzirão à percepção da densidade como elemento estratégico na sua desagregação em elementos quantitativos e qualitativos.

As Tabelas 4 a 7: Correspondência em Densidades Líquidas dos Parâmetros da ZT, ZT-E, ZOR e ZOR-E, adiante, apresentam um exercício de aplicação dos parâmetros dessas zonas, com o objetivo de identificar a que densidades líquidas correspondem, alimentando a construção de um conhecimento sobre a inserção de volumes nos ambientes de restinga, e permitindo comparar os parâmetros da APA com os concebidos com o PRODETUR-BA. Para este cálculo, alguns dados foram assumidos como generalizações, mas, extraídos de referenciais de outros equipamentos hoteleiros e residenciais hoteleiros.

Tratamento da paisagem

Repetindo o trecho do compromisso do ZEE: "... avaliar o significado ambiental das futuras intervenções antrópicas", temos que a frase traz um compromisso, que à época, refletia exclusivamente a preocupação das interferências antrópicas sobre os ecossistemas, o homem como agente da ação, excluído, ele próprio, da perspectiva ecológica. No Plano de Manejo

predomina a ênfase biocêntrica sendo que a paisagem, o seu significado, focalizava, tão somente, os aspectos funcionais dos ecossistemas.

A paisagem, na visão biocêntrica, situa-se no domínio e na escala dos compartimentos geológicos e geomorfológicos, dos ecossistemas terrestres e aquáticos. A paisagem na escala do domínio antrópico, não é focalizada como de interesse. Para este domínio o tratamento da paisagem restringiu-se à definição da copa dos coqueiros como parâmetro para estabelecer gabaritos especiais para a hotelaria e as Zonas de Preservação Visual. Definiu-se ainda a obrigatoriedade de plantio de árvores que suplantassem a altura das edificações, ou seja, árvores com mais de 14 m de altura, no ambiente de restinga, quando no *Domínio II - Floresta de transição restinga encosta*, a altura se situa entre 5 e 8m.

Está evidente a preocupação com a paisagem no sentido de conter os conjuntos construídos ao abrigo de massas verdes, arbóreas, buscar um referencial ambiental para os gabaritos especiais, avanços num instrumento de regulação, sem dúvida. Mas, do que vimos no Capítulo 1 – Fundamentação Teórica, sobre os processos de percepção e apreensão da paisagem, depreende-se que a visão é o sentido mais acionado, entretanto os demais sentidos influenciam, e, fortemente, o conhecimento que se tem sobre o objeto e a visualização deste a partir do deslocar-se nas mais diferenciadas perspectivas. Dado às características geomorfológicas, de relevo em declive regular em direção ao mar, são muitos os pontos onde o ambiente poderá ser visualizado, principalmente em perspectivas apreendidas no deslocamento através do sistema viário. Registre-se que a Linha Verde empobreceu a paisagem na medida em que a obstruiu por longos trechos. A ocupação continuada do território vai introduzir outras vias de acesso, como a estrada licenciada da Bensal,²⁵ que permitirão maior contato com áreas, hoje, de baixa circulação. Se das visuais exteriores, do mar, o disciplinamento da ZPV assegura uma paisagem compatível com os interesses da atividade turística, as visuais no sentido terra-mar, a paisagem exposta a partir de outras visuais não se preserva apenas com instruções de plantio de vegetação de porte arbóreo.

A resistência à percepção de que as alterações serão significativas, sim, posterga um plano de ordenamento territorial que, com um forte viés paisagístico, institua com base na correlação densidades / parâmetros urbanísticos e, em outros recursos do método de planejamento, a partir de aprofundamentos como proposto neste trabalho que retoma o conceito de densidade percebida e a valorização da paisagem.

²⁵ Uma das empresas que detém, hoje, grandes extensões de terra no Centro Turístico.

No Plano de Manejo da APA do LN percebe-se a ênfase na variável ambiental como um avanço quando focaliza o meio físico como suporte ao meio biótico, quando condiciona as interferências antrópicas no meio físico à capacidade de adaptação e renovação dos ecossistemas. As proposições e cuidados com a paisagem, entretanto, revelam-se insuficientes, pois que, desconhecem tanto os processos de formação de imagem sobre um lugar quanto desconhecem as limitações dos dispositivos propostos no Plano e os efeitos dos parâmetros estabelecidos ZEE nas outras dimensões em que as densidades se manifestam: volumetrias, áreas construídas e respectivos arranjos espaciais e população. Trieb, (1983 apud KOHLSDORF, 1984) aponta a (paisagem) tridimensionalidade como aspecto fundamental onde se observa todo o assentamento como uma construção. O projeto de espaços urbanos não deve ser um arranjo casual de elementos isolados em uma malha resultante de áreas e interligações viárias, antes, deve constituir-se no nível mais concreto do processo de planejamento físico-espacial, como resultado do efeito conjunto de cada arquitetura de edifício com a própria arquitetura da cidade. A intencionalidade da construção da paisagem não é identificada no plano de manejo de APA do Litoral Norte.

USO	Io	Lote Mínimo (ha)	Área Ocupável (m ²)	Área Utilizável (m ²)	Gabarito (pav)	Área da unidade	Quant UH	População/unidade	População/total	População Empregada	Altura	Densidade líquida hab/há	Densidade líquida m ² /há	Densidade líquida m ³ /há
Equip. Turísticos; C. e Serviços de apoio ao turismo;residencial uni e plurifamiliar	0,5	0,2	1000	2000	2	40	50	2	100	10	7	500	10000	35000

Tabela 4: Correspondência em Densidades Líquidas dos Parâmetros da **ZT**

Fonte: Elaborado pelo autor

Obs. Foi usado o parâmetro unidomiciliar como genérico para todos os usos

USO	Io	Lote Mínimo (ha)	Área Ocupável (m ²)	Área Utilizável (m ²)	Gabarito (pav)	Área da unidade	Quant UH	População/unidade	População/total	População Empregada	Altura	Densidade líquida hab/há	Densidade líquida m ² /há	Densidade líquida m ³ /há
Equip. Turísticos; C. e Serviços de apoio ao turismo;residencial uni e plurifamiliar	0,3	0,2	600	2400	4	120	20	2,287	46	46	14	230	12000	42000

Tabela 5: Correspondência em Densidades Líquidas dos Parâmetros da **ZT-E**

Fonte: Elaborado pelo autor

Obs. Foi usado o parâmetro unidomiciliar como genérico para todos os usos

USO	Io	Lote Mínimo (ha)	Área Ocupável (m ²)	Área Utilizável (m ²)	Gabarito (pav)	Área da unidade	Quant UH	População/unidade	População/total	População Empregada	Altura	Densidade líquida hab/há	Densidade líquida m ² /há	Densidade líquida m ³ /há
Unidomiciliar	0,3	0,5	1500	3000	1	600	1	7	7		3,5	14	1200	2100
Pluridomiciliar	0,3	0,5	1500	3000	2	70	43	5	214		7,00	429	6000	10500
Turismo baixa densidade	0,1	2	2000	4000	2	90	44	2,287	102	22	7	51	2000	28000

Tabela 6: Correspondência em Densidades Líquidas dos Parâmetros da **ZOR**

Fonte: Elaborado pelo autor

USO	Io	Lote Mínimo (ha)	Área Ocupável (m ²)	Área Utilizável (m ²)	Gabarito (pav)	Área da unidade	Quant UH	População/unidade	População/total	População Empregada	Altura	Densidade líquida hab/há	Densidade líquida m ² /há	Densidade líquida m ³ /há
Turismo baixa densidade	0,1	20	20000	80000	4	120	667	2,287	1525	1525	14	76	4000	280000

Tabela 7: Correspondência em Densidades Líquidas dos Parâmetros da **ZOR-E**

Fonte: Elaborado pelo autor

5.2.2 Plano Diretor Municipal de Mata de São João

Atendendo à determinação constitucional de elaboração dos Planos Diretores Urbanos, recém-ajustados ao Estatuto da Cidade como Planos Diretores Municipais – PDM, estes constituem legislação urbanística recente, ou seja, já elaborada no contexto do desenvolvimento do turismo na fase de integração ao mercado mundial, como é caso do Plano Diretor do Município de Mata de São João no LN.

O instrumento PDM, Base Legal

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Mata de São João – PDM MSJ - foi aprovado em 2001. Posteriormente, passa por processo de atualização às novas condições do Estatuto da Cidade, concluído em 2005, composto dos seguintes documentos: Lei Orgânica do Município, Ante Projeto de Complemento da Lei do Plano Diretor, Ante Projeto Código de Obras, Ante Projeto de Lei do Parcelamento do Solo, Ante Projeto Código de Meio Ambiente, Projeto de Alterações na Legislação Tributária de Mata de São João.

Plano Diretor Zoneamento e Parâmetros

Todas as peças que integram o PDM de MSJ foram analisadas visando identificar o tratamento dado às atividades voltadas ao turismo, à densidade e aos elementos paisagísticos da faixa litorânea, coincidente com a área de estudo, e com a porção sul da APA Litoral Norte. Verifica-se que a paisagem é colocada como objeto de defesa na Lei Orgânica do Município e, portanto, deve refletir nos demais documentos esta distinção

Na Lei do Plano Diretor foi definido, no zoneamento, o Distrito Turístico de Mata de São João, cuja área corresponde à porção sul da APA Litoral Norte. *Vide* Anexo 3: Mapa 5 – Distrito Turístico de Mata de São João. O licenciamento, entretanto, depende de anuência do gestor da APA, recolocando o ZEE da APA como o principal instrumento para o disciplinamento dos empreendimentos na faixa entre a Linha Verde e o mar, assim como todo Litoral Norte.

O zoneamento define, ainda, as zonas relacionadas com as atividades voltadas para o turismo: Zonas de Expansão Prioritária I (ZEP I); Zona de Expansão Prioritária II (ZEP II); Zonas de Urbanização Restrita (ZUR); Zona de Ocupação Controlada (ZOC), cujas densidades líquidas são apresentadas nas Tabelas 8 a 11, adiante.

As preocupações com a paisagem se manifestam no PDM no Art. 3º da Lei do Plano Diretor quando situa a necessidade do estudo paisagístico e já aborda a inserção de massas construídas no cenário de paisagem natural, e, como determinações para: garantir ângulos de visibilidade da Rodovia BA-099 para ambos os lados (continente e oceano), o envolvimento das massas construídas no corpo da arborização, preservação dos coqueirais; introduzir, além da faixa de domínio do DERBA, ao longo de todas as zonas da APA, exceto nas ZCS, uma faixa complementar de proteção paisagística, entre 50 e 100m, com obrigação de plantio de árvores nas áreas livres e com taxas de ocupação reduzidas em relação ao padrão máximo permitido por cada zona; implantar arborização nas suas duas margens da ZCS.

O Plano Diretor caracteriza o Município como tendo duas redes Urbanas distintas, a rede urbana rural interiorana e a rede urbana turística da orla marítima, esta, composta pelas localidades que integram o Centro Turístico: Sauípe, Imbassaí, Areal, Diogo, Santo Antonio, Praia do Forte, Quintas do Castelo, Açú da Torre, e Malhada, conectadas pelo grande eixo de articulação, local, metropolitano e interestadual em que se constitui a Rodovia BA-099. *Vide* Anexos 3 e 4, Mapa 5: Distrito Turístico de MSJ e Mapa 6: Distritos Sedes de MSJ.

O mapa mostra a disposição espacial das localidades na porção sul do Litoral Norte, orla marítima de MSJ onde se observa, dentre outros, o processo de conurbação interligando Açú da Torre, Campinas e Malhada. Vale salientar que estas localidades e outras situadas do lado oeste da rodovia, predominantemente, abrigam a população prestadora de serviço, e não empregada e residual do processo de construção dos hotéis.

Segue o Quadro 3: Parâmetros Urbanísticos para a Rede Urbana Turística de Mata de São João, área idêntica à APA do Litoral Norte, no município de MSJ, mas que apresenta parâmetros mais permissivos, com fracionamento da terra com lotes que variam para as zonas de uso turístico - ZUR, ZEP I, ZEP II e ZOC - de 500m² a 10.000m², enquanto que na APA, variam de 2.000m² a 200.000m². Este zoneamento tem origem no Decreto Municipal nº. 185/2003, ou seja, após oito anos de exercício de aplicação do zoneamento da APA. Dada essa circunstância de cronologia dos documentos, intui-se que a motivação desse Decreto esteja na ampliação da base de arrecadação municipal, na medida em que, simultaneamente, decretou-se esta área como zona urbana de Mata de São João. Uma forte conotação de maior participação da gestão municipal no circuito do licenciamento também é perceptível, pois que recorrendo à competência municipal para legislar sobre o seu território, o município estabelece, por meio deste Decreto, um confronto, em alguns pontos com os parâmetros da APA. Situação

sem maior consequência, visto que, o texto deste Decreto é mais permissivo que aquele da APA, sem grande eficácia nesse sentido. Vale destacar que para a Zona de Uso Diversificado - ZUD o zoneamento deste decreto prevê gabarito de até 5 pavimentos, lotes mínimos de 250m², sobretudo ao longo da Linha Verde, em duas áreas junto a Imbassaí e duas glebas junto a Areal, mais uma grande área a noroeste do limite da APA Litoral Norte. Ocupações com este padrão de fracionamento e verticalidade, maior que os referenciais ambientais, apontam para uma crescente mobilização de produção imobiliária e intensificação da ocupação, caracterizando ameaça latente de dano à paisagem com amplo prejuízo à imagem do Litoral Norte como espaço turístico.

Em seqüência, são apresentadas as Tabelas 8 a 11 – Densidades Líquidas das zonas passíveis de ocupação por atividades voltadas para o turismo. As Tabelas convertem os parâmetros urbanísticos em densidades líquidas, populacionais, construtivas e volumétricas, utilizando referenciais do mercado imobiliário para obter estes resultados. A conversão em densidades líquidas permitirá o confronto com as densidades praticadas pelos empreendimentos, a APA e a proposta no PRODETUR-BA. Estes parâmetros, assim organizados, ajudam a estabelecer correspondências entre os parâmetros urbanísticos e as densidades de um dado modo de produção, para uma dada situação paisagística.

ZONAS	ÍNDICE OCUP.	ÍNDICE UTIL.	ÍNDICE PERM.	GABAR	LOTE MINIMO	ÍNDICE ARBORIZ.	RECUOS MÍNIMOS			TESTADA MÍNIMA
							FRENTE	FUNDO	LAT	
ZUP	0,5	1,0	0,3	2	250	1/100m ²	3	3	1,5/1,5 3,0/0	9
ZUR residencial	0,5	0,8	0,3	2	300	1/100m ²	5	5	1,5/1,5 3,0/0	10
ZUR turístico	0,5	0,8	0,3	2	500	1/100m ²	5	8	2,0/2,0	14
ZEPI residencial	0,6	1,0	0,4	2	300	1/100m ²	5	5	1,5/1,5 3,0/0	10
ZEPI turístico	0,6	1,0	0,4	2	500	1/100m ²	5	8	2,0/2,0	14
ZEPII uniresidencial	0,5	1,2	0,4	3	600	1/100m ²	5	8	3,0/3,0	16
ZEPII turístico/ multiresidencial	0,5	1,3	0,4	3	2.000	1/100m ²	5	10	5,0/5,0	30
ZOC uniresidencial	0,1	0,3	0,8	3	2.000	1/50m ²	5	10	5,0/5,0	30
ZOC turístico	0,1	0,3	0,8	3	10.000	1/50m ²	10	10	10,0/ 10,0	70

Quadro 3: – Parâmetros Urbanísticos para a Rede Urbana Turística de mata de São João
 Fonte: Mídia eletrônica, PDM de Mata de São João

USO	lo	Lote Mínimo (há)	Área Ocupável (m ²)	Área Utilizável (m ²)	Gabarito (pav)	Área da unidade	Quant UH	População/unidade	População/total	População Empregada	Altura	Densidade líquida hab/há	Densidade líquida m ² /há	Densidade líquida m ³ /há
Residencial	0,5	300	150	300	2	300	1	7	7		7	233	10000	35000
Turístico	0,5	500	250	500	2	20	25	2,287	57	4,6	7	1144	10000	35000

Tabela 8: Densidades Líquidas dos Parâmetros do PDM - **ZUR**

Fonte: Elaborado pelo autor

Obs. Área da residencia unifamiliar = área utilização total.

Área da UH H de 20, em função do padrão do lote e da Zona

USO	lo	Lote Mínimo (há)	Área Ocupável (m ²)	Área Utilizável (m ²)	Gabarito (pav)	Área da unidade	Quant UH	População/unidade	População/total	População Empregada	Altura	Densidade líquida hab/há	Densidade líquida m ² /há	Densidade líquida m ³ /há
Residencial	0,6	0,03	180	360	2	360	1	7	7		7	233	12000	42000
Turístico	0,6	0,05	300	600	2	25	24	2,287	55	5,5	7	1098	12000	42000

Tabela 9: Densidades Líquidas dos Parâmetros do PDM - **ZEP I**

Fonte: Elaborado pelo autor

Obs. Área da residencia unifamiliar = área utilização total.

Área da UH H de 20, em função do padrão do lote e da Zona

0,03

USO	lo	Lote Mínimo (há)	Área Ocupável (m ²)	Área Utilizável (m ²)	Gabarito (pav)	Área da unidade	Quant UH	População/unidade	População/total	População Empregada	Altura	Densidade líquida hab/há	Densidade líquida m ² /há	Densidade líquida m ³ /há
Unidomiciliar	0,5	0,06	300	900	3	600	1	7	7		11	117	10000	55000
Pluridomiciliar e Turístico	0,5	0,2	1000	3000	3	40	75	2,287	172	17	11	943	15000	55000
Turístico	0,1	1	1000	3000	3	40	75	2,287	172	17	11	189	3000	11000

Tabela 10: Densidades Líquidas dos Parâmetros do PDM - **ZEP II**

Fonte: Elaborado pelo autor

Obs. Área da residencia unifamiliar = área ocupável x 2 pav. O parâmetro está superdimensionado

Área da UH H de 40m², em função do padrão do lote e da Zona

TABELA 13

CORRESPONDÊNCIA EM DENSIDADES LÍQUIDAS DOS PARÂMETROS DA ZOC

USO	lo	Lote Mínimo (há)	Área Ocupável (m ²)	Área Utilizável (m ²)	Gabarito (pav)	Área da unidade	Quant UH	População/unidade	População/total	População Empregada	Altura	Densidade líquida hab/há	Densidade líquida m ² /há	Densidade líquida m ³ /há
Uniresidencial	0,1	0,2	200	600	3	600	1	7	7		11	35	3000	11000
Turístico	0,1	1	1000	3000	3	70	43	2,287	98	30	14	98	3000	14000

Tabela 11: Densidades Líquidas dos Parâmetros do PDM - **ZOC**

Fonte: Elaborado pelo autor

Área da UH H de 70m², em função do padrão do lote e da Zona

Nos demais textos do sistema de planejamento encontram-se referências e menções aos aspectos paisagísticos com intensidade e ênfases diferentes: O Código de Obras, 2005, faz apenas uma alusão ao tratamento de fachada, o que significa que não existe uma orientação específica para a grande categoria de edificações que se instala no município, conformando os novos ambientes urbanos; na Lei de Parcelamento do Uso do Solo, os aspectos urbanísticos vinculados à densidade: equipamentos urbanos e comunitários, espaços verdes e abertos, relativos aos loteamentos e condomínios são remetidos para o Plano Diretor, que, como visto, faz menções genéricas; o decreto do Distrito Turístico e Ecológico da Orla, espaço que se superpõe à APA no município de Mata de São João, caracteriza dupla instância de proteção, estadual e municipal, ambos com ênfase na proteção paisagística de modo genérico, neste decreto, é destacada a proteção das margens da estrada; a Legislação Tributária institui o IPTU progressivo com os abatimentos na paisagem urbana de preenchimento dos interstícios e minimização da especulação imobiliária evitando a extensão desnecessária das redes de infraestrutura urbana, podendo evitar ônus demasiado para a gestão da cidade, forçando a ampliação do perímetro urbano; o Código Municipal do Meio Ambiente é o texto que mais intensamente faz indicações aos aspectos paisagísticos.

Este Código Municipal do Meio Ambiente de MSJ, 2005, revela uma preocupação paisagística, identificada, de modo indireto, pela importância dada à vegetação e às áreas degradadas, assim como, pela definição de Espaços Protegidos do Patrimônio Histórico-Cultural onde são relacionados “os elementos da paisagem natural e/ou construída que configuram referencial cênico ou simbólico significativo para a vida, a cultura e a imagem da Cidade e seu município”. No Capítulo deste Código que trata das diretrizes ambientais, a definição de meio ambiente, porque demais abrangente, abriga todo e qualquer aspecto, deixando de focalizar garantias de proteção aos elementos paisagísticos. Entretanto, abre-se espaço para uma argumentação favorável à preservação paisagística de proteção ao coqueiral quando trata dos perímetros das vilas de Praia do Forte, Imbassaí e Santo Antônio. O Capítulo VI, que institui espaços protegidos, é o mais importante do Código de Meio Ambiente, por meio deste, pode-se construir uma justificativa, inclusive, para o tombamento tanto das áreas de valor ambiental urbano quanto dos espaços urbanísticos: praças, quadras indígenas, e outros, assim como, as demais áreas de proteção histórico-cultural, por onde se visualiza uma brecha para a proteção do extenso coqueiral.

Dentre os instrumentos do sistema de planejamento vale comentar que no Código de Meio Ambiente causa estranheza a percepção equivocada de dissociar o coqueiral do próprio

conjunto arquitetônico a partir do qual foram geridas as atividades agropecuárias, dentre as quais a grande extensão de cultivo de coco-da-baía, o Castelo da Torre de Garcia d'Ávila. Registre-se, ainda, o destaque dado à preservação da vegetação como elemento importante de composição da paisagem podendo vir a ser assegurada a permanência do coqueiral, através de instrumento específico, relacionado ao patrimônio ambiental e cultural, pois que é alvo de enormes pressões, por remoção parcial, com a finalidade de implantação de blocos habitacionais de complexos hoteleiros.

Tratamento da densidade

No quadro de Índices Urbanísticos, para a Rede Urbana Turística, as densidades resultantes da aplicação destes parâmetros superam, em muito, as densidades estabelecidas no PRODETUR – BA.

Agrava-se a situação quando se define para a ZOC uma ocupação em área definida na APA como ZOR-E e assegura-se a possibilidade de fracionamento da terra em lotes de 2.000 m², enquanto a APA estabelece para ZOR-E o fracionamento em glebas de 20 ha. Mesmo considerando as altas densidades projetadas para as vilas de 25 a 70 unidades de comércio e serviço por hectare, supera-se este padrão em algumas zonas como detalhado acima nas Tabelas 8 a 11.

Tratamento da paisagem

As condições para a preservação da paisagem estão colocadas nos textos que compõem a legislação municipal, especialmente o Código de Meio Ambiente. O texto deixa entrever grandes possibilidades preservacionistas, mas, não se pode dizer ser um texto afirmativo. O tratamento, portanto, é generalista e não está apoiado em estudos específicos sobre a paisagem.

A Lei do Plano Diretor confronta com o ZEE da APA introduzindo a ZOC – Zona de Ocupação Controlada que eleva o gabarito para 3 pavimentos, em áreas próximas ao cordão litorâneo, iniciativa contraditória, porquanto também passa a recomendar o plantio de árvores, estabelecendo uma relação mínima de árvores por m², como pode ser observado na tabela de parâmetros para a rede urbana turística.

A estratégia de resolver a questão da inserção de conjuntos edificados com vegetação arbórea é uma expectativa que, inclusive, altera a composição original da paisagem com indução à utilização de outras espécies, tendo em vista que o porte arbóreo, para proteger edificações com três pavimentos, supera a altura de máxima de 8m da vegetação de restinga. Dado que a vegetação é dos elementos mais característicos da área de restinga, este será um encaminhamento danoso à preservação da identidade do lugar.

A angústia da falta de domínio do significado pleno do disposto no parâmetro urbanístico com relação ao que se manifesta enquanto relação de volumes coloca o resultado do planejamento como algo intangível e insuspeito. – planta-se, mas não se tem bem certeza do fruto que vai produzir – o resultado do planejamento passa a ser algo imponderável. Trata-se, na verdade, de um equívoco metodológico que nos coloca a raciocinar o espaço como uma abstração de números sem o controle do resultado da modelagem que se está construindo.

O padrão de ocupação da terra disciplinado pelos instrumentos APA e PDM, embora façam referência à paisagem como um recurso a ser protegido, não estabelecem parâmetros a partir de um planejamento ambiental que privilegie a paisagem, tanto como condicionadora de práticas sócio-espaciais, elemento estruturante da atividade turística, quanto como repositório de significados sócio-simbólicos. A condição desta prática que isola e não compreende a participação de cada elemento constitutivo na composição, como parte de um todo, que ganha a condição de totalidade pela conjunção de partes que concorrem na paisagem, leva a estranhos resultados.

5.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo chega-se à temporalidade do fato observado no Litoral Norte, o período de integração de mercados. Aprofunda-se nos instrumentos de planejamento e regulação incidentes para responder à segunda questão de pesquisa, que trata de como se insere o setor de turismo nas políticas públicas de ordenamento do território, nos instrumentos regulatórios e na sustentabilidade do Centro Turístico Forte-Sauípe.

O território se transforma com a implantação da rodovia BA-099 – Linha Verde – e com o planejamento do espaço para as atividades voltadas para o turismo pelo PRODETUR-BA e PDITS. O território tem peculiaridades da paisagem natural e cultural que o confirmam como especial para o desenvolvimento do turismo. No período de integração ao mercado mundial, Estado e corporações internacionais ajustam os interesses no desenvolvimento do turismo num

padrão direcionado ao mercado mundial. Praia do Forte e a região passam a constar nas listas de espaços preferidos de turistas nacionais e internacionais. A dinâmica da atividade e a garantia do ciclo de vida do destino turístico dependem da regulação do uso e ocupação do solo. Estes instrumentos de regulação, APA e PDM, como se constata nos resultados ambientais e nos efeitos sobre a paisagem, dependem de outros recursos e aprimoramento, pois a concepção inicial colocada no PRODETUR-BA e ratificada no PDITS parece estar se desvirtuando, com a ameaça da transfiguração da paisagem no caso da implantação de empreendimentos com as características dos que já se encontram em operação. Uma avaliação dos parâmetros que estão sendo aplicados, ainda que corretos, em relação aos instrumentos de regulação vigentes, é necessária, para subsidiar decisões quanto aos rumos do turismo que se pretende para o Litoral Norte da Bahia, em tempo, antes que os projetos saiam do papel.

6 TERRITÓRIO E TURISMO, PAISAGEM E SUSTENTABILIDADE NO CENTRO TURÍSTICO FORTE - SAUÍPE (1986 - 2007)

Neste capítulo chega-se ao território, à área de estudo onde as políticas públicas do ordenamento do território ganham concretude. Conclui-se a análise das escalas de aproximação, com clareza sobre a construção deste objeto e as influências na sua formatação, explicitadas pelo desenrolar das políticas públicas, nos dois períodos - desenvolvimentismo e período de integração de mercados -, fechando esta avaliação espaço-temporal da área de estudo da dissertação. Buscando o conhecimento estruturado da paisagem de modo a subsidiar as análises das relações entre densidade e paisagem como parte da construção da resposta à terceira questão de pesquisa, foi elaborado o Estudo da Paisagem e da Imagem do Centro Turístico Forte-Sauípe, apresentado na seqüência do desenvolvimento deste capítulo.

6.1 ANTECEDENTES

Antes avançar com a análise do contexto do Centro Turístico vale ressaltar que no Centro Turístico Forte-Sauípe encontra-se o caso de referência, que exemplifica uma gestão de turismo consensuada como de sustentabilidade, ou, o que mais se aproxima dessa condição: o Complexo Turístico da Praia do Forte, em terras de propriedade do empresário Klaus Peter, de ascendência alemã, a antiga Fazenda Praia do Forte, com 30mil ha, adquirida ao final dos anos 70, envolvendo a vila de pescadores, vila da Praia do Forte, e as ruínas do Castelo da Torre de Garcia d'Ávila.

Com a visão do empresário, além do empreendimento Praia do Forte Ecoresort foi criada a Fundação Garcia d'Ávila - FGD, para planejar e gerenciar o desenvolvimento da área, que veio a implementar uma estratégia para o desenvolvimento de longo prazo com políticas claras, como informa Suarez. A política de atração de ONGs, criação de reservas e outras ações ambientais resultaram na doação de áreas para: o Projeto de Preservação da Tartaruga Marinha – TAMAR, do Instituto Baleia Jubarte, a Constituição da Reserva Sapiranga com 600 ha, o Quarentenário e Centro de Reprodução da Arara Azul, dentre outros. A política de manutenção da vila de pescadores e outras políticas e ações sociais resultaram: na doação dos terrenos da vila aos pescadores, sob a condição de preservação familiar dos mesmos, da Creche, e, na captação de recursos para os programas de lavanderia e horta comunitária, de planejamento familiar, de Guias Mirins, de Interpretação do Patrimônio, de Educação Ambiental, de Conscientização Turística, de Ensino Supletivo com vistas à formação da mão de obra para a hotelaria local, dentre outras ações. As políticas e ações de preservação e desenvolvimento do patrimônio resultaram: na captação de

recursos para o restauro das ruínas do antigo Castelo da Torre de Garcia D'Ávila, constituindo um importante ponto de visitação da área e na articulação do PRODETUR e viabilização da implantação da infra-estrutura de saneamento, pavimentação e iluminação (SUAREZ, 2007, p. 81-82).

A FGD exerceu a regulação do ordenamento do território na vila e no seu entorno, definindo o ordenamento urbanístico, participando do processo de licenciamento juntamente com a Prefeitura Municipal. Esta condição proporcionou a preservação do patrimônio urbanístico da Vila de Praia do Forte com conservação do traçado urbanístico original, com a manutenção dos proprietários nativos e da escala dos edifícios; garantiu a proporção do conjunto, assegurou o desenvolvimento integrado do patrimônio ambiental e social de toda a região, até as imediações da vila de Imbassaí, ou seja, em metade da área desse Centro Turístico. Enfim, o papel que a FGD exerceu, e exerce, é de forte regulação criando o mais aproximado exemplo do que pode ser uma gestão territorial do turismo sustentável.

Como foi constatado em outros casos de desenvolvimento do turismo internacional, a forte regulação “possibilitou a manutenção e desenvolvimento de bens públicos naturais e culturais, como viabilizou o desenvolvimento dos mesmos como atrativos turísticos”. São resultados extraordinários também a manutenção da vila dos pescadores impedindo os processos especulativos, preservando-a e ao mesmo tempo desenvolvendo-a, integrando nativos às oportunidades geradas pelo turismo, assim como foi a seletividade dos adquirentes de outras áreas da fazenda, reunindo aqueles interessados em estratégias de crescente qualificação. A experiência turística é interessante, não apenas no Praia do Forte Ecoresort, mas a estadia em Praia do Forte, qualquer que seja a categoria do meio de hospedagem (Ibidem, p.81- p.82).

A Vila de Praia do Forte dentre as que se situam no lado leste da Rodovia é a que tem estrutura urbana mais desenvolvida com um conjunto de arruamentos no núcleo central e loteamentos contíguos ao núcleo urbano cuja ocupação se intensifica aceleradamente. As edificações, no núcleo urbano, se caracterizam por um padrão construtivo de baixo a normal, edificações de pequeno porte, casas de dois pavimentos e térreas, predominantemente, com pequeno ou nenhum recuo frontal e lateral, com testadas de 5 a 10m de largura, algumas ainda menores, com aspecto de edificações rurais, outrora ocupadas por pescadores e, hoje, transformadas em lojas, restaurantes, bares, empreendimentos diversos de apoio ao turismo.

A substituição de usos na vila foi radical a partir do ano 2002 quando foi implantada a urbanização de Praia do Forte. De uso predominantemente habitacional passa a comercial e de

serviços, alterando o caráter da vila com a introdução de elementos de sinalização e promoção do comércio, de acordo com as regras estabelecidas pela FGD, criando uma nova feição, após a intervenção de urbanização que preservou os elementos essenciais que permitem reconhecer a vila de Praia do Forte, pós advento do turismo.

Nos loteamentos situados em áreas contíguas ao núcleo urbano são construídas edificações de padrão urbano, médio a superior, com aspecto de residências urbanas adequadas a lotes médios de 450m², observando recuos laterais, frontais e de fundo, com dois pavimentos, conforme, também disciplinado pela FGD. Até o início dos anos 2000 as transformações não haviam alterado tanto os usos dos imóveis, cuja transformação maciça em instalações comerciais, embora não rompa com a configuração urbana estrutural, introduz símbolos e ícones relacionados aos negócios e serviços turísticos, transformando o caráter do lugar.

O empreendimento Praia do Forte Ecoresort, como caso de sucesso, inspirou a concepção do PRODETUR-BA que extrai relações importantes, que são transpostas como padrão do desenvolvimento do turismo para todo o Centro Turístico: a proporcionalidade de leitos hoteleiros e imobiliários na proporção de 2:1, a área da gleba que viabilizasse empreendimento do mesmo porte, definido como padrão o fracionamento da terra em 20 ha; o gabarito de altura da edificação correspondendo à copa dos coqueiros, um padrão definido pela FGD. Entretanto, como a visão adequada não se determina apenas por normatização, a visão do empresário também direcionou os elementos construtivos e o partido arquitetônico e urbanístico do empreendimento hoteleiro na direção da utilização de linguagem arquitetônica e materiais construtivos tradicionais, organizando-o com um arranjo espacial que se caracteriza por uma seqüência de segmentos conectados e implantados com variação de ângulos entre si, que tanto privatiza as visuais das varandas dos apartamentos quanto dá a sensação de organismo a esgueirar-se por entre o coqueiral evitando-lhe o confronto. A escala da paisagem tem preponderância sobre a volumetria da edificação, os elementos de maior destaque: lobby, restaurantes, outros espaços comuns, são compostos por estruturas de palha e madeira roliça, materiais típicos das palhoças e vilas dos pescadores, mas ricos no espaço produzido pela arquitetura no mais arrojado da técnica.

A experiência do Praia do Forte Ecoresort pode ser replicada, não como cópia, mas como acerto nas escolhas, nas escalas, na concepção dos arranjos, na linguagem da arquitetura,

elementos que por certo garantem, apesar do tempo e da chegada de outros empreendimentos ao Centro Turístico, a maior taxa de ocupação e as mais altas diárias praticadas.

6.2 TERRITÓRIO E TURISMO NO PERÍODO DE INTEGRAÇÃO DE MERCADOS NO CENTRO TURÍSTICO FORTE-SAUÍPE

6.2.1 Contexto socioeconômico e ambiental no período de integração de mercados no Centro Turístico Forte – Sauípe

O Centro Turístico Forte-Sauípe situa-se integralmente no município de Mata de São João, corresponde a toda a orla deste município que se estende por 35 km de cordões duna e praias com coqueiral ainda denso, com formações lagunares extensas, formadas entre os terraços marinhos baixos e altos, ora mais alargados ora mais estreitos, como caracterizado no Capítulo 4. Esta faixa litorânea corresponde ao definido no PDM como a rede urbana da orla marítima uma realidade distinta do restante do município que preserva qualidades do ambiente rural, interiorano.

Aspectos políticos e econômicos

A dimensão econômica do Município de Mata de São João, avaliada a partir da conjunção dos indicadores Renda Per Capita e Desempenho Econômico, foi enquadrada como o Caso-tipo: *“Economias pouco produtivas com bom esforço arrecadador”*²⁶

A baixa dinâmica econômica na região é um fato. O dinamismo trazido pelo turismo está bem localizado na rede urbana da orla, nas vilas de: Praia do Forte, a primeira a ser impactada com essa atividade, Imbassaí, também já bastante integrada, e Diogo que tem menor integração devido, imagina-se, ao distanciamento da sua localização em relação ao mar. As demais vilas e localidades da rede urbana da orla situadas a oeste da Linha Verde refletem os desdobramentos do que ocorre no lado leste da rodovia, apresentando adensamento populacional com expansão da área ocupada no padrão de carência total de infra-estrutura, água, esgoto, destino de resíduos sólidos, pavimentação e drenagem, infra-estrutura sanitária em grande número de unidades habitacionais. Embora não destacado acima, esse quadro em menor proporção também é encontrado nas áreas acrescidas nas vilas de Imbassaí e Diogo.

²⁶ As dimensões econômicas, sociais e ambientais da forma como enquadradas resultam de consultoria contratada à Terraplan pela Secretaria de Cultura e Turismo para caracterizar especificamente os municípios do Pólo Salvador e Entorno, em 2002.

Os grandes empreendimentos, à exceção do Praia do Forte Ecoresort e Costa do Sauípe situados nos extremos sul e norte do Centro Turístico, estão localizados nos interstícios entre as vilas do Centro Turístico. Todos estes, à exceção do Ecoresort praticam a modalidade da visita no padrão de resort fechado²⁷ que não aproxima os turistas das vilas nem proporciona trocas com a comunidade, um modelo que se integra fracamente à economia local.

Aspectos sociais e populacionais

A dimensão social do município, a partir da conjunção dos indicadores mortalidade infantil, baixa renda e mortalidade funcional, foi enquadrada no Caso-tipo 6 – “*Condições Sociais Regulares*”.

No ranking dos municípios do estado, Mata de São João se situa no 31º lugar no IDS (Índice de Desenvolvimento Social) e no 24º lugar do IDE (Índice de Desenvolvimento Econômico), a terceira posição entre os municípios que integram a Costa dos Coqueiros, abaixo de Camaçari e Lauro de Freitas (SEI/SEPLANTEC/BA, 2001). Enquanto o município apresenta taxa de crescimento médio de 0,72% (1991/2000), para o crescimento populacional, específico da orla de Mata de São João, o PDM aponta uma expansão demográfica concentrada na orla a uma taxa média em torno de 8%a.a.. A taxa de crescimento de Açú da Torre é a mais significativa, de 10,53%a.a., esta, certamente reflete que essa localidade absorveu a população que se deslocou visando a inserção nas atividades voltadas para o turismo e que não tem condições de residir na orla pelas dificuldades de acesso à terra e à habitação (PDM, 2004, p.22).

A disparidade da densidade populacional do lado leste e oeste da Linha Verde, explica geograficamente onde este crescimento populacional se localiza. As densidades no intervalo de 2,2 a 4,4 hab/km² a leste e de 12,9 a 21,9 hab/km² a oeste, evidenciam que o impacto do adensamento populacional verifica-se do lado oeste com o crescimento das vilas de Açuzinho, Quintas do Castelo, Açú da Torre, Campinas, Malhada e Barro Branco/Sucuiu (Ibidem, 2004, p.22).

Os avanços com a introdução da economia do turismo não são suficientes para amenizar a situação de pobreza encontrada nas vilas turísticas e nas localidades: baixos níveis

²⁷ Resort fechado - aquele cujas atividades não estão programadas, todas, para serem realizadas dentro das instalações do meio de hospedagem, sem troca direta com a comunidade.

socioeconômicos e baixos padrões sociais e educacionais, além das características da produção local, com baixa profissionalização e incapacidade de investimento, constituem-se em impedimentos para maior integração à economia do turismo.

O fluxo continuado de população em direção às oportunidades de renda no Litoral Norte com as ocorrências de ocupação em áreas de APP e outros espaços protegidos, faixas de domínio e áreas desocupadas, vão configurando, para um horizonte próximo, o alastramento da mancha de ocupação subnormal, com provável comprometimento do negócio turístico. *Vide 8: Estudo da Progressão da Ocupação do Centro Turístico Forte-Sauípe.*

Aspectos Ambientais

A dimensão ambiental do município, a partir da conjunção dos indicadores de Esgoto, Lixo e de Pressão Antrópica, foi enquadrada no Caso-tipo 4 – “*Municípios com Pressão Antrópica muito Alta com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos*”.

Os elementos do meio ambiente, potenciais para o desenvolvimento da região, estão centrados no patrimônio natural que se compõe das mesmas características regionais: coqueiral, dunas, cordões duna; mas, se apresentam, nesse trecho, com peculiaridades ambientais como as grandes lagoas formadas nesta área que são utilizadas como suprimento de água e fonte de sustento e a formação de recifes de corais e algas que se apresentam na Praia do Forte. Este diferencial favoreceu, por certo, à implantação da vila de pescadores neste local, porque praia mais confortável, em função da diminuição da ação das ondas e formação de piscinas naturais. Os recifes da Praia do Forte encontram-se em estágio de recolonização e desenvolvimento, perceptível pela presença de algas vermelhas, apesar de manifestarem aspecto de degradação, pois que são muito sensíveis ao pisoteio. Os elementos da paisagem cultural são significativos em dois sentidos: primeiro, o patrimônio que representa o Castelo da Torre de Garcia d'Ávila, protegido por tombamento; o segundo elemento que enseja cuidado são as ocupações tradicionais em localização privilegiada, nas proximidades do mar, vilas cuja substituição de uso pode corresponder também à substituição dos imóveis vindo a descaracterizar as localidades e resultar na perda de um importante diferencial.

No trecho Forte-Sauípe se concentram ameaças à degradação urbana e ambiental provenientes essencialmente de novas ocupações, sejam ocupações formais ou informais, da agropecuária e do extrativismo vegetal. Dentre os principais problemas detectados, a ocupação afeta um dos mais característicos e mais frágeis ambientes, as áreas úmidas, com diversos

tipos de manifestação do dano: o aterro e a contaminação por esgotos domésticos ligados à urbanização, à modificação do fluxo hídrico, principalmente pela construção de estradas. Nos rios são observados impactos de usos agroindustriais, impactos urbanos da crescente atividade turística e da ocupação desordenada: esgoto doméstico não tratado e lixões; remoção da cobertura vegetal nativa, a alteração de relevo, a desnudação do solo, a erosão e alteração na qualidade da água. A Foto 7 exemplifica o desconhecimento ou o descaso com os sistemas ambientais além da falta de rigor estético na concepção do elemento de travessia sobre a área de baixio do empreendimento Reserva Imbassai.



Foto 7: Reserva Imbassai, intervenção para travessia da área alagadiça e ponte.

Fonte: Acervo Gestor da APA

A oportunidade de realização do crescimento econômico com desenvolvimento sustentável depende da concorrência de muitos fatores para valorizar opções que privilegiem as características ambientais, os valores identitários e a integração da população com oportunidades de inserção na economia do turismo. Neste Centro Turístico e em outros exemplos de desenvolvimento liderado pelo turismo, as condições de crescimento e desenvolvimento sustentável aproximam as questões territoriais, ambientais e socioeconômicas na gestão, com toda a complexidade de atores e de interesses.

A experiência da Praia do Forte mostra a importância da regulação do desenvolvimento por meio de forte mecanismo de supervisão dos eventos que chegam ao território, nesse caso exercido pela FGD. O desenvolvimento de mecanismos participativos pode ser outro caminho para uma gestão territorial exitosa, pois que, como referido no PDM:

O desenvolvimento turístico sustentável da faixa litorânea do município é o grande desafio e oportunidade para uma mudança substancial – melhoria – da estrutura sócio-econômica do município (PDM, 2004, p.40).

6.2.2 Gestão do território e turismo no período de integração de mercados no Centro Turístico Forte – Saúipe

Políticas governamentais

As políticas serão analisadas nas três esferas: federal, estadual e municipal e contemplam o planejamento e as ações efetivas de gestão do território.

Planejamento

Os planos do Governo Estadual para a orla do Município de MSJ constam do Plano de Ação do PDTIS do Pólo Salvador e Entorno, conforme mostra a tabela a seguir. Foram hierarquizados por prioridade, valorizando a gestão e capacitação turística da área, a implantação de projetos relacionados à melhoria da infra-estrutura e da urbanização de Imbassaí e Praia do Forte, e, a ligação viária Sede do município/Orla, esta, na prioridade B do PRODETUR-NE II. Destaque-se que o menor recurso alocado refere-se a uma prioridade de alcance em todo o Centro Turístico: o desenvolvimento de estudos para definição da capacidade de suporte da região para o turismo, ainda que tardios.

PRIORIDADE A	
Projetos e Ações	US\$
• Urbanização e Drenagem Pluvial de Imbassaí	1.800.000
• Estudo sobre Capacidade de Suporte da Região para o Turismo	40.000
• Elaboração e Implantação de PRAD da ETE de Praia do Forte	50.000
• Implantação do Sistema de Abastecimento de Água em Imbassaí	385.000
• Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário em Imbassaí	385.000
• Acesso a Praia de Saquinho em Praia do Forte	2.000.000
Sub-Total A	4.660.000
PRIORIDADE B	
• Levantamento e Estudo sobre as Manifestações Culturais do Município	50.000
• Criação de Estacionamento Periférico em Imbassaí	20.000
• Urbanização de Praia do Forte – 3ª Etapa	600.000
• Projeto de Padronização das Barracas de Praia	30.000
• Melhoria da Rodovia entre a Sede Municipal e Litoral	3.000.000
Sub-Total B	3.700.000
TOTAL	8.360.000

Tabela 12: Projetos e Ações para o Município de MSJ (PDITS-Polo Salvador e Entorno).
Fonte: SETUR, BA – SUINVEST.

Os Planos municipais para o turismo, constantes do PDM, propõem a ligação Sede/Orla através de estrada parque com o objetivo de ampliar o alcance da dinâmica do turismo

concentrada no litoral. Outros planos específicos para o turismo constantes do PDM envolvendo as atividades esportivas estão direcionados para outras áreas do município fora do Centro Turístico, assim como as sugestões neste PDM para projetos estruturantes não focalizam a orla do município.

Para o alinhamento do planejamento e das iniciativas das esferas municipal e estadual foi criado o Fórum Estadual de Turismo, mas existe carência de planejamento setorial para definir ações integradas com o planejamento estadual, uma dificuldade que está relacionada com a estrutura das secretarias municipais que contam com equipe reduzida, poucos equipamentos e baixo orçamento próprio.

Para a iniciativa privada, o modelo idealizado pelo PRODETUR-BA, aplicado ao Litoral Norte, define para o Centro Turístico Forte-Sauípe: 3 Complexos Hoteleiros, então denominados Praia do Forte, Velho Nambu e Sauípe; 4 vilas turísticas, 02 novas vilas projetadas no PRODETUR-BA, incorporadas ao ZEE da APA do LN como Zonas de Vilas Turísticas entre Praia do Forte e Imbassaí e, na proximidade da vila de Santo Antônio, entre Imbassaí e Porto Sauípe, além das localidades de Imbassaí e Praia do Forte. Para estes complexos hoteleiros foram concebidas densidades de 10 a 15 leitos por hectare, e de 25 a 70 unidades de comércio por hectare, nas vilas turísticas. Os aspectos relativos à densidade foram tratados no Item 5.2: Ações Específicas de Regulação. A concepção do PRODETUR-BA para o Centro Turístico Forte-Sauípe está representado nos Mapas 7 e 8: Centro Turístico Praia do Forte a Imbassaí e Imbassaí a Sauípe. *Vide* Anexos 5 e 6. A confrontação dos processos em implantação com o planejado revela cada vez mais o distanciamento do CT que se conforma, mas, a insatisfação geral com os resultados da prática, ao longo dos últimos anos, indica a revisão e retomada de posições anteriores.

A situação fundiária com poucos proprietários detentores de fazenda com fachadas litorâneas favoreceu a oferta de grandes glebas para os empreendimentos de porte. A legislação de parcelamento (Lei 6.766), não aplicável a formações de empreendimentos que intensificam do uso e ocupação do solo que não se enquadrem como loteamento deixa para o nível dos condicionantes do licenciamento as contrapartidas em área para dotação de infraestrutura municipal: escola, área urbanizada, áreas verdes e sistema viário. A mudança do padrão de uso do solo – de atividade rural para a de intensiva ocupação -, é realizada com a segregação de grandes extensões de glebas com acesso exclusivo para os usuários do

empreendimento, impedindo o trânsito pela rede de caminhos e servidões constituídas pelas práticas sócioespaciais da comunidade.

Ações efetivas de gestão do território

A gestão do território, necessariamente, passa pela gestão participativa com decisões compartilhadas nos espaços de representação social. O Estado tem suas próprias instâncias de participação com forte presença local. Em função da atividade turística, foi criado o Fórum Estadual de Turismo, que congrega os Conselhos dos Pólos Turísticos, estes, constituídos pelas representações locais onde a participação popular tem espaço direto por meio das Câmaras Técnicas. A outra instância estadual de participação é o Conselho Gestor da APA do LN com reuniões regulares e itinerantes. (PDITS, 2004).

A estrutura do governo municipal conta com: a Secretaria de Cultura e Turismo, o Conselho Municipal de Turismo, a Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente e o Conselho de Meio Ambiente, mas, a ausência de ferramentas de gestão e planejamento leva à fragilidade da defesa sócio-ambiental, com pouca ou nenhuma fiscalização, e à inoperância desses Conselhos (Ibidem, 2004).

O município de Mata de São João tem legislação que obriga a participação da comunidade nas definições dos investimentos e o governo municipal afirma manter a sua comunidade informada acerca, tanto das prioridades de investimentos, quanto dos resultados alcançados. O fato é que a gestão do território turístico é complexa, com muitos atores e interesses envolvidos, sendo que, as deficiências da gestão sustentável do turismo, as que mais comprometem, estão nos entraves institucionais e no permanente questionamento da qualidade da participação.

No âmbito da iniciativa privada o baixo associativismo acaba por estabelecer o menor preço como regra de mercado desfavorecendo a todos com menor rentabilidade, rebaixando a qualidade dos serviços e restringindo o crescimento das atividades voltadas para o turismo, quando o estímulo à cooperação é fundamental para agregar vantagens competitivas.

Ações privadas

Ao final da década de 90, foi iniciada a implantação do Complexo Costa do Sauípe, que compõe com o Praia do Forte Ecoresort as duas âncoras, norte e sul, do Centro Turístico. Esta área se valoriza exponencialmente e concentra os maiores investimentos em hotelaria e em empreendimentos imobiliários, associados. A partir da fase de consolidação do empreendimento Costa do Sauípe, Dezembro de 2000, as iniciativas imobiliárias que compunham o portfólio de empreendimentos desta iniciativa empresarial vão sendo sequencialmente lançadas no mercado. A peculiaridade destes empreendimentos está no alto valor agregado destes produtos e na confirmação da integração internacional e nacional deste território, com alto índice de adquirentes estrangeiros e de outras regiões do país, especialmente do Centro-Sul.

O interstício entre Praia do Forte e Sauípe já foi adquirido por corporações multinacionais de origem portuguesa e espanhola, predominantemente. Além do Praia do Forte Ecoresort e os empreendimentos do Complexo Costa do Sauípe, mais dois empreendimentos hoteleiros, recentes, já implantaram uma primeira etapa, estreando o padrão de ocupação definido nos instrumentos regulatórios, ZEE e PDM. Configura-se como uma tendência a pressão por ocupação dos ambientes dos terraços marinhos baixos e cordões duna, definidas no ZEE como Zona de Proteção Visual, configurando conflitos e preocupações com o curso deste Centro Turístico que pode vir a ser prejudicado, no caso de absorção destas pressões, pelo Estado.

O município de Mata de São João concentra o maior número de investimentos em projeto, iniciativas capitaneadas por investidores internacionais, caracterizando uma situação típica do modo de organização do período de integração das economias ao mercado mundial.

O planejamento estadual para o desenvolvimento do turismo é efetivo, mas na escala local carece de apropriar-se das questões que comprometem a qualidade urbano-ambiental do território. A alta degradação dos recursos naturais, a ocupação de espaços de valor paisagístico, pelo significado e contribuição à identidade do lugar, são alguns indicadores da carência de utilização adequada dos instrumentos de planejamento e gestão na escala urbanística, necessários para valorizar a experiência do residente e do turista, assegurando a qualificação dos espaços urbanos, em transformação.

6.2.3 Efeitos sobre o ambiente e paisagem no período de integração de mercados no Centro Turístico Forte – Sauípe

Resultados socioeconômicos

A resposta empresarial ao planejamento é intensa, concentrada no espaço do Centro Turístico Forte-Sauípe, estendendo-se a áreas mais ao norte. A projeção do incremento do fluxo turístico, a uma taxa moderada, no período 2006 a 2019, é de 4,8% para o Estado, com permanência média do turista de 7,6 dias. Isto se rebate diretamente no Litoral Norte tendo em vista os números apresentados de empreendimentos em elaboração (PDITS, 2004).

A forte correlação entre os processos econômicos e sociais ganha evidência quando avaliado os efeitos sociais da implantação dos complexos hoteleiros no território do CT. Levantamento populacional ainda não divulgado, elaborado sob a responsabilidade do SEBRAE para o empreendimento Reserva Imbassaí, indica o crescimento populacional das localidades de Barro Branco e Sucuiu, em frente ao empreendimento Reserva Imbassaí, do lado oeste da rodovia BA-099, de 68% no último ano²⁸. À frente de cada empreendimento, a atração do emprego e da oportunidade de renda vai rebater-se para o lado de fora da “bolha turística”, como uma nucleação que surge ou que cresce fora do compasso do seu ritmo histórico. No Anexo 7, encontra-se um exercício de progressão da ocupação em Praia do Forte de 2003 a 2020. A correlação entre densidades e processos sócio-espaciais fica assim bem representada.

Os resultados sócio-econômicos diretos dos empreendimentos turísticos, para a população, entretanto, dependem de apoio efetivo para superação do grande distanciamento sócio-econômico e cultural, apoio objetivo ao crédito, devido à incapacidade de investimento em que se encontra a população nativa, à capacitação orientada para o empreendedorismo relacionado com a prestação de serviços turísticos e com a produção e o artesanato visando ao mercado turístico.

Efeitos ambientais

Como efeito dos danos ambientais vinculados aos grandes empreendimentos verifica-se, diretamente, a transformação da paisagem local pelo modo extensivo e intensivo de ocupação. Indiretamente, estes empreendimentos afetam o ambiente pelas pressões populacionais que

²⁸ Informação obtida através de representante da Prefeitura de Mata de São João

chegam aos territórios turísticos pela atratividade que exercem os grandes empreendimentos. Instalam-se formando nucleações urbanas em condições precárias, com grave efeito sobre o manguezal, com registros de ocupações em outros tipos de APPs, aterrando áreas úmidas, lançando lixo e esgotos domésticos, sem tratamento de efluentes. Em razão das características de fragilidade geo-ambientais, caracterizadas no item 4.1, o comprometimento dos aquíferos e lençol freático é rápido e fácil, expondo a grande vulnerabilidade desse ambiente.

O PDM elenca as categorias de dano ambiental a que o território está submetido: supressão da vegetação, corte da restinga, corte dos manguezais, corte da floresta ombrófila densa, corte da vegetação ciliar, danos nas encostas/taludes, danos nos corpos líquidos, perturbação às áreas de desova de tartarugas marinhas, disposição inadequada de lixo, retirada de areia, arenoso e argila, os quais refletem diretamente na paisagem, sendo que, a transfiguração da paisagem está também associada às novas e intensivas ocupações formais e informais.

Efeitos territoriais

O território entre o mar e a Linha Verde, em toda a extensão do Centro Turístico, está comprometido com empreendimentos hoteleiros e residencial hoteleiros. A proporção dos negócios turísticos e imobiliários necessita de controle efetivo, pois uma ocupação com predominância de segundas residências resultaria numa transformação radical, do território e da paisagem, sem a contrapartida da instauração de uma dinâmica econômica continuada, que respondesse com reciprocidade ao investimento estadual e municipal. Principalmente, postergaria a possibilidade de desenvolvimento deixando como saldo a mobilização inicial para a construção dos imóveis e os problemas sociais característicos: os não inclusos no processo, os que se abrigam em espaços protegidos e o inchamento da ocupação das localidades fora da “bolha turística”, acentuando as dificuldades existentes, sem contribuição para a redução dos efeitos da sazonalidade que caracteriza esta atividade.

A população residente e nativa é fortemente impactada, como já comentado nos Capítulos 4 e 5 pela substituição do regime de uso das propriedades litorâneas, que passam de fins rurais para fins turísticos. O novo uso altera a relação de acessibilidade à terra, passando de territórios integrados à vida das comunidades a territórios excluídos para os não usuários dos projetos turísticos, implicando em desestruturação das relações sócioespaciais e das práticas produtivas, mesmo que artesanais e extrativistas, com impedimento para: obtenção de

palha para o artesanato, mariscagem, obtenção de frutos, então acessíveis, quando vigia o regime de propriedade rural. Com o regime de uso para o turismo, exclusivo para um público específico, a impossibilidade de uso dos acessos tradicionais impõem a exclusão assegurada por forte esquema de controle do novo negócio instalado ou pelas grandes distâncias a percorrer que afrontam a racionalidade, caracterizando a opressividade da estrutura sobre as relações socioespaciais.

Da maneira como o turismo está se organizando, de padrão internacional, impondo seus valores e modo de organização sobre uma estrutura sócio-ambiental e urbana delicada e ao mesmo tempo frágil, percebe-se que esta já se encontra cingida com os poucos empreendimentos instalados. Na continuidade deste processo parece ser inevitável o seu desmantelamento quando se atenta para os aspectos da acessibilidade territorial e aos recursos, a convivência com a disparidade cultural e de consumo, bem como com a introdução do conjunto de estruturas necessárias à realização deste negócio.

As vilas de Imbassaí e Diogo diferentemente da vila de Praia do Forte estão sendo reorganizadas, cada uma com suas singularidades, mas também similaridades. Na vila de Imbassaí, de ocupação mais desordenada e com alto comprometimento ambiental, tem seu centro ocupando os cordões duna, as áreas de APP às margens do rio Imbassaí. Teve acentuada expansão da ocupação urbana com o advento do turismo no início da década de 90 e se caracteriza mais pelo turismo regional e nacional. De aspecto muito diferenciado da vila de Praia do Forte não apresenta uma trama urbana ordenada formando um centro de vila. O conjunto de casas de nativos nas imediações do rio é referido como o centro da vila de Imbassaí que, de fato, se estrutura a partir de um eixo viário principal em forma de U, que penetra da Linha Verde em direção ao rio/mar e retorna saindo a 800m adiante na BA-099. Pousadas de médio e pequeno porte proliferam com acesso pelo eixo principal de circulação e por arruamentos que vão se formando com o crescimento da vila e, no loteamento implantado em período anterior, que com o surto do turismo vem sendo ocupado. São edificações de dois pavimentos, construções recentes que agregam elementos construtivos artesanais que lhes confere maior proximidade com uma linguagem bucólica e ao mesmo tempo simples.

A vila de Diogo tem situação peculiar, pois dista do mar, separada por grandes formações de dunas. Tal como Imbassaí se estrutura em função de eixo viário que acessado pela BA-099 a ela retorna num outro ponto mais distanciado. São construções muito simples, predominantemente térreas, que se inserem no turismo, como oferta de opções de

restaurantes. As pousadas são em muito menor número e muito mais simples que o padrão de Paria do Forte e Imbassaí, caracterizando uma hierarquia entre as vilas da rede urbana da orla situadas no lado leste da rodovia.

Efeitos sobre a paisagem

Via de regra, as novas paisagens são impostas ao invés de serem integradas. As imagens aéreas falam por si. A insistência em implantar as edificações sobre o cordão dunas, a falta de preocupação com a tipologia arquitetônica, insere conteúdos desconexos com o lugar, que prejudica tanto o resultado do complexo turístico, como um todo, quanto compromete o próprio negócio, que não guarda fidelidade com os elementos culturais do território que motivou a viagem, e o próprio investimento. Isto leva à desconfiança do sucesso do turismo, pois que, nos casos dos meios de hospedagem recém implantados, estes acontecem à margem do componente identitário regional, prevalecendo, apenas, as condições climáticas, como diferencial valorizado, e a lógica de acumulação descompromissada com o território.

Os distintos arranjos espaciais têm significativo efeito na inserção da edificação na paisagem, bem como contribuem para maior ou menor presença no conjunto paisagístico.

Foto 8



Foto 9



Fotos 8, 9: Arranjos espaciais: P. do Forte Ecoresort e Iberostar.
Fotos: Mídia Eletrônica, Google Earth, 5/03/2008.

Foto 10



Foto 11



Fotos 10, 11: Arranjos espaciais: Reserva Imbassaí, Costa do Sauípe.
Fotos: Mídia Eletrônica, Google Earth, 5/03/2008.

A transformação se evidencia com algumas inserções insuspeitas na paisagem: alcances visuais inimaginados, revelados com a insurgência de construções que surpreendem quando os primeiros projetos ganham concretude; a obstrução da circulação no espaço, tradicionalmente acessível, impondo restrições e construindo novas relações espaciais a partir de novos roteiros de deslocamento, antecipando efeitos de uma densificação anunciada.

O coqueiral assim como os baixios alagadiços são os elementos da paisagem mais ameaçados, mas, em especial, o coqueiral tem múltiplos significados e funções. Como explica Rocha, é um marco visual, pois é visível a partir das praias vizinhas e de quase toda a área; um marco paisagístico, pela forte identidade na composição e domínio da paisagem local; um marco cultural, por reproduzir o cultivo tradicional da região, expressa no coqueiral de praia; um marco geográfico, pela sua formação natural e função de contenção de processos ativos da maré e dos ventos sobre a área; um marco referencial, pela força de expressão na área, utilizado, principalmente, pelos pescadores locais para orientação no mar. (ROCHA, 1995, apud PDM, 2004, p.37).

Verifica-se pouca compreensão da comunidade, dos gestores locais, e dos empresários sobre o sistema turístico como um todo e sobre como traduzir sustentabilidade e a competitividade dos produtos em ações práticas. As projeções futuras oscilam entre a possibilidade de realinhamento do processo, com maior influência das instâncias participativas

ou a concretização do risco, já delineado, de desvirtuamento do projeto do governo estadual e do patrimônio ambiental e paisagístico.

6.3 ESTUDO DA PAISAGEM E DA IMAGEM DO CENTRO TURÍSTICO FORTE-SAUÍPE

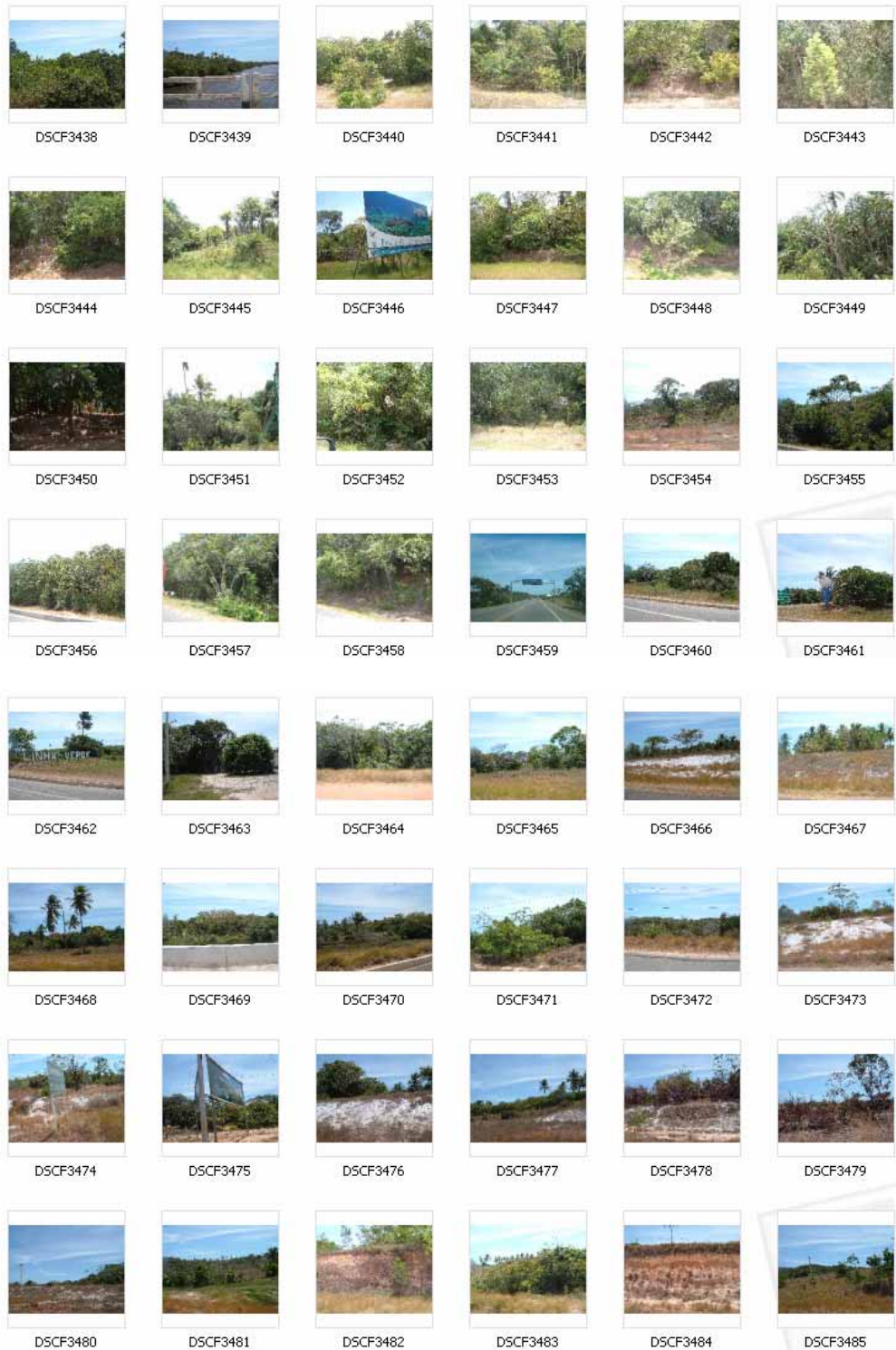
Com o objetivo de avaliar em que medida empreendimentos recentes alteram a paisagem e o quadro natural, foram feitos registros diversos dos elementos da paisagem, incorporados ao corpo do texto, de modo que as reflexões possam ser acompanhadas pelo leitor. Foram levantadas as fotos aéreas e mapas que também se constituem em insumos para a análise da paisagem. Com esta finalidade, ainda, foi elaborada uma esquemata da rodovia, principal canal de acesso ao Centro Turístico. Estes registros sobre a paisagem serão apresentados, mas, principalmente, o estudo sobre a imagem que distintos atores sociais fazem deste território, complementam a pesquisa sobre o CT Forte-Sauípe.

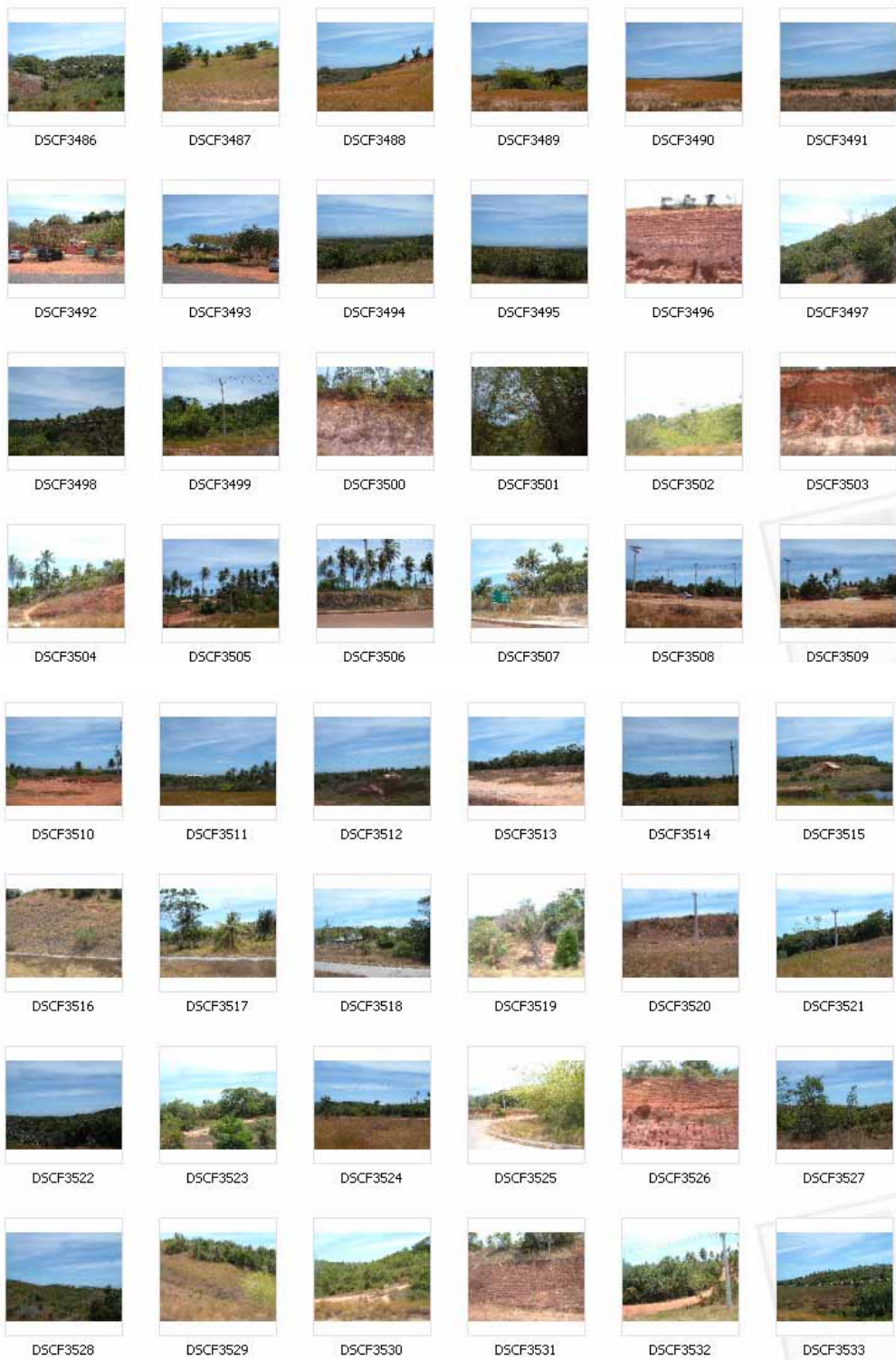
Levantamentos e Dados da Observação Direta

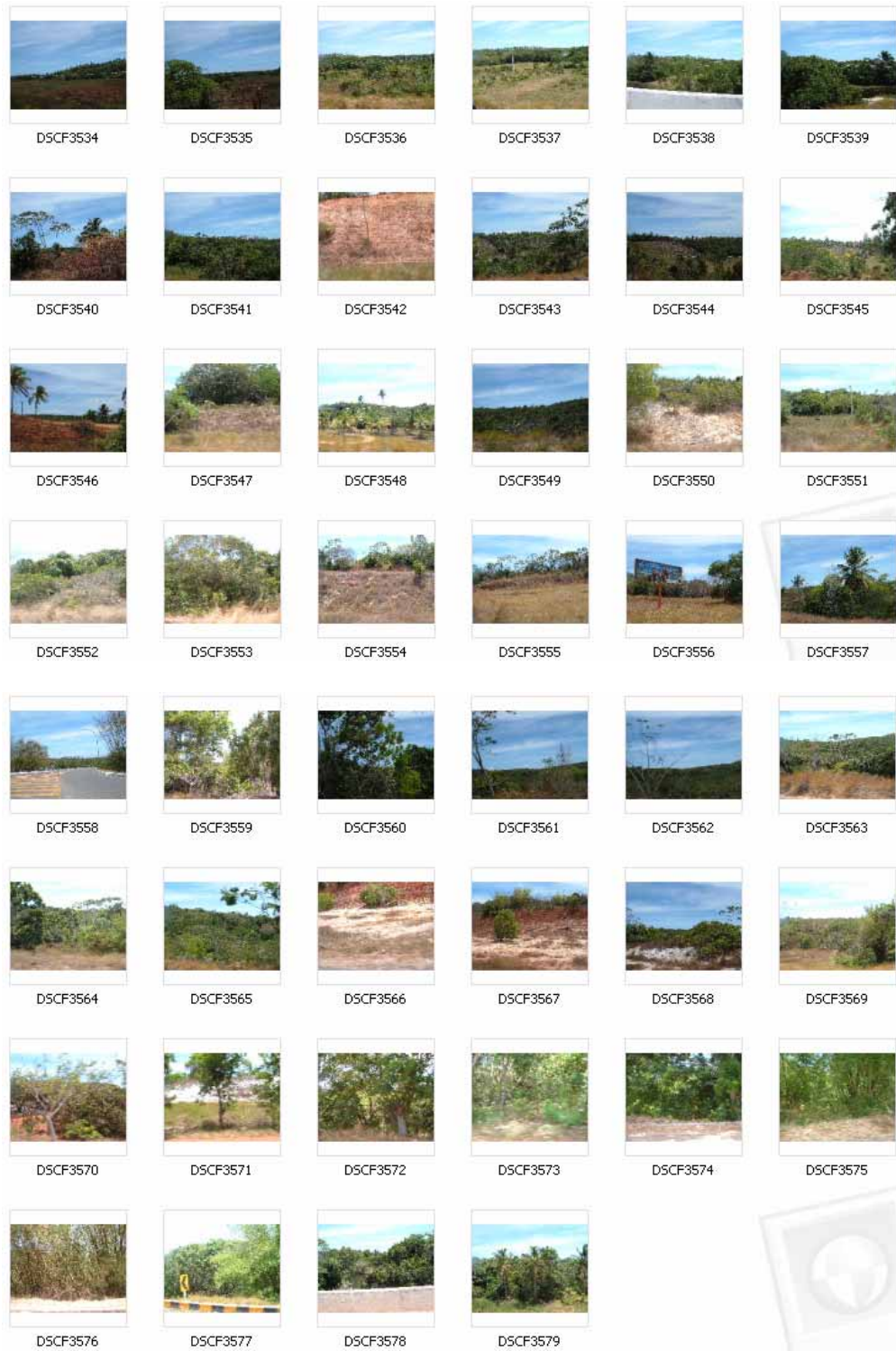
Seguidas visitas foram feitas ao território da orla de Mata de São João a partir do que valorizou-se a documentação fotográfica dos campos visuais abarcados a partir da BA-099. Os registros fotográficos foram realizados em 08/12/2007, buscando fixar o cenário paisagístico a partir do seu principal canal de deslocamento. Os perfis fotográficos mostraram as acentuadas restrições visuais, o que dispensou a produção de vídeo com o sentido inicial de registrar as visuais no deslocamento pela Linha Verde. De outro modo, foi realizada uma gravação das imagens da mídia eletrônica Google, para ampliar a compreensão do objeto de análise. *Vide* Apêndice A. Vídeo 1: Vídeo do Trajeto Forte-Sauípe. Este continua sendo um recurso essencial para um estudo aplicado. *Vide* a seguir os Perfis Fotográficos da BA-099, em ambos os sentidos. Vale ressaltar que os perfis fotográficos da BA-099 é que trouxeram à tona a leitura exata das visuais a partir do deslocamento na estrada, que ao contrário da imagem, esta paisagem é bastante obstaculizada e tem poucas visuais de amplitude.

As seqüências fotográficas mostram uma rodovia que foi traçada esquecendo as potencialidades do território a que dava acesso, além do que, mantêm-se sem tratamento algum os cortes de morros, que se apresentam desvegetados com processos avançados de erosão. Um cenário a ser rejeitado, talvez por isso, a memória seletiva, renegue os registros das visuais das suas margens e optem por manter as perspectivas do trecho que o antecede, no município de Camaçari, apesar de outros tipos de danos ai serem identificados.

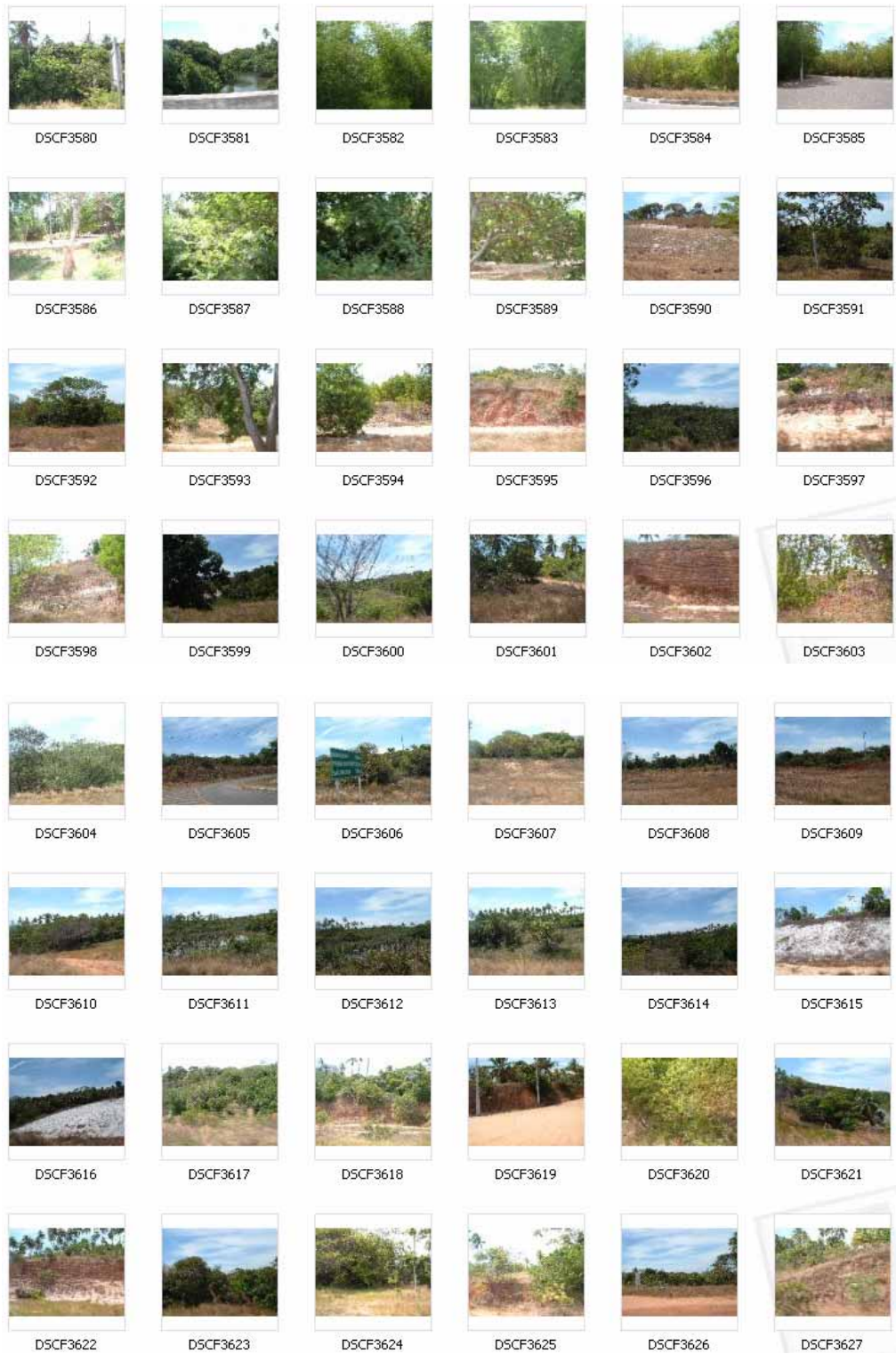
Direção: Rio Pojuca – Rio Sauípe (08/12/2007):

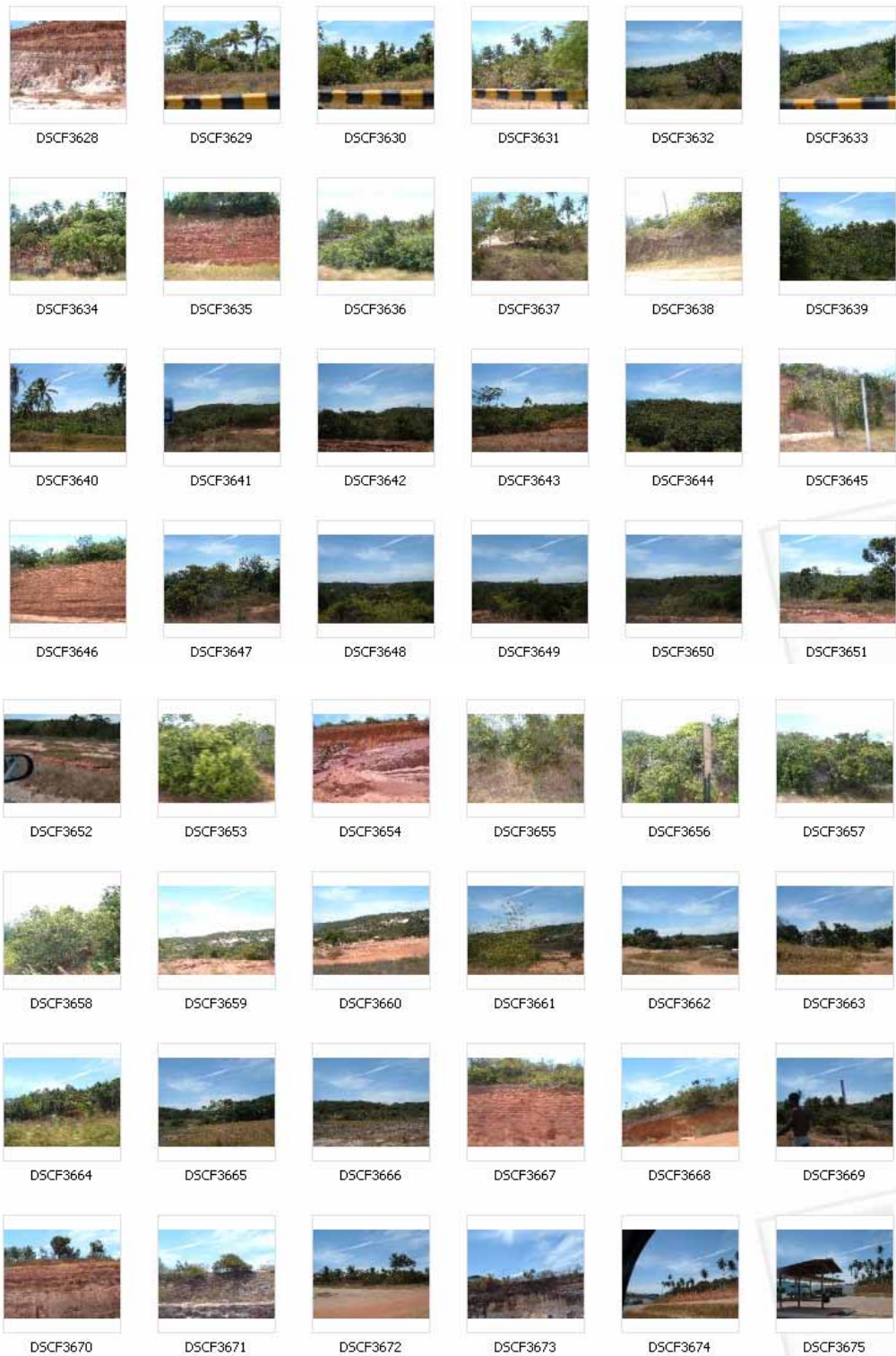


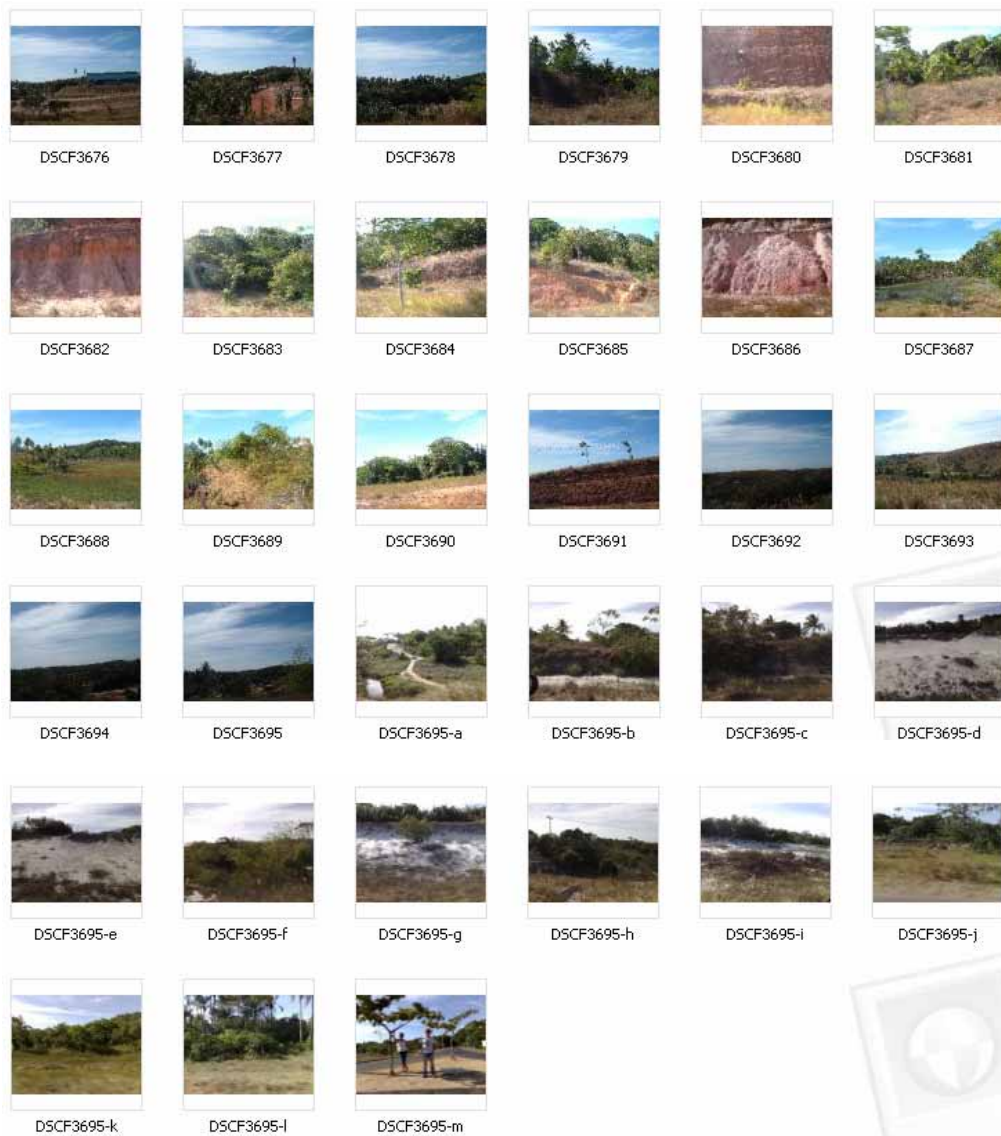




Direção: Rio Sauípe – Rio Pojuca (08/12/2007):







O espaço em estudo, de conhecimento anterior, revelou-se surpreendente nos seus atributos paisagísticos, quando observado de modo sistemático, confrontando com a imagem construída ao longo de anos de conhecimento deste território. O trânsito eventual e assistemático nesta área, em diversos momentos, não foi suficiente para prevenir o equívoco. A imagem construída trazia o conhecimento anterior que tinha da área, cuja imagem desconsiderou os obstáculos da paisagem a partir da BA-099 que, de fato, predominantemente, impossibilitam a visualização de toda a faixa entre a estrada e a linha de praia, salvo quando na proximidade do mirante. *Vide*, adiante, Mapa 9: Esquemata da BA-099. A partir desta constatação, amplia-se e integra-se como hipótese de análise que a formação da imagem, embora o importante componente visual na sua composição, também agrega fortemente o conhecimento do sujeito sobre o objeto. Percebe-se como o que se fixa no campo visual reflete o que se conhece que existe, influenciando e graduando de forma diversa os elementos que concorrem na formação da imagem. Mesma constatação foi verificada nos mapas mentais construídos, o que confirma o dito por diversos autores, mas que nessa oportunidade verifica-se a força da influência do conhecimento na formação da imagem, numa intensidade próxima à do componente visual. Esta constatação significou não mais restringir a leitura da paisagem à percepção da paisagem a partir da BA-099. A estratégia muda para uma leitura ampliada das ocupações dos conjuntos construídos contemplando a acessibilidade, através das vias transversais e por vistorias mais aproximadas dos complexos hoteleiros.

A percepção, fortemente suscetível ao conhecimento do que “o sujeito sabe que existe”, além do seu campo visual, reforça a importância do tratamento das inserções na paisagem dos conjuntos edificados como um importante dado a ser considerado no desenho urbano. O controle sobre os elementos da paisagem é essencial, considerando a forte participação na construção da imagem do centro turístico, como um conjunto de elementos que se inter-relacionam e dos quais emerge a qualidade do conjunto. A percepção de que o conjunto de elementos produz qualidades novas que resultam na qualidade da paisagem remete à conexão entre paisagem e densidade percebida, como um novo atributo que emana do conjunto como um salto qualitativo de relações e interações entre objetos do sistema urbano.



Esquematas Vitrak da Linha Verde - Rio Pojeica - Rio Salipe

6.3.1. Percepção da Paisagem

As Visuais do Exterior

A Linha Verde demarca o território de maior interesse para a implantação de empreendimentos turísticos, a “bolha turística”, e, o ZEE da APA do LN e Plano Diretor de Mata de São João confirmam esta finalidade como predominante para este segmento do território, onde zonas destinadas às atividades voltadas para o turismo foram definidas.

As visuais do exterior são tanto aquelas tomadas a partir da praia quanto aquelas tomadas a partir da Linha Verde, em ambas as direções. Trabalho recente e inovador desenvolvido no âmbito do MMA e SPU - Projeto Orla - analisa a paisagem a partir de visuais externas, da praia. *Vide 8: Projeto Orla de Mata de São João, SPU / MMA.* Este trabalho resume num quadro os problemas do uso e ocupação do solo assim como classifica os compartimentos da paisagem, a partir de uma percepção do indivíduo à pé, em contato estreito com lugar, deslocando-se pela praia. Constitui-se em análise complementar, de grande utilidade para objetivar ações de intervenção pontuais e mesmo um plano de ordenamento da faixa da orla contígua à praia até 200m de distância.

As visuais externas, a partir da BA-099, que antecedem o trecho Forte-Sauípe, se caracterizam pela amplidão, e efeitos perspectivais, pela presença predominante do mar e por possibilitar a contemplação de seqüências longínquas que oferecem um referencial e indicam a continuidade tipológica da geomorfologia do espaço, bem como a descaracterização das áreas dos cordões duna, com remoção, em alguns trechos de quase todo o coqueiral. Esta imagem se projeta automaticamente para o trecho Forte-Sauípe como um cenário indesejado.

A transição sobre o rio já oferece uma condição paisagística que difere radicalmente das paisagens que se usufrui por toda a rodovia até a ponte sobre o rio Pojuca. As matas ciliares e a mata da Reserva Sapiranga surgem como elementos contrastantes com os cenários antecedentes, marcando a entrada do Centro Turístico.

A nova ocupação do empreendimento Reserva Imbassáí cria outro tipo de situação paisagística indesejada, pela visualização à distância do conjunto, desde a entrada, logo após a ponte sobre o rio Pojuca, enquanto conjunto edificado, denso, percebido na margem direita da estrada, sentido Sul/Norte.

Os efeitos perspectivais de impedimento são identificáveis ao longo no trajeto da BA-099 quando obstáculos seqüenciados se interpõem entre o observador e o mar à distância. São estancadas as visuais e persiste a expectativa, com o transitar pela via, do retorno da possibilidade de visualização ampliada e do mar. A expectativa de visualizar o que não é perceptível visualmente, pressupõe conhecimento. Este efeito se repete na situação ante ao cordão duna nos terraços marinhos baixos. Efeito dito por Cullen ²⁹ como *here and there*.

As situações de *realce* solicitam o olhar, enriquecendo o percurso com situações variadas que não permitem a monotonia. Este efeito é observado em poucos elementos na BA-099. A regularidade da formação geológica não oferece variedade na composição paisagística, embora que, esta paisagem seja, ela própria, muito bela. Dois destaques, no trecho Forte-Sauípe, lugares privilegiados que se diferenciam do cenário proporcionando estes efeitos de *realce* e *acentuação*: o grande espaço do mirante pela destacada situação sobre o cenário, a massa de vegetação densa da Reserva Sapiranga que têm caráter distintivo e as dunas de Santo Antônio.

As Visuais do Interior

Nas visuais do interior concorrem os efeitos topológicos e perspectivais. O principal canal de percepção é a rede do sistema viário "... a percepção se forma pelo encadear sucessivo das partes que vão sendo selecionadas e percebidas conforme o percurso" (KOLSDORF, 1984, p. 43).

As vias de penetração às localidades praianas, todas, com seu desenvolvimento próprio, direcionam-se em sentido perpendicular à Linha Verde. Esta condição caracteriza a ocorrência de visuais-tipo, no sentido Linha Verde/praias: a primeira caracteriza-se por visuais de amplitude, vislumbrando o mar e coqueiral, sempre a cavaleiro da praia; a segunda corresponde a situações de aproximação ou transposição dos baixios alagadiços, a terceira situação marcante é o obstáculo visual ao mar percebido quando nos terraços marinhos baixos, diante dos cordões duna, criando uma ansiedade por ultrapassá-lo, pois que, o ruído das ondas impele à transposição; e, a quarta situação tipo, caracteriza-se por visuais a partir das cotas mais baixas em direção à Formação Barreiras, sentido Leste-Oeste, onde se pode visualizar, em larga extensão, o relevo em auge. Estas visuais-tipo estão bem caracterizadas nos acessos aos empreendimentos Costa do Sauípe, Reserva Imabassá, Iberostar e no acesso às localidades.

²⁹ CULLEN, Gordon. Paisagem Urbana.

6.3.2 Análise da Paisagem

Efeitos relacionados ao Sujeito

Dentre os efeitos relacionados ao sujeito/observador, destaca-se como forte na percepção deste ambiente a individualidade/singularidade. Esta se apresenta na combinação das características de extensão/magnitude e regularidade dos elementos paisagísticos em toda a orla de Mata de São João com: a manutenção de um mesmo padrão geomorfológico, regularidade da cobertura vegetal, a manutenção de uma mesma escala, a tipologia de elementos, que, em conjunto, respondem pela individualidade desta paisagem. A peculiaridade da vegetação dos cordões duna – o coqueiral -, e os grandes alagadiços são os elementos que, associados, estruturam a identidade do lugar. A continuidade da paisagem é uma característica do LN, que reforça a qualidade de forte identidade, sendo que a orientabilidade, dada a seqüência de partes similares, se apóia na estrutura viária e suas interseções como elementos fundamentais para o sistema de orientação na Linha Verde. *Vide* Gráfico 1: Principais Referenciais da Paisagem e Quadro 5: Pontuação dos Referenciais de Paisagem do LN - MSJ, no Item 6.3.3.

Efeitos relacionados ao Objeto

Dentre os efeitos relacionados ao objeto/aparência pode-se falar da clareza da composição deste ambiente onde uma secção desta paisagem, perpendicular à linha da praia, contém todos os elementos estruturais da paisagem, como se fosse uma unidade fractal. Condição que também concorre para a individualidade e a identidade, e, acentuam a originalidade. Esta orla, altamente homogênea, contém a originalidade em qualquer fração do território, o que ratifica a força da originalidade do todo na parte. A maneira única de ser do que é original está ameaçada pela implantação de novo padrão de ocupação do território com o rompimento da regularidade da seqüência de elementos que se sucedem e se associam na composição da identidade.

A intensidade da comunicação da paisagem do LN está no superlativo da magnitude do espaço visualizado, na continuidade, na regularidade do padrão paisagístico, por longa extensão, assim como nos contrastes percebidos na configuração que se fixam: com a contraposição dos espaços, construído e natural, trazendo à luz a percepção da polaridade espaço rural e urbano, convivendo neste processo de transformação; com a contraposição terra e mar, sempre presente. Exerce um papel de dominância e ao mesmo tempo de contraste, no

conjunto, a densa vegetação da Reserva Sapiroanga, as dunas internas em Santo Antônio, e o trecho de mirante pela abrangência do cenário apreensível, a linha de coqueiral e os baixios alagadiços.

A variabilidade e a complexidade são aspectos da configuração da paisagem que não compõem o elenco de atributos do Litoral Norte quando ainda se percebe o predomínio dos elementos naturais na paisagem. A inserção de massas construídas neste cenário em franca transformação terá inevitável impacto visual. Ressalte-se que, sendo os cordões duna e os terraços marinhos baixos uns dos principais alvos de pressão por ocupação, ameaça-se um dos mais fortes elementos que lhe constitui a identidade e a individualidade. A intersecção do *continuum* de vegetação dos cordões duna – o coqueiral -, à exemplo do que pode ser visto no litoral de Camaçari, e como indicam os diversos processos que solicitam rezonamento da APA visando ocupação da ZPV – caracteriza o maior dos danos à paisagem local.

As massas construídas devem ser meticulosamente estudadas, ocupando as áreas mais elevadas, por permitir maior conforto ao usuário, que passa a usufruir de amplo cenário, diferentemente, de situar-se a um plano mais baixo com visuais limitadas pela proximidade do obstáculo visual em que se constituem os cordões duna. As massas construídas podem contribuir com o sentido de orientabilidade, desde que não se constituam com escala inapropriada ou concorrencial com a escala dos elementos naturais que devem persistir como predominantes, e que, tampouco se insiram nas visuais de maior significado para a apreensão do espaço.

Complexidade de elementos não ocorre. O primeiro nível de introdução de elementos corresponde à estrutura para as atividades agropecuárias, que se mantém no nível da composição do cenário natural e, no atual momento, esta nova urbanização que começa a se implantar sobre o estrato natural. Esta, sim, modela um segundo nível de elementos sobre o cenário natural, mas que, entretanto, não configura um ambiente de construção complexa, neste sentido.

Qualidades dos dados sensíveis: Forma, Uso e Significado

Forma

Os efeitos relativos ao sujeito e ao objeto, acima caracterizados, foram referenciados na configuração, nos elementos físicos, quanto à forma. Pode-se, ainda, acrescentar para fechar a

análise quanto à Forma que, tendo em vista a delicadeza das formações da paisagem - poucos contrastes, suavidade na conformação do relevo -, de alta fragilidade para reter seus principais elementos constitutivos, aliado à possibilidade de ampla visualização dos cenários litorâneos, fica muito claro que poucos trechos são constituídos por elementos de marcante intensidade para incorporar conjuntos construídos, sem que seja alterada a estrutura da paisagem. Nesta condição da formação paisagística, toda e qualquer inserção é fortemente modificadora dos elementos constituintes da forma. É fundamental que os conjuntos edificados atendam a uma lógica de configuração que venha a agregar atributos positivos, reforçar a orientabilidade e fortalecer os elementos identitários desta paisagem que é muito pouco preta de elementos naturais que definam identidade.

Não apenas grandes elementos, mas, o pequeno detalhe, a coerência entre os aspectos formais o *uso* e o *significado* são importantes para a construção da orientabilidade. Informações como as tipologias, a coloração, a escala das edificações, a escala urbanística, os arranjos espaciais, a densidade de ocupação e muitos outros elementos que constroem a comunicação e a coerência do ambiente urbano têm seu papel.

Uso

Dos estudos do PRODESU, verifica-se que enquanto o Litoral Norte foi fracamente acessível os usos predominantes foram os usos agropecuários. A recente transformação do uso do solo com a intensificação da ocupação para fins de turismo e habitações de segunda residência, embora signifique um novo padrão de apropriação do território, pode-se dizer foi assimilado pela população usuária e residente. Esta afirmativa resulta do acompanhamento das discussões no conselho gestor da APA do LN e em eventos, outros, sobre o planejamento regional quando se observa que uma assimilação positiva ocorre, numa primeira fase, como um referendo popular que, vislumbrando a perspectiva de usufruir do processo, demonstra aceitação diretamente vinculada à perspectiva de inserção no momento econômico. A fase seguinte, hoje, já vivenciada no Litoral Norte, reflete uma insatisfação por não efetividade e não preenchimento de expectativas, quando todo o processo dessa atividade passa por fortes questionamentos. Entretanto, a predominância da atividade turística é incontestável. O uso do solo para fins de atividade turística estabeleceu-se e, pode-se dizer claramente assimilado pela sociedade e seus principais atores: os residentes, os empresários, o governo e os planejadores, conforme estudos acima referidos.

O que se vislumbra como comprometimento da paisagem por introdução de conjuntos construídos, turísticos, também está na dissociação entre a linguagem arquitetônica e tipológica das edificações construídas e os elementos construtivos da tradição local, rompendo a identidade de uso. A identidade do uso turístico com este território está bem definida, mas é preciso que a linguagem arquitetônica e construtiva dos complexos turísticos comunique coerência com o lugar.

A atividade imobiliária associada aos complexos hoteleiros não tem a mesma correspondência de “pacto” de uso do território que estes. O turismo traz a perspectiva de nova inserção econômica para as comunidades, enquanto que os empreendimentos imobiliários, que sucedem ao empreendimento hoteleiro âncora, são, essencialmente, de uso para segunda residência e não trazem esta perspectiva pelo próprio padrão de utilização deste tipo de imóvel, radicalmente sazonal.

Significado

Dimensionada a importância dos conjuntos construídos na composição paisagística, revelada a sua real dimensão, e valorizada a necessidade de correlação destes conjuntos construídos com o uso que lhe é motivador – o turístico -, resta perceber como este novo elemento significativo será valorizado pela população. Sabe-se que a significação de objetos, cenários, lugares, paisagens, ou o que seja, decorre da experiência anterior do sujeito - observador e que, os diferentes grupos sociais poderão atribuí-lhes conotações diversas.

Os indicadores não são todos positivos, considerando que o turismo é consumidor de território e que, sua vinculação a espaços de privilegiada paisagem, associado a atividades praianas para usufruir de sol e mar, de liberdade e de simplicidade, tal como tradicionalmente utilizado, como veraneio, se contrapõe ao atual uso como espaço segregado e de restrito acesso. Em especial, a comunicação dos elementos arquitetônicos e urbanísticos característicos dos novos empreendimentos que se utilizam de estruturas desconexas com relação à tradicional linguagem da arquitetura vernacular e introduzem nova relação de escala das edificações rompe com os tradicionais arranjos espaciais estabelecendo a segmentação e a quebra de identidade. A percepção, hoje, sobre os complexos hoteleiros, é de territórios usurpados à comunidade residente, aos tradicionais usuários do espaço como lazer e veraneio, e mesmo, para a maior parte da comunidade de Salvador, além de significarem estruturas para o consumo de uma população com a qual não se identificam. Ou seja, a partir do momento que

esta atividade deixa de participar do imaginário da população, como uma perspectiva de integração real à sua dinâmica, e, a partir do momento que as restrições de acesso a territórios livres das fazendas passam a constituir o constrangimento da exclusão de grandes extensões territoriais de onde, inclusive, extraíam o seu sustento, o significado se transforma. A expectativa passa de otimista a expectativa frustrada e o território parece ter sido violado.

6.3.3 Avaliação da Imagem

No Centro Turístico Forte-Sauípe a desordem da totalidade/paisagem resulta da condição de estrutura espacial ativa que transita do estágio de paisagem natural, predominantemente, a paisagem edificada, transição que contém a ameaça da depreciação do espaço, como espaço natural e turístico. A avaliação da imagem tem o objetivo de identificar os principais referenciais da paisagem para os distintos grupos/atores sociais tanto para valorizá-los como importantes elementos a serem cotejados com ações preventivas e /ou normatizações específicas, e, como dado para análise crítica do planejamento que está sendo implementado, via disciplinamento do uso e ocupação do solo por meio do ZEE da APA LN e do Plano Diretor Municipal.

Mapas Mentais

A imagem tem um caráter simbólico e tem um papel muito mais ativo no processo de conhecimento em função da maior adequação entre o símbolo e seu objeto – um sistema espacial. “Duas operações estão envolvidas na apreensão do espaço urbano como imagem: a representação da percepção e a intuição do objeto como fenômeno” (KOHLSDORF, 1984, p. 60).

A análise da imagem ocorre tanto a partir da macro escala quanto do interior do espaço real, cujas técnicas mais conhecidas são de Kevin Lynch e constituem um procedimento metodológico específico, incorporado a este estudo da paisagem. O objetivo do procedimento é detectar a imagem retida pelos diferentes grupos de atores que se relacionam com este ambiente do LN, de modo a identificar os principais referenciais de paisagem e verificar o tratamento dado a estes elementos nos instrumentos de regulação do território. Estes dados constituem-se, ainda, em subsídio a uma atualização do planejamento com ênfase metodológica na paisagem.

Foram entrevistados oito representantes de quatro grupos de atores locais: residentes, empresários, gestores públicos e planejadores, visando identificar os principais valores, a partir

dos quais, se obtém a imagem pública da área por meio da construção de mapas mentais. O roteiro da entrevista encontra-se no Apêndice B: Roteiro de Entrevistas.

Procedendo conforme metodologia em Kevin Lynch, foram analisados os referenciais mapeados por cada grupo entrevistado. A metodologia muito simples e muito eficaz na revelação destes referenciais apresentou os resultados adiante comentados, espacializados e hierarquizados.

Nos referenciais obtidos através dos mapas mentais temos uma predominância de referenciais relacionados à *forma* e, seguidos muito próximos, daqueles relacionados ao *uso*. A análise da participação dos dados sensíveis na construção da imagem é estratégica para identificar aqueles mais importantes na sua formação, aqueles que devem prioritariamente ser protegidos ou tratados. Foi considerada uma referência de *uso*, aqueles elementos citados que não participavam do campo visual e os que têm sentido pela função explícita que desempenha: ponto de ônibus, posto da polícia, outros. Em outras experiências, a importância do dado associado ao *uso* já havia sido detectada, mas, a forte contribuição do conhecimento, neste caso, surpreendeu pela intensidade dos registros constantes dos mapas mentais: as localidades, as lagoas, o projeto Tamar, o Castelo e outros que, não são visualizadas no trajeto pela BA-099, mas comparecem fortemente na imagem, caracterizando o efeito *here and there*.

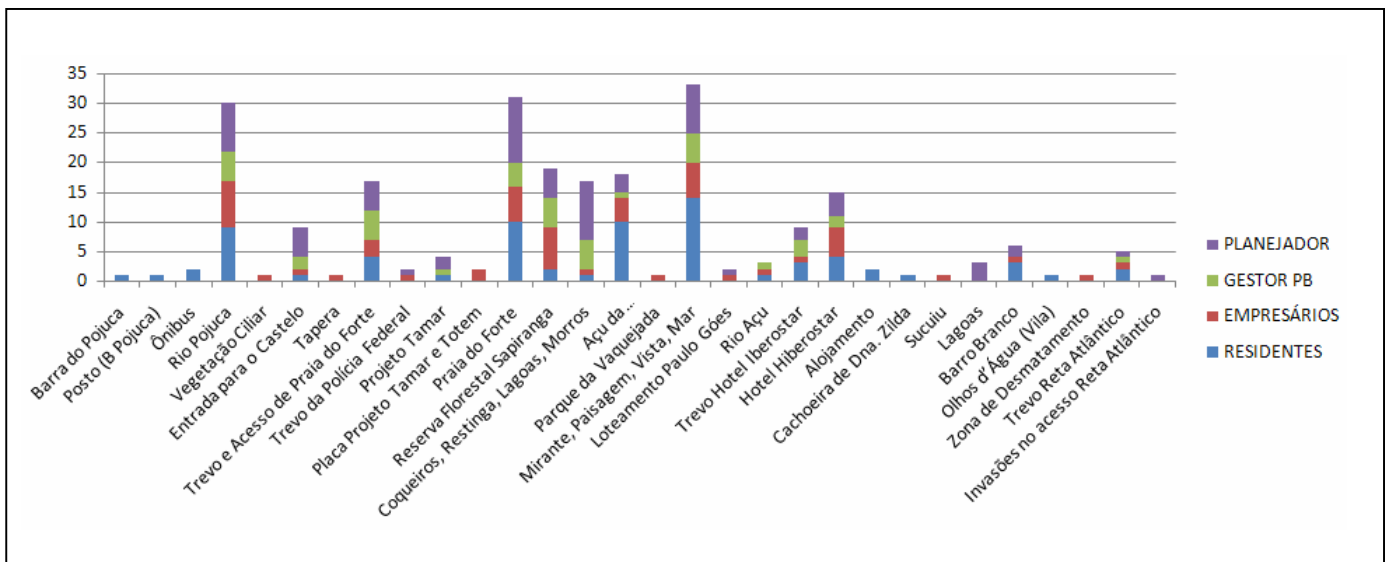


Gráfico 1: Referenciais da paisagem segundo atores sociais
 Fonte: Elaborado pelo autor para esta pesquisa

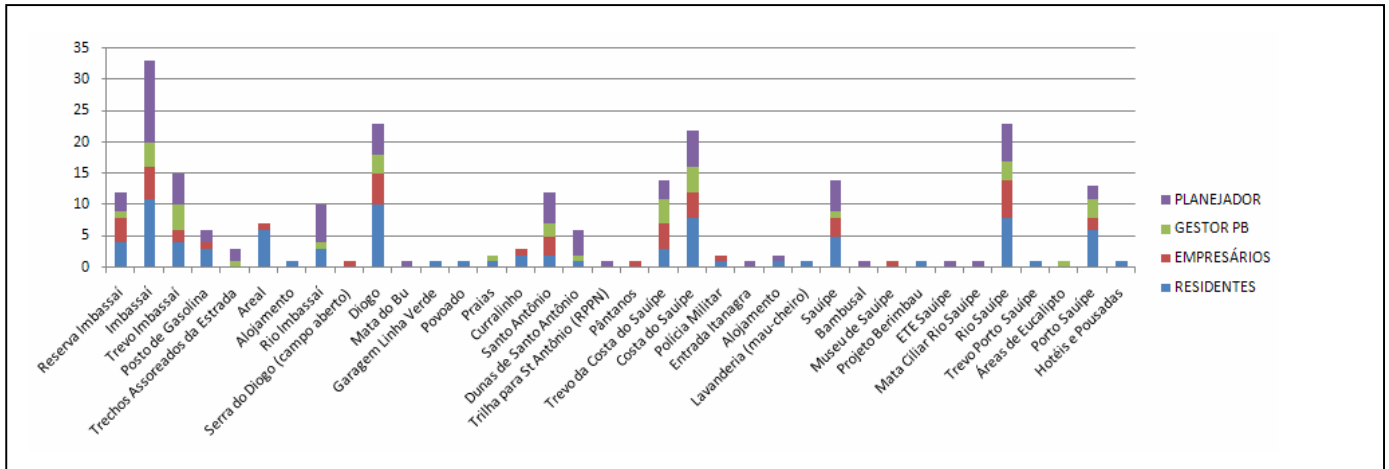


Gráfico 1: Referenciais da paisagem segundo atores sociais (Continuação)

Fonte: Elaborado pelo autor para esta pesquisa

O Gráfico 1 permite a comparação dos referenciais de cada grupo de atores sociais. Percebe-se a predominância do conjunto de elementos relacionados ao mirante e à localidade de Imbassai como os mais fortes referenciais, e a participação, mais significativa, do grupo de residentes na determinação do mirante, e dos planejadores na determinação de em Imbassai; seguidos de Praia do Forte e do rio Pojuca, em segundo lugar neste ranking.

Muitas análises podem ser feitas a partir desta pesquisa. Para o objetivo desta dissertação tem importância os grandes elementos da imagem do Centro Turístico, e a identificação dos seus principais referenciais. Numa análise em escalas mais restritas pode-se observar melhor a variabilidade de elementos referenciais.

Considerando que os rios Pojuca e Sauípe foram destacados na entrevista como os limites do mapa mental, estes serão excluídos dos comentários. Os mapas mentais confirmam a estrutura viária como elemento predominante para estruturar a percepção. Todos os mapas foram construídos tendo como eixo de orientação a estrada e a seqüência de suas intersecções que, revelam-se como uma malha onde a orientação se estabelece a partir do encadeamento, intersecção anterior e a intersecção seguinte. Foram referidos 08 trevos, com maior destaque para o trevo da Praia do Forte, seguido do de Imbassai e de Costa do Sauípe. Associado às intersecções viárias, as aglomerações foram o segundo item mais mencionado, portanto concorrendo positivamente na orientabilidade na seguinte ordem: Imbassai, Praia do Forte, Diogo e Costa do Sauípe, estes dois com a mesma intensidade.

Se adicionarmos as referências ao trevo mais o empreendimento ou a localidade a que se refere temos que Imbassai (48) e Praia do Forte (48) são equivalentes na participação da

imagem, seguido de Costa do Sauípe (36), o Iberostar e Diogo se equivalem (23) e o Reserva Imbassaí é o menos expressivo (23). A equivalência de Costa do Sauípe à Praia do Forte e à Imbassaí aponta para a redução do significado das vilas com relação aos empreendimentos, também exemplificada pela equivalência da Reserva Imbassaí, do grupo Reta Atlântico, à Diogo, caracterizando progressiva substituição de referenciais, pois que, são criadas, a cada novo empreendimento, intersecções com a BA-099, diluindo a participação das localidades tradicionais na imagem.

Quatro elementos visuais, não relativos ao sistema viário se destacam largamente na composição desta paisagem: a Reserva Sapiranga, o mirante, o conjunto de áreas alagadas: lagoas, restinga e coqueiral. As dunas de Santo Antônio e a vegetação ciliar ficaram como secundárias na pontuação das imagens.

Na análise isolada, por ator social, percebe-se uma valoração diferenciada para cada categoria, conforme Gráficos 2 a 5, adiante apresentados, a começar pelo grupo dos residentes:

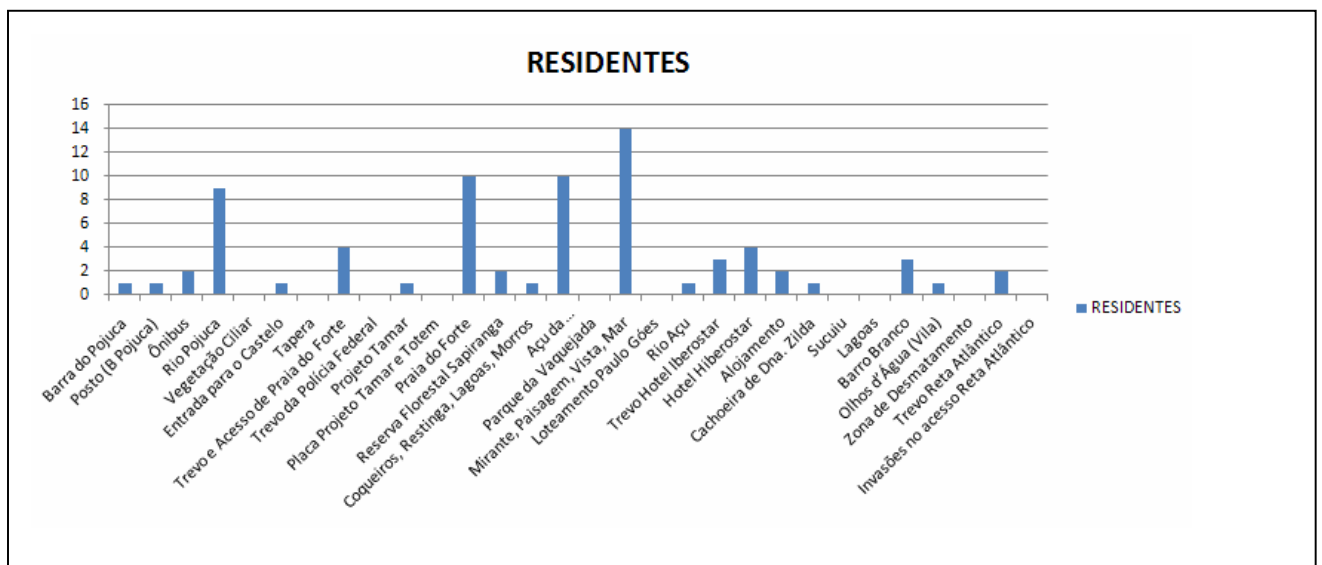


Gráfico 2: Referenciais da paisagem segundo atores sociais - Residentes
 Fonte: Elaborado pelo autor para esta pesquisa

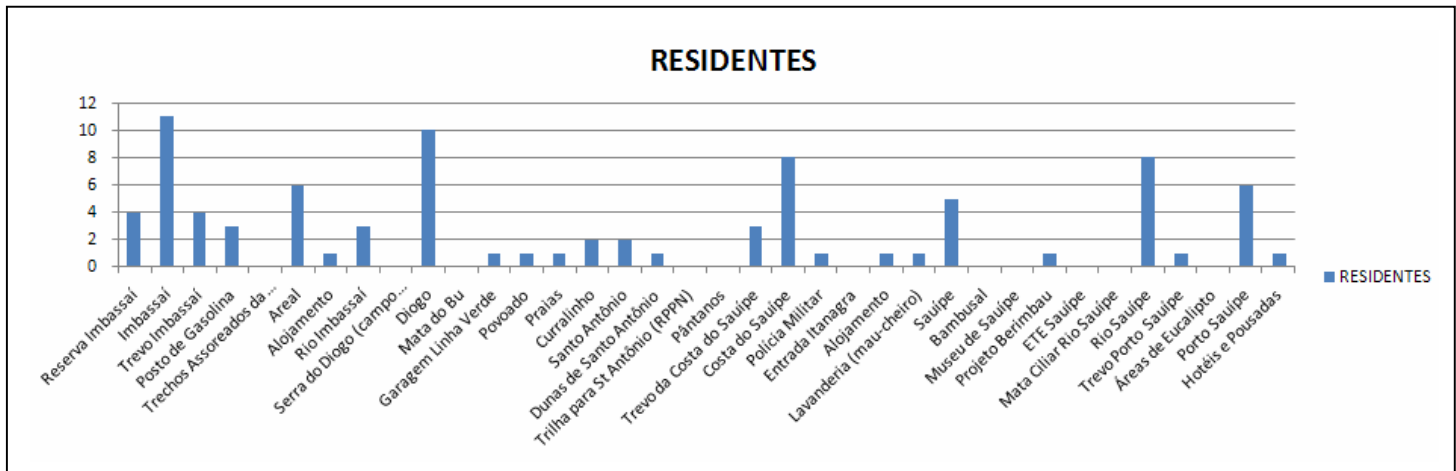


Gráfico 2: Referenciais da paisagem segundo atores sociais - Residentes (Continuação)
 Fonte: Elaborado pelo autor para esta pesquisa

Na análise isolada, por ator social, temos que para os residentes o *uso* predomina como dado sensível principal, fortemente correlacionado ao *significado* que ao uso está associado. Os principais referenciais para os residentes são: Mirante (14), Imbassaí (11), Praia do Forte, Diogo e Açú da Torre (10), Costa do Sauípe (8), Areal e Porto Sauípe (6), Sauípe (5), Reserva Imbassaí e Iberostar (4). Interpretando, vemos o mirante e o conjunto de elementos paisagísticos como principal destaque, um valor que qualifica o ambiente, como item de satisfação pela qualidade do lugar em que se vive; em seguida, as localidades que se referem aos espaços, não como configuração, mas como espaços do uso e da vida e suas relações sociais. Os empreendimentos hoteleiros aparecem em terceiro com outras localidades e em quarto lugar, portanto, são valorizados, Costa do Sauípe mais que os demais complexos.

A seguir o Gráfico 3 que representa os referenciais de paisagem para o grupo dos empresários:



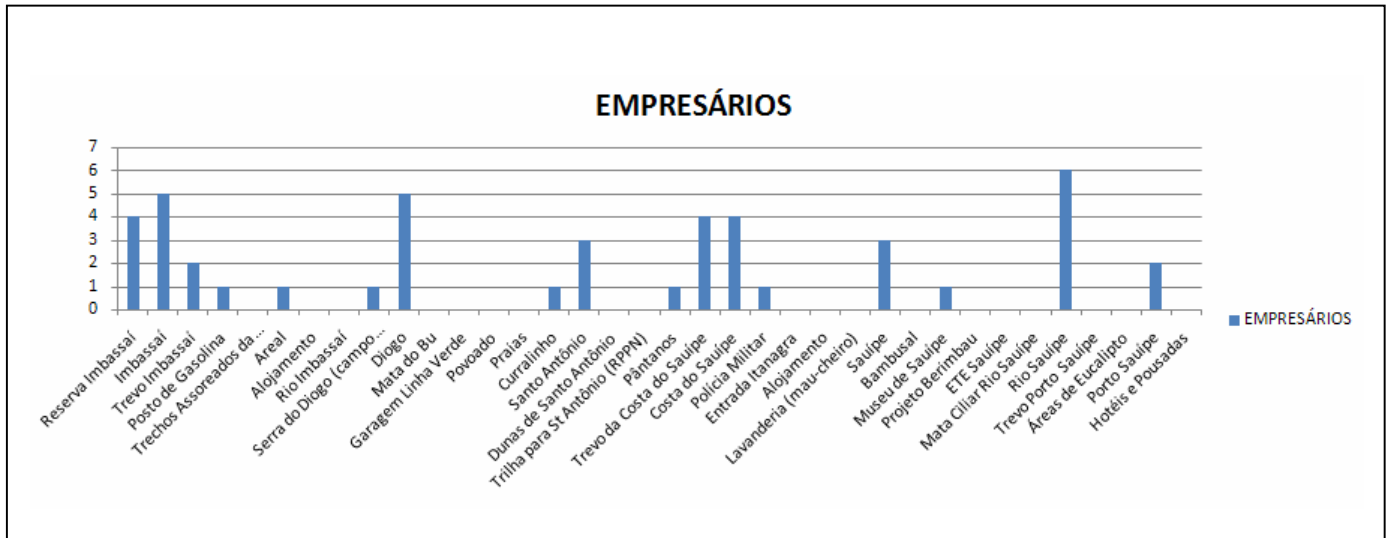
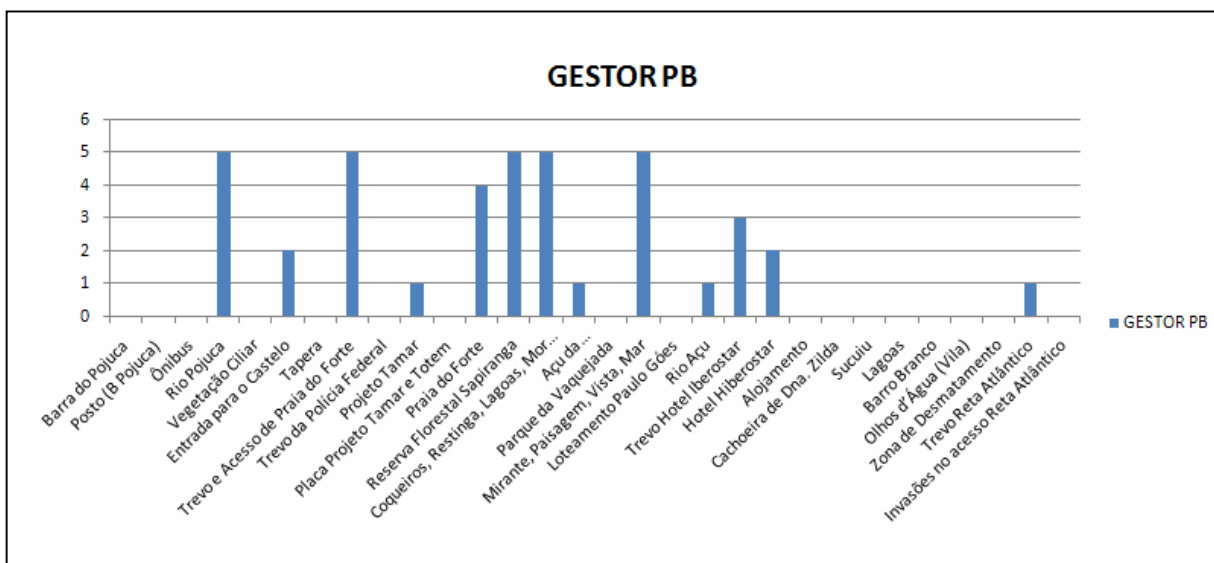


Gráfico 3: Referenciais da paisagem segundo atores sociais - Empresários (Continuação)
 Fonte: Elaborado pelo autor para esta pesquisa

Para o grupo dos empresários o maior referencial ambiental foi a Reserva Sapiranga (7), Praia do Forte e o Mirante (6), o Iberostar, Imbassaí e Diogo com (5), Costa do Sauípe e Reserva Imbassaí com (4). Interpretando, valoriza-se o diferencial ambiental que a Reserva Sapiranga incorpora como valor agregado ao ambiente, funcionando como um portal de entrada no CT, priorizado com relação ao mirante, este pontuado a menor; as outras referências que se destacam, são as localidades de Imbassaí e Diogo e os complexos do Iberostar, Reserva Imbassaí e Costa do Sauípe e o seu trevo. Quando associado aos respectivos trevos Praia do Forte (9) e Costa do Sauípe (8) se destacam mais que a Reserva Sapiranga. Vale como destaque para este grupo a baixa pontuação dada ao conjunto dos elementos ambientais coqueiros, restingas lagoas e morros.

No Gráfico 4 temos os referenciais da paisagem dos Gestores Públicos:



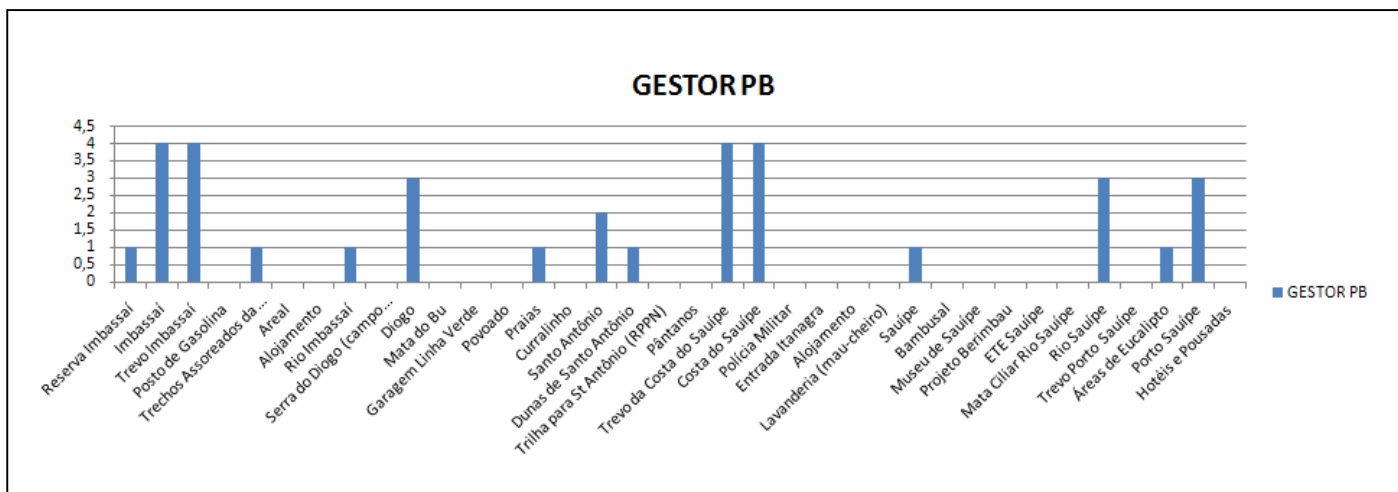
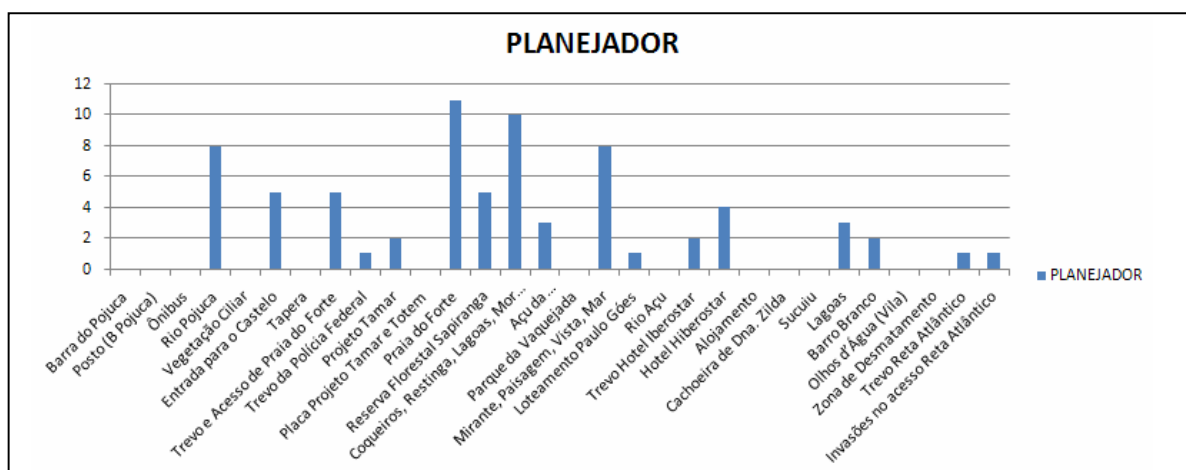


Gráfico 4: Referenciais da paisagem segundo atores sociais - Gestor Público (Continuação)
 Fonte: Elaborado pelo autor para esta pesquisa

Os gestores públicos valorizaram com igual intensidade o trevo de Praia do Forte, a Reserva Sapiranga e o grupo de coqueiros, restinga, e lagoas, como também, o mirante (5). Em segundo lugar valorizaram Imbassai e o respectivo trevo, Praia do Forte, e o complexo Costa do Sauípe e respectivo trevo (4). Em terceiro, a referência foi para Diogo (3). Os gestores públicos foram os que mais valorizaram as intersecções viárias. Percebe-se que, adicionando-se os trevos à localidade ou respectivo empreendimento, tem-se uma inversão da composição da imagem: o trevo de Praia do Forte e esta, juntos, ficam como maior destaque (9), seguido de Imbassai mais trevo e Costa do Sauípe mais trevo (8) ficando Iberostar mais trevo, Reserva Sapiranga e outras referências paisagísticas e ambientais com bem menor participação (5). Verifica-se que, seja o predomínio das localidades nesta última composição, seja o predomínio dos aspectos paisagísticos, em ambos, o diferencial deste grupo é mesmo a valorização dos elementos da articulação viária na composição da imagem do Centro Turístico.

Os referenciais para os planejadores constam do Gráfico 5:



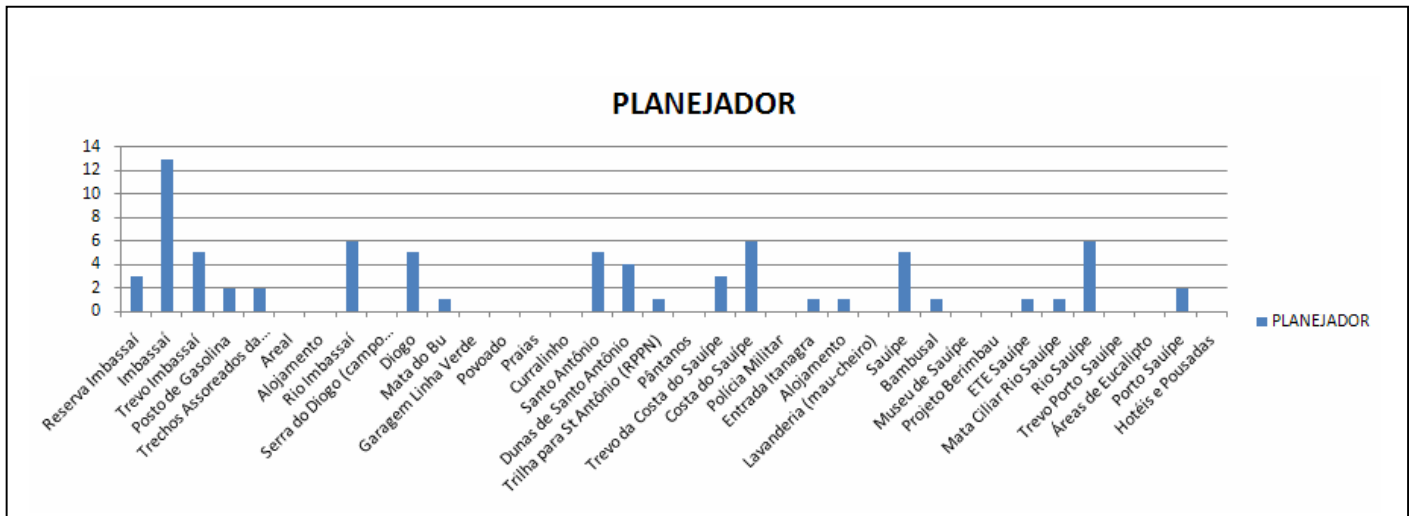


Gráfico 5: Referenciais da paisagem segundo atores sociais - Planejador (Continuação)

Fonte: Elaborado pelo autor para esta pesquisa

Para os planejadores, os destaques foram as localidades: Imbassai (13) comparecendo com mais força que a vila de Praia do Forte (11); seguido do conjunto coqueiros, restingas, lagoas (10), muito próximo à pontuação das localidades; seguido do mirante. Saliente-se que Imbassai está na pauta das atividades de planejadores em diversas secretarias em função do projeto de requalificação urbana.

As lagoas (2,5), isoladamente, foram referidas apenas por planejadores e, no grupo que reúne as lagoas, coqueiros e restinga, estes comparecem como mais significativos para planejadores do que para empresários e residentes. O mirante (8) e a Reserva Sapiranga (4,5) concorreram menos na imaginação desse grupo. Interpretando, as questões sociais representadas pelas vilas e o ambiente sob ameaça são mais focalizados pelos planejadores, como objetos de reflexão associados à atividade profissional.

Buscou-se analisar os mapas mentais associando aos cinco elementos da estrutura visual tal como caracterizado por Lynch (1982), conforme Quadro 4 abaixo.

Elementos	Efeitos	Tipologias	Repertório
Bairros	Topológicos	Estruturas espaciais	Edifícios
Caminhos	Perspectivos	Malhas	Vegetação
Limites	Semânticos	Espaços Comuns	Mobiliário Urbano
Pontos Focais		Espaços Privados	Elementos da Paisagem Natural, etc.
Marcos Visuais			

Quadro 4 – Síntese dos Elementos da Estrutura Visual em Lynch

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da obra *A imagem da Cidade*, (KEVIN LYNCH, 1982).

Da análise dos mapas mentais observa-se a ratificação da importância dos cinco elementos de definição da imagem identificados por Lynch:

Os caminhos

Todos os mapas se apóiam na rodovia e suas interseções, confirmando a preponderância destes elementos para apreensão do espaço pelas pessoas, sistema que estrutura, organiza e relaciona os demais elementos. Estes necessitam de efeitos que lhes acentuem qualidades: continuidade, direcionalidade e clareza para que se estruture fortemente a imagem com a valorização das características que concorrem à orientabilidade e, então, o indivíduo possa encontrar as condições de segurança emocional.

Os elementos paisagísticos registrados no trânsito pelo Centro Turístico, do rio Pojuca ao rio Sauípe, extrapolam as visuais da rodovia, com registros de elementos não visualizados no deslocamento. A grande maioria dos entrevistados marcou todas as referências do seu conhecimento sobre a área. Foram muito referidos os cortes de morros que compõem a lateral da via também.

Os Bairros

Nesta área de estudo, não bairros, mas localidades foram relacionadas nas entrevistas, associadas aos entroncamentos do sistema viário, destacadas como uma referência à orientação, embora não estejam no campo visual, no trajeto. Os bairros, as vilas de Praia do Forte, Imbassaí, Diogo e o complexo Costa do Sauípe, aparecem como os referenciais mais pontuados na construção da imagem, principalmente pelo significado e pelo uso, conjunto de atividades aí realizadas. Juntamente com os nós viários são forte estruturadores da orientabilidade.

Limites

A rodovia se constitui no próprio elemento delimitador de uma área de orla, fortemente atraente para o uso turístico, onde se localizam os núcleos urbanos, que têm seu desenvolvimento baseado na expansão da oferta de serviços e na incorporação de seu patrimônio imobiliário à base de negócios desta atividade. E, do outro lado, uma área interiorana onde as localidades abrigam a mão de obra que se dispõe a ser prestadora de serviços e a legião de excluídos do processo. Em resumo, o lado dos empreendimentos promissores, a “bolha turística”, e o lado dos que esperam oportunidade de participar. Frise-se que este processo de ocupação por empreendimentos turísticos, mais que a segregação de espaços cria impedimentos objetivos de acesso a áreas que a população local tradicionalmente usufruía.

Os limites sul e norte são bem definidos pelos rios Pojuca e Sauípe. O limite leste é o próprio mar com o reforço da linha do coqueiral e cordões duna.

Pontos focais

Os pontos focais são estruturadores do sistema espacial. Como interseções de caminhos, estão significativamente presentes na construção da estrutura da imagem desta área de estudo. Têm diferentes intensidades, alguns ganharam reforços de comunicação, como as placas do projeto TAMAR e o marco da tartaruga, anunciando o cruzamento de acesso à Praia do Forte. São pontos de concentração onde necessariamente se penetra na direção do mar ou das localidades mais ao interior. As intersecções viárias compõem um sistema de pontos focais com hierarquias não planejadas, tanto por entroncamentos quanto por trevos de acesso a grandes empreendimentos. A tendência pode ser de indiferenciação entre estes nós, devido à provável de proliferação destes, o que deve ser objeto de disciplinamento.

Como a importância dos pontos focais varia segundo a abrangência da escala de análise, os comentários aqui se referem apenas à macro escala da orla de Mata de São João.

Marcos Visuais

Os mapas mentais revelam diferentes participações dos elementos da paisagem em função de cada grupo pesquisado. No conjunto, o mirante predomina como marco visual, seguido da Reserva Sapiranga e do conjunto de coqueiros, restinga e lagoas. Surpreende a

ausência das dunas de Santo Antônio, pouco citada. Os marcos visuais são elementos ou situações onde o observador não penetra, são balizas. São formas visuais exteriores e contribuem para sinalizar uma direção e também são chaves da identidade, permitem leitura e orientação. Os referenciais deste litoral contribuem principalmente com a identidade, mais que com a direção, pois a principal característica é a singularidade e a especialização, em relação ao entorno, a característica de ser único e memorável, a situação de contraste entre figura e fundo: coqueiral e mar, mata e restinga, além da acentuação em relação ao entorno.

Em síntese, das análises das entrevistas resultou o Mapa 10: Principais Referenciais da Paisagem que resume o conteúdo deste estudo numa hierarquização dos referenciais apontados pelo conjunto dos entrevistados. Dentre os elementos da paisagem natural, o mirante, associado à paisagem, vista e mar, têm o maior significado na formação da imagem, e, na seqüência, a Reserva Sapiranga e o grupo de elementos - coqueiros, restinga, lagoas e morros. Embora não envolvidos na apreciação para não distorcer a avaliação, os rios constituem-se em fortes marcos visuais. Dos elementos da paisagem cultural predominam com igual intensidade as vilas de Praia do Forte e Imbassaí, seguidas de Diogo e Costa do Sauípe. Comparativamente, os elementos da paisagem cultural foram mais pontuados na formação da imagem que os elementos da paisagem natural.

Da análise ainda pode-se registrar a força dos entroncamentos do sistema viário na identificação/orientação, como primeira manifestação de orientabilidade, mesmo num território de direção única do deslocamento, eixo Sul/Norte. Esta valorização dos elementos viários, neste caso, se exacerba por conta das poucas situações que marcam pela condição de realce e acentuação, apenas o mirante, neste trecho, tem esta função. De outro modo, isto também justifica a expressiva pontuação deste elemento.

Ressalta a importância da paisagem, não apenas como um campo visual observado a partir de um eixo viário, mas todas as interferências positivas e negativas que dela afloram, visualizadas ou de que se tem conhecimento, pois que, comparecem como dados para construção da imagem. Assim também, fica evidenciado que os elementos da estrutura visual não podem ser considerados de forma isolada, todos concorrem com suas qualidades para orientação, identidade e estímulo. Os elementos podem se reforçar ou enfraquecer uns aos outros, trazendo conseqüências tanto à estrutura visual quanto à construção da imagem.

A construção dos mapas mentais consiste em metodologia de larga aplicação, já experimentada pelo autor, muito eficaz para o entendimento tanto do processo de apreensão da

paisagem quanto da leitura da paisagem propriamente dita, preenchendo a análise, que vai ganhando consistência à medida que se percorre cada aspecto das qualidades da percepção, conjugando os dados sensíveis, forma, uso e significado, numa leitura unificada. As entrevistas foram realizadas em momentos distintos, sendo que, algumas, foram feitas coletivamente na reunião do Conselho Gestor da APA realizada em Abadia em 8/11/2007.

O estudo da paisagem é instrumental para orientar o zoneamento e a definição de parâmetros de uso e ocupação do solo, agregando aos demais critérios do planejamento a possibilidade de construir e de inserir novos elementos que não disturbem a estrutura da paisagem, ou, aqueles que venham a se agregar reforçando-a, introduzindo, ou mesmo enfatizando elementos que resultem em qualidades meta do desenho. Os mapas mentais oferecem, como que uma possibilidade de confrontação da sua própria experiência perceptiva e de representação do espaço, com a dos demais entrevistados, como numa interlocução para manifestação das representações, sem o diálogo, a partir dos quais, pôde-se detectar os principais elementos paisagísticos que compõem o imaginário coletivo, relacionados e agrupados no Quadro 5: Pontuação dos Referenciais de Paisagem, espacializados no Mapa 10: Principais referenciais da paisagem.

PONTOS	TOTAL
Barra do Pojuca	01
Posto (B Pojuca)	01
Ônibus	02
Rio Pojuca	30
Vegetação Ciliar	01
Entrada para o Castelo	09
Tapera	01
Acesso a Praia do Forte	17
Trevo da Polícia Federal	02
Projeto Tamar	04
Placa Projeto Tamar	02
Praia do Forte	31
Reserva Florestal Sapiroanga	19
Coqueiros, Restinga, Lagoas, Morros	17
Arraial Açú da Torre, Açuzinho, Campinas, Malhada	18
Parque da Vaquejada	01
Mirante, Paisagem, Vista, Mar	33
Loteamento Paulo Góes	02
Rio Açú	03
Trevo Hotel Iberostar	09
Hotel Hiberostar	15
Alojamento	02
Cachoeira de Dna. Zilda	01
Sucuiu	01
Lagoas	03
Barro Branco	07
Olhos d'Água (Vila)	01
Zona de Desmatamento	01
Trevo Reta Atlântico	05
Invasões no acesso Reta Atlântico	01
Reserva Imbassaí	12
Hotel / Resorts / Vila Imbassaí	33
Trevo Imbassaí	15
Posto de Gasolina	06
Trechos Assoreados da Estrada / Taludes	03
Areal	07
Alojamento	01
Rio Imbassaí	10
Serra do Diogo (campo aberto)	01
Diogo	23
Mata do Bu	01
Garagem Linha Verde	01
Povoado	01
Praias	02
Curralinho	03
Santo Antônio	12
Dunas de Santo Antônio	06
Trilha para St Antônio (RPPN)	01
Pântanos	01
Trevo da Costa do Sauípe	14
Costa do Sauípe	22
Polícia Militar	02
Entrada Itanagra	01
Alojamento	02
Lavanderia (mau-cheiro)	01
Sauípe	14
Bambusal	01
Museu de Sauípe	01
Projeto Berimbau	01
ETE Sauípe	01
Mata Ciliar Rio Sauípe	01
Rio Sauípe	23
Trevo Porto Sauípe	01
Áreas de Eucalipto	01
Porto Sauípe	13
Hotéis e Pousadas	01

Quadro 5: Pontuação dos Referenciais de Paisagem do CT Forte-Sauípe
 Fonte: Elaborado pelo autor para esta pesquisa



Mapa 10: Principais referenciais da paisagem
 Fonte: Elaborado pelo autor para esta pesquisa

A transposição das ponderações desta análise para os instrumentos de uso e ocupação do solo passa por um planejamento ambiental no que concerne à arquitetura da paisagem. Em breve, as circunstâncias serão favoráveis à revisão do zoneamento da APA Litoral Norte, em função de constatações como as aqui apresentadas sobre os efeitos na paisagem dos parâmetros das atividades voltadas para o turismo. Estes procedimentos sinalizam para a possibilidade de uma definição pactuada sobre a paisagem desejada pelos distintos atores, um caminho possível a ser trilhado.

As limitações deste estudo estão nas restrições ao uso de recursos tecnológicos existentes, não disponíveis, como softwares de simulação do deslocamento em paisagens como já mencionado.

6.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O capítulo inicia com o contexto sócio-econômico e ambiental relativo à escala do Centro Turístico Forte-Sauípe onde fica caracterizada a ofensiva empresarial sobre o território. Uma avalanche de projetos é registrada, poucos, entretanto, até então implantados, mas os números apontam para uma oferta de leitos superior a Porto Seguro e Salvador, juntos. Em prosseguimento, é apresentado o Estudo da Paisagem e da Imagem do Centro Turístico com a aplicação de técnicas de apreensão do espaço urbano e a partir de análises espaciais complementares: os perfis fotográficos do principal canal de acesso, a elaboração da esquemata da BA-099 e de entrevistas com os atores sociais: residentes, empresários, gestores públicos e planejadores com a construção de mapas mentais, gerando uma hierarquização dos principais referenciais da paisagem do Centro Turístico.

7 DENSIDADES E PAISAGEM NOS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS

Este capítulo tem como objetivo responder à terceira questão de pesquisa que indaga quanto aos efeitos das atividades voltadas para o turismo e das densidades hoteleiras na paisagem, no Centro Turístico Forte-Sauípe. Realizado o estudo da paisagem e da imagem, no capítulo anterior, e, dando seqüência aos levantamentos necessários às avaliações das relações que no conjunto, as edificações estabelecem com a paisagem, passamos neste capítulo, ao levantamento das densidades aplicadas nos complexos turísticos do Centro Turístico.

Dos quatro grandes empreendimentos implantados: Praia do Forte Ecoresort, Costa do Sauípe, Iberostar Praia do Forte e Reserva Imbassaí, foram escolhidos: o complexo hoteleiro Reserva Imbassaí do grupo empresarial português Reta Atlântico Ltda e o complexo hoteleiro Iberostar Praia do Forte do grupo espanhol Iberostar. Estes são os empreendimentos representativos tanto da ação de divulgação do Estado quanto do modo de reprodução do capital no período de integração de mercados, mundializada. O Praia do Forte Ecoresort, anterior a este processo, é considerado a âncora sul do desenvolvimento do turismo, no Litoral Norte. O Complexo Costa do Sauípe, por outro lado, a âncora norte desse Centro Turístico que, pelo caráter inaugural e por não ser um exemplar típico do atual período de integração de mercados, reserva-se para uma oportunidade de maior aprofundamento dos estudos sobre o Litoral Norte.

Ao final do capítulo e da verificação das densidades hoteleiras aplicadas nos dois complexos hoteleiros, pôde-se compará-las entre si e com os parâmetros do PRODETUR-BA, da APA do LN e do PDM de MSJ.

7.1 ANÁLISE DAS DENSIDADES E DA PAISAGEM NO EMPREENDIMENTO RESERVA IMBASSAÍ

Complexo Hoteleiro Reserva Imbassaí

Os dados sobre o Reserva Imbassaí foram obtidos no Estudo de Impacto Ambiental da Fazenda Barroso, RIMA, Volume VII, elaborado por V e S Consultores S/C, documento intitulado Reta Atlântico: Plano Diretor da Fazenda Barroso, 2003. O empreendimento é daqueles de menor porte dentre os empreendimentos relacionados para o Centro Turístico, mas traz todas as reflexões que inquietam o disciplinamento do uso do solo: visualização dos

elementos construtivos da rodovia introduzindo novos elementos na paisagem do principal eixo de acesso, licenciamento para hotelaria em ZPV – Zona de Proteção Visual (APA), perenização de baixios alagadiços, implantação de estruturas viárias que impactam fluxos hídricos.

A área do Reserva Imbassaí, localiza-se no Km 65 da BA-099, na margem leste da rodovia. Predomina, conforme ZEE da APA do LN, a ZOR-E (Zona de Ocupação Rarefeita - Especial), com larga faixa de ZPR (Zona de Preservação Rigorosa), correspondente aos baixios, e a faixa de ZPV (Zona de Proteção Visual) correspondente aos terraços marinhos baixos, largos. Do lado oeste, da rodovia, menor área situa-se em ZEP II (Zona de Expansão Prioritária II). Os recursos naturais concorrem na área do empreendimento na seguinte proporção, conforme mostra a Tabela 17: Recursos Naturais do Reserva Imbassaí.

TIPOS	ÁREAS (há)	%
Área Bruta	132,85	
Área total	126,45	100
Área Úmida	19,18	15,17
Cordão Dunas	5,11	4,04
Faixa de Marinha	3,14	2,48
Restinga arbórea	31,36	24,80

Quadro 6: Recursos Naturais do Reserva Imbassaí
Fonte: Tabela do Estudo de Impacto Ambiental – Gaia Consultores

Calculando as áreas a partir dos percentuais, conclui-se, pela tabela, que 72,61ha constituem áreas sob restrições ambientais, ficando o saldo de 53,39ha disponível para uso. No entanto, o EIA afirma ser o percentual destinado à área hoteleira de 40% equivalente a 59,88ha, donde 6,5ha avançam sobre a área protegida, neste caso, sobre os cordões duna e coqueiral. A Foto 13 mostra o aspecto dos recursos naturais na área do empreendimento como: os terraços marinhos baixos alargados, os cordões duna, área de baixios alagadiços e aspecto da flora e da sede da antiga fazenda.



Foto 13: Aspecto dos Recursos Naturais no empreendimento Reserva Imbassaí
Fonte: EIA –RIMA Fazenda Barroso – Reserva Imbassaí

Caracterização das Tipologias e Parâmetros de Implantação

Os dados apresentados foram extraídos do EIA – RIMA e a incorporação a este texto tem o sentido de trazer para a análise um caso de aplicação dos índices utilizados para o padrão da hotelaria do Litoral Norte.

Diferentes tipologias compõem o Programa Arquitetônico do Empreendimento. Conforme mostra a Figura 8: *Master Plan* do Empreendimento Reta Atlântico, constam quatro Unidades Residenciais: UR 1, UR 2, UR 3, UR 4, três unidades Hoteleiras: UH 1, UH 2, UH 3 e três unidades de Comércio e Serviço UCS 1, UCS 2, UCS 3.

Para uma análise comparativa dos parâmetros foi necessária a elaboração de uma tabela onde constassem os dados do empreendimento e os cálculos de densidade que se deseja conhecer. Alguns critérios foram adotados: dados de mercado sobre áreas construídas, indicadores de número de funcionários por UHH e foram feitas aproximações para o cálculo da volumetria, adotando o padrão de pé direito de 3,00m.³⁰ A Tabela 18: Parâmetros Urbanísticos do Reserva Imbassáí, apresenta os dados do empreendimento, as informações de área ocupada e de subáreas da gleba onde localizadas as distintas tipologias do programa: UH – Unidades Hoteleiras, UR – Unidades Residenciais e UCS – Unidades de Comércio e Serviço, estas, não analisadas, em função da pequena proporção que concorre para o conjunto, embora se reconheça ser para a paisagem, mesmo o pequeno detalhe, importante. Pôde-se então caracterizar densidades líquidas, *populacionais*, *construtivas*, *volumétricas* e *volumétricas do conjunto*, subsídio para este estudo.

A relação *população/ha*, de utilização mais corrente, não está associada à expressão edificada do empreendimento. As três outras expressões de densidade, porque pouco usuais e porque são suscetíveis a variações em função de múltiplas dimensões são submetidas ao descarte sumário.

A Figura 8 corresponde ao *Master Plan* do empreendimento Reserva Imbassáí, sendo a sua leitura necessária à compreensão da análise. As unidades que compõem o empreendimento podem ser identificadas e serão referidas no texto, a partir deste ponto com as siglas constantes no *Master Plan*.

³⁰ Dados e critérios para construção da tabela dos parâmetros da Reserva Imbassáí:

Para o cálculo da população total e de hóspedes, foram adotados os seguintes critérios: Uso Hoteleiro - 2,5 pess/UH; para o Uso Residencial: UH de 4 Quartos - 6 pessoas; UH de 3 Quartos - 5 pessoas; UH de 2 Quartos - 4 pessoas; Unidades Habitacionais Quarto/Sala - 3 pessoas; Cálculo dos funcionários do complexo: 0,70 funcionários/UH, para os hotéis, mais 40 funcionários da administração e manutenção do empreendimento como um todo. Contingente resultante de 635 funcionários.

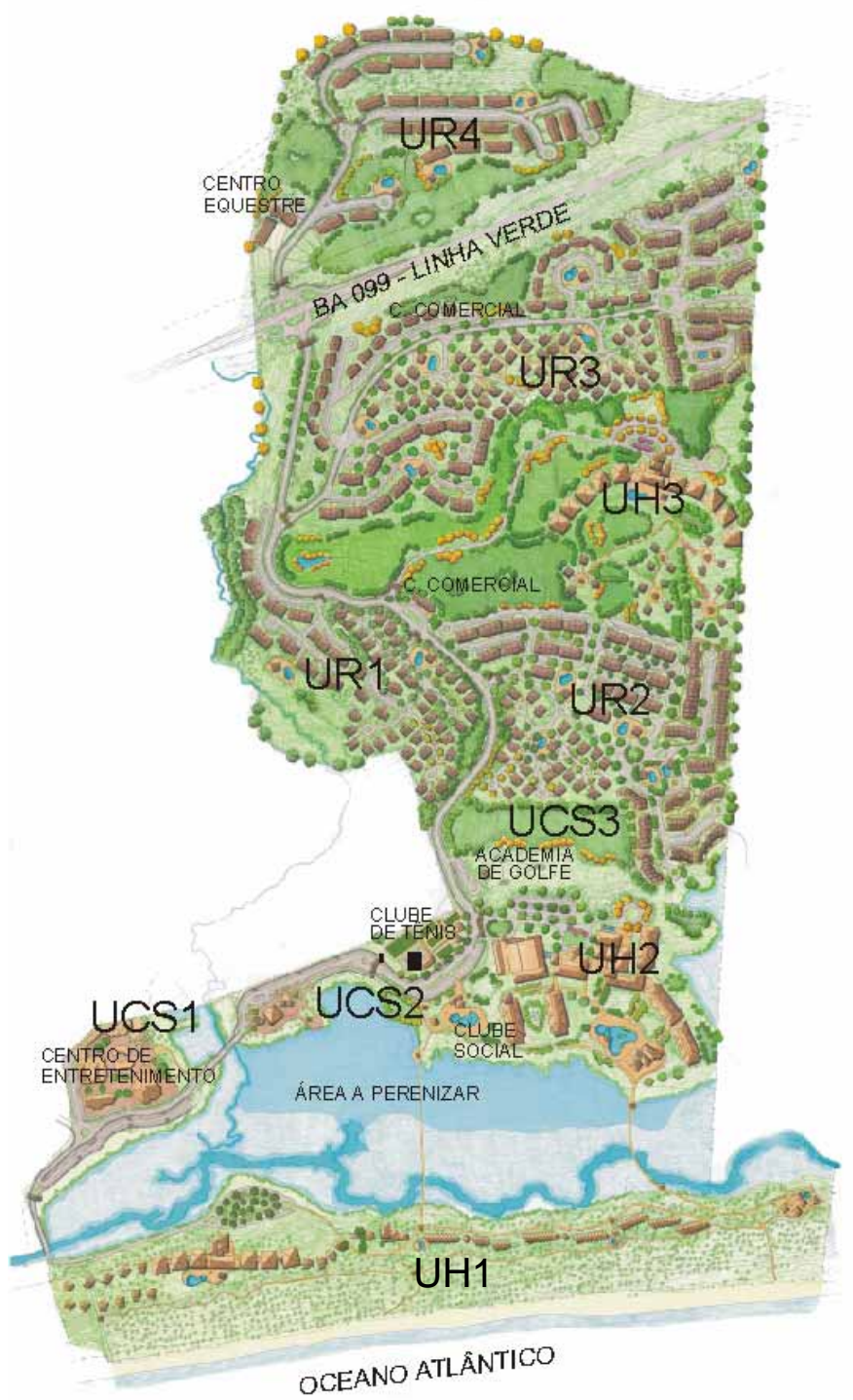


Figura 8 - Master Plan Empreendimento Reserva Imbassaí

USOS	IO	IU	IP	PAV.	H	Nº UH	Nº HAB	ÁREA OCUPADA	ÁREA COSNTRUÍ DA	ÁREA DA GLEBA (M2) (HÁ)	VOL. EDIFICADO (M3)	VOL. CONJUNTO (M3)	HAB/HÁ	M2 /HÁ	M3/HA Edificad o	M3 /HÁ Conjunto		
UH1	0,007	0,014		3	11	253	850	506	9262	18070	200100	20,01	101880	2201100	25,29	903	5091	110000
UH2	0,011	0,025		4	14	338		845	14000	31900	304200	30,42	196000	4258800	27,78	1049	6443	140000
UH3	0,007	0,013		4	14	259		647	9444	16933	94500	9,45	132222	1323000	68,47	1792	13992	140000
UR1	0,005	0,009		2	7	62	1000	340	6996	11121	90400	9,04	48973	632800	37,61	1230	5417	70000
UR2	0,011	0,021		2	7	167		675	14469	26903	128800	12,88	101281	901600	52,41	2089	7863	70000
UR3	0,016	0,027		2	7	260		1162	19648	34470	205500	20,55	137536	1438500	56,55	1677	6693	70000
UR4	0,006	0,012		2	7	511		1555	8111	14901	126500	12,65	56774	885500	122,92	1178	4488	70000
UCS1	0,004	0,008		2	7	0	0	0	5090	7686			35630	0				
UCS2	0	0		2	7	0		0	501	601			3504	0				
UCS3	0	0		2	7	0		0	100	100			700	0				
AREA TOTAL (HÁ)							635						0	0				
126,45	0,07	0,129	0,817			1850	6365	87620	162685				814498	11641300	50,34	1286,55	6441,27	92062,48

Quadro 7: Parâmetros Urbanísticos do Empreendimento Reserva Imbassai

Fonte: Elaborado pelo autor

OBS: Os dados desta tabela foram construídos com os dados do EIA-RIMA e complementados informação do master plan apresentado à secretaria de turismo, portanto a precisão dos dados pode não corresponder precisamente ao edificado, entretanto não divergem quanto a ordem de grandeza., nem desvirtua a análise.

Funcionários: 0.70/UH mais 40 da administração totalizando 635 funcionários.

Comentários sobre o quadro dos parâmetros versus densidades líquidas.

As densidades calculadas como *construída*, *volumétrica* e *volumétrica do conjunto* têm o sentido de buscar uma correlação entre áreas construídas com uma dada volumetria versus as características desta paisagem, tão uniforme, e, então, possa-se, nesses primeiros empreendimentos, fazer a crítica quanto aos efeitos das densidades projetadas na paisagem.

Foi calculada a densidade *volumétrica* de duas maneiras: primeiro, a densidade é calculada com a volumetria do edifício; segundo, a densidade é calculada com a volumetria do conjunto, considerando a superposição das edificações, caracterizando o conjunto edificado mais os interstícios entre os edifícios.

A densidade expressa em hab/ha, na média do conjunto desse empreendimento, é de 50,34 hab/ha que, comparado com o concebido pelo PRODETUR-BA para os complexos hoteleiros, densidades líquidas de 10 a 15 leitos/ha, significa que as densidades praticadas estão, na média, 5,11 vezes maior que o concebido. Separadamente, as UH 1 e UH 2 estão de 2 a 2,8 vezes maiores que o concebido, e, a UH3 está 5,71 vezes maior. O grande desvirtuamento se encontra nas UR - Unidades Residenciais onde as densidades situam-se de 5 a 10 vezes maior que o idealizado.

Para o conjunto de unidades residenciais UR 1, UR 2, UR 3 e UR 4, a média da densidade populacional é de 62,32 hab/ha, enquanto que a média da densidade populacional para as UHs é de 30hab/ha, ou 30 leitos/ha. Caracterizando-se discrepância mais acentuada no setor residencial de 6,2 a 4,5 vezes maior que o PRODETUR-BA.

O Quadro 8: Comparativo dos parâmetros das densidades das UH – Unidades Hoteleiras e UR - Unidades Residenciais também proporciona outros conhecimentos.

UH – Unidades Hoteleiras Densidades Médias		UR – Unidades Residenciais Densidades Médias	
Populacional (hab/ha) (exceto funcionários)	33,50	Populacional (hab/ha) (exceto funcionários)	62,32
Construtiva (m ² /ha)	1.117	Construtiva (m ² /ha)	1.585
Volumétrica (m ³ /ha)	7.183	Volumétrica (m ³ /ha)	6.251
Vol. do Conjunto (m ³ /ha)	130.000	Vol. do Conjunto (m ³ /ha)	70.000

Quadro 8: Comparativo dos Parâmetros da UH e UR do Reserva Imbassáí.
Fonte: Dados da pesquisa

A tabela demonstra que as UH – Unidades Hoteleiras comparecem com quase o dobro da *densidade volumétrica do conjunto* com relação à UR – Unidades Residenciais. As demais densidades divergem sem discrepâncias acentuadas, donde, pode-se depreender que para as unidades hoteleiras, enquanto a relação *volume / área construída* corresponde a 6,4 vezes, a relação *volume do conjunto / área construída* é 116 vezes maior, demonstrando que a relação se altera a uma razão muito mais elevada. Se considerado que a área construída da URs é maior que a hoteleira e que o volume do conjunto é quase metade, podemos aquilatar o quanto influi na volumetria do conjunto a concentração da área construída com maior verticalidade.

Estes números da tipologia habitacional, para o ecossistema em que se instala se mostram excessivos com relação à participação na paisagem. A participação da UR 3 é considerada inadequada, como resultado para a paisagem.

Outra grande descaracterização da concepção original do Centro Turístico está na oferta do mix URs e UHs, previsto para 33,3% das Unidades Residenciais Hoteleiras - UR e os 66,6% restantes para Unidades Habitacionais Hoteleiras - UH. O que se verifica, no entanto, neste empreendimento, é uma inversão 54% de UR e 46% de UH, configurando um empreendimento, predominantemente, imobiliário.

A construção de referenciais que correlacionem quantidades / tipologia habitacional / ecossistema, que reflita um conhecimento específico e pormenorizado sobre as relações espaciais neste tipo de unidade de paisagem, contribui para formar idéia sobre a situação real da prática de parâmetros urbanísticos que, neste caso, foram pinçados de empreendimentos turísticos estrangeiros: Bali e Coréia (PRODETUR-BA).

A densidade percebida não se restringe a esta abordagem de massas construídas no interior da gleba, consiste, também, da participação destes conjuntos nos efeitos topológicos, perspectivos e semânticos.

Comentários sobre a inserção na paisagem

Os registros fotográficos das visuais do exterior e interior do complexo turístico da Reserva Imbassaí mostram a principal visual externa e visuais internas no sentido descendente e ascendente. Do interior boas visuais no sentido do declive são asseguradas para os usuários.

O empreendimento, nas cotas mais elevadas, esparge unidades habitacionais sobre toda a largura da gleba no sentido transversal sem uma estratégia paisagística de cheios e vazios de modo que a sensação no deslocamento interno até a área hoteleira é de estar num ambiente urbano, num condomínio residencial urbano. *Vide Foto 10, Capítulo 6.* A densidade aplicada de modo extensivo compromete as visuais internas, percebidas na direção do aclave, a partir dos terraços marinhos, quando as URs são visualizadas de longas distâncias, das visuais nesta direção a ocupação tem inserção paisagística de resultado desolador.

Da rodovia, a visual do conjunto, revela, por si, a inconveniência da presença. Os efeitos semânticos associados aos complexos turísticos, para a comunidade residente e mesmo para a grande maioria de soteropolitanos é de rejeição, na atual fase, pois os empreendimentos estão associados a restrições de acesso, são de consumo restrito a pequena parcela da população, têm baixa repercussão na economia local e estão completamente dissociados da identidade regional. As Fotos 14a e 14b, a partir do terraço marinho, mostram o aclave no momento anterior e o aspecto da ocupação, parcialmente implantada, que corresponde a uma *volumetria de conjunto* de 70.000m³/ha, densidade *construtiva* de aproximadamente 1.500 m²/ha. Seguem visuais do interior:



Foto 14 a: Vista da área a partir dos terraços marinhos baixos, antes da implantação
Fonte: Acervo gestor da APA do Litoral Norte



Foto 14 b: Vista da área a partir dos terraços marinhos baixos, antes da implantação
Fonte: Acervo gestor da APA do Litoral Norte



Foto 15: Aspecto do Coqueiral e cordões duna onde se pretende a implantação de UHs com gabarito de 14m, altura da copa dos coqueiros
Fonte: Acervo gestor da APA do Litoral Norte



Foto 16: Mostra a grande interferência que a implantação das URs implica e o que significa no ambiente de restinga o aspecto desse tipo de ocupação
Fonte: Acervo do gestor da APA do Litoral Norte

Visuais do exterior:



Foto 17: Aspecto da participação do empreendimento a partir de visuais da BA-099
Fonte: Registro do autor

Deste empreendimento apenas as unidades habitacionais foram construídas. O complexo Reserva Imbassaí oferece interessante situação para caracterizar a importância da discussão sobre densidades quantitativa e percebida. A densidade das UR 3 e UR 2 são distintas e concorrem na paisagem de modo significativamente diverso: A UR 3 corresponde à manifestação caracterizada como indesejada, Foto 17, em função da sua participação nos efeitos da percepção. Entretanto, a UR 3 tem menor densidade construtiva que a UR 2 e, embora tenham densidades volumétricas de conjunto iguais, comparece na paisagem com efeitos acentuadamente diferentes. A UR 2 da perspectiva da BA-099 não pode ser visualizada, pois está situada em cotas mais baixas e mais recuada com relação à rodovia.

Ainda, com relação a estas UR 3 e UR 2, temos que, igual volumetria de conjunto abriga maior densidade construtiva na UR 2, uma opção a ser considerada quando são ponderados os efeitos na paisagem e também na alteração de ecossistemas de áreas protegidas, territórios turísticos, em especial. Esta variabilidade de significados do dado quantitativo, desconstrói a estratégia de uma ocupação extensiva como um padrão generalizado a ser implantado, ressaltando a importância do planejamento com avaliações que contemple a percepção do espaço.

A UH 3, relativa ao hotel, ainda não foi edificada e o processo de embargo do licenciamento ambiental persiste em razão da ocupação da zona de preservação visual e de obstrução parcial do fluxo hídrico das áreas úmidas e baixios. Para as UHs – Unidades

Hoteleiras predomina a densidade volumétrica de conjunto de 140.000 m³/ha, correspondente ao dobro da densidade volumétrica de conjunto das URs.

O quesito, análise da paisagem, no EIA-RIMA do empreendimento, enquadra o impacto na paisagem, antes da implantação do empreendimento, como: direto, negativo, permanente, imediato, com certeza da ocorrência, de alcance local. Uma avaliação pós-implantação consideraria mesmo as habitações unidomiliares de grande impacto, pois, a área ocupada pelos imóveis, de per si, pode ter pequena magnitude, mas, estas comparecem na paisagem da Linha Verde como agrupamento adensado percebido de longínquas visuais.

Uma análise estratégica da disposição das massas construídas no espaço deve definir uma rede de pontos focais hierarquizados, pois, o exemplo dado com relação UR 2, que não comparece na paisagem, pode significar o comprometimento de visuais a partir da objetiva do empreendimento vizinho ou do usuário do meio de hospedagem no interior da gleba.

A influência do conhecimento, sobre o que ocorre além do campo visual, contamina a percepção de uma área como de especial valor paisagístico devido à impossibilidade de dissociação entre forma, uso e significado, na apreensão do espaço.

A visualização da área do empreendimento (vale para os demais empreendimentos) pode ser restrita, circunstancialmente, neste momento de início da ocupação efetiva do espaço. O aprofundamento do conhecimento dos processos perceptivos urbanos, correlacionados com o parâmetro densidade abre um caminho a ser perseguido para obtenção de resultados mais adequados ao propósito de sustentabilidade ambiental.

A inacessibilidade a grandes espaços litorâneos evidencia tanto o caráter segregacionista da ocupação quanto as limitações objetivas de acessar recursos naturais, as praias, que não ficam garantidos apenas com o estabelecimento de faixa de marinha ou com a Zona de Orla Marítima - ZOM, esta, coincidente com o disposto na Constituição Estadual de 60m da preamar máxima.

Superar a análise objetiva e visualizar a ocupação das etapas subseqüentes de implantação é um exercício projetivo que tem suas limitações. Pensar que na área contígua ao empreendimento, com partido urbanístico similar, está projetado o empreendimento Oríssio com 1500 UH, ou seja, 3.750 leitos, significa que não há como se falar em preservação ou arquitetura de paisagem diante do ordenamento existente.

A seqüência de investimentos elencados na Tabela 1, Capítulo 5, Item 5.1.2, sinaliza para uma atualização nos instrumentos de regulação - APA e PDM de MSJ -, para a incorporação de recursos tecnológicos facilitadores da leitura da paisagem (software I View 3D, p. exemplo) e que enfim, seja assumido um planejamento tendo como premente a incorporação metodológica da paisagem.

7.2 ANÁLISE DAS DENSIDADES E DA PAISAGEM NO EMPREENDIMENTO IBEROSTAR PRAIA DO FORTE

Os dados para esta análise foram obtidos no Estudo de Impacto Ambiental da Fazenda Praia do Forte - RIMA. Vol. VII, elaborado por Gaia Consultoria em 2004. O empreendimento situa-se em área desmembrada da Fazenda Praia do Forte. Este *empreendimento* obteve do governo municipal, através de decreto da Prefeitura Municipal de Mata de São João, o enquadramento como empreendimento de interesse social o que o coloca acima de restrições legais municipais.

...caracteriza de relevante... interesse social as obras, atividades, planos e projeto do Empreendimento Turístico - Hoteleiro e Residencial Praia do Forte Iberostar (Decreto área de interesse social).

A gleba tem uma área de 213 ha, incidindo as zonas da APA de preservação e conservação: ZPR - Zona de Proteção Rigorosa (4,94 %), ZOM - Zona de Orla Marítima (1,50 %), ZOR-E - Zona de Ocupação Rarefeita Especial (93,56 %), esta última com 8,66% de Área de APP, resultando numa área utilizável de 180,10ha correspondente a 85% da área total.

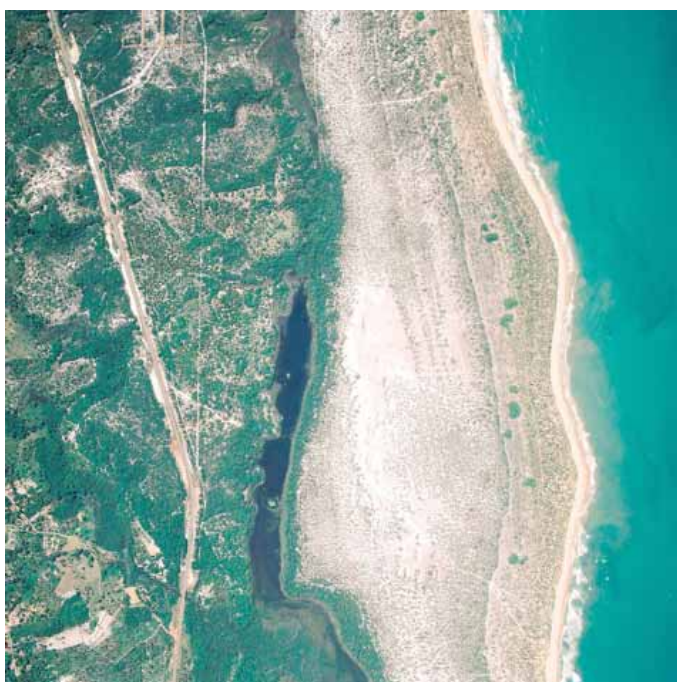


Foto 18: Vista aérea da área do empreendimento Iberostar Praia do Forte
Fonte: Extraída do documento EIA - RIMA

Caracterização das Tipologias e Parâmetros de Implantação

A Tabela 20: Parâmetros Urbanísticos do Empreendimento Iberostar, reúne os dados disponíveis no EIA-RIMA. Para a composição da tabela foram feitas algumas inferências para construir dados similares aos encontrados no EIA – RIMA do empreendimento anterior: cálculo por proporcionalidade da relação área ocupada e área da gleba do setor imobiliário, aplicando-a para obtenção das glebas destinadas a cada modalidade de uso, possibilitando o cálculo das densidades líquidas.

Os gabaritos ditos de 2 pavimentos, para residências e 3 pavimentos, para os hotéis foram considerados com as alturas respectivas de 7 e 11m, sendo que para o centro de convenções e área comercial considerou-se gabarito de 9m.

Os parâmetros deste empreendimento serão comentados de modo comparativo com o empreendimento Reserva Imbassaí. Conforme o Quadro 9, a maior discrepância está no setor hoteleiro com densidade populacional de 57 hab/ha. A densidade populacional média (geral do complexo) é de 54 hab/ha, corresponde a uma oferta de leitos superior de 5,4 a 3,6 vezes o idealizado no PRODETUR – BA. De modo contrário, o Reserva Imbassaí apresenta sua discrepância maior no setor residencial com 62,32 hab/ha, caracterizando-o mais como um empreendimento imobiliário que hoteleiro, e este, como empreendimento hoteleiro mais que imobiliário.

Comparando as ocupações hoteleiras com as residenciais hoteleiras, temos, na Tabela 21, abaixo, que a *volumetria do conjunto* das URs guarda a mesma relação com a URs da Reserva Imbassaí, mas, neste empreendimento representa quase o dobro da *área construída* para uma mesma *densidade volumétrica do conjunto* das URs, ou seja, o empreendimento tem uma compacidade 1,91 vezes maior que o Reserva Imbassaí.

Este indicador de compacidade (IC) emerge das relações de densidade destacadas, e também criadas, para estas reflexões, buscando novas correlações e indicadores para caracterizar os arranjos espaciais, uma das dimensões mais importantes que concorre para a densidade percebida.

$$IC \text{ (índice de compacidade)} = \textit{densidade construtiva} / \textit{densidade volumétrica do conjunto}. \quad (1)$$

Quando comparada a relação *densidade construtiva* e *densidade volumétrica do conjunto* temos que, a ocupação das URs do Iberostar é 1,69 vezes mais saturada que a do Reserva

Imbassaí. O índice de saturação da paisagem (IS) surge da relação das densidades idealizadas para esta análise (densidade volumétrica do conjunto) e, assim como o IC – índice de compacidade, também caracteriza este outro aspecto dos arranjos espaciais que resultam na densidade percebida.

$$IS \text{ (índice de saturação)} = \text{densidade volumétrica} / \text{densidade volumétrica do conjunto.} \quad (2)$$

Os índices urbanísticos serão objeto de considerações mais detalhadas no item 7.4.

UH – Unidades Hoteleiras Densidades Médias		UR – Unidades Residenciais Densidades Médias	
Populacional (hab/ha)	57	Populacional (hab/ha)	30
Construtiva (m ² /ha)	3.168	Construtiva (m ² /ha)	3031
Volumétrica (m ³ /ha)	17.475	Volumétrica (m ³ /ha)	10.612
Vol. do Conjunto (m ³ /ha)	115.282	Vol. do Conjunto (m ³ /ha)	70.000

Quadro 9: Comparativo dos Parâmetros da UH e UR do Iberostar.
Fonte: Dados da pesquisa

USOS	IO	IU	IP	PAV.	H	Nº UH	Nº HAB	ÁREA OCUPADA	ÁREA COSNTRUÍDA	ÁREA DA GLEBA (M2) (HÁ)	VOL. EDIFICADO (M3)	VOL. CONJUNTO (M3)	HAB/HÁ	M2 /HÁ	M3/HA Edifcadio	M3 /HÁ Conjunto	
H1 e H2				3	11	800	1.900	51900	103.800	342.400	31,24	570.900	3.766.400	61	3323	18275	120563
H3 e H4				3	11	800	1.900	54106	108.212	356.900	35,69	595.166	3.925.900	53	3032	16676	110000
UR UNI				2	7	104											
UR PLURI				2	7	104	800	39869	79.738	262.956	26,30	279.083	1.840.692	30	3.031,86	10612	69988
C e Cv				2	9			12445	24.890	82.100	8,21	112.005	738.900				
Serviço				2	7			8106	16.212	53.500	5,35	56.742	374.500				
Lazer				2	9			12707	25.415	83.800	8,38	114.363	754.200				
ÁREA TOTAL (HÁ)							1.600										
180,1						1850	6.200	179.133	358.267	1.181.656	115,17	1.728.259	11.400.592	54	3111	15006	98989
									4.600 pax	194 m2/UH		820 m3/UH	5406 m3/UH				
										78 m2/hab		330 m3/hab	2174 m3/hab				

Quadro 10: Parâmetros Urbanísticos do Empreendimento Iberostar

Fonte: Elaboração do autor com dados do EIA-RIMA

OBS: Funcionários: 1600 funcionários

As áreas das glebas foram inferidas observando a mesma proporcionalidade da relação área construída da área residencial uni e pluridomiciliar

Considerações sobre os efeitos na paisagem

O partido arquitetônico do hotel implantado em forma de “U”, com a abertura voltada para o mar, conforma grande volume, encerrando no seu interior o espaço que esta forma abraça, configurando, do ponto de vista da paisagem, um volume do conjunto maior que o propriamente edificado, sendo que, esta forma é concentradora de área construída.

A edificação está implantada invadindo num dos lados a faixa da ZOM – Zona de Orla Marítima, correspondente a 60m após a preamar máxima, o que deixa a volumetria do hotel ser vista no deslocamento a pé pela praia.

Conforme o EIA – RIMA do Complexo:

Esta forma orgânica de implantação valoriza o patrimônio natural existente e procura a convivência harmônica entre o meio ambiente e uma arquitetura que tem na integração com natureza e com a cultura local a base dos seus princípios (EIA-RIMA).

O papel tudo aceita, pois é difícil entender esta afirmação, quando os discursos estão descasados dos fatos construídos. Em nada o empreendimento se assemelha à tipologia de construção local ou estabelece qualquer integração de elementos da cultura local, ao contrário, tem escala muito diferente e adota linguagem arquitetônica que se situa entre o eclético e o temático. O arranjo arquitetônico assenta na paisagem um monobloco de grandes proporções que se insere de modo impositivo e não permite uma relação de troca, de transparência como seu entorno.

A Figura 9 consiste da representação gráfica do complexo hoteleiro Iberostar. Ilustra a forma da ocupação como referida, em “U” com a abertura para o mar. *Vide*, também a Foto 9, Capítulo 6, Item 6.1.3.

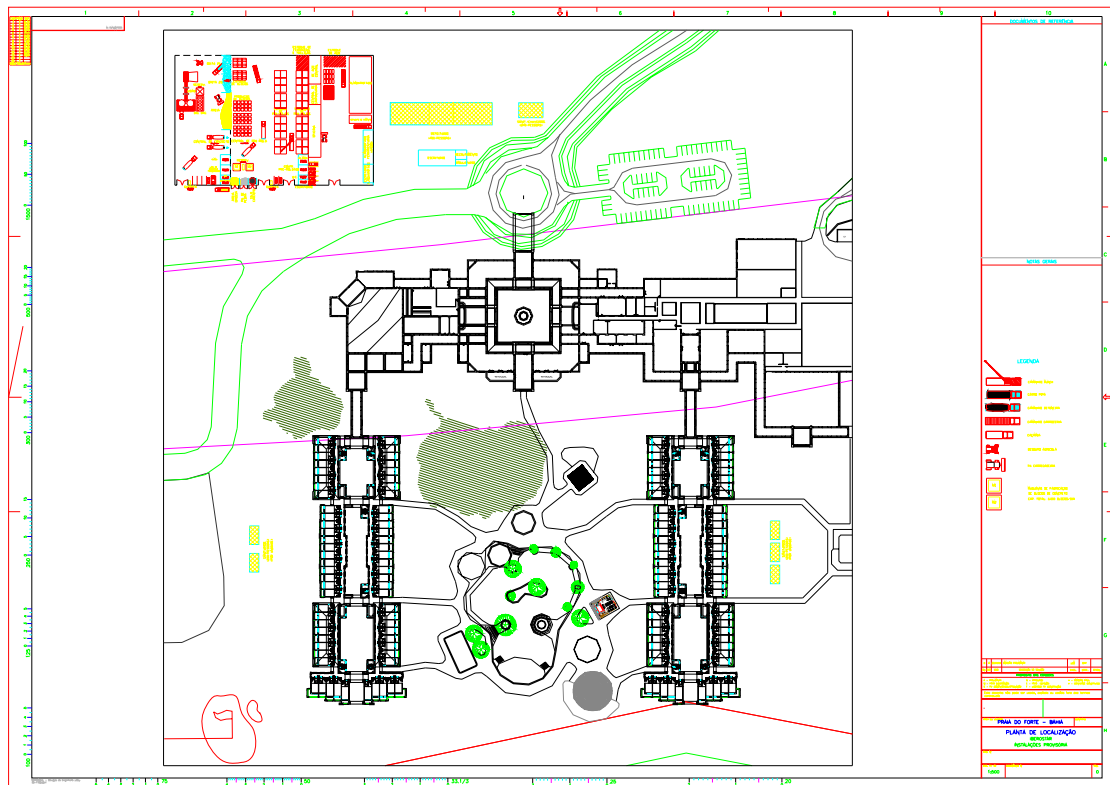


Figura 9: Planta Baixa do Complexo Iberostar Praia do Forte
Fonte: EIA –RIMA do Empreendimento

Análise da paisagem

Recorrendo ao destacado no EIA – RIMA, temos que a supressão de vegetação é entendida como perda temporária, “o grande percentual de área que permanecerá com sua cobertura vegetal original deverá manter os aspectos da beleza cênica local.” Embora o trabalho de preservação de fauna e flora que desenvolve, a ocupação no trecho da ZOM e a implantação do campo de golfe, de modo contrário, são irreversíveis.

Quanto ao impacto da implantação do sistema viário e de edificações afirma, “promoverá intervenções que modificarão as características naturais da área com alterações no relevo, modificando a paisagem.” No EIA-RIMA, assim como na APA e no PDM os argumentos de minimização das interferências na paisagem estão centrados na “barreira formada pelo coqueiral frontal”, a barreira da mata ciliar das lagoas Juarinha e Timeantube” além dos projetos de “revegetação paisagística”.

Quanto ao campo de golfe, o impacto é analisado da seguinte forma: “As alterações na paisagem proporcionadas por esta atividade serão pouco significativas tendo em vista a conformação original ondulada do relevo.” A medida mitigadora, além de preservar a vegetação residual, é de “implementar programas de revegetação privilegiando as espécies nativas.”

Seguem visuais do Complexo Iberostar:



Foto 19: Visual do interior
Fonte: EIA RIMA do Empreendimento

Pode-se observar o campo de dunas e ao fundo os cordões duna e o coqueiral, a partir de visual interna, anterior à implantação do empreendimento. A vegetação é típica da restinga associada a processos eólicos, ambiente para o qual se prescreve, nos instrumentos legais, o plantio de espécie arbórea.



Foto 20: Vista aérea do complexo hoteleiro a partir do mar
Fonte: Mídia eletrônica

A Foto 21 mostra a implantação do Complexo descaracterizando a faixa de coqueiral com a edificação principal e o campo de golfe. Ao fundo, observam-se os tabuleiros da Formação Barreiras. Na arquitetura pode-se reconhecer o aspecto temático do conjunto de inspiração mexicana, talvez. A implantação do edifício à beira do mar disponibiliza espaço mesquinho para as atividades de lazer e contemplação relacionados com a praia.



Foto 21: Visual do coqueiral pós implantação
Fonte: Mídia eletrônica

Na Foto 21 os coqueiros residuais mostram o resultado da implantação que não valoriza o recurso ambiental. O ambiente da piscina tem o mesmo aspecto de outros no Centro Turístico, sem qualquer afinidade com os recursos do lugar, nem com a identidade de ambiente à beira mar, cuja linguagem arquitetônica só foi absorvida pelo Ecoresort Praia do Forte.

7.3 COMPARATIVO DOS COMPLEXOS HOTELEIROS, APA DO LN E PDM DE MATA DE SÃO JOÃO

Os dados que compõem o Quadro 11, focalizam a zona predominante em ambos os empreendimentos - a ZOR - E, Zona de Ocupação Rarefeita Especial -, que admite gabarito de 14 m, equivalente a 4 pavimentos para glebas maiores que 20 ha a até 1000m da linha de preamar máxima. Comparando as densidades líquidas dos empreendimentos com as densidades definidas no PRODETUR-BA, na APA do LN e no PDM de Mata de São João, encontramos a situação registrada na Quadro 11.

Empreendimentos Planos e Normas		Densidade Populacional líquida hab/ha	Densidade Construtiva líquida m ² /ha	Densidade Volumétrica líquida m ³ /ha	Densidade volumétrica do conjunto líquida m ³ /ha
PRODETUR - BA		10 a 15	-	-	-
APA do LN ZOR - E		76	4.000	-	280.000
PDM Mata de S. João		189	3.000	11.000	-
Reserva Imbassai	UH	33,50	1.117	7.183	130.000
	UR	62,32	1.585	6.251	70.000
Iberostar	UH	57	3.168	17.475	115.282
	UR	30	3.031	10.612	70.000

Quadro 11: Comparativo de Densidades - PRODETUR, Empreendimentos, APA do LN e PDM de MSJ
 Fonte: Dados da pesquisa

Este comparativo mostra que a APA do LN transpôs a intenção do planejamento turístico, de baixíssima densidade, para densidades baixas, de padrão urbano, com uma relação de m²/habitante muito elevada com relação aos padrões urbanos, como demonstrado a seguir: enquanto da Lei de Ordenamento de Uso e Ocupação do Solo de Salvador – LOUOS estabelece uma taxa de conforto de 10 m²/hab, e o mercado pratica 25 m²/hab, a relação *densidade construtiva versus densidade populacional* na ZOR – E, corresponde a 52,63 m²/hab. Isto significa que dividindo o potencial construtivo/ha (4000 m²/ha) pela relação m²/hab praticada no mercado (25m²/ha), temos que, a quantidade de m² passível de ser construído, pelo que estabelece a APA do LN, equivale ao que na área urbana seria necessário para uma densidade de 160 hab/ha. Isto é, não há correspondência entre densidade populacional e construtiva para diferentes padrões de uso. As densidades podem ser consideradas baixas e baixíssimas quanto à população, mas quanto à sua expressão enquanto fato construído corresponde a densidades médias urbanas.

Observando os números praticados, especialmente pelo empreendimento Reserva Imbassai, para o qual se analisou a concepção completa, temos que: os parâmetros APA estão bastante superiores, relativamente ao que tem se conseguido implantar, ou seja, as limitações ambientais definem uma condição de maior restrição que os parâmetros de ocupação, o que,

deve motivar os avanços sobre os recursos naturais, com muitos registros de ocupações indevidas e vários pedidos de rezoneamento. Quanto à inserção volumétrica, observa-se o mesmo comportamento de maior permissividade dos parâmetros da APA com relação aos valores praticados.

A revisão da APA do LN se apresenta como uma emergência e deve aproveitar a experiência dos empreendimentos instalados, como exercícios, que não foram feitos à época do seu planejamento, iniciando a partir dos dados que estes exercícios/empreendimentos revelam.

O disposto no PDM caracteriza melhor um padrão de ocupação urbana tanto para a densidade *populacional* quanto para a densidade *construtiva e volumétrica*, pois, este PDM, define maior fracionamento do solo.

A pesquisa centrou-se nos levantamentos das densidades e respectiva análise da paisagem de dois dos quatro empreendimentos hoteleiros que podem ser enquadrados como de grande porte. Os dados trabalhados foram suficientes para desenvolver o raciocínio que interessa à análise das relações entre paisagem e densidade. Com maior disponibilidade e recurso a pesquisa poderia incluir o equipamento de referência que inspirou as diretrizes deste Centro Turístico, o Praia do Forte Ecoresort, e o Complexo Costa do Sauípe, entretanto, estes, não representam o movimento de corporações internacionais do período de integração ao mercado mundial.

Esse tema merece da comunidade de arquitetos e urbanistas, práticos e teóricos, maior aprofundamento. Na ocasião de um estudo aplicado ao planejamento e menos às reflexões teóricas, como deverá ser o caso da revisão das APA do LN ou de um planejamento ambiental específico, na escala do Centro Turístico, é preferível que os levantamentos das densidades sejam realizados com dados do projeto legal, mais precisos que os dados do EIA.

O maior potencial do procedimento foi o de ter conduzido à definição de dois indicadores urbanísticos novos: o índice de Compacidade e o índice de Saturação que podem vir a representar uma possibilidade de trabalhar com outras relações espaciais, a partir da valorização de densidades pouco usuais como: a densidade *construtiva*, a densidade *volumétrica* e a densidade *volumétrica do conjunto*.

7.4 Novos Índices Urbanísticos: Compacidade e Saturação

A opção de valorizar o resultado do conjunto edificado na paisagem, focalizando não a parte, mas o todo, tornou-se uma opção metodológica que indicou a necessidade de quantificar também a volumetria do conjunto e não apenas o edifício. Relacionando o conjunto edificado com a área líquida em que está implantado, pôde-se, então, quantificar uma relação do arranjo espacial, da arquitetura do conjunto: a densidade líquida volumétrica do conjunto. Como os arranjos espaciais se apresentam com volumetrias mais, ou menos, acentuadas em função de uma estratégia de disposição das massas construídas no espaço, esta relação de volumetria do conjunto se constitui em dado importante para se aproximar do conhecimento sobre o resultado do conjunto edificado na paisagem. Entretanto, este resultado depende de outros referenciais, como visto neste texto, pois que é suscetível às condições de deslocamento e de percepção na paisagem. Tendo em consideração que o dado numérico é mediatizado pelos elementos da paisagem natural e cultural em que se insere, o conhecimento sobre a volumetria de edifícios e arranjos espaciais e seus efeitos na paisagem podem ser sistematizados, para unidades ambientais específicas, à exemplo do Litoral Norte, uma extensa região com grande uniformidade ambiental.

Obtém-se a densidade líquida volumétrica do conjunto com o cálculo da volumetria dos edifícios mais os interstícios da área utilizável, pois que estes são percebidos se superpondo uns aos outros. Correlacionando-se densidade líquida construtiva com densidades líquida volumétrica do conjunto pôde-se obter um Índice de Compacidade, assim como, correlacionando-se densidades líquidas volumétricas do edifício com a densidade líquida volumétrica do conjunto pôde-se obter um índice de preenchimento do volume do conjunto, um Índice de Saturação.

Os índices abaixo obtidos correspondem a uma ocupação cujo aspecto está registrado na Foto 22. A partir desses primeiros empreendimentos conscientiza-se sobre a importância de compreender o significado na paisagem dos parâmetros definidos na APA do LN e PDM, e, de construir socialmente o pacto para a ocupação futura, tendo em vista os novos empreendimentos que sinalizam com a sua implantação, em horizonte próximo.

Adiante os dois novos índices urbanísticos são aplicados na UR3 do empreendimento Reserva Imbassaí, vista na Foto a seguir:



Foto 22: Vista da UR3 do Reserva Imbassáí
Fonte: Registro fotográfico do autor

Índice de Compacidade - IC

$$I \text{ Compacidade} = \frac{\text{Densidade Construtiva}}{\text{Densidade Volumétrica do Conj.}} = \frac{1.677 \text{ m}^2/\text{ha}}{70.000 \text{ m}^3/\text{ha}} = 0,023 \text{ m}^2/\text{m}^3 \quad (3)$$

Quanto maior a densidade construtiva, ou seja, quanto mais compacto for o conjunto construído, o índice tenderá crescer, conforme expressão abaixo, que considera para este exercício a ocupação total da gleba, tomando-se a taxa de ocupação estabelecida na APA para a Zona ZOR-E, zona em que o empreendimento se situa predominantemente, de 10%, e o número de pavimentos desta UR3 de 2 pavimentos, temos que:

$$\text{Área total ocupável da gleba líquida} \times \text{n}^\circ \text{ de pav.} = \text{Área de construção máxima} \quad (4)$$

$$(20.550 \text{ m}^2 \times 2 \text{ pav}) = 41.100 \text{ m}^2$$

Neste caso, a densidade construtiva máxima para a unidade residencial é de:
41.100 m² /20,5ha, ou seja, 2004 m²/ha.

O índice de compacidade resultante da relação entre a densidade construtiva (m²/ha) (41.100m² / ha) e a densidade volumétrica do conjunto (70.000m³/ha) é igual a 0,587 m²/m³, correspondente à situação de ocupação máxima da gleba com dois pavimentos.

O Índice de Compacidade, então, será máximo de 0,587 m²/m³ ⇔ 100%, donde IC da UR3 (0,023m²/m³) ⇔ 0,039, ou seja, tem compacidade de 3,9%. Este percentual representado por este índice se valoriza quando pode ser associado ao conhecimento sobre o ambiente, de modo que, pode orientar redefinições dos tradicionais parâmetros: IO - Índice de Ocupação, IU - Índice de Utilização e IP - Índice de Permeabilidade, compatibilizando-os ao resultado idealizado pela arquitetura da paisagem.

Índice de Saturação - IS

Continuando com os dados da UR3 do Reserva Imbassai temos então que o Índice de Saturação da paisagem corresponde a:

$$IS = \frac{\text{Densidade volumétrica edificada}}{\text{Densidade volumétrica do conjunto}} = \frac{6693 \text{ m}^3/\text{ha}}{70.000 \text{ m}^3/\text{ha}} = 0,095 \quad (5)$$

Nesta análise, a padronização da unidade considerada (UR 3) e a simplificação dos dados conduzem à correspondência linear entre densidade volumétrica edificada e densidade volumétrica do conjunto, refletindo a relação de taxa de ocupação considerada de 10% (parâmetro APA). Os esquemas a seguir ilustram os Índices de Compacidade e de Saturação. Mostram situações que podem ser detectadas com o que se pode compreender a partir destes novos indicadores que refletem a participação volumétrica nos arranjos espaciais.

ÍNDICE DE COMPACIDADE

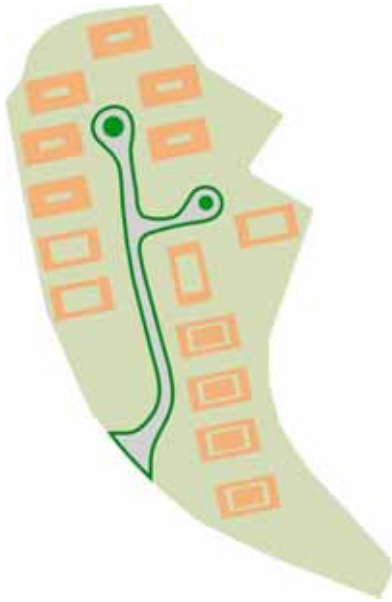


Figura 10: Ilustração do Índice de Compacidade
Fonte: Elaborado para a pesquisa

A quantidade de área construída (m^2) para um mesmo volume edificado (m^3) diferencia o Grau de Compacidade do conjunto edificado.

ÍNDICE DE SATURAÇÃO

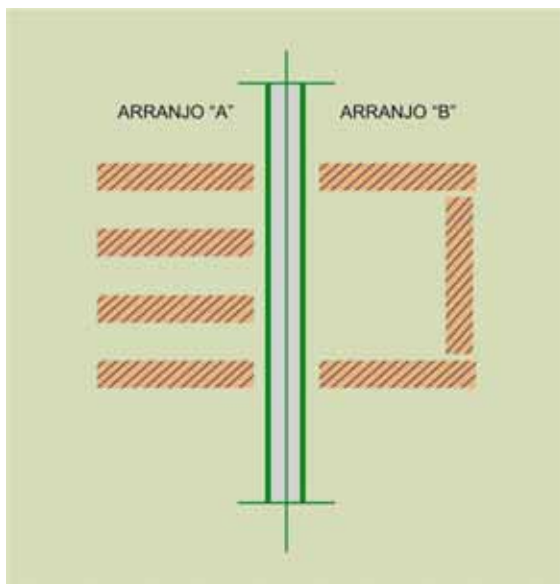


Figura 11: Ilustração do Índice de Saturação
Fonte: Elaborado para a pesquisa

O Arranjo "A" e o Arranjo "B" comparecem com a mesma volumetria de conjunto (m^3), entretanto o espaço está mais saturado de volumes edificados no Arranjo "A" que no Arranjo "B".

Intui-se, sem uma compreensão clara da formulação matemática, que desta opção metodológica e desta decisão de valorizar aspectos volumétricos dos tradicionais parâmetros urbanísticos, e, mais, o conjunto do arranjo espacial, na sua harmonização com o ambiente, que o edifício isolado, outras relações espaciais, como um Índice de Dispersão no território, pode ser formulado.

7.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O capítulo apresenta as análises das densidades dos dois complexos hoteleiros eleitos para verificação das relações que os conjuntos edificados estabelecem com a paisagem, com base no disciplinamento do ordenamento territorial vigente. Esse levantamento consiste numa oportunidade efetiva de avaliação do planejado e da sua aplicação prática na conformação dos espaços, especialmente, pela grande dimensão e pela previsível expansão do território do turismo para além do limite norte do Centro Turístico Forte-Sauípe. Também oportuna, é a possibilidade de fazer inferências a partir de uma realidade em processo de experimentação e não sobre simulações/abstrações.

Pôde-se tanto analisar os tratamentos dados à paisagem e à densidade quanto caracterizar os pontos de desvirtuamento do planejamento quando aplicado. Ainda, os elementos da discussão permitiram reflexões prospectivas do comprometimento da paisagem desta região, como também, a detecção de índices urbanísticos relacionados à volumetria da ocupação, apropriando relações espaciais e numéricas que permitirão reflexões acerca dos resultados da ocupação na paisagem e do aprimoramento da técnica de planejamento, com maior qualificação dos resultados, apontando caminhos para a atualização de técnicas e práticas, ao padrão da sustentabilidade na sua versão mais ampliada.

Nas Conclusões e Recomendações serão apresentadas as reflexões que emanaram dos estudos e pesquisa deste trabalho, bem como serão encaminhadas sugestões metodológicas propositivas, para posterior aprofundamento.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo retomam-se as questões da pesquisa e busca-se o ordenamento dos conteúdos mais essenciais e mais objetivos para responder a cada uma das perguntas de pesquisa. Na seqüência, levanta-se a discussão das hipóteses de trabalho e segue-se com a apresentação dos avanços, limites e proposições para encaminhar solução, de modo que, os efeitos dos conjuntos edificados, na paisagem, não comprometam este recurso ambiental tão estratégico ao desenvolvimento da atividade turística, mantendo sintonia com a identidade local.

O trabalho incorpora a visão de que os processos envolvidos na relação território, turismo e ambiente são bastante complexos e envolvem diferentes interesses. A contribuição do estudo consiste em avançar na compreensão dos fenômenos envolvidos, com vistas à construção de instrumental técnico que possa subsidiar ações de gestão do território adequadas à sustentabilidade ambiental em todas as suas dimensões.

As densidades populacionais são de uso mais corrente, relacionam habitantes por unidade de área, mas, no âmbito do urbanismo, outras expressões são também importantes, embora não sejam tão utilizadas, como a densidade de área construída e de volumes edificados e o território. A densidade é, recorrentemente, utilizada como uma expressão quantitativa, associada à dimensão econômica, utilizada no dimensionamento de redes de infra-estrutura urbana, de custos de produção do espaço, de projeções populacionais, nas avaliações de rentabilidade e outras especulações. A densidade contém uma expressão qualitativa - a densidade percebida -, que traz à tona os aspectos qualitativos dessa relação de elementos e unidade de área. As especificidades deste parâmetro são de ordem tão variada quanto podem ser as diferenças culturais entre indivíduos, ou quanto podem ser diferentes os aspectos de um território, conceito cuja aplicação pode significar a incorporação dos valores da identidade local às análises e ao planejamento.

Por meio do conceito de densidade percebida encontra-se o caminho para tratar esse indicador estratégico da produção do espaço - a densidade -, numa perspectiva de sustentabilidade, capturando, então, as suas dimensões qualitativas. Estas dimensões configuram variações na percepção da densidade quantitativa como: o perfil dos grupos sociais, os processos econômicos, a identificação com uso, a escala, os elementos do meio físico, biótico e antrópico do entorno, as características tipológicas do conjunto edificado, dentre outros, e, por fim, o recurso o desenho urbanístico associado à arquitetura da paisagem, pois,

frise-se que a prática do planejamento e da produção do espaço não tem domínio sobre a correspondência do dado numérico na sua manifestação no ambiente, descartando, metodologicamente, os elementos e as condições da percepção da paisagem. Esta seria uma condição para o ordenamento do território de modo sustentável: parâmetros da produção do espaço com aderência à identidade local, à realidade do meio social, cultural, ecológico, econômico, político, institucional, espacial e territorial³¹, aproximando-se de resultados maiores que o benefício direto para um empreendimento específico.

No quadro da paisagem, a densidade percebida, por meio da análise qualitativa dos elementos populacionais, construtivos, volumétrico, metodologicamente cotejados para cada uma das dimensões de sustentabilidade, representaria uma síntese capaz de interrelacionar, no que diz respeito ao ambiente construído os diferentes aspectos dessa realidade. A percepção, de como estes elementos estão concorrendo no espaço, deve ser mais determinante que a expressão numérica, que define apenas o potencial de produção do espaço a ser edificado.

A seguir, sintetiza-se o conteúdo apreendido e constrói-se uma correspondência entre as macro determinações econômica, o setor turismo e o papel das políticas públicas no que tange o ordenamento da ocupação do território.

RESPOSTA À PRIMEIRA QUESTÃO DE PESQUISA: TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O trabalho de pesquisa bibliográfica trouxe os subsídios à resposta da primeira questão de pesquisa que inquiri sobre o papel das atividades voltadas para o turismo nas políticas públicas do ordenamento do território. Permitiu, por meio da leitura dos planos de governo e das ações efetivas de gestão territorial, identificar as relações do turismo com o território, a partir do momento que esta atividade se efetiva, e apreender os resultados da participação deste setor e suas específicas atividades em cada um dos períodos históricos, nos distintos modos de organização da economia e da sociedade: o fordismo, ou desenvolvimentismo, marcado pela forma de acumulação intensiva e o período de integração de mercados, com a peculiar forma de acumulação flexível.

A abordagem nas três escalas, Brasil, Nordeste - Bahia, e Litoral Norte, revela o encadeamento de eventos que resultaram nas circunstâncias de eleição do Litoral Norte da Bahia como lócus de inédita transformação em ritmo e magnitude no início do Sec. XXI.

³¹ Dimensões de sustentabilidade referidas no Capítulo 1 deste texto, (SACHS, 2002, p.85)

A resposta à primeira questão resulta num texto que focaliza o alcance do setor turismo no território, a partir das políticas públicas em cada período analisado. O texto expurga os dados que não estão no ponto central deste foco, retomando apenas o essencial para a compreensão, com o seguinte título: Turismo e Políticas Públicas de Ordenamento do Território no Desenvolvimentismo e Período de Integração de Mercados e encontra-se no Apêndice C. A seguir, resumidamente, são caracterizados os processos que orientaram a apropriação do território pelo turismo nos dois períodos mencionados.

O turismo, não só na dimensão local, é atividade de integração recente à dinâmica da economia global, pois que, está, fortemente, vinculado às grandes transformações tecnológicas e a padrões sócio-econômicos de produção em estágio de geração de excedentes e em estágio de desenvolvimento sócio-cultural integrado em diferentes escalas: regional, nacional e internacional. Em decorrência do aprimoramento dos processos de produção, da redução do tempo de trabalho e da conseqüente disponibilidade para atividades de entretenimento e lazer, este setor coloca-se como um dos mais promissores da economia, em franca expansão, com continuada especialização das diversas atividades voltadas para o turismo: meios de hospedagem, sistemas de transportes, locadoras, navios, aeronaves, o circuito de eventos culturais, comerciais e artísticos, o mercado imobiliário e toda a cadeia produtiva que vem atrelada a este setor.

O desenrolar dessa atividade, ao longo do tempo, analisado a partir das políticas públicas de ordenamento do território, mostra que, nem sempre, o turismo foi diretamente o alvo de programas e projetos de governo, mas que, muitas destas políticas públicas contribuíram, definitivamente, para o estabelecimento do setor turismo, o seu desenvolvimento, até o atual modo de inserção nas políticas de ordenamento territorial.

No início do desenvolvimentismo, as políticas públicas do governo Juscelino Kubistchek que resultam na interligação regional são fator de dinamização da atividade turística, embora não levada a efeito com esta intencionalidade, pode-se dizer, que esta é a primeira política pública que favorece acentuadamente ao turismo, mesmo que, como subproduto da acessibilidade viabilizada na década de 60 pelo Plano de Metas desse governo.

O turismo de base no transporte rodoviário movimenta a instalação de uma infraestrutura hoteleira, esta, principalmente motivada pela dinâmica do setor industrial e pela conseqüente urbanização acelerada que os mega empreendimentos industriais promovem, alterando vínculos geográficos da população, ao tempo em que, formata o ideário do homem e

da sociedade industrial, moldando-lhes o modo de vida, valores, gostos e padrões de consumo do desenvolvimentismo, onde o turismo se encaixa como um novo produto a ser consumido.

Ao final dos anos sessenta as políticas públicas passam a considerar o turismo como uma atividade econômica de significado e crescente autonomia, ainda que apoiado em estruturas e equipamentos motivados por outros setores econômicos. O caso da Bahia é exemplar: atendendo à demanda por meios de hospedagem para o Pólo Petroquímico, o conjunto da hotelaria de alto padrão implantado, ao tempo que supre a uma demanda priorizada pela indústria, suporta ações governamentais de promoção do turismo. Esta oportunidade atiza o crescimento desse setor, essencialmente calcado, até então, nas residências de veraneio, nos balneários estabelecidos por motivação de saúde ou entretenimento baseado no jogo, e, na polaridade da cidade em relação à zona rural, para acesso a serviços de saúde, educação e comércio.

A segunda fase do desenvolvimentismo caracteriza uma nova circunstância de tratamento das políticas públicas para o setor turismo. São criadas as primeiras instâncias de planejamento setorial e de gestão, instituições especializadas e, disciplina-se o setor com a criação de toda a regulamentação das atividades voltadas para o turismo. Apesar do crescente reconhecimento do significado desse setor, nesta fase, as estruturas criadas para a gestão da atividade se mantêm totalmente subordinadas, ou como apêndices de outras atividades, há mais tempo estruturadas, como exemplifica o setor turismo como um apêndice da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo, na Bahia. O setor privado se organiza e amplia a oferta de serviços com a perspectiva de crescimento do mercado interno, emissor e receptor. Os produtos turísticos, ainda pouco desenvolvidos, focalizavam uma segmentação primária do setor calcada, essencialmente, nas cidades: o turismo cultural e de contemplação, motivado por situações paisagísticas especiais, e nos espaços de 2ª residência.

São oriundos desta fase os equipamentos turísticos que visam uma estruturação mais equilibrada do setor, de caráter essencialmente sazonal, quando são construídas estruturas de convenções: o Anhembi, em São Paulo; o Centro de Convenções da Bahia, em Salvador; o Rio Centro, no Rio de Janeiro, e outros.

Na década de oitenta, a recessão em que se envolve o país, com a retração do capital internacional e os reflexos dos empréstimos que financiaram os grandes projetos da fase do "milagre brasileiro", criou oportunidade para a conscientização sobre os profundos danos ambientais, despertando a sociedade para a crescente valorização das qualidades do ambiente

natural que, fortemente explorada pela mídia, facilita a progressiva consolidação do conceito de ecodesenvolvimento, e depois, desenvolvimento sustentável. O viés ambientalista estimula estratégias alternativas para o setor na direção do segmento de ecoturismo e no caminho da interiorização do turismo. Esta primeira fase de transição, do desenvolvimentismo para o período de integração mundial dos mercados, foi de identificação de novos potenciais e novos territórios turísticos. A segmentação do turismo se desagrega em nichos específicos: ecoturismo, turismo de negócios, terceira idade, aventura, esportivo, entre outras categorias. Sem uma política territorial clara, o setor avança sobre territórios variados, criando expectativas que se concretizam em oportunidades efetivas para poucos. A falta de um liame que estruturasse e articulasse a gestão de espaços que, isoladamente, não compunham uma atratividade significativa e, portanto, sem viabilidade para uma operação como destinos turísticos propriamente ditos, tem como consequência resultados restritos apurados pela atividade. De todo modo, a transformação de percepção da sociedade e as facilidades intensificadas de comunicação conectaram espaços interioranos ao mercado, por meio do turismo, que passam a atrair um fluxo turístico por oferecer a possibilidade de usufruir de natureza preservada apoiado na tecnologia de comunicação / informação. Este período prepara a fase seguinte, de concretização no território do modo de organização da atividade no período de integração de mundial de mercados, quando o turismo se efetiva em outro patamar, com o deslocamento do capital internacional que busca os espaços de especial atratividade, com preferência para aqueles com diferenciais paisagísticos e ambientais que constituam grande marca para os negócios turísticos. Chega-se ao atual momento.

O turismo alcança o status de uma das mais promissoras atividades econômicas, e não só; políticas públicas específicas para o setor são criadas, num patamar de sofisticada articulação, e o setor passa a pautar investimentos setoriais diversos, equipando os territórios eleitos, segundo uma nova ordem urbanística, sócio-cultural e espacial. Não mais se usufrui do potencial do atrativo existente na delicadeza das suas estruturas, mas, se instaura um novo estágio, um híbrido de turismo com motivação por elementos da natureza com turismo de massa, onde os elementos da natureza se prestam mais a compor a folheteria promocional dos empreendimentos do que se constituir na essência da experiência turística. Por mais que a sustentabilidade que aporta nos discursos sejam intenções reais, o fato urbanístico novo se impõe sobre os recursos naturais, sobre a ordem urbanística tradicional, sobre a escala, sobre a cultura, sobre as técnicas, sobre as instituições, sobre os significados da sociedade local.

O desejo de crescimento confronta-se com a impotência da população de influir e de participar significativamente na transformação do território. O novo grande direcionador das políticas públicas passa a ser o turismo que atende aos objetivos do grande poder transformador do capital internacional que, tanto densifica o território quanto constrói paisagens não integradas, desconstrói referenciais locais e implanta-se com segregação social e impedindo tradicionais práticas socioespaciais. Ao menos, nas primeiras manifestações deste movimento, é o que se constata nas regiões litorâneas, especialmente no Nordeste.

Evidentemente que quando se percorre esse texto correlaciona-se o conteúdo com os rebatimentos de cada uma das fases dos períodos analisados, o desenvolvimentismo e a integração mundial de mercados, na escala do Litoral Norte e do Centro Turístico Forte-Sauípe. As peculiaridades dos eventos no território demarcam diferenciações cronológicas entre as caracterizações dos grandes períodos do contexto sócio-econômico e ambiental, e a correspondência da participação do setor turismo no local. Isto nos permite um comparativo entre as três linhas: a das macro determinações econômicas, as das respectivas políticas de ordenamento do território e a do turismo no território do Litoral Norte, Centro Turístico Forte-Sauípe com a marcação dos eventos específicos que particularizam o rebatimento das definições nas escalas mais abrangentes, neste território. Nesta escala, os registros e considerações acerca do adensamento e seus efeitos na paisagem ficam evidenciados.

A ilustração, Figura 12, apresenta o encadeamento histórico desse processo, com destaque para os períodos do macro ordenamento econômico, para as peculiaridades que caracterizam as fases da evolução da ocupação do território do Litoral Norte, acentuando as correspondências das intervenções das políticas públicas de ordenamento do território, a participação dos empreendimentos privados e outros marcos que de tiveram caráter estruturante.

Turismo e Políticas Públicas de Ordenamento do Território, Litoral Norte da Bahia - CRONOLOGIA

MACRO ORDENAMENTO ECONÔMICO



POLÍTICAS PÚBLICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



FASES DO TURISMO NO CT FORTE - SAUÍPE - LITORAL NORTE DA BAHIA



RESPOSTA À SEGUNDA QUESTÃO DE PESQUISA: TURISMO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, NOS INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS E NA SUSTENTABILIDADE DO CENTRO TURÍSTICO FORTE-SAUÍPE

Os instrumentos de regulação da ocupação do espaço são chave para se assegurar os resultados da ocupação urbana e constituem-se nos mecanismos de controle para enfrentamento das enormes pressões que uma região sofre quando focalizada para investimentos em infra-estrutura e promoção junto ao mercado.

Quando se questiona o papel do setor turismo nas políticas públicas de ordenamento do território, nos instrumentos regulatórios e na sustentabilidade do Centro Turístico Forte-Sauípe, indaga-se, objetivamente, se as instituições de gestão do território dispõem de instrumentos que contenham as advertências e as regras claras, suficientes e necessárias, para imprimir com os seus parâmetros um controle sobre os resultados da ocupação, neste caso, da ocupação do território, predominantemente, pelas atividades voltadas a este setor econômico. Ainda, se esses resultados, se refletem na economia local, no ambiente social, na relação identitária da comunidade e seu espaço, nos recursos ambientais, na ecologia dos ecossistemas, no tratamento dado à paisagem e à densidade, e, se asseguram valores que qualificam o desenvolvimento como de padrão sustentável.

A base legal do ordenamento territorial está disciplinada na APA do Litoral Norte que tem o Plano de Manejo aprovado em 1995 e no sistema de planejamento do município de Mata de São João, composto pelos seguintes documentos: Lei Orgânica do Município, Lei do Plano Diretor, Código de Obras, Projeto de Lei do Parcelamento do Solo, Código de Meio Ambiente, Legislação Tributária de Mata de São João, atualizados em 2005 quando da adequação do plano diretor ao Estatuto da Cidade.

APA do Litoral Norte

O texto do Plano de Manejo da APA do LN apresenta nos seus objetivos a intenção de preservar o potencial *natural e histórico, paisagístico e cultural*, a preocupação com a capacidade de carga com relação à *qualidade paisagística*, assim como, valoriza o *significado ambiental das unidades ambientais* existentes onde a paisagem se insere.

O documento foi construído a partir da identificação de espaços homogêneos quanto às características ecológicas, potencialidade econômica e restrições ambientais, definindo o

zoneamento composto por zonas de três categorias: Zonas de Preservação, Zonas de Conservação e Zonas de Uso Sustentável, dentre estas as que têm possibilidade de implantação de empreendimentos hoteleiros: ZT, ZT-E - Zona Turística e Turística Especial; ZOR, ZOR-E – Zona de Ocupação Rarefeita e Rarefeita Especial. Correlacionando as densidades a que correspondem os respectivos parâmetros, em termos de densidades líquidas *populacionais, construtiva e volumétrica do conjunto*, obteve-se um quadro comparativo que se complementa na resposta à terceira questão de pesquisa, quando pôde-se fechar esta análise interrelacionando os dados do PRODETUR-BA, APA, PDM e empreendimentos.

O estudo da paisagem e da imagem do Centro Turístico indica que a orientabilidade que se detecta nos mapas mentais está, predominantemente, estruturada na referência de localização geográfica e de uso, nos nós viários e nas vilas/localidades. A análise da esquemata da BA-099 e os perfis fotográficos mostram que os referenciais de paisagem foram completamente desconhecidos pelo traçado da rodovia que rompe morros como se fossem obstáculos a ultrapassar e não oferece o espaço às suas margens como objeto de fruição. O zoneamento da APA do LN, um condicionante do licenciamento ambiental dessa rodovia, não busca recuperar isto, fosse sugerindo uma estrutura secundária de acessos que, ao mesmo tempo mantivesse uma hierarquização da rede de localidades, valorizando as tradicionais, fosse oferecendo ao Centro Turístico maior visibilidade dos seus referenciais e atributos paisagísticos, que persistem no imaginário das pessoas que transitam por esse território, sejam residentes ou não.

No atual processo, os referenciais de paisagem estão a ser desconstruídos: as vilas, com cada novo complexo que se instala, criando novos nós viários, e se inserindo como novas nucleações que não reforçam a rede de localidades existente, construindo referenciais, imaginários, pois para a coletividade que não tem acesso aos complexos hoteleiros, estes novos referenciais, têm existência apenas neste plano.

No Plano de Manejo da APA predomina o tratamento bidimensional dos elementos da paisagem, cuja ênfase tende mais à visão biocêntrica, valorizando os aspectos funcionais dos ecossistemas, definindo categoria de proteção para elementos cuja escala determinante é a dos compartimentos geomorfológicos. Para uma análise com o olhar ecocêntrico, o homem incluso, o tratamento da paisagem ficou restrito a: definir a copa dos coqueiros como parâmetro para estabelecer gabaritos especiais para a hotelaria, estabelecer as Zonas de Proteção Visual e requerer o plantio de árvores que suplantem a altura das edificações. O tratamento da

paisagem coloca a questão apenas no âmbito do paisagismo, ou seja, no sentido de conter os conjuntos construídos ao abrigo de massas verdes, arbóreas, buscando um referencial ambiental para os gabaritos especiais. Sem menosprezar a vegetação como recurso, a arquitetura da paisagem pode indicar outros novos referenciais, apoiado no conhecimento do espaço como um sistema de comunicação onde os processos cognitivos de percepção, imaginação, intuição e apreensão concorrem agregando grandes possibilidades de refinamento do desenho urbano e dos resultados concretos do planejamento. Exceção para a ZPV que tanto preserva um valor ambiental quanto um forte referencial identitário da paisagem: o coqueiral e o ambiente de cordões duna.

Com a alteração de uso e a densificação da ocupação do espaço, a acessibilidade às praias, que a nova ocupação restringe, impõe à população o trânsito por novos circuitos com distâncias que afrontam à racionalidade, pois que longos percursos são necessários para contornar a obstrução que o novo uso estabelece. Neste sentido o zoneamento propõe vilas, Zonas de Vilas Turísticas, traduzindo a concepção do PRODETUR-BA, com o propósito de criar pontos de acessibilidade pública às praias, oportunidade de médios e pequenos empreendimentos e ao mesmo tempo proporcionar a privacidade que requer os complexos turísticos.

Na falta de instrumento de planejamento específico, no nível urbanístico, é natural que todas as cobranças recaiam sobre o instrumento disponível, embora esta consideração não devesse ser cobrada para um planejamento à escala da região, como é o Plano de Manejo da APA do Litoral Norte e mesmo do PDM de Mata de São João.

A Lei Orgânica do município coloca a paisagem como objeto de defesa o que deveria se traduzir em normatização desta proteção nos demais documentos, mas a importância dada nesta Lei não encontra correspondência efetiva nos demais textos.

A Lei do Plano Diretor define, para a área do Centro Turístico, o Distrito Turístico da Orla de Mata de São João³², com parâmetros mais permissivos que os estabelecidos na APA do LN, colocando a Prefeitura, com mais destaque e maior influência nos processos de licenciamento. O Art. 3º desta Lei destaca a necessidade do estudo paisagístico e já aborda a inserção de massas construídas no cenário de paisagem natural o que tem significado especial

³² A área do Distrito Turístico é idêntica à área da porção sul da APA do Litoral Norte.

para rede urbana turística da orla marítima. Nesta rede, para as zonas, ZUP, ZUR, ZEP I, residencial e turística, ZEP II, residencial e turística multiresidencial, ZOC, ZEP II, turística, os parâmetros urbanísticos foram convertidos em densidades líquidas, *populacional*, *construtiva*, *volumétrica* e *volumétrica de conjunto*, de modo a compor o quadro comparativo referido, objeto de comentários ao final deste capítulo. A valorização dos elementos paisagísticos no texto da Lei do Plano Diretor é clara, sendo que, as normatizações mantêm-se no patamar do replantio e da recuperação do coqueiral, a única nota explícita, nesta Lei, sobre esse importante elemento de composição da paisagem e da identidade regional.

O Código de Obras restringe-se a uma menção ao tratamento de fachada como edifício isolado, nenhum tratamento disciplinar, que traduza uma lógica do ordenamento da paisagem é prevista.

Na Lei de Parcelamento do Uso do Solo, as referências a aspectos urbanísticos vinculando-os à densidade: equipamentos urbanos e comunitários, espaços verdes e abertos, relativos aos loteamentos e condomínios, remetem ao Plano Diretor, que, como visto, faz menções genéricas.

O Código de Meio Ambiente, 2005, vigente, apresenta uma preocupação paisagística em estreita relação com a vegetação, principalmente as áreas degradadas nos espaços protegidos. Como não há como excluir paisagem dos espaços protegidos, a proteção à paisagem se coloca de modo indireto. O Artigo 15 é o mais importante deste Código de Meio Ambiente, pois, por meio deste pode-se passar ao tombamento tanto das áreas de valor ambiental urbano quanto dos espaços urbanísticos: praças, quadras indígenas, e outros, assim como, das demais áreas de proteção histórico cultural. Por meio deste Artigo 15, visualiza-se a possibilidade para uma proteção mais rigorosa para o extenso coqueiral, passível de ser enquadrado como patrimônio para tombamento, por constituir-se em referencial cênico e simbólico, significativo para a vida, a cultura e a imagem da cidade e do município, alvo de enormes pressões por remoção parcial com a finalidade de implantação de blocos habitacionais de complexos hoteleiros.

A Legislação Tributária, com a instituição do IPTU progressivo, tem rebatimentos positivos para o ordenamento do território que impacta diretamente na densidade e na paisagem urbana com o preenchimento dos interstícios e minimização da especulação imobiliária.

Algumas condições para a preservação da paisagem estão colocadas nos textos que compõem o sistema de planejamento, especialmente o Código de Meio Ambiente. O texto deixa

entrever grandes possibilidades preservacionistas, mas, não se pode dizer, ser um texto afirmativo, pois que o tratamento é generalista e não está apoiado em estudos específicos sobre a paisagem. A estratégia de resolver a questão da inserção de conjuntos edificados com vegetação arbórea é uma expectativa que, inclusive, altera a própria composição original da paisagem, com indução à utilização de outras espécies, tendo em vista que, o porte arbóreo, para proteger edificações com três e até quatro pavimentos, supera a altura máxima de 8m da vegetação de restinga. Dado que a vegetação é dos elementos mais característicos da área de restinga, este será um encaminhamento danoso à preservação da identidade do lugar.

Os limites da legislação, que não se apóia em outros conteúdos que podem nortear o planejamento como a inclusão da paisagem, como forte critério decisório e orientativo para a definição de zoneamentos e parâmetros, posterga a possibilidade de transferir estes valores à sociedade, fragiliza a gestão territorial que, sem a guarida de instrumentos claros que subsidiem uma argumentação a favor da sustentabilidade territorial e espacial, sucumbe ao jogo de interesses e pressões.

Outras avaliações acerca dos parâmetros urbanísticos estabelecidos nestes instrumentos de regulação serão extraídas da análise da sua aplicação nos dois empreendimentos Reserva Imbassaí, e Iberostar Praia do Forte, a seguir, no âmbito da resposta à terceira questão de pesquisa.

RESPOSTA À TERCEIRA QUESTÃO DE PESQUISA: TURISMO, DENSIDADES HOTELEIRAS NA PAISAGEM DO CENTRO TURÍSTICO FORTE-SAUÍPE

Com o objetivo de fazer uma verificação das densidades hoteleiras aplicadas e compreender as relações que estas estabelecem com a paisagem foram analisados os empreendimentos Reserva Imbassaí e Iberostar, representativos do ordenamento econômico que caracteriza o período de integração mundial de mercados. Da análise pôde-se depreender muitas situações ilustrativas do enorme campo de estudo que se abre com esta preocupação de colocar a paisagem como objeto de uma modelagem intencional. Foi possível, por meio do cálculo diferenciado de densidades, especialmente, com a introdução do cálculo da densidade *volumétrica* e *volumétrica de conjunto*, chegar a dois novos indicadores que têm utilidade na correlação entre os elementos construídos e a distribuição na paisagem e no território: os índices de Compacidade e de Saturação. Estes índices relacionam as *volumetrias* e a produção de *área construída* ao *volume do conjunto* como se apresenta na paisagem: unidades que se solidarizam formando o todo no espaço. A partir deste e da análise das condições do meio

físico em que se insere: características de relevo, vegetação, hierarquia de pontos de visibilidade, valoração de referenciais e do interesse na construção de um sistema de comunicação a partir dos elementos que concorrem na paisagem, aproxima-se então das opções que respondem à intencionalidade do planejamento e principalmente do desenho, da arquitetura da paisagem.

Densidade e Paisagem nos Empreendimentos Reserva Imbassaí e Iberostar

Com base nos dados do empreendimento Reserva Imbassaí extraídos do documento RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, concluído em fevereiro de 2003, e do Iberostar, extraído do RIMA, Vol. VII do Estudo de Impacto Ambiental da Fazenda Praia do Forte, elaborado em 2004, foram caracterizadas as densidades líquidas, *populacionais*, *construtivas*, *volumétricas* e *volumétricas de conjunto*, com o sentido de buscar uma correlação entre áreas construídas, com uma dada volumetria, versus as características desta paisagem, tão uniforme, para que, então, fosse possível fazer a análise quanto aos efeitos das densidades projetadas na paisagem.

O cálculo da densidade *volumétrica* nas duas modalidades foi essencial para a construção dos índices de Compacidade e de Saturação. A densidade *volumétrica* computa o volume dos edifícios e a densidade *volumétrica de conjunto* considera a superposição das edificações, caracterizando o conjunto edificado mais os interstícios entre os edifícios, ambas relacionadas com a área líquida da gleba.

Da análise das tipologias UH – Unidades Hoteleiras e UR – Unidades Residenciais³³, as densidades levantadas apresentam um desvirtuamento muito significativo em relação às idealizadas no PRODETUR-BA, para ambos os empreendimentos, com desvio mais acentuado nas UR - unidades residenciais do Reserva Imbassaí, de 5 a 10 vezes maior que o idealizado, e, nas UH - unidades hoteleiras do Iberostar, de 5,4 a 3,6 vezes maior. Mais uma grande descaracterização da concepção original do Centro Turístico está na oferta do mix URs e UHs, previsto para 33,3% das Unidades Residenciais Hoteleiras - UR e os 66,6% restantes para Unidades Habitacionais Hoteleiras - UH. Verifica-se, no entanto, que o Reserva Imbassaí apresenta 54% de UR e 46% de UH, enquanto o Iberostar apresenta 11% de UR e 88,5% de

³³ As UHs correspondem ao que, no texto, foi identificado como UHH – Unidades Habitacionais Hoteleiras e as URs, correspondem às URH – Unidades Residenciais Hoteleiras. A remoção do termo hoteleiro das unidades residenciais, uma sutileza, que indica o desvirtuamento do propósito do complexo turístico, passando a descolar parte deste empreendimento como um empreendimento imobiliário.

UH, caracterizando o Reserva Imbassaí como um empreendimento mais imobiliário que hoteleiro, e o Iberostar, como um empreendimento hoteleiro mais que imobiliário.

Comparando UH e UR pode-se depreender que as UH – Unidades Hoteleiras comparecem com quase o dobro da *densidade volumétrica do conjunto* com relação à UR – Unidades Residenciais. As demais densidades divergem sem discrepâncias acentuadas, donde, pode-se depreender que, enquanto a relação *volume / área construída* corresponde a 6,4 vezes, a relação *volume do conjunto / área construída* é 116 vezes maior. Se considerado que a área construída da URs é maior que a hoteleira, e que o volume do conjunto é quase metade, podemos aquilatar o quanto influi na *volumetria do conjunto* a concentração da *área construída* com maior verticalidade.

Para o ecossistema em que se implanta, o quantitativo da tipologia habitacional se mostra excessivo com relação à participação na paisagem como ilustram as Fotos 14a, 14b e 22, no Capítulo 7. Assim como, este padrão de ocupação, aplicado de modo extensivo, considerando a sua reprodução seqüenciada, compromete as visuais internas percebidas na direção do aclave, a partir dos terraços marinhos, como também, impacta fortemente a flora e a fauna como mostram as imagens aéreas Foto 9 e 10, Capítulo 6, com alteração de toda a vegetação na área de implantação dos empreendimentos. A correlação entre os dados dos empreendimentos mostra para uma mesma *volumetria do conjunto* das URs, que o Iberostar tem quase o dobro da *área construída*, ou seja, o empreendimento tem uma compacidade 1,91 vezes maior que o Reserva Imbassaí.

Desta relação deduz-se um novo indicador, indicador de compacidade (IC) que emerge das relações da densidade construtiva e da densidade de *volumetria do conjunto*, criada para estas reflexões, buscando novas correlações e indicadores para caracterizar os arranjos espaciais dos quais resultam a densidade percebida, revelado nesta expressão:

IC (índice de compacidade) = densidade construtiva / densidade volumétrica do conjunto. (1)

De outro modo, surge o indicador de saturação quando comparada a relação *densidade volumétrica* e *densidade volumétrica do conjunto*. Comparando as URs dos dois empreendimentos, temos que a ocupação das URs do Iberostar é 1,69 vezes mais saturada que a do Reserva Imbassaí. Esta relação entre volumes dos *edifícios* e volumes do *conjunto* tem a seguinte expressão:

IS (índice de saturação) = *densidade volumétrica / densidade volumétrica do conjunto*. (2)

Intui-se a possibilidade de um índice de dispersão - ID, considerando o volume edificado e a área do lote ou fração ideal a que está vinculado, relacionado com o volume do conjunto que precisa ser desenvolvido na sua formulação matemática.

Os empreendimentos rompem com a concepção turística idealizada pelo PRODETUR-BA, em relação às densidades (em ambos os empreendimentos) e em relação à predominância do negócio turístico, prevalecendo o uso residencial no caso do Reserva Ibmassaí na proporção de 2:1. Rompem ainda com o disciplinamento da APA, pressionando por ocupar os espaços de maior proximidade com o mar: o empreendimento Iberostar avança sobre a área da Zona de Orla Marítima - ZOM, num dos blocos do Complexo, enquanto que, o Reserva Ibmassaí avança sobre a Zona de Preservação Visual, constituída por cordões duna e coqueiral.

O aprofundamento do conhecimento dos processos perceptivos urbanos, correlacionados com o parâmetro densidade, abre um caminho a ser perseguido para a obtenção de resultados mais adequados ao propósito de sustentabilidade ambiental. O conjunto de empreendimentos, em vias de instalação, nesta área, exige superar a análise quantitativa, pontual, e visualizar a ocupação futura das etapas de implantação, um exercício projetivo que tem suas limitações. Considerando-se que o empreendimento vizinho pretende o mesmo padrão de ocupação do Reserva Ibmassaí, significa uma continuada ocupação nos cordões duna e uma ocupação extensiva nas cotas mais elevadas, cada qual ocupando ao máximo as suas glebas.

Comparativo dos Complexos Hoteleiros, APA do LN e PDM de Mata de São João

Este comparativo mostra que o Plano de Manejo da APA do LN, quando incorporou a intenção do planejamento turístico, de baixíssima densidade para os parâmetros urbanísticos dos meios de hospedagem, conforme o seu ZEE, viabilizou altas densidades construtivas, conforme detalhado no Capítulo 7. A densidade aplicável equivale a uma densidade média de 160hab/ha, donde se conclui que não há correspondência entre densidade populacional e construtiva para diferentes padrões de uso. As densidades podem ser consideradas baixas e baixíssimas quanto à população, mas quanto à expressão desta densidade no espaço, enquanto fato construído, neste caso, corresponde a densidades médias urbanas.

Prosseguindo com as comparações, temos que, os parâmetros da APA, quanto ao potencial de construção, estão bastante superiores, relativamente ao que se pôde verificar

implantado nos empreendimentos analisados. As limitações ambientais estabelecem maior restrição que os parâmetros de ocupação, sendo estes, um impedimento para que sejam praticados os valores “potenciais” de utilização da gleba o que se constitui em fator motivador para pressões por avanços sobre os recursos naturais, com registros de ocupações indevidas e pedidos de rezonamento. Quanto à inserção volumétrica observa-se o mesmo desempenho detectado nos parâmetros da APA, os volumes que resultam e os arranjos espaciais produzidos, ressaltam a falta de correspondência dos parâmetros urbanísticos e o meio físico. Os índices de utilização, índice de ocupação, índice de permeabilidade e o gabarito estabelecidos permitiriam a produção de mais área construída que a que efetivamente é possível realizar. Os dados obtidos na análise dos empreendimentos caracterizam o acima afirmado, como demonstrado no Quadro 11: Comparativo de Densidades - PRODETUR, Empreendimentos, APA e PDM, Capítulo 7.

Tanto densidade, enquanto geratriz do fato construído, quanto paisagem, enquanto cena para a ação antrópica, carecem de pesquisa que as interrelacione. A análise mostra que apesar da existência de parâmetros urbanísticos e de regulamentação ambiental, com relação ao que se manifesta, enquanto relações espaciais, o resultado do planejamento tende a tornar-se incerto - planta-se, mas não se tem bem certeza do fruto que se vai produzir. Considerando também o jogo de interesses e a rápida apropriação de eventuais brechas para permitir maiores ocupações, o resultado do planejamento passa a ser algo imponderável. Do ponto de vista técnico, o estabelecimento de parâmetros não integrados ao meio ambiente trata-se, na verdade, de um equívoco metodológico que raciocina o espaço como uma abstração de números, sem o controle do resultado da modelagem que se está construída. A proposta de um enfoque integrado e que, ao mesmo tempo, assegure as condições de sustentabilidade ambiental e do negócio de turismo no Litoral Norte, visualiza-se, poder ser encaminhada a partir do conceito de densidade percebida como uma síntese estruturada do que ocorre na paisagem.

Tanto a rodovia que integra o espaço do Litoral Norte ao mercado de lazer e turismo, quanto a APA como um condicionante do licenciamento ambiental dessa estrada que trata da ocupação dos espaços que vão se estruturar a partir desta, constituem duas circunstâncias sucessivas de pensar o território, desenho e planejamento da ocupação, que abordam a questão da paisagem de modo incompleto. O desenho da rodovia pode-se afirmar desconhece radicalmente o seu significado e o Plano da APA trata a paisagem de modo parcial.

A condição desta prática, que raciocina de modo isolado e não compreende a participação de cada elemento constitutivo na composição, como parte de um todo, leva a resultados do tipo obstrução de perspectivas importantes para as localidades, não valorização de situações urbanísticas especiais como a manutenção de marcos visuais e pontos focais, perda de potencial e redução da qualidade do ambiente urbano-paisagístico, assim como da dinâmica e estímulo que poderiam ser promovidos a partir de adequado tratamento.

A paisagem como uma totalidade, como resultante da conjunção de partes que no conjunto ganham qualidades novas, impõe o acultramento necessário à prática de planejamento e de projeto que leve à sua integração, metodologicamente, especialmente naquelas situações, em que tudo há que ser concebido, como neste caso de incorporação de territórios peri-urbanos para o desenvolvimento de atividades urbanas intensivas.

HIPÓTESES DE TRABALHO

A primeira hipótese, que considera a ausência dos exercícios arquitetônicos de modelagem de massas, como indicador de que a paisagem não está sendo suficientemente considerada, nem como parte integrante da identidade local, nem como elemento estruturador da atividade turística, se confirma com as manifestações de alguns elementos construídos que despontam na paisagem como indesejados. A avaliação da aplicação dos parâmetros aponta tanto para esta desconexão com a realidade, oferecendo um potencial de produção construtiva maior que o se consegue aplicar, como a aplicação realizada mostra-se excessiva com relação aos elementos paisagísticos desse ecossistema de restinga. O receio quanto aos resultados da aplicação dos parâmetros reflete a falta de apropriação do significado da expressão construtiva dos parâmetros destes instrumentos versus as condições do meio físico, efeitos que a modelagem de massas poderia detectar. Por esta razão, as soluções que os instrumentos apontam restringem-se ao plantio de árvores como recurso suficiente para o tratamento das inserções na paisagem das densidades estabelecidas.

A segunda hipótese, que considera que dada uma densidade construtiva, diferentes arranjos espaciais e condições de inserção volumétrica podem ocasionar diferentes percepções da paisagem, pode ser exemplificada com a inserção de duas das Unidades Residenciais do Reserva Imbassaí, a UR 2 e UR 3, quando a primeira, que tem densidade menor é mais presente na paisagem que a segunda, em função das condições de relevo e de posicionamento com ao sistema viário, no olhar da BA-099. A partir de outras perspectivas, dos cordões duna e

de outros pontos na vizinhança podem ter outro significado. O desenho urbano, com seus recursos, pode mediar os efeitos das densidades na paisagem.

A terceira hipótese considera possível com base na densidade, nos arranjos espaciais e na volumetria, formular diretrizes e estabelecer parâmetros para conjuntos edificados e para a ocupação do território que permita manter as características essenciais da paisagem local.

O planejamento da paisagem é uma tarefa que encontra na teoria e na tecnologia novas possibilidades. Uma matriz rizomática que hierarquize os pontos focais sobre uma modelagem virtual do espaço, tem potencial para orientar este planejamento com uma precisão que, sem este instrumental reduz, em muito, a eficácia.. A pesquisa bibliográfica mostrou que no âmbito do Institute of Land Policy, existe esta preocupação como eixo de pesquisa, com recente publicação intitulada *Visualizing Density* (CAMPOLI, 2007).

O pressuposto teórico, a este trabalho de pesquisa, que correlaciona densidade e paisagem, que se estabelece quando se compreende a identidade, densidade percebida como paisagem, explicitada no Pensamento Complexo com o conceito de emergências do sistema, e, a compreensão da densidade enquanto parâmetro estratégico, defende-se que, adentrar esta correlação, compreende-la, permitiria desvelar níveis mais aprofundados de conhecimento que podem instrumentalizar o ordenamento do território e criar novos caminhos para o planejamento ambiental. Com esta compreensão ampliada da densidade: de significar paisagem e de ser dado estratégico, percebe-se mais que os vínculos densidade / paisagem como fato físico. Compreende-se a paisagem como revelador das práticas sócio-econômicas, ambientais e culturais. Nesta dimensão, pode-se correlacionar, não só, densidade e paisagem, mas, densidade, paisagem e modo de organização social. Desagregando-a nos seus aspectos qualitativos, a relação de densidade aponta um universo de possibilidades de análise, o que conduz este parâmetro à condição de diretriz metodológica para compreensão dos processos territoriais, quando, não apenas a correlação espacial estaria evidenciada, mas, as demais dimensões que podem conduzir à clareza de opções sustentáveis para o ordenamento territorial: os processos sócio-econômicos, ambientais, culturais e político-institucionais nas suas feições quando alcançam o território.

.A investigação, nesta direção, apenas introduz o conceito de densidade percebida, outrora enunciado por Rapoport (1982), no universo sistêmico e da complexidade, associando densidade e paisagem, e, criando com esta articulação uma perspectiva de apreender os valores quantitativos da densidade na sua inserção na paisagem onde ressaltam os aspectos

qualitativos que são inerentes aos elementos que relaciona. O curso do aprofundamento do conhecimento nesta direção, imagina-se, pode vir a surpreender como um filão para pesquisas que retribuam com ampliação significativa do conhecimento do sistema urbano em nuances antes não adentradas.

Outra noção que esclarece sobre as imbricações entre os parâmetros que regulam o sistema urbano, no nível do pensamento complexo, está na definição do conceito de organização, portanto, de ordenamento. Em síntese, Morin diz que a organização: "transforma, produz, liga e mantém" (MORIN, 2005, p.133). Considerando que a condição de sustentabilidade está essencialmente relacionada com a condição organizacional de *manter*, assegurar durabilidade ao ordenamento, admitindo que este ordenamento atenda aos anseios da sociedade enquanto valores a serem perpetuados para as futuras gerações, a compreensão que a noção de organização oferece são múltiplas, em especial quando esclarece sobre a transitoriedade de padrões organizacionais. A explicação dos ciclos de mudança dos padrões organizacionais tanto o ordenamento que antecede, o que se encontra em construção, quanto o que pode vir a suceder, todos esses momentos guardam um nível de organização até que, num momento específico, as perturbações ao ordenamento que antecede promovem perturbação de tal ordem que um novo padrão de organização sistêmica se estabelece. Nestes ciclos, o significado do conceito de sustentabilidade, ganha status de objetivo maior da organização, aquela condição de assegurar que valores específicos e essenciais não sucumbam a novo(s) modo(s) de organização. No Centro Turístico Forte Sauípe presencia-se a turbulência acionada pela força do capital internacional, inquestionável, para estabelecer uma nova ordem. Turbulências de menor intensidade vinham se instaurando, promovendo transformações de menor amplitude, a partir da construção da ponte sobre o rio Pojuca (1983), da pavimentação da estrada do Coco³⁴. Entretanto, a transformação que altera radicalmente a ordem sistêmica, neste território, ganha marco físico com a construção da Linha Verde (1991) e marco regulatório com a APA do LN (1995), entrando num processo de produção de empreendimentos que respondem ao novo padrão de ordenamento, liderado pela corporação internacional, européia, predominantemente.

Este trabalho versou sobre uma análise crítica às condições da produção do espaço sob o ordenamento vigente e aponta os avanços introduzidos pela pesquisa que permitiram chegar a uma proposição que visa garantir os objetivos meta do ordenamento, os essenciais, como o padrão de sustentabilidade do modo de organização, para uma sociedade e suas futuras

³⁴ Trecho da BA-099 entre Salvador e o rio Pojuca, a partir de onde é denominada Linha Verde.

gerações, especificamente focalizando o ordenamento da produção do espaço e a manutenção da paisagem.

Avanços, Recomendações

O avanço da dissertação está, essencialmente, nas conexões feitas para a abordagem do objeto de pesquisa: as relações entre ordenamento do território, as densidades hoteleiras e os efeitos sobre a paisagem do Litoral Norte da Bahia, no trecho do Centro Turístico Forte-Sauípe. Uma costura de conteúdos, de significativa amplitude, foi exigida, tanto para enlaçar cada um dos temas importantes do sistema explicativo, como para fazer uma necessária integração destes, de modo a produzir o conjunto de conhecimento essencial às reflexões, apresentadas na fundamentação teórica, e encaminhadas, posteriormente, para instruir a análise do objeto concreto. Este objeto, em paralelo, foi sendo desvelado como produto da história espaço-temporal, formado desde os primórdios da ocupação portuguesa no Brasil, na Bahia.

Ambos os processos, o teórico e o empírico, trazem contribuições claras, inovadoras, propositivas.

A recuperação do contexto, de modo geral, da forma como estruturado, focalizando o planejamento do território, o turismo, a transformações efetivas do espaço e do ambiente, expõe o processo com grande clareza, proporcionada pelo encadeamento das categorias dos dados e pelas escalas de aproximação. A estrutura satisfaz pela possibilidade de superar as limitações do material reunido, neste momento, com uma complementação continuada, com inserção de dados e fatos, mais, e mais, peculiarizando este conhecimento, a ser preenchido coletivamente, por outros que venham a se engajar na exploração das questões do ordenamento do território, do turismo, da densidade e da paisagem.

O caráter de inovação tanto se manifesta na fundamentação teórica quanto na análise do objeto de estudo. A construção do percurso teórico para formatar o conhecimento exigiu um referencial que permitisse interrelações entre temas que se solidarizam, em alguns pontos, constituindo uma rede de pontos de contato. Em especial, a correlação densidade percebida e paisagem que encontra abrigo no ambiente da Teoria da Complexidade. Cada ponto de contato significou um instante epifânico que resultou na construção da teia de relações entre conteúdos. Rememorando, a percepção das conexões seguiu a seguinte seqüência: primeiro, densidade como dado geratriz de toda a produção do espaço da cidade formal e indutora dos processos da cidade informal; segundo, a multiplicidade de formas que produzem homogeneidades, estas,

revelando-se como “algo que surge”; terceiro, o encontro com a densidade percebida de Rapoport; quarto, o encontro com O Método³⁵ e a compreensão de “algo que surge” como emergências do sistema -“ a brecha por onde de se chega à irredutibilidade do real”; quinto, como tratá-las “...pois que algumas emergências são redutíveis às suas partes”; sexto, o que é percebido é paisagem; sétimo, paisagem é totalidade, é unidade complexa, de volta à Morin na junção de densidade e paisagem no pensamento complexo; oitavo, onde concretamente trazer este raciocínio para um plano concreto: o ordenamento do território turístico; nono, tratar o objeto percebido, a paisagem e a densidade percebida com técnicas de apreensão do espaço, decompondo a densidade nos dados sensíveis da percepção: forma, uso e significado; décimo, questionar cada densidade-tipo com relação aos dados sensíveis da percepção; décimo primeiro, responder cada indagação com o roteiro das dimensões de sustentabilidade.

A contribuição do estudo consiste em avançar nas conexões entre o ordenamento do território, densidade e paisagem, com vistas à construção de instrumental técnico que possa orientar para opções técnicas adequadas à sustentabilidade ambiental em todas as suas dimensões. O desafio do ordenamento destas reflexões como um método para o ordenamento territorial e para a produção do espaço tendo a densidade percebida como uma síntese que estruturaria este conhecimento é objeto para outros estudos, a conquista para o próximo passo.

As recomendações que se encaminha a partir deste trabalho servem como diretrizes para a sua continuidade com a contribuição de outros arquitetos / urbanistas no futuro. Ainda sem o desenvolvimento adequado, as orientações que seguem representam apenas uma proposição metodológica, a ser desenvolvida, considerando que: as relações densidade objetiva / quantitativa e a densidade percebida / qualitativa são complementares, um único indicador com dimensões que se revelam na paisagem - Densidades Sustentáveis -; o preenchimento do Modelo Conceitual estruturado deve significar a construção de uma matriz de ponderações /considerações/análises correlacionando densidade, paisagem e modo de organização, de maneira que, com esta sistematização, reúna-se um conjunto de subsídios à tomada de decisões / opções que passem a integrar o planejamento do ordenamento do território em termos de sustentabilidade ambiental.

A Figura 13, apresenta como se imagina deva ser construída uma avaliação da análise territorial com base no conceito de Densidades Sustentáveis. O preenchimento do Modelo Conceitual deve observar as linhas de indagação que se encontra no Apêndice D. O receituário

³⁵ Livro escrito por Edgard Morin, lido em 1985.

para responder a estas e outras questões que podem e devem ser formuladas num aprofundamento futuro, que permita uma evolução desta abordagem metodológica, é o elenco das dimensões de sustentabilidade desenvolvido por Sachs (2003).

A experimentação, oportuna, desta diretriz metodológica vai indicar o desenvolvimento possível e o encaminhamento na direção da construção do método, que se coloca como um balancear entre produção social e território, entre pessoas, fatos construídos, objetos e o território, no tempo. Então, pode-se falar de práticas de ordenamento do território que operam com o padrão de sustentabilidade ampliada, numa reaproximação da relação Sociedade-Natureza.

A procura de um método multidimensional e interdisciplinar para o discurso da sustentabilidade, necessariamente se aproxima da relação Sociedade-Natureza. Quando sociedade significa fatos sociais e produção social, e, natureza tem o sentido de naturalidade, de locus da vida, da ação e produção social, acerca-se da essência, de como esta relação está sendo construída. O método deve se estabelecer como o fio do pêndulo regulando a harmonia do movimento. Densidades Sustentáveis é isso. O exercício do pêndulo na relação Sociedade – Natureza.

MODELO CONCEITUAL - DENSIDADES SUSTENTÁVEIS

DENSIDADE OBJETIVA (Rapoport): QUANTITATIVA

	POPULAÇÃO: LEITOS (PESSOAS) / HÁ	ÁREA CONSTRUÇÃO: M ² / HÁ	VOLUME: M ³ / HA
EXPRESSÃO NUMÉRICA RELAÇÃO DE DUAS VARIÁVEIS	Correlacionada à eficácia da infraestrutura e ao dimensionamento de equipamentos e serviços públicos	Correlacionada ao potencial de uso do lote, associada a gabarito, recuos, índice de utilização e tx de ocupação	Correlacionada com avaliações quantitativas de materiais de construção de pouca utilidade para definição de parâmetros

Dimensão econômica da sustentabilidade: endógeno, equitativo, distributivo

DENSIDADE PERCEBIDA (Rapoport): SISTÊMICA / COMPLEXA (E.Morin) = Emergência do sistema

PERCEPÇÃO	Como as pessoas afetam e são afetadas pelo espaço?	Como a área de construção afeta a percepção do espaço?	Como a volumetria afeta a percepção do espaço?
ELEMENTOS DA ESTRUTURA URBANA QUE INTERFEREM NA DENSIDADE PERCEBIDA			

Elementos do numerador do parâmetro densidade: População, Área Construída, Volume construído	Elementos da estrutura urbana perceptíveis na paisagem (E. Kohlsdorf)	FORMA	Restrições: 1. Sensoriais (+) ou (-) denso 2. Racionalidade	1. Escala 2. Tipologias 3. Atrib. Arranjos 4. Rel./distâncias	Escala M3 x Vazios Proporções
		FUNÇÃO (USO)	1. Níveis Conforto: 2. Desempenho funções	1. Porte 2. Identidade 3. Interferências	Identidade funcional Compatibilidade com o uso
		SIGNIFICADO	1. Noção de lugar 2. Pertencimento	1. Leitura do padrão Sóc. Econômico 2. Impacto Visual 3. Simbolico	Volume X Marcos Visuais Referenciais
	Percepção Tátil-Cinética (Plandurb)	DESLOCAMENTO ESPACIAL	1. Restrições do deslocamento 2. Afronta à racionalidade	1. Gradação: Grandes Massas Massas Fragmentadas	Volume X Marcos Visuais Referenciais
	Percepção Temporal (T.G. Sistemas-Entropia)	TEMPO	1. Ritmo 2. Rotina	1. Esforço de realização: de grande Porte versus: esforços individuais estado de conservação atualidade da linguagem	Relação Cheios e Vazios
NUMERADOR		LEITOS	M²	M³	

Elementos do denominador do parâmetro densidade: atributos do espaço suporte (m. santos, 200)	DENOMINADOR		HÁ	
	Elementos da estrutura urbana perceptíveis na paisagem (E. Kohlsdorf)	FORMA	Atributos da forma do espaço: Relevo, cobertura vegetal, recursos hídricos. - Definem Unidades de paisagem	
		FUNÇÃO (USO)	Preservação dos atributos funcionais dos ecossistemas (drenagem, p.ex.) e análise dos atributos funcionais dos ecossistemas associados a aspectos funcionais (Uso) (pastagens, p.ex.)	
		SIGNIFICADO	Atributos que somam à caracterização do lugar ou constituem os próprios elementos da identidade ou a eles estão associados	
	Percepção Tátil-Cinética (Plandurb)	DESLOCAMENTO ESPACIAL	Principais atributos nas principais visuais: Composição mais criteriosa nas visuais privilegiadas	
Percepção Temporal (T.G. Sistemas-Entropia)	TEMPO	Variação na composição paisagística - Alteração progressiva/prospectiva		

Objetivo: elaboração de projetos e planos urbanísticos que conjuguem a modelagem dos atributos naturais aos elementos do desenho urbano com maior previsibilidade nos resultados da produção do espaço

REFERÊNCIAS

- ACIOLY, Cláudio e DAVIDSON, Forbes. **Densidade Urbana e Gestão Urbana**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, Brasil, 1998.
- ALEXANDER, Ernest R. **Density Measures: A Review and Analysis**. **Journal of Architectural and Planning Research** 10:3 (Autumn)1993.
- ANDRADE, Liza Maria Souza de. **Agenda verde x agenda marron**: inexistência de princípios ecológicos para o desenho de assentamentos urbanos. Brasília, 2005, mimeo.
- ANTROP, Marc. Why landscapes of the past are important for the future. **Landscape and urban planning**, 70 (2005), 21-34. Site: www.elsevier.com/locate/landurbplan.
- APPLEYARD, Donald et al. **The View from the Road**. M. I. T. Press, Massachusetts Institute of Technology 1966, c1964.
- BECKER, Berta K. et al.; (orgs) **Abordagens Políticas da Espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.
- BECKER, Berta K. e EGLER, Claudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.
- BENATTI, J. Helder. **Ordenamento Territorial e Proteção Ambiental: Aspectos Legais e Constitucionais do Zoneamento Ecológico Econômico**. <<http://www.esmpu.gov.br/publicacoes/meioambiente>>.
- BONAIUTO et al. Indexes of perceived residential environment quality and neighbourhood attachment in urban environments: a confirmation study on the city of Rome. **Landscape and Urban Planning**, 65 (2003), 41-52. <<http://www.elsevier.com/locate/landurbplan>>.
- BORTOLUZZI, Sílvia e HOCHHEIM, Norberto. **O geoprocessamento para a caracterização dos Padrões da Densidade Populacional do Centro de Florianópolis(SC)**, mimeo -2004, p.1.
- BUENO, Ayrton Portilho. **Patrimônio Paisagístico na Ilha de Santa Catarina**: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística. São Paulo 2006. Tese Doutorado FAUSP.
- BURSZTYN, Marcel. As armadilhas do Progresso: contradições entre economia e ecologia. **Revista Sociedade e Estado**, volume X, nº 1, Jan/Jun. 1995.
- CAMPOLI, Julie, MAC LEAN, Alex S. **Visualizing Density**. ILP, 2007.
- CESAR, Luiz Pedro de Melo. **Princípios paisagísticos**. Brasília, 1977.
- CAPRA, F. **O Ponto de Mutação**. São Paulo, Cultrix, 1986.
- CASTRO, Demian Garcia. Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da geografia. In: VI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2004, Goiânia. **Setenta anos da AGB: as transformações do espaço e a geografia do século XXI**. Goiânia: UFG / AGB, 2004.
- CLAVAL, Paul. O Território na Transição da Pós-Modernidade. **GEOgraphia**, Ano 1, Nº2,1999.
- CIDADE, Lúcia C.F. **Ideologia, Imagem Ambiental e Organização do Espaço Urbano**. Anpege 2005.
- _____. Acumulação flexível e gestão do território no Distrito federal. In: Paviani, Aldo (org) **Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania**. Brasília, 1999, p.223-251.
- _____. **Espaço desigual, imagem de cidade e turismo em Brasília**. v.3, n1, p. 107-117, 1999 a.
- CONSTANZA, Robert. Economia Ecológica: uma agenda de pesquisa.Valorando a natureza. In: MAY Peter; SERÔA DA MOTA, (orgs). **Análise econômica para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994.

- CRUZ, Rita de Cássia. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- CULLEN, Gordon. **Townscape**. Londres: Architectural Press, 1961
- DAVIS, Mike. **A cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles**. São Paulo: Scritta, 1993.
- _____. **A ecologia do medo**. Trad. Aluizio Pestana da Costa. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- EMBRATUR, SUDENE, BNB, CTI/NE. **Programa de Ação para o desenvolvimento do Turismo do Nordeste, PRODETUR-NE**. 1992 (mimeo).
- FLINT, Anthony. **The Density Dilema: Appeal on Obstacles for compact and Transit-Oriented Development**. Lincoln Institute Product, Wokpaper. Code: WPO5 AF1.
- FOGLESONG, Richard. Strategy for Tourism. In: JUDD, Dennis R. e FAINSTEIN, Susan. **The Tourist City**. Yale University Press, 1999.
- FREITAS, Vladimir P. **Direito Ambiental em Evolução**. Curitiba:Juruá Editora, 2005.
http://bdjur.stj.gov.br/dspace/bitstream/2011/8276/1/Direito_Ambiental_em_Evolucao.pdf.
- GAIA Cons. Ltda. **Estudo de Impacto Ambiental da Fazenda Praia do Forte, RIMA**. Vol. VII – Vila de Praia do Forte, Mata de São João, 2004.
- GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SEPLANTEC/CONDER. **Área de Proteção Ambiental – Litoral Norte. Relatório Síntese do Plano de Manejo**. Salvador, s/d.
- _____. IPAC-BA – **Inventário de Proteção ao Acervo Cultural; monumentos e sítios do Recôncavo**, I parte. 2ª edição. Salvador, 1982.
- _____. SEPLANTEC/CONDER. **Programa de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Norte, PRODESU**, 2001.
- _____. SEI/SEPLANTEC/BA – **Índices de Desenvolvimento Econômico e Social**, 2001.
- _____. BAHIAATURSA. **PRODETUR-BA - Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia: Zona Turística Costa dos Coqueiros, Zona Turística Costa do Descobrimento**. Salvador: mimeo., Dez 1992.
- _____. BAHIAATURSA. **BAHIAATURSA 30 Anos: 1968 a 1998**, Empresa de Turismo da Bahia, Salvador, 1998.
- _____. **Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste - PRODETUR-NE II. Ajuda Memória: Missão de Identificação do BID** (mimeo.), Salvador, 2001.
- _____. SCT/SUDETUR. **Programa de Desenvolvimento Integrado Turismo Sustentável, PDITS, Pólo Turístico, Salvador e Entorno, 2002**.
- _____. SCT/SUINVEST. **Estratégia Turística da Bahia 2003-2012**.
<www.setur.ba.gov.br/estrategia_turistica.asp>.
- _____. Gerenciamento Costeiro do Estado da Bahia.<www.seia.ba.gov.br/gerconovo/gerco.html>
- GEHLEN I. e RIELLA, A. **Dinâmicas Territoriais e desenvolvimento sustentável**. < www.scielo.br>.
- GOTTIDINER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Trad. Geraldo Gerson de Souza.-São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- HALL, Edward T. **A dimensão oculta**. Lisboa: Relógio d'Água.(1974?)
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Trad. Adail Sobral e Maria S. Gonçalves. Edições Loyola, São Paulo, 1992.
- HERRERA, Amílcar. **A crise da Espécie**. Palestra apresentada no CNPQ, Brasília, 1983.

- KOHLSDORF, Maria Elaine. **Manual de Técnicas de Apreensão do Espaço Urbano**. UnB-AUR, 1980.
- INGRAM, Gregory. **Appreciating Density. Report from the President**. Lincoln Institute, LLA07401, Abril, 2007.
- INSKEEP, Edward. **Tourism Planning: an integrated and sustainable development approach**. New York: Van Nostrand Reinhold. 1991.
- JUDD, Dennis R. Constructing the Tourist Bubble. In: JUDD, Dennis R. e FAINSTEIN, Susan. **The Tourist City**. Yale University, 1999.
- JUDD, Dennis R. e FAINSTEIN, Susan. **The Tourist City**. Yale University, 1999.
- KNAFOU, Rémik. L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. In: CRUZ, Rita de Cássia A. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.
- LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Martins Fontes Editora, 1982.
- LOYOLA, Elizabeth. **Panorama Econômico da APA Litoral Norte**. Salvador, s/d, 1999, mimeo.
- LUNAS, José R. da Silva. **Ecoturismo Sociedade Anônima: Sustentabilidade, dilemas e perspectivas do turismo na Serra da Bodoquena - MS**. Brasília, 2006. Tese de Doutorado, CDS-UnB.
- MATTEDI, M. R. M. **Sociedade e meio ambiente no litoral da Bahia: transição para a (in)sustentabilidade**. 2002. Diploma de Estudos Avançados (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Regional) - Universidade Salvador, Salvador.
- MASCARÓ, Juan Luis. **Infra-estrutura e densificação**. Porto Alegre: PROPAR – UFRGS PMPA, 1996.
- MASCARÓ, Juan e MASCARÓ Lúcia. **Densidades, ambiência e infra-estrutura urbana. Em** <http://www.vitruvius.com.br>.
- MAXIMIANO, Liz Abad. **Considerações Sobre o Conceito de Paisagem**. R. RA'É GA, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004. Editora UFPR
- MELO, Vera L. M. Oliveira. A Paisagem sob a Perspectiva das Novas Abordagens Geográficas. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo**.
- MENDONÇA JÚNIOR et al. **Turismo e desenvolvimento sócio-econômico: o caso da Costa do Descobrimento Bahia-Brasil**, 2ª ed. -Salvador: Omar G. 2002.- (Coleção Selo Turismo, 3).
- MORIN, Edgar. **La Methode: La Nature de la Nature**. France: Seuil, 1977.
- _____. **O paradigma perdido: A natureza humana**. Publicações Europa-América, 3ª Ed., Biblioteca Universitária.
- MOTA, José Aroudo. **O valor da Natureza: Economia e política dos recursos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed.Garamond, 2001.
- MULLINS, Patrick. International Tourism and the Cities of Southeast Asia. In: JUDD, Dennis R. e FAINSTEIN, Susan. **The Tourist City**. Yale University, 1999.
- OSEKI, Jorge H. e PELLEGRINO Paulo. Paisagem, Sociedade e Ambiente. In: PHILIPPI, Arlindo Jr., ROMERO Marcelo A., BRUNA, Gilda C. **Curso de Gestão Ambiental**. Editores. - Barueri, SP: Manoele, 2004. - (Coleção Ambiental 1).
- PENA-VEGA, Alfredo. **O Despertar Ecológico: Edgar Morin e a Ecologia Complexa**. Trad. Renato C. Nascimento e Elimar Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- PHILIPPI, Arlindo Jr., ROMERO Marcelo A., BRUNA, Gilda C. **Curso de Gestão Ambiental**. Editores. - Barueri, SP: Manoele, 2004. - (Coleção Ambiental 1).
- PIGOU, A. C. **The economics of welfare**, Macmillan, London, 1920, p.183-196.

- RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana**. Barcelona: G.Gilli, 1978.
- ROCHA, Paulo Roberto de Souza. Imagem Ambiental: Análise de visuais paisagísticos. In: BRITO Ivomar C. et al. **Diagnóstico Ambiental Preliminar da Fazenda Sauípe**. Município de Mata de São João, Estado da Bahia. Cap. 4. Salvador, maio. 1995. p. 92 a 110.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Geografia e turismo: notas introdutórias. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 6, 1992.
- RUA, João. **Paisagem, Espaço e Sustentabilidade**: Uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007.
- SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o Séc. XXI**. São Paulo. Studio Nobel - FUNDAP, 1993.
- _____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- _____. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- _____. **Rumo à Ecosocioeconomia**: Teoria e prática do desenvolvimento. Org: Paulo Freire Veiga. São Paulo: Cortez, 2007.
- SAMPAIO, A.H.L. **Formas Urbanas, Cidade Real & Cidade ideal**: Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto Editora/PPG/AU, Faculdade de Arquitetura da UFBA., 1999.
- SANTOS, Milton. **Técnica Tempo, espaço: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Espaço e método**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____. **O dinheiro e o território**. Geografia, Ano 1, nº 1, 1999.
- SANTOS, Milton e SOUZA, Ma. Adélia (coords.). **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. (p.105-132).
- SANTOS Milton e SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do Séc. XXI**. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SAUER, Carl O. **La morfología del paisaje**. University of California Publications in Geography. Vol. 2, No. 2, pp. 19-53, October 12, 1925. Traducción de Guillermo Castro H.
- SCHIER, Raul Alfredo. **Trajelórias do Conceito de Paisagem na Geografia**. R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003. Editora UFPR 81.
- SILVA, Vicente de P. da. Paisagem: Concepções, aspectos morfológicos e significados. In: **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, 19 (1): 199-215, jun. 2007.
- SUAREZ, Marcus Alban. **Os Problemas da Expansão Espacial do Turismo no Brasil**. Universidad de Viña del Mar-Chile in Ciencias Sociales Online, Vol. IV, No. 2 (67-84),Julho 2007.
- SUNKEL, O. La interacción entre los estilos d desarrollo y el médio ambiente em América Latina. **Revista de la CEPAL**, Diciembre, 1980.
- URRY,John. Seeing the City. In: JUDD, Dennis R. e FAINSTEIN, Susan. **The Tourist City**. Yale University,1999.
- V e S CONSULTORES S/C. **Reta Atlântico: Plano Diretor da Fazenda Barroso**. Imabassai, Mata de São João. Volume VII, RIMA, fevereiro, 2003.
- YÁZIGI, Eduardo. A personalidade do lugar no planejamento turístico: a busca de uma metodologia. In: CORREA, Tupã Gomes (Org.). **Turismo & Lazer: prospecções da fantasia do ir e vir**. São Paulo: Edicon, 1996, p.29-40.
- _____. **Densidade Urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Acervo Geociências. Classificação – 711.4/A 181.

_____. **A importância da paisagem.** In: YÁZIGI, Eduardo (org.). *Paisagem e Turismo*. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p.11-27 (Coleção Turismo).

LYLE, J.T – **Design for human ecosystem: Landscape and land use and natural resources.** Washington/Covelo, Island Press, 1999.

DADOS BIOGRÁFICOS

MARIA DAS GRAÇAS BORJA GONDIM DOS SANTOS PEREIRA

Data de Nascimento 06 de Julho de 1955

Nacionalidade Brasileira **Estado Civil** Casada

CREA 10.325.D 3ª Região **CPF** 177.876.965-91

Endereço Residencial Rua do Ébano, 159, Ap. 1402, Ed. Henri Matisse, Caminho das Árvores, Salvador/Ba, CEP 41.820-370

Telefones 3351-5153 / 3113-2660 / 3116-4059 / 3113-2677

e-mail gracasp@salvadortradecenter.com.br

GRADUAÇÃO

1974 a 1979 **Arquitetura e Urbanismo** - Faculdade de Arquitetura da UFBA.

PÓS GRADUAÇÃO

2008 **Mestrado em Desenvolvimento Sustentável.**
CDS-Centro de Desenvolvimento Sustentável.UnB, DF.

2004 **Tourism Destination Management** - George Washington University.

2000 **Capacitação em Tecnologias mais Limpas** - SENAI / FIERGS.

1998 **Gestão Ambiental** - FUNDESP / FEFS, 1988.

1984-1987 **Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. FAUFBA.**
Área de Concentração - Desenho Urbano. Creditação completa.

1983 **Especialização em Crítica de Arte** - Escola de Belas Artes da UFBA.

ATIVIDADES ATUAIS

2007.... **Chefe do Departamento de Planejamento Urbano-Ambiental**
CONDER

Sócia da SANTOS PEREIRA ARQUITETOS ASSOCIADOS S/C LTDA
Empresa constituída em 1987, em sociedade com o Arq. Francisco José dos Santos Pereira com os objetivos de Consultoria em Urbanismo, Arquitetura e Meio Ambiente, projetos de Arquitetura, Urbanismo e afins.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

2002 a 2007 **Integrante da Equipe da Unidade Executora do PRODETUR-NE, Bahia**
SUINVEST **SUINVEST - Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia**
Elaboração dos documentos para contratação junto ao BNB/BID do PRODETUR-NE I e II:

- # Planos de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PDITS, para os Pólos Turísticos do Estado da Bahia.
- # Representante da SUINVEST para o projeto PICUS / FUNBIO
- # Acompanhamento dos Planos Diretores dos municípios Turísticos
- # Análise do PDDUA -Salvador com foco na dimensão turística
- # Elaboração de Termos de Referência Diversos

...2006	<ul style="list-style-type: none"> # Elaboração do T. Referência e Coordenação do Desenvolvimento do Projeto de Sinalização Turística: Costas do Cacau e Dendê # Acompanhamento de Projetos no âmbito do PRODETUR -NE. # Representante da SUINVEST para o Projeto ORLA MMA-MT <p>Consultorias Especiais - Profissional Autônomo</p> <ul style="list-style-type: none"> # Análise Integrada da Paisagem para inserção de Edificações complementares à BAHIA MARINA, Comércio, Salvador, Ba. # Avaliação Técnica do Plano diretor do COMPLEXO TURÍSTICO COROA VERMELHA # Análise Locacional e impacto econômico da implementação do Centro de Convenções de Porto Seguro, Ba. # Avaliação das Oportunidades de aplicação de Técnicas de produção mais Limpa na operação do Centro de Convenções da Bahia. # Desenvolvimento do componente do EIA/RIMA da BAHIA MARINA Análise Integrada da Paisagem- Parceria com o Arquiteto Francisco Soares Senna.
1999 a 2002 SUDETUR	<p>Integrante da Equipe da Unidade Executora Estadual - PRODETUR-NE</p> <ul style="list-style-type: none"> # Participação na revisão do Plano de Manejo da APA Litoral Norte # Elaboração do T. Referência e Coordenação do Desenvolvimento do Projeto de Sinalização Turística para a Costa do Descobrimento # Elaboração de Termos de Referência Diversos # Acompanhamento de Projetos no âmbito do PRODETUR -NE.
1992 a 1999 CODETUR	<p>Integrante da Diretoria de Investimentos da Bahiaturisa e da CODETUR</p> <ul style="list-style-type: none"> # Desenvolvimento de atividades para concepção e implantação do PRODETUR-BA; <ul style="list-style-type: none"> * Acompanhamento do trabalhos das empresas contratadas por SCT, para execução do PRODETUR -BA * Discussão e atendimento às solicitações técnicas do BNB / BID, agentes financeiros do PRODETUR-BA; * Co-autor do Estudo de Caso: Gestão do Destino Turístico do Circuito do Diamante, envolvendo sete municípios da Chapada Diamantina. Mobilização para constituição do Conselho Turístico do Circuito do Diamante - CONCID * Co-autor da proposta de Fortalecimento Institucional da SCT / Bahiaturisa e Prefeituras alvo do PRODETUR * Co-autor dos Termos de Referência dos PRUAs -Planos de Referência Urbanístico Ambiental para os municípios do Circuito do Diamante e Porto Seguro * Co-autor dos Termos de Referência para contratação dos Planos de Manejo das APAs: Marimbus/Iraquara, Porto Seguro/Caraíva, Coroa Vermelha, Serra Barbado, Lagoa Encantada, Itacaré/Ilhéus * Acompanhamento das licitações destes serviços e da consultoria responsável para elaboração dos EIA/RIMA do PRODETUR NE I e da Proposta Urbanística do Centro Turístico Forte-Sauipe, Mata de São João.
1986/1987 - 1989 / 1990 1983 a 1986	<p>Integrante da Diretoria Técnica da Bahiaturisa Integrante da Gerência de Projetos Turísticos</p>

- # Projeto, acompanhamento da licitação e da construção do Restauro do Sobrado João Adorno, Cachoeira, Bahia.
- # Projeto de Sinalização turística da Cidade de Cachoeira

- Junho/79 a Agosto/81** **Construtora Celi Ltda**
 # Responsável pelo desenvolvimento de Projetos Habitacionais, junto à URBIS e INOCOOP. Orçamentos para concorrências públicas.
- 1978 a 1987** **Profissional Autônomo**
em sociedade com Arq. Francisco José dos Santos Pereira
 Estabelecido à Av. Presidente Vargas, nº 60/64, Barracenter, SI 221, Inscrição Municipal nº 019267/0001-60, DUEL 1829
- Abril/78 a**
Novembro/78 **Construtora Norberto Odebrecht SA**
 # Auxiliar Técnico de Arquitetura -participação nas propostas técnicas para as Concorrências de Pedra do Cavalo e Itaparica.
- 1978** **Estagiária do Escritório do Arquiteto Oscar Niemeyer, Rio de Janeiro.**
- 1976 e 1977** **Monitoria - Departamento III da FAUFBA**
- 1974 a 1975** **Estagiária - Escritório dos Arq. Luiz Humberto Carvalho/Neilton Dórea**
- 1972** **Técnico Bilingüe do Sistema Receptivo da Bahiatursa**

IDIOMAS

INGLÊS	Fluência
FRANCÊS	Fluência
ESPAÑHOL	Leitura

PARTICIPAÇÕES ASSOCIATIVAS

IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil - Secção Bahia
 Fundação Arte de Viver

RELAÇÃO DE APÊNDICES - A a D

			Pág. de Chamada no Texto	Pág.
Apêndice A	Vídeo do Trajeto Forte-Sauípe	Capítulo 6	197	287
Apêndice B	Roteiro das Entrevistas Turismo e Políticas Públicas de Ordenamento do Território no Desenvolvimentismo e no Período de Integração de Mercados no Litoral Norte da	Capítulo 6	213	288
Apêndice C	Bahia	Conclusões	257	290
Apêndice D	Linhas de Indagação	Conclusões	275	301

APÊNDICE A

Este DVD - R contém o vídeo da área de estudo: Centro Turístico Forte-Sauípe, no Litoral Norte do Estado da Bahia. Para visualizar as imagens observar o procedimento de fazer o download do arquivo na CPU do seu computador.

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA ORIENTAR CONSTRUÇÃO DE MAPAS MENTAIS, baseada em metodologia de K. Lynch.

A - Perfil do entrevistado:

A 1 - Relação com o espaço

RESIDENTE: Tempo de presença na área

Mais de 1 ano Mais de 5 anos

EMPRESÁRIO: Tempo de estabelecimento

Empreendimento em implantação: Mais de 1 ano Mais de 5 anos

PLANEJADOR URBANO:

Tempo de estudo no território Desde o ano: _____

Vínculo profissional: estado prefeitura iniciativa privada.

GESTOR PÚBLICO

Período da gestão: de _____ a _____

Esfera: federal estadual municipal

A 2 – Dados Pessoais

1. Sexo: Masc. Fem.
2. Idade: entre 18 e 25 entre 26 e 40 entre 40 e 65 maior que 66
3. Escolaridade: _____ Profissão/atividade: _____
4. Principal meio de deslocamento na Linha Verde
 ônibus carro bicicleta a pé

B – Gostaria que fizesse rapidamente um mapa do Litoral Norte, entre o Rio Pojuca e o Rio Sauípe.

Faça como se estivesse dando as indicações de que um estranho necessita para reconhecer em que ponto do trajeto ele se encontra, incluindo o que é para si importante. Estamos interessados nas descrições físicas das coisas, não contamos com um desenho apurado, apenas com um esboço grosseiro.

Observação: Pesquisador deve anotar dados sobre a seqüência usada ao desenhar o mapa.

APÊNDICE C

TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO DESENVOLVIMENTISMO E PERÍODO DE INTEGRAÇÃO DE MERCADOS

1. TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO BRASIL

Período do Desenvolvimentismo (1956 a 1973)

No desenvolvimentismo (1ª fase – 1956 a 1973) forte recurso internacional redireciona o modo de produção da economia tradicional, agrária, estabelecendo um processo de transformação econômica e social definitivo, de longa duração. Na escala Brasil, neste período, a atividade turística passa a ser reconhecida como um novo fato econômico apoiado nas estruturas de veraneio, localizadas nas zonas costeiras, e nas grandes cidades. As significativas mudanças desse período de expansão da industrialização, se por um lado geram as condições sócio-econômicas que suportam o início das atividades voltadas para o turismo, por outro, transformam as cidades com a instalação de processo de urbanização baseado no adensamento e substituição de tipologias habitacionais, além de outras demandas de setores que são fortalecidos com a dinâmica expansionista deste período. As cidades não apenas crescem como se verticalizam. O território urbano e rural se transforma. As paisagens percebidas até então como estáveis sofrem uma radical alteração. Novas paisagens se impõem sobre as tradicionais, em muitas situações extirpando-as integralmente.

Uma nova sociedade surge com novos valores e novo estilo de vida. Os resultados econômicos autorizam à classe média e alta realizar o sonho da segunda residência e de viagens, justificando a proliferação de loteamentos na zona costeira e a realização, a princípio, do programa das estações de férias de repouso, e, em seguida, do turismo nacional e turismo internacional.

O ordenamento do território do litoral não encontra instrumentos adequados para conter a intensificação e a ocupação indiscriminada do solo, que acontece agregada à degradação ambiental, interferindo na paisagem, em grandes extensões. Surgem os grandes conflitos decorrentes das atividades relacionadas ao turismo de lazer. Com a forte afluência, concentrada, de população, os núcleos tradicionais sofrem do adensamento e são comuns os

transtornos e momentos de completa desordem funcional nos picos de férias e feriados. A resposta aos transtornos repete soluções encaminhadas no padrão sanitário de intervenções urbanas.

Não se pode falar de uma política de ordenamento do território para o turismo neste período. Esta atividade se desenvolve a partir de estruturas existentes, não especificamente desenhadas para esta atividade. A expansão dos negócios cria, em muitos centros, a demanda por uma hotelaria de padrão internacional cuja utilização é potencializada com o aproveitamento pelo turismo.

A desigualdade regional no país, com crescimento econômico concentrado na região Sul-Sudeste repete a divisão internacional do trabalho e, situa esta região como a maior emissora de turistas nacional e internacional.

O Nordeste é um dos espaços direcionados ao turismo receptivo, mesmo não integrado ao propulsor crescimento da região Sul-Sudeste, devido aos atributos naturais, tende a grande centro de serviços com ênfase no desenvolvimento do turismo. Ainda, no desenvolvimentismo, o turismo torna-se uma atraente atividade e passa a ter o reconhecimento como dinamizador da economia em decorrência da variedade de segmentos que movimenta.

Por volta do final da década de 70, a conquista de vôos internacionais para outras capitais que não o Rio de Janeiro e São Paulo, inseriu estas cidades no circuito turístico internacional e manifestaram-se os primeiros sinais de uma transformação do uso do solo urbano em função desta possibilidade de acolhimento de fluxo internacional.

A crise do petróleo de 1973, o período do autoritarismo e a alteração na estratégia macro econômica marcam o início da 2ª fase do desenvolvimentismo, 1973 a 1986, que prossegue com a grande intensificação do processo de urbanização em sintonia com os interesses da industrialização. O fluxo migratório é redirecionado em função da mudança de estratégia que passa a definir pólos de crescimento, resultando em nova conformação da rede de cidades.

Políticas públicas específicas para o turismo são delineadas, mas, ainda carentes de condução por estrutura governamental própria. Via de regra, o turismo está agregado como um apêndice a Secretarias de Estado que têm maior clareza sobre a condução de outras atividades, já tradicionalmente estabelecidas. Intensificam-se os problemas nos territórios turísticos, com um mesmo padrão em quase todas as localidades: congestionamentos nas

estradas de acesso, deterioração urbana pela incapacidade de gestão do território municipal (resíduos sólidos, expansão da área de urbanização e densificação continuada, suprimentos, serviços, segurança, comunicação e outros), reflexo, tanto da ausência de uma gestão forte da atividade quanto da fragilidade do planejamento e da vontade política de promover desenvolvimento com substancial compromisso socioambiental.

A degradação ambiental e da paisagem é consequência direta do quadro de mega empreendimentos e do ritmo de crescimento urbano. O crescimento das cidades litorâneas e localidades, associadas ao turismo, foi alterando a categoria das habitações, de segunda residência para residência de uso principal, assim como, o adensamento, em muitas situações, transformou cidades em áreas conurbadas. O grande efeito ambiental, relativo ao turismo, está nesta expansão da ocupação das franjas litorâneas por projetos imobiliários com efeitos diretos e irreversíveis na paisagem.

Período de Integração ao Mercado Mundial (1986 – 2007)

O Brasil, na fase de integração de mercados mundial (1986 - 2007), busca adaptar-se às novas regras do jogo, pautada como economia global, baseada no predomínio tecnológico, na responsabilidade social e ambiental, no desarmamento nuclear. Sob a ideologia neoliberal, modela-se a inserção competitiva no mercado global via: desregulamentação da economia, redução do Estado e da sua participação nas atividades econômicas, quebra do monopólio, e, viabiliza-se a entrada e o estabelecimento do capital internacional com o fim da discriminação constitucional das empresas de capital estrangeiro, e, valoriza-se maior eficiência nas vantagens comparativas.

O turismo e a privatização das empresas estatais capitaneiam o deslocamento do capital internacional, que aporta no Brasil em busca de novas oportunidades de realização de lucro para a economia européia.

O Brasil, na sua posição de democracia plena, estabilidade econômica, reduto de grandes espaços naturais “intocados”, é território de interesse para corporações internacionais que se organizam no modo de acumulação da fase de integração de mercados. A competitividade de territórios para atração de investimentos acirra a guerra do espaço e faz o Estado fornecer vantagens que vão de incentivos à infra-estrutura, à capital de giro, num verdadeiro leilão de cidades.

A pesquisa mostrou que os atuais rumos das atividades voltadas para o turismo, direcionadas para a captação de fluxo internacional e ancoradas no modelo de grandes resorts, refletem, ou coincidem, com os interesses de migração deste capital, que busca novas condições de realização da sua multiplicação, conforme o modo de organização da economia mundial, nesse período, mas, a condição nesta fase, é de rivalidade espacial entre corporações, provocando a mobilização dos governos a entrar na competição, visando a inserção no mercado global.

A extensa costa brasileira é campo fértil para expansão das atividades turísticas e o Nordeste se prepara para participar de modo organizado deste processo.

Nessa fase, o turismo deixa de ser uma atividade secundária, desponta como atividade organizadora de territórios, passando, fortemente, a liderar o planejamento estatal que, no âmbito nacional, viabiliza o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste - PRODETUR-NE.

A aquisição por grupos estrangeiros de grandes glebas no litoral brasileiro em regiões próximas a centros urbanos com infra-estrutura aeroviária, caracteriza um movimento de privatização do acesso a grandes extensões de praia, criando territórios turísticos fechados, num padrão de ocupação intensivo e ao mesmo tempo extensivo, linear ao longo da costa, que não caracteriza centralidades. Um modelo bem distinto dos tradicionais centros de turismo de veraneio ancorados em cidades ou localidades urbanas.

O planejamento da atividade é desenvolvido com o discurso da sustentabilidade, entretanto, a prática revela falta de sintonia com este novo paradigma na suas distintas dimensões. O quadro ambiental é de adensamento populacional, com intensificação do uso do solo sem contrapartida para a sociedade, com pequena troca, comercial ou social, com o destino turístico em que se insere e, em especial, com as comunidades do entorno, situadas fora da "bolha turística", às quais se impinge restrição da acessibilidade por interdição de acesso e conseqüente privação do direito a tradicionais redes de circulação e à paisagem.

Por falta de um plano urbanístico e ambiental os principais efeitos que se antevêm à implantação de tantos empreendimentos projetados é o da depleção do patrimônio ambiental, em especial a transfiguração da paisagem. Isso sugere que as estruturas de gestão constituídas devem se amparar em instrumentos do disciplinamento do solo, específicos, que

incorporem ferramentas adequadas para evitar a consolidação de largo prejuízo ambiental com ameaça de impacto no ciclo de vida do destino turístico.

2 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NORDESTE E NA BAHIA

Período de Integração Ao Mercado Mundial (1986 – 2007)

O Nordeste é o espaço, por excelência, para a implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento da atividade turística e para concretização da reprodução do capital na atual onda de hiperacumulação: condições climáticas, territórios ainda bem resguardados de ação antrópica, praias e fortes registros culturais, sítios de especial paisagem e presença de comunidades tradicionais com atividades relacionadas com a pesca, mariscagem, cultivos de subsistência e trabalhos artesanais. A localização estratégica de território mais aproximado do continente europeu constitui-se, com os demais atributos da região, em vantagem comparativa.

A competitividade de territórios para atração de investimentos, no nível nacional, se reproduz no Nordeste e entre regiões. De modo organizado, os estados nordestinos, unidos, em um único bloco, assumiram as rédeas do desenvolvimento do turismo alinhando-se com o PRODETUR-NE, superando a visão concorrencial entre Estados, corresponde a um avanço na compreensão do conceito de destino turístico. Esse Programa prepara a região para o processo de seletividade locacional do capital internacional financiando além de infra-estrutura (rodovia, saneamento ambiental, transportes, urbanização, sinalização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios.

Com foco no PRODETUR – NE, os estados nordestinos desenham suas políticas públicas para o turismo levando a reboque o planejamento de setores atrelados. A Bahia desenha uma nova geografia turística para o Estado elegendo os territórios que entrarão em processo de transformação, a princípio, com investimentos em infra-estrutura e, posteriormente, com a chegada dos empreendedores âncora, e outros, que se inserem na hierarquia da economia, no cluster do turismo, com apoio à capacitação profissional e empresarial e desenvolvimento institucional, principalmente.

De modo a conter as pressões por ocupação destes espaços, alvo de investimentos concentrados em infra-estrutura, na Bahia, investiu-se na criação de espaços protegidos, na

elaboração dos respectivos Planos de Manejo e no apoio municipal para elaboração dos Planos Diretores Municipais.

Observa-se que os processos territoriais associados a essa estratégia extrapolam ao controle dos instrumentos de planejamento que, regulam a ocupação territorial e ameaçam comprometer, significativamente, o patrimônio natural com perda de qualidade da paisagem.

Os processos especulativos correm em paralelo ao planejamento, alterações no valor da terra, além de iniciativas de parcelamento do solo, são as manifestações iniciais que reforçam a importância dos instrumentos de planejamento e de regulação da ocupação do solo adotados.

O início da implantação dos empreendimentos já permite antever alguns resultados. A tendência parece ser de uma organização do espaço que pretende manter, na mídia, o cenário que motiva a viagem na folheteria promocional, mas, no entanto, na prática, devido à necessidade de maximizar a lucratividade pressionam por maior possibilidade de produção de unidades habitacionais hoteleiras e estão em constante embate com as equipes de análise de licenciamento e monitoramento ambiental.

Observa-se na formatação desses empreendimentos questões que conflitam com os interesses tradicionais da comunidade, dentre os quais, a imposição de restrições de acesso a extensas áreas do litoral e da quebra de referenciais da paisagem local. Estes efeitos não são exclusivos do litoral de um Estado, mas se constitui em característica comum da modalidade em implantação em toda costa nordestina.

O PRODETUR- NE I foi realizado com sucesso e já se encontra na realização do segundo contrato e em vias de preparação de uma terceira fase de investimentos. Na Bahia, a expectativa é de que para cada dólar investido pelo Estado, 2,6 dólares sejam aplicados pela iniciativa privada.

A estruturação de territórios para uma atividade que consome preponderantemente espaço, em intensidade e quantidade de iniciativas inéditas, visando melhor e maior aproveitamento dos espaços, ameaça a modificação substantiva da paisagem que, para esta atividade, constitui um recurso estrutural.

3 TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO LITORAL NORTE DA BAHIA

Período do Desenvolvimentismo (1956 – 1985)

A ocupação do Litoral Norte é iniciada na segunda metade do século XVI e perdurou, com pequenas alterações, assentada na pecuária extensiva, na pequena agricultura e no extrativismo vegetal e animal, até meados do século XX.

Com a descoberta do petróleo, os mega empreendimentos que caracterizam a fase do desenvolvimentismo se instalam: a PERTOBRAS e indústrias atreladas, 1954, o CIA - Centro Industrial de Aratu, 1966, e o COPEC - Pólo Petroquímico de Camaçari, todos, a Norte da cidade do Salvador. Em 70 a Bahia se recoloca no cenário econômico nacional pelo surto agrícola da celulose, com a criação do Distrito Florestal do Litoral Norte - DFLN.

Apesar da estrutura do governo estadual já ter criado a BAHIATURSA em 1968, confirma a inexistência de um planejamento regional, abrangente, que contemplasse o turismo, o conflito de usos entre indústria e turismo. São exemplos de conflito tanto a criação do DFLN, que introduz a substituição de vegetação original, transformando radicalmente a paisagem do LN, acima do Centro Turístico Forte-Sauípe, quanto a implantação da indústria Millenium, agente poluidor das praias e do subsolo nas suas imediações, com a presença de edificação industrial na paisagem praiana, de restinga, incompatível com o uso de turismo, lazer e entretenimento.

Os impactos no ambiente provenientes do COPEC foram minimizados pela convergência dos efluentes deste Pólo à Central de Tratamento de Efluentes Líquidos (CETREL), lançados ao mar por emissário, sem registro de efeitos ambientais que alcance as áreas acima do Rio Pojuca.

O Litoral Norte passa a se integrar economicamente com a realização da ponte sobre o Rio Pojuca, em 1983, e a pavimentação da Estrada do Coco, mas, o desdobramento no território, da concentração de empreendimentos industriais impactam, diretamente, a capital. Dada à forte concentração de serviços, equipamentos e infra-estrutura em Salvador, os municípios integrantes da RMS, situados a Norte, não tiveram seus territórios integrados por uma dinâmica urbana decorrente da proximidade da concentração industrial, ficando postergado o uso das terras do Litoral Norte como espaço urbanizado.

A dinâmica da PETROBRAS e COPEC induz o crescimento da oferta de meios de hospedagem em Salvador que se torna a base para o crescimento turístico desta cidade. Enquanto Salvador cresce absorvendo o forte êxodo rural que caracteriza o desenvolvimentismo, a ocupação do Litoral Norte permanece, por todo esse período, rarefeita, economicamente deprimida, com pequena população residente, pois que, a atividade de

silvicultura não transfere renda para população e, tampouco as iniciativas parcelamento criaram qualquer dinamização. O Resort Paria do Forte se instala, o primeiro sinal da grande transformação que está por vir.

Período de Integração ao Mercado Mundial (1986 – 2007)

O Litoral Norte que vivia relativo isolamento dependia de infra-estrutura que lhe proporcionasse a acessibilidade. No início da década de 90, a rodovia BA – 099, conhecida como Linha Verde, foi então projetada e implantada.

Como precaução aos desdobramentos territoriais da implantação de elemento estruturador do espaço foi decretada a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte – APA do LN. Este instrumento de planejamento passa a ser o principal para a regulação do uso e ocupação do território do Centro Turístico.

Neste período, verifica-se a crescente importância da economia do turismo cujo planejamento é referencial para traçar as políticas na área de saneamento, desenvolvimento urbano, rodovias e transportes, meio ambiente, assim como, orienta decisões em muitos setores que ao turismo está correlacionado.

O Litoral Norte, e mais os municípios de Lauro de Freitas e Camaçari, são definidos como a zona turística Costa dos Coqueiros no Plano de Desenvolvimento do Turismo da Bahia – PRODETUR-BA, cujo objetivo é implantar um turismo de baixa densidade, tendo em vista a importância da vantagem desta característica para a diferenciação frente aos mercados concorrentes do México, Caribe e Polinésia. Propõe densidades de 10 a 15 leitos/há; gabarito de altura, referenciado na altura da copa dos coqueiros, 14 m; fração do território para equipamentos hoteleiros de 30 a 40 há, Com este programa são traçadas as bases para o desenvolvimento do turismo no Litoral Norte e na Bahia.

O sucesso hoteleiro do Praia do Forte Ecoresort inspirou a concepção do complexo turístico no PRODETUR-BA e, sem dúvida, contribuiu para a divulgação deste espaço turístico no mercado europeu, atraindo outras iniciativas que, no conjunto, pressionam por melhoria das vias de acesso e outras obras de infra-estrutura, assim como, a vila de Praia do Forte se transforma, passando a se especializar nos diversos serviços de apoio ao turista.

Novas formas de apropriação do espaço se instalam baseadas no desenvolvimento do turismo. Acentuam-se o parcelamento do solo e a ocupação dos espaços urbanos. Criam-se

conflitos quanto ao acesso aos recursos naturais, antes, livremente acessíveis, e, a riqueza gerada pelas novas atividades econômicas implica em mudanças sociais e espaciais, bem definidas, para a população residente na região.

Os reflexos do Plano Real, trazendo a estabilidade econômica, os baixos custos de produção da construção civil, relativamente ao mercado internacional, incentivos fiscais e governamentais em energia elétrica e ICMS e, outras vantagens negociadas, caso a caso, completam o rol de vantagens comparativas para atração do investidor.

As transformações locais são grandes: a população tem crescido e a região agregou alternativas de ocupação, mas, tanto a baixa escolaridade não emprega maciçamente quanto a sazonalidade impõe a manutenção de atividades do setor primário, que se move em torno das fazendas de coco-da-baía, da pecuária extensiva, do reflorestamento com eucalipto, da pequena produção e da pesca. A infra-estrutura de saneamento é precária, com baixos índices de coleta de lixo, o que torna ainda mais grave o fato destas localidades já possuir atividade turística efetiva e, um grande potencial de atratividade turística que poderá comprometer o desenvolvimento sustentável das localidades.

Entre 1991 e 1998 o investimento público ultrapassa US\$ 1,1 bilhão e o investimento privado nas mesmas áreas responde com US\$ 1,1 para cada dólar de investimento público. O horizonte do planejamento público para 2005 e investimentos privados que se agregam ao processo, têm horizonte para 2012, elevando a proporção de participação da iniciativa privada para US\$ 2,6.

Novo planejamento é necessário para contratação da segunda etapa do PRODETUR - NE II. Quando foi elaborado o PDITS – Planos de Desenvolvimento Integrado para o Turismo Sustentável para todas as zonas turísticas dentre estas a Costa dos Coqueiros. Este Plano foca a complementação da infraestrutura de modo distributivo, principalmente, a capacitação e o desenvolvimento institucional dos municípios beneficiários, valorização dos recursos históricos, artísticos e culturais e maior foco na questão ambiental.

O PRODETUR-NE II incrementa práticas participativas com a instalação de novas instâncias: o Conselho Municipal de Turismo assim como o de Meio Ambiente; o Fórum Estadual de Turismo onde os municípios participam através do Conselho do Pólo Salvador e Entorno e das Câmaras Técnica de Turismo; o Conselho Gestor da APA do LN. Assim como,

incentiva a profissionalização e maior associatividade e cooperação entre os agentes das atividades voltadas para o turismo com o programa de capacitação diversificado.

Expressivo desenvolvimento é verificado e os indicadores de crescimento da oferta de leitos regional confirmam as expectativas do planejamento, mas, a segunda onda de transformações no Litoral Norte está relacionada à aquisição de glebas por empresas européias, grupos espanhóis e portugueses que complementam o Centro Turístico Forte-Sauípe, consolidando e ampliando o espaço de implantação de empreendimentos para além do Rio Sauípe, adentrando o município de Entre Rios. Dentre estes empreendimentos, o Reserva Imbassá e o Ibero Star, serão objeto dos estudos específicos da densidade e paisagem. A duplicação e concessão de uso privado da rodovia BA - 099 refletem a demanda por melhores condições de acesso e confirmam os interesses sobre este espaço do litoral do estado. Outros empreendimentos estão em processo de elaboração de projetos e já se encontram registrados na Secretaria de Turismo do Estado, 19.000 novas UHH - Unidades Habitacionais Hoteleiras.

Os empreendimentos implantados têm gerado reações das comunidades relativas à obstrução de acessos por desrespeito a servidões de passagem, obrigando a população a deslocamentos não experimentados anteriormente, pela sensação de exclusão do processo que transforma seu habitat, alijando-os do espaço, além da mutilação de outras relações como a de pertencimento e de lugar.

A concentração de investimento em meios de hospedagem e a distância de municípios como Conde, Esplanada e Jandaíra de Salvador, colocam na pauta das políticas públicas o projeto de um aeroporto de médio porte na região.

O ordenamento do território como regulamentado, o incremento da ocupação na faixa litorânea, historicamente ocupada de modo rarefeito, e as ocupações, em sua maioria, efetuadas de modo desordenado, desrespeitando limitações naturais e as legislações incidentes, sinalizam a perda do recurso ambiental, em especial da paisagem como provedor de um valor e de um diferencial para o turismo.

A carência de um planejamento ambiental que açambarque o ordenamento do território de modo integral já se constitui em importante registro e indicação para uma revisão dos instrumentos de regulação. A rigor, a Resolução CEPAM Nº 1040 de 21 de Fevereiro de 1995, que aprova o Plano de Manejo da APA do LN, no seu Artigo 17, Parágrafo 2º, o determina.

Conclui-se que outras relações espaciais são necessárias ao balizamento da produção do espaço, embora, seja incontestável, que alguma transformação com a intensificação da implantação de empreendimentos turístico-hoteleiros previstos para o Litoral Norte, acontecerá.

A intensificação a curto prazo de ocupação, sem infraestrutura urbana e de serviços adequadas para os atuais padrões de ocupação e, menos ainda, para o projetado, além da suspeita de desvirtuamento da concepção turística inicial, ampliará a dimensão dos conflitos já identificados, como: a obstrução de servidões de passagem desarticulando a trama de caminhos tradicionais de acesso às praias, às localidades, ao trabalho; degradação ambiental com a ocupação de manguezais, o aterro de áreas úmidas com contaminação por esgotos domésticos, impactos diversos nos rios e na biota; os usos desordenados das praias que acabam comprometendo a qualidade estética e ambiental.

APÊNDICE D

LINHAS DE INDAGAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DO MODELO CONCEITUAL: DENSIDADES SUSTENTÁVEIS

Para a *densidade quantitativa*, fortemente associada à dimensão econômica deve-se questionar quanto à distributividade, à equidade e à natureza dos aspectos econômicos e a sua relação no espaço. Quanto à *densidade percebida* cada uma das densidades-tipo deve percorrer as indagações que revelem os aspectos populacionais, construtivos e volumétricos com relação aos dados sensíveis da percepção: forma, uso, significado, o comportamento no deslocamento e a relação temporal.

A *densidade populacional* tem como pressuposto a caracterização de que grupo ou grupos sociais estão envolvidos (HALL, 1974), a partir do que, passa-se a responder às indagações que esclarecem como a quantidade de pessoas afeta e é afetada pela sua relação com o espaço:

Quanto à *forma*, a densidade populacional estabelece que graduação de sensação? Mais ou menos denso? A quantidade de pessoas exige a adoção de algum manejo? Em que nível de concentração passa-se a conviver com um ordenamento territorial que afronta a racionalidade?

Quanto ao *uso*, uma dada densidade, impõe que nível de conforto? As funções urbanas conseguem que padrão de desempenho para uma dada quantidade de pessoas?

Quanto ao *significado*: como a quantidade de pessoas afeta a percepção do lugar e interfere na noção de pertencimento?

Quanto ao *deslocamento*: que restrições, uma dada densidade populacional impõe? Como isto se altera com a introdução de novos contingentes? O sistema viário e as redes de circulação incorporam recursos que afrontam a racionalidade?

Quanto ao *tempo*: Como o ritmo das atividades é alterado com a ampliação da quantidade de população? As rotinas são alteradas em função de horários de pico, em função dos trajetos?

Quando se indaga sobre a *densidade de construtiva*, como a área de construção afeta a percepção do espaço, temos:

Quanto à *forma*: as escalas estão compatíveis entre edificações de um modo de organização e do outro, existente? As tipologias revivificam valores e práticas autênticos? Os atributos dos arranjos espaciais favorecem à composição paisagística, são harmoniosos? As relações de distância estão compatíveis com as escalas das edificações? Ou significam amontanhamento de unidades?

Quanto ao *uso*: o porte dos usos está na escala adequada? Os usos guardam identidade com os desempenhados no lugar? Os usos impõem interferências, transtornos?

Quanto ao *significado*: A leitura do padrão sócio econômico revelado nas construções, como é interpretado? É confortável a convivência com o novo? O impacto visual concorre favorecendo ou desfavorecendo a construção da identidade local?

Quanto ao *deslocamento*: como concorrem as massa edificadas? São contínuas ou fragmentadas? Qual o melhor arranjo? Concorrem para as qualidades de percepção?

Quanto ao *tempo*: a percepção do esforço e dos recursos consumidos com relação à capacidade de empreender, num dado intervalo de tempo, como afeta a percepção? As marcas do tempo são legíveis no estado de conservação? A linguagem das construções transmite a cronologia da sua inserção?

Sobre a *densidade volumétrica* questiona-se como afetam a percepção do espaço:

Quanto à *forma*: qual a proporção e qual a escala das estruturas? Como marcam a leitura de cheios e vazios, sombra e luz?

Quanto à *função*: há compatibilidade entre volume e identidade funcional?

Quanto ao *significado*: como se inserem volumes em relação aos marcos visuais e aos referenciais apropriados pela comunidade?

Quanto ao *tempo*: como se situa na seqüência de preenchimento dos espaços? Qual a percepção sobre o quanto é possível preencher do espaço?

Os dados de população, construção e volume se rebatem no *espaço / território*, particular de cada região / ecossistema, do mesmo modo indaga-se:

Quanto à *forma*: quais os atributos da forma do ambiente (natural ou cultural): relevo, cobertura vegetal, recursos hídricos, ou elementos da paisagem urbana, que definem unidades de paisagem?

Quanto à *função*: o que e quanto afeta a preservação dos atributos funcionais dos ecossistemas? Quais os atributos dos ecossistemas associados a funções econômicas?

Quanto ao *significado*: quais os atributos do ambiente natural que somam à caracterização do lugar ou se constituem nos próprios elementos identitários ou a ele estão associados?

Quanto ao *deslocamento*: quais os principais atributos nas principais visuais? Quais deverão ser objetos de composição visual mais criteriosa? Quais as visuais mais privilegiadas?

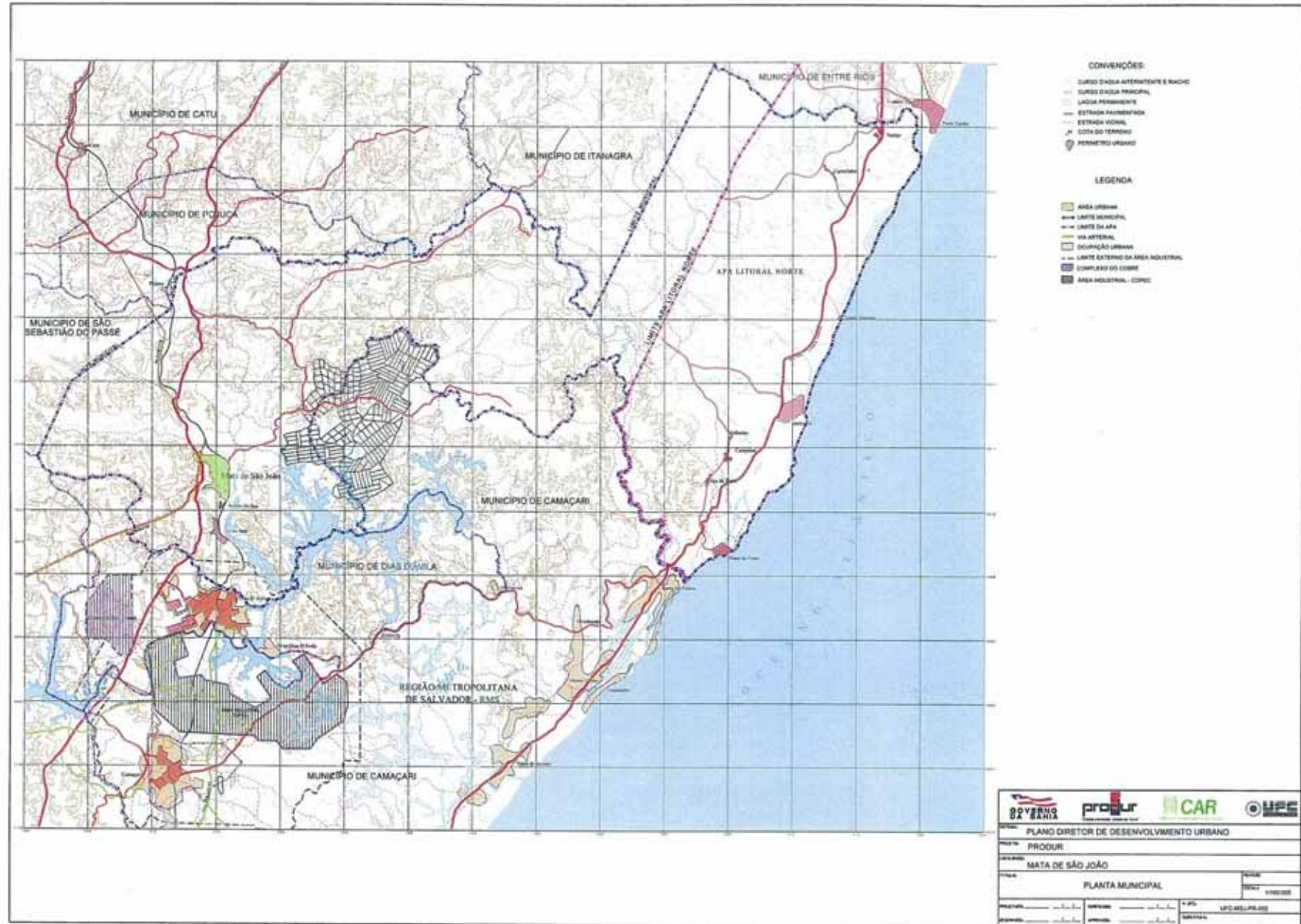
Quanto ao *tempo*: como é percebida a variação na paisagem e como é percebida a alteração prospectiva?

RELAÇÃO DE ANEXOS - 1 a 8

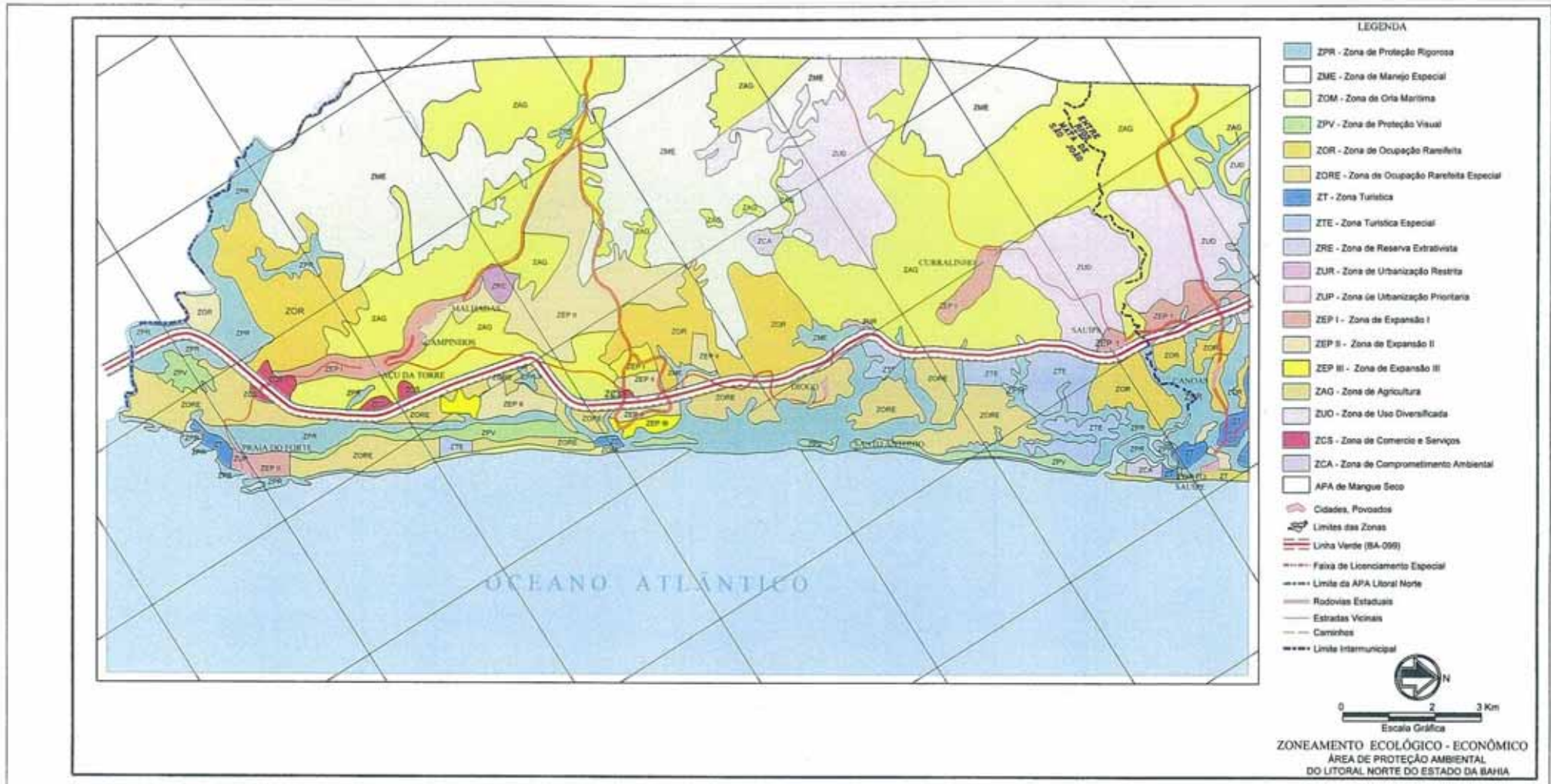
			Pág. de Chamada	Pág.
Anexo 1	Mapa 2 - Município de Mata de São João	Capítulo 4	125	305
Anexo 2	Mapa 4 - ZEE da APA Litoral Norte	Capítulo 5	165	306
Anexo 3	Mapa 5 - Distrito Turístico de Mata de São João	Capítulo 5	173	307
Anexo 4	Mapa 6 - Distritos e Sede de Mata de São João	Capítulo 5	173	308
Anexo 5	Mapa 7 - Centro Turístico trecho: Praia do Forte a Imbassaí	Capítulo 6	189	309
Anexo 6	Mapa 8- Centro Turístico trecho: Imbassaí a Sauípe	Capítulo 6	189	310
Anexo 7	Estudo da Progressão do Crescimento do CT Forte-Sauípe	Capítulo 6	192	#
Anexo 8	Projeto Orla do MMA- SPU	Capítulo 6	206	#

(#) Apenas em mídia digital

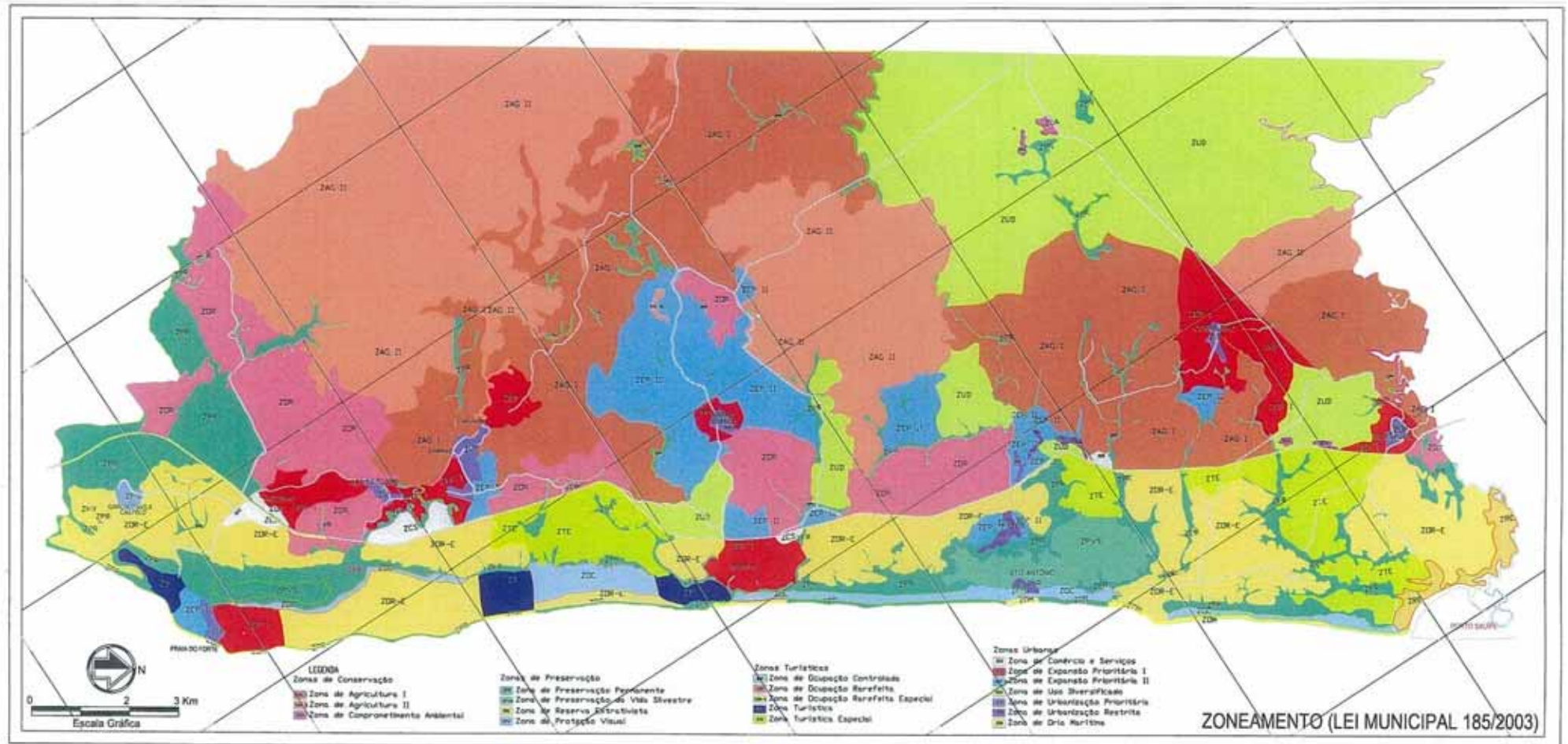
ANEXO 1: MAPA 2 - MUNICÍPIO DE MATA DE SÃO JOÃO



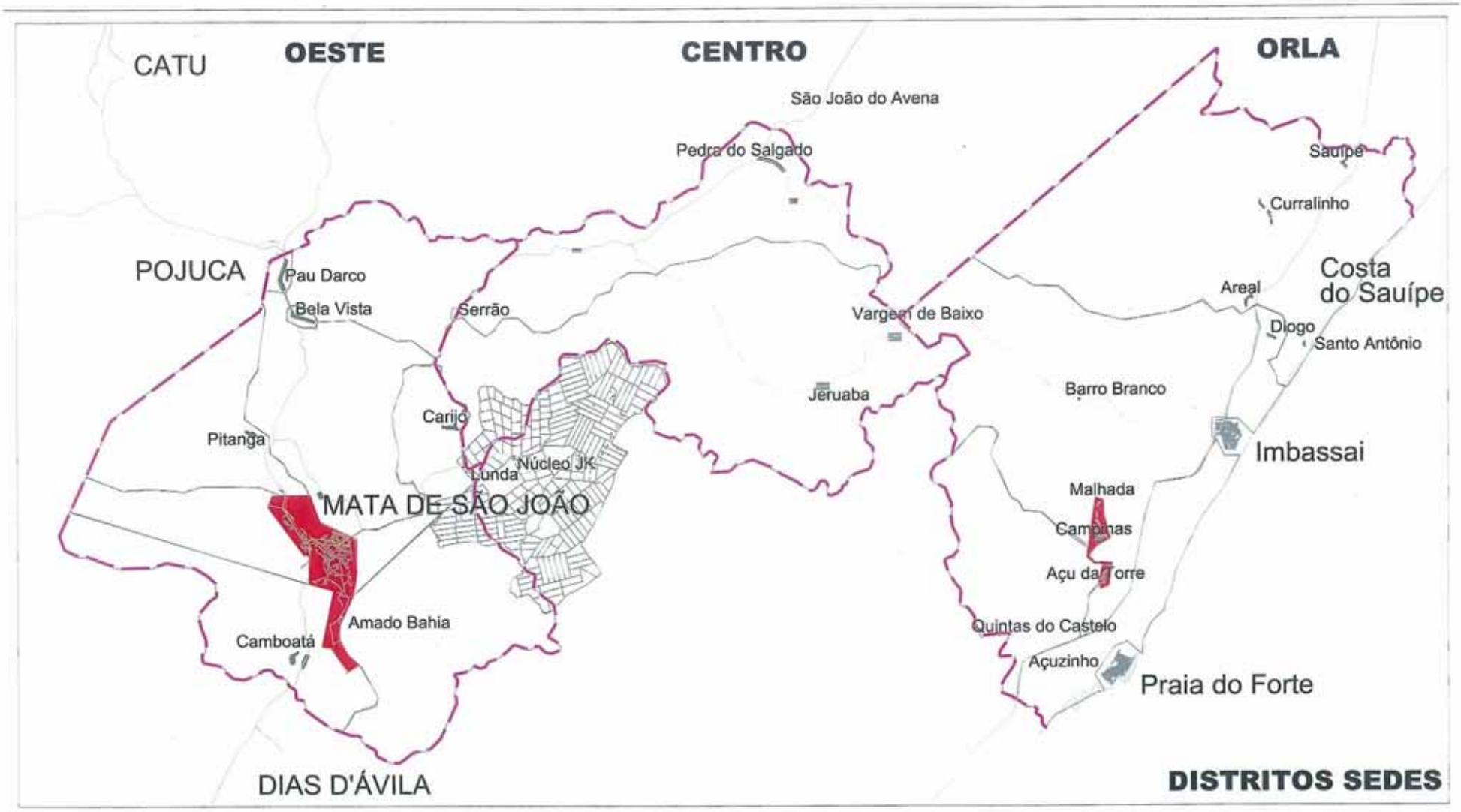
ANEXO 2: MAPA 4 - ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO DA APA DO LITORAL NORTE TRECHO FORTE - SAUÍPE



ANEXO 3: MAPA 5 - DISTRITO TURÍSTICO DE MATA DE SÃO JOÃO



ANEXO 4: MAPA 6 - DISTRITOS e SEDE DE MATA DE SÃO JOÃO



Unidade Limites	Trecho Limites	Classe	Configurações Locais e Usos	Potencialidades	Problemas	Projetos Previstos ou em Implantação
1 - Rio Pojuca	1.1 - Foz do rio	A	<p>Praia arenosa</p> <p>Oria semi abrigada</p> <p>Coqueiral no cordão de dunas com muitas de espécies de restinga esparsas e formação gramínoide</p> <p>Barracas de praia pela margem de Camaçari</p> <p>Paisagem de grande valor cênico</p> <p>Pedras aflorando e no leito do rio</p> <p>Pesca de subsistência</p> <p>Pesca de lazer</p> <p>Cabanas de pescadores feitas de palha</p> <p>Caminhadas</p>	<p>Atividades ecoturísticas trilhas interpretativas</p> <p>Pesca</p> <p>Lazer</p>	<p>Assoreamento da barra do rio</p> <p>Chegada de lixo trazido pela maré</p> <p>Destinação inadequada de lixo das barracas de praia de Camaçari</p> <p>Pescadores montam acampamentos de palha desordenadamente</p>	RYS - TAMAR
	1.2 - Mangue bem estabelecido e área brejosa adjacente	A	<p>Mangue arbóreo bem estabelecido</p> <p>Oria abrigada</p> <p>Praias arenosas ou com vegetação rasteira em trechos onde as margens são mais altas</p> <p>Restinga estabelecida após o mangue em trechos onde este é mais estreito</p> <p>Pesca de subsistência</p> <p>Pesca de lazer</p> <p>Atividades náuticas</p> <p>Cabanas de pescadores feitas de palha sem ordenamento</p> <p>Conjunto lacustre próximo ao rio.</p> <p>Diversos acessos às margens do rio</p> <p>Mariscagem</p> <p>Restaurantes pela margem de Camaçari</p>	<p>Atividades ecoturísticas</p>	<p>Pescadores montam acampamentos de palha desordenadamente</p> <p>Assoreamento do leito do rio</p> <p>Desmatamento pela margem de Camaçari</p> <p>Lixo depositado pela correnteza nas margens</p> <p>Margens cercadas pelo lado de Camaçari</p> <p>Superexploração dos recursos pesqueiros nos meses de junho a agosto, quando da pesca do robalo</p>	
	1.3 - Área da antiga ponte e Castelo Garcia D'Ávila	B	<p>Restinga arbórea e indivíduos de espécies de mangue esparsas</p> <p>Illa com vegetação de mangue</p> <p>Dendezeiros</p> <p>Ruínas do Castelo Garcia D'Ávila</p> <p>Ruínas da Ponte Garcia D'Ávila</p> <p>Saída de efluentes de tratamento de esgoto ao lado do Linha Verde</p> <p>Ponte da Linha Verde sobre o rio</p> <p>Rede elétrica</p> <p>Ocupação desordenada por posseiros</p> <p>Diversos acessos às margens do rio</p> <p>Pesca de subsistência</p> <p>Pesca de lazer</p> <p>Atividades náuticas</p> <p>Cabanas de pescadores feitas de palha</p>	<p>Atividades ecoturísticas</p> <p>Pesca</p> <p>Lazer</p>	<p>Lixo depositado pela correnteza nas margens</p> <p>Erosões das margens do rio</p> <p>Falta de marcação da área da união</p> <p>Geração de lixo</p> <p>Saída de efluentes de tratamento de esgoto</p>	
	1.4 - Fim do mangue até corredeiras do Pojuca	B	<p>Restinga arbórea e floresta paludosa ambas com árvores de 15 a 20m, sem espécies de mangue</p> <p>Afloramentos rochosos nas margens do rio</p> <p>Equipamento de ecoturístico instalado (Tirolesa)</p> <p>Local de atracadouro de barcos a motor</p> <p>Visitação turística controlada</p> <p>Uso pela comunidade quilombola</p> <p>Circulação de cavalos</p> <p>Reserva Sapiiranga</p> <p>Desembocadura do afluente Rio Terebu no Rio Pojuca</p>	<p>Atividades ecoturísticas</p>	<p>Caça ilegal</p> <p>Conflitos entre quilombolas e Fundação</p> <p>Falta de marcação da área da união</p> <p>Geração de lixo</p> <p>Impactos advindos da eletrificação das ocupações da Reserva Sapiiranga</p> <p>Lixo depositado pela correnteza nas margens</p>	<p>Eletrificação das ocupações da Reserva Sapiiranga</p>

Unidade Limites	Trecho Limites	Classe	Configurações Locais e Usos	Potencialidades	Problemas	Proje
6. Rio Imbasal	6.1 - Da foz até a cachoeira da Ponte de Imbasal	C	<p>Oria abrigada</p> <p>Praia arenosa</p> <p>Cobertura vegetal com predominância de coqueiros</p> <p>Presença de ocupação informal de baixa renda sem infraestrutura de saneamento em áreas da união e em APP</p> <p>Uso intenso da praia por turistas</p> <p>Presença do Eco Resort em área de maninha e APP do rio</p> <p>Barracas de praia</p> <p>Estrada de areia centenária</p> <p>Monitoramento e manejo de tartarugas</p> <p>Rede de distribuição de energia elétrica</p>	<p>Paisagem de grande valor cênico</p> <p>Pesca de lazer e subsistência no rio</p> <p>Atividades ecoturísticas</p>	<p>Falta de lixeira com coleta pública</p> <p>Barracas sem saneamento básico</p> <p>Cerca em terreno de marinha</p> <p>Cerca em APP do rio</p> <p>Ocupação e uso do solo em APP</p> <p>Fotopoliuição</p> <p>Geração de lixo</p> <p>Poliuição do Rio Imbasal por usuários das barracas</p> <p>Presença de Barracas de praia em área de uso comum (faixa de Praia)</p> <p>Via de acesso centenária paralela ao rio, sobre o cordão de dunas, fragmentada pelas cercas das propriedades particulares, que originalmente ia até Praia do Forte</p>	Reforma d

Cenários Atual e Futuro da área Praia do Forte



Ocupação da região da Praia do Forte em 2003, com a poligonal da RVS proposta.

Cenários Atual e Futuro da área Praia do Forte



Em amarelo as poligonais dos empreendimentos em estudo ou em processo de licenciamento. Já se observa implantação da primeira fase do Complexo Hoteleiro Iberostar e o aumento da vila da Praia do Forte em sentido Norte.

Cenários Atual e Futuro da área Praia do Forte



Simulação dos empreendimentos a serem implantados até 2010.

Cenários Atual e Futuro da área Praia do Forte



Simulação de ocupação da região da Praia do Forte até 2020.